

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (Mestrado)**

**CIANORTE: OCUPAÇÃO PIONEIRA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E
IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS**

TELMA BATALIOTI

ORIENTADOR: ELPÍDIO SERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) – Área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Maringá, março de 2004.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (Mestrado)**

**CIANORTE: OCUPAÇÃO PIONEIRA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E
IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS**

TELMA BATALIOTI

ORIENTADOR: ELPÍDIO SERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) – Área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Maringá, março de 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE REGIONAL E AMBIENTAL

**CIANORTE: OCUPAÇÃO PIONEIRA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E
IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) – Área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Banca examinadora:

Presidente da Banca e Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

Membro Convidado - UEM: Prof. Dr. Wilson Antonio Teixeira

Membro Convidado – UNESP – P. P. Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Membro Convidado (Suplente) – UEM. Prof. Dr. Dalton Áureo Moro

Maringá, março de 2004.

Aos meus pais Rubens Batalioti
e Rosalina C. Batalioti, meus exemplos de
força, coragem e determinação, toda a minha
gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que contribuíram com a realização deste trabalho. Agradeço a todos.

Manifesto a minha imensa gratidão a todas as pessoas e instituições e de forma muito especial retribuo, com agradecimentos:

- A CAPES por me conceder uma bolsa de estudos durante todo o período de realização do Mestrado em Geografia desta Universidade. Sem dúvida, essa bolsa de estudos foi fundamental proporcionando-me as condições necessárias para a dedicação exclusiva à pesquisa;
- Ao mestre e amigo Elpídio Serra, persona fundamental nesta minha etapa de formação acadêmica pelos numerosos diálogos, orientações e importante apoio. Também por em mim acreditar, confiar e me instigar ainda mais à busca pelo conhecimento desde o período da graduação;
- A todos os professores do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, pelos ensinamentos proporcionados nesse caminhar de sempre;
- Ao Professor Dalton Áureo Moro, pelos auxílios bibliográficos;
- Ao Professor Fernando Santil pelas orientações cartográficas;
- Ao Professor Messias Modesto dos Passos pela sua positividade nas palavras de incentivo;
- Às Professoras Margarida P. Fachini, Maria Eugênia M. C. Ferreira e Gilda M. C. Benaduce, pelos auxílios e incentivos;
- Aos professores Jaime G. Trintin (Departamento de Economia – UEM) e Wilson Antônio Teixeira (Departamento de Geografia – UEM), por participarem com excelentes contribuições na etapa de qualificação desta dissertação;
- Aos funcionários da secretaria do curso de graduação em Geografia e também da secretária da Pós-Graduação em Geografia;
- Aos companheiros da Pós-Graduação, pelas discussões e leituras e a grande amizade em todos os momentos desta caminhada que se iniciou;
- Aos funcionários da biblioteca desta instituição que sempre com muita atenção me atenderam e quando solicitados me auxiliaram;
- Aos funcionários das instituições das agências do IBGE (Cianorte e Maringá), aos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Núcleo Regional de Maringá e Umuarama e Agência de Cianorte), EMATER e também aos funcionários do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Cianorte;

- Aos pioneiros de Cianorte que com o relato de suas experiências de vida puderam muito colaborar, revelando-me um pouco mais da história deste município e região;
- Aos agropecuaristas, comerciantes, empresários e profissionais liberais que confiaram a mim suas entrevistas;
- Às minhas grandes e fundamentais amigas: Edilaine da Cruz; Edilaine V. Destefani; Ligia C. Turozi; Marilza P. Martins; Patrícia de Sousa e Regina de Oliveira e ao amigo Aparecido S. Labadessa pelas longas conversas, auxílios, orientações, apoio e incentivo... ou simplesmente pela tão importante amizade;
- Aos meus pais Rubens Batalioti e Rosalina C. Batalioti, donos de um apoio e uma ternura incomensuráveis que me acompanharam constantemente;
- Ao meu irmão Ederson Batalioti pelos momentos de descontração e pelo exemplo de sempre se viver de bem com a vida;
- Finalmente, ao meu amor José Adhemar Galli, pela incondicional compreensão que me fez forte na realização deste objetivo. Sua positividade e entusiasmo refletiram em mim na coragem e determinação necessárias a este caminhar.

“A primeira condição para se realizar alguma coisa, é não querer fazer tudo ao mesmo tempo”.

Tristão de Ataíde

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE DIAGRAMAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
RESUMO	12
INTRODUÇÃO	13
I. OS PRIMEIROS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO E USO ECONÔMICO DA TERRA AGRÍCOLA NO NORTE DO PARANÁ	19
1.1. Alguns aspectos da colonização brasileira	20
1.2. O avanço da frente pioneira pela colonização empresarial privada	24
1.3. A comercialização das terras do norte e noroeste paranaense pela CTNP e sua sucessora a CMNP e as estratégias de ação empregadas	32
1.4. A extração madeireira e a importância da terra roxa e os desafios do arenito	43
1.5. A importância econômica das primeiras lavouras	51
II. AS LAVOURAS DE CAFÉ E A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO	57
2.1. O café como desenvolvimento econômico e a viabilidade da pequena propriedade	58
2.2. O trabalho familiar e outras relações de trabalho	69
2.3. A afirmação do município de Cianorte no contexto de colonização e a euforia da expansão econômica	74
2.4. A trajetória da população	84
III. A CRISE DO CAFÉ E O NOVO MODELO AGRÍCOLA	99
3.1. A desarticulação da economia e do complexo cafeeiro	100
3.2. A modernização da agricultura e a sua nova configuração	108
3.3. Os aspectos da modernização da agricultura em Cianorte	114
3.3.1. A utilização do solo – a pastagem	117
3.3.2. A estrutura fundiária – condição do produtor	123

IV. TERRA DE NEGÓCIO E O NEGÓCIO DA TERRA	130
4.1. O domínio das novas formas de uso da terra	131
4.2. Especulação, valorização e o grande negócio imobiliário	139
4.3. Pés na terra e cabeça na cidade	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXO	170

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Divisão Regional do Norte do Paraná	35
Figura 2. Área colonizada pela CMNP	37
Figura 3. Sistema de repartição das terras empregado pela CTNP e pela CMNP	38
Figura 4. Localização da área de estudo: Município de Cianorte	78
Figura 5. Evolução da densidade demográfica de Cianorte e sua Microrregião Geográfica	88
Figura 6. Evolução da taxa de urbanização de Cianorte e sua Microrregião Geográfica	92
Figura 7. Evolução da população total de Cianorte	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da população total, urbana e rural do norte paranaense e do Estado do Paraná - 1940/2000	40
Tabela 2. Uso do solo em hectares no município de Cianorte	54
Tabela 3. Produtividade das lavouras de café no norte do Paraná e em São Paulo entre 1947 e 1951	64
Tabela 4. Produção de café em toneladas e hectares em Londrina, Maringá e em Cianorte	66
Tabela 5. Produção em toneladas das principais culturas em Cianorte e no noroeste paranaense	80
Tabela 6. População, densidade demográfica e taxa de urbanização do noroeste paranaense, Microrregião de Cianorte e Cianorte	86
Tabela 7. Dinâmica de evolução da população total de Cianorte e sua Microrregião Geográfica	94
Tabela 8. Indicadores da modernização da agricultura em Cianorte	115
Tabela 9. Evolução da cafeicultura (t/ha) e pecuária (n. de cabeças/ha) em Cianorte	118
Tabela 10. Total de área cultivada em hectares e em porcentagem das principais culturas, cafeicultura e pastagem em Cianorte	119
Tabela 11. Evolução da pastagem em hectares e em porcentagem no noroeste, na MRG de Cianorte e Cianorte	121
Tabela 12. Utilização do solo em hectares por categorias em Cianorte	122
Tabela 13. Número de estabelecimentos por grupos de área (ha) em Cianorte	125
Tabela 14. Número de hectares por grupos de área (ha) em Cianorte	126
Tabela 15. Evolução da condição do produtor conforme o número de estabelecimentos agropecuários em Cianorte	126
Tabela 16. Número de estabelecimentos informantes por categoria de produção em Cianorte	127
Tabela 17. Cianorte: Área cultivada em hectares – 1998/2003	135
Tabela 18. Condição das terras agrícolas em Cianorte	144
Tabela 19. Valor da terra agrícola (R\$/ha) e porcentagem de valorização do período (1997/2003) em Cianorte	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população rural de Cianorte e sua Microrregião Geográfica	90
Gráfico 2. Evolução da população urbana de Cianorte sua Microrregião Geográfica	91
Gráfico 3. Dinâmica de evolução da população total de Cianorte e de sua Microrregião Geográfica	95
Gráfico 4. Ritmo de evolução da população total de Cianorte e sua Microrregião Geográfica	98
Gráfico 5. Dinâmica das áreas cultivadas (%) nas terras agrícolas de Cianorte	120
Gráfico 6. Evolução do número de estabelecimentos informantes por categoria de produção em Cianorte	129

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1. Fases da consolidação da indústria nacional centrada no Complexo Cafeeiro	103
Diagrama 2. O desenvolvimento cianortense em períodos	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	- Banco Central do Brasil
CAI	- Complexo Agroindustrial
COAMO	- Cooperativa Agropecuária Moraoense
COCAMAR	- Cooperativa Agroindustrial de Maringá
CTNP	- Companhia de Terras Norte do Paraná
CMNP	- Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
DERAL	- Departamento de Economia Rural
DNC	- Departamento Nacional do Café
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETR	- Estatuto do Trabalhador Rural
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
GERCA	- Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento
IPC	- Índice de Preços ao Consumidor
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	- Imposto de Renda
ITR	- Imposto Territorial Rural
MGR	- Microrregião Geográfica
PATER	- Programa de Arrendamento de Terras
PROÁLCOOL	- Programa Nacional de Álcool
SEAB	- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

RESUMO

O presente trabalho objetivou identificar os impactos ocorridos a partir dos primeiros processos de colonização, apropriação e uso do solo, no município de Cianorte no noroeste paranaense. Seguindo um modelo colonizador voltado às pequenas propriedades, à cultura cafeeira e à absorção do trabalho familiar, também buscamos analisar os impactos sócio-espaciais gerados pela modernização da agricultura a partir da década de 1970 e investigar as transformações que se processaram e que resultaram em um novo modelo para agricultura regional com novos cultivos e o predomínio de pastagens em Cianorte. Nesse novo rearranjo espacial identificou-se no campo situações como a presença de pastagens com baixo índice de produção animal e a valorização de tais terras agrícolas que primeiramente estiveram associadas à especulação imobiliária, mas que se somou pós 1997 ao cultivo da soja/milho numa nova configuração da paisagem agrícola. Na cidade a expansão urbana/industrial passou a concentrar a população e serviços numa dinâmica de pólo regional.

Palavras-chave: Colonização. Cafeicultura. Modernização da agricultura. Impactos sócio-espaciais.

ABSTRACT

The objective of this project is to identify the impacts occurred from first process of colonization, appropriation and use of soil, in Cianorte municipality located in northwestern of Paraná. According to colonial model returned to small properties, to culture of coffee and to absorption of family's work, in addition we analyzed the social/space impacts created by modernization of the agriculture from decade 1970, and research the transformation what resulted in a new model to regional agriculture in Cianorte, with news cultivations, specially pastures. In this new arrange of space was identified in the field the presence of pastures with little animal production and the valorization of soil agricultural what firstly was associate with real-state speculation, but after 1997, was added to cultivation of soy and corn, creating a new agricultural scenery. In the city the expansion urban/industrial concentrated population and services in a dynamics of regional center.

Key-words: Colonization. Coffee planting. Modernization of the agriculture. Social-spaces impacts.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, temos buscado na importância do lugar frente à globalização e/ou mundialização dos mercados, identificar o papel da unidade regional no momento em que muito se discute a homogeneização do espaço/mercado. Conforme Santos¹ “Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade mundo, da qual são formas particulares”.

O lugar que procuramos analisar neste, se faz na compreensão das suas características próprias e singulares, marcadas pelas relações entre a sua população e suas experiências que revelam o lugar “como o espaço de experiência humana e de significado para a população o que confere identidade expressa geralmente por um nome e por determinados símbolos, percebidos e aceitos socialmente”².

Buscamos ao enfatizar também a região a compreensão do fenômeno regional como um processo histórico e social responsável por diferenças entre os lugares numa complexa organização sócio-espacial, ou seja, como espaço vivido que possui uma identidade maior do que a do lugar. Assim, “o acontecer sobre o espaço não é homogêneo”³ e os lugares assumem características próprias, reflexo das ações projetadas e modeladas pelos homens. A ação humana produzida ao longo do tempo transforma diferentemente os lugares criando formas espaciais diversas. Ainda, “ao que parece, as cidades e os lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos (...)”⁴.

Sendo assim, nosso objeto de estudo (município de Cianorte), uma unidade do conjunto noroeste do Paraná nos chama atenção. É um lugar de algumas características específicas e significativas que não são estudadas com maior afinco em trabalhos mais gerais, mas são de papel importante para o estudo local e regional. Não intencionamos neste, realizar um debate teórico a respeito da globalização, mas apenas destacar a relevância do lugar no contexto regional, ou seja, as características que são próprias do lugar e que por elas se destacam numa relação de abrangência e influência regional.

¹ SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro – São Paulo. Record. 2000. p. 112.

² Comunicação oral proferida em sala de aula pelo Prof. Silvio Bandeira de Mello e Silva no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, no primeiro semestre de 2002.

³ SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis. Vozes. 1979. p. 18.

⁴ HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo. Edições Loyola. 1993. p. 91.

O tema de pesquisa “*Cianorte: Ocupação pioneira, modernização da agricultura e impactos sócio-espaciais*”, resulta do interesse por verificar o processo histórico de colonização e as conseqüentes transformações ocorridas no cenário da paisagem do norte e noroeste paranaense, em especial no município de Cianorte e sua microrregião geográfica, que acompanharam o plano colonizador empresarial privado da CMNP. Também buscamos analisar os impactos sócio-espaciais gerados pela modernização da agricultura a partir da década de 1970 e investigar as transformações que se processaram e que resultaram em um novo modelo para agricultura regional com novos cultivos e o predomínio de pastagens, na intenção de identificarmos situações como a presença de pastagens com baixo índice de produção animal em uma terra de alto custo e também associar a expansão populacional urbana com o desemprego no campo e a orientação para o setor industrial.

Com tais objetivos é que se buscou compreender no primeiro capítulo: o avanço da frente pioneira impulsionada pela colonização empresarial privada em um território “ideologicamente desabitado e pronto para ser ocupado”; as estratégias de ação adotadas pelo plano colonizador da CMNP, bem como a importância do solo e da vegetação como elementos incisivos nas negociações e ainda a importância das primeiras lavouras. No segundo: a lavoura cafeeira como sendo a responsável pela fixação do homem no campo, possibilitando-lhe trabalho, renda e subsistência; a afirmação do município de Cianorte no contexto da colonização, seu desenvolvimento e sua estagnação no processo de expansão econômica e a trajetória da população que chegou, mas que também foi embora. No capítulo terceiro: a desarticulação da economia e do complexo cafeeiro abrindo caminho para a inserção da modernização da agricultura que configurou uma nova dinâmica na paisagem permeada por impactos sócio-espaciais. Finalmente no quarto e último capítulo poderemos acompanhar a nova configuração das terras agricultáveis de Cianorte, acompanhadas da especulação e da renda fundiária.

A pesquisa foi sendo desenvolvida a partir da realização de leituras sobre a colonização paranaense, história, geografia e economia do Paraná e Cianorte, características físico-naturais para fins de uso do solo (culturas de subsistência, cultura cafeeira e pastagens), sobre economia cafeeira, enfim, sobre as transformações ocorridas ao longo da colonização e em particular no período pós 1970 com a configuração da modernização da agricultura.

Foram realizados levantamentos de dados secundários junto ao IBGE, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Núcleo Regional de Maringá, Umuarama e Escritório Regional de Cianorte), ao Banco do Brasil, EMATER e ao Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Cianorte. Os dados primários resultaram em parte do levantamento de pesquisa de campo entre os meses de junho a dezembro de 2003, por meio de entrevistas com antigos proprietários rurais e pioneiros, vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outra parte, refere-se àqueles proprietários rurais agropecuaristas vinculados ao Sindicato Patronal dos Produtores Rurais e cadastrados na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento de Cianorte. Assim, foram realizadas vinte e cinco entrevistas compostas por importante fonte de dados e informações. Contudo, neste foram relatadas apenas dezesseis entrevistas por apresentarem estas maiores contribuições, embora todas as demais somassem positivamente para este trabalho.

Nas entrevistas gravadas com pioneiros procuramos por meio de seus relatos, identificar acontecimentos históricos do Município vinculados a colonização e àqueles ao campo. Nas entrevistas também gravadas com os agropecuaristas e proprietários rurais o enfoque foi buscar fundamentar o porquê de terras de alto valor econômico com baixa exploração, como é o caso das áreas destinadas as pastagens. Tanto os pioneiros quanto os proprietários rurais foram indicados de forma aleatória pelos órgãos procurados, como também os entrevistados sugeriram outros nomes para as entrevistas. Nem todos os indicados, por serem muitos, seriam possíveis de se entrevistar e então tomou-se como medida o sorteio. Ainda outras fontes utilizadas em nossa pesquisa foram os Jornais de Serviço da COCAMAR e os seus Informativos publicados quinzenalmente no seu site www.cocamar.com.br.

Desse modo, ao associarmos a teoria (referencial teórico) com a prática (fontes orais e levantamento de dados) constituímos a base teórico-metodológica de investigação dessa pesquisa e que então possibilitou organizá-la em quatro capítulos.

No primeiro capítulo tratamos da ocupação territorial do norte e noroeste paranaense, bem como a forma de avanço da frente pioneira impulsionada pela colonização empresarial privada que veio a caracterizar o “Paraná Moderno”. O avanço da frente pioneira esteve atrelado as companhias colonizadoras e a uma infra-estrutura composta pelas estradas de rodagem e a ferrovia, compondo o rápido processo colonizador.

É apresentada a dinâmica, ou seja, as estratégias de ação adotadas pela CMNP; o mecanismo de comercialização de terras, formas de compra, venda, pagamentos e especulação. A CMNP, empresa que viabiliza o lucro, adquiriu as terras do Estado e comercializou, não só disponibilizou infra-estrutura como também gerenciou outros fatores para a comodidade do adquirente. Também, a incorporação de Cianorte ao modelo colonizador apresentou algumas particularidades em decorrência de fatores como: o tipo de solo; uma colonização voltada para

a cultura cafeeira em período já não mais tão favorável como fora para outros municípios (Londrina e Maringá); as fortes geadas, dentre outros, que combinados numa relação espaço/tempo, expressaram mudanças.

Outro enfoque dado nesse capítulo direcionou-se a exploração florestal como dinâmica geral de colonização desde as antigas regiões cafeeiras e perfazendo todo norte paranaense. Também a importância das primeiras lavouras tanto para a própria subsistência do colono quanto para o pagamento das parcelas de compra dos lotes rurais comercializados pela CMNP.

No segundo capítulo apresentamos a importância da cultura cafeeira para o desenvolvimento do processo colonizador e como o principal produto da economia regional. A cultura do café possibilitou trabalho a milhares de trabalhadores rurais, principalmente por ser uma cultura dependente de numerosa mão-de-obra e que se estabeleceu predominantemente em pequenas propriedades nas áreas colonizadas pela CMNP.

Com a migração da cultura cafeeira em geral para todo o norte paranaense, migraram também muitas pessoas de diversas regiões do país em busca de terra e/ou trabalho. Pela região norte do Paraná se estabeleceram as muitas famílias que foram constituindo as relações de trabalho entre patrão e empregado com características diferentes daquelas empregadas nas grandes lavouras das antigas regiões cafeeiras. O café associado à pequena e média propriedade, enquanto dominantes na paisagem regional responderam por uma dinâmica de pessoas, de capitais e por uma configuração sócio-espacial e quando não mais, outras se tornaram as dinâmicas.

Procuramos também nesse capítulo, identificar o processo de formação do município de Cianorte que fundado na década de 1950 seguia o projeto de expansão da frente colonizadora liderado pela CMNP. Assim, teve como base a lavoura de café em um momento ainda de prosperidade, tendo em vista o valor pago no mercado pelo produto, ao menos até o momento em que se estabelece o fomento à modernização da agricultura.

No decorrer desta fase inicial da colonização e predomínio cafeeiro, a população se manteve predominantemente no campo obtendo moradia, trabalho e subsistência. No entanto, com as novas dinâmicas trazidas pela modernização da agricultura, um novo contexto histórico-espacial começou a se formar e Cianorte a seu próprio tempo foi acomodando-o. Uma nova realidade foi se estabelecendo na medida que as pastagens foram ocupando o lugar das

lavouras de café, liberando as pessoas das atividades do campo. Este momento foi marcado pela trajetória da população no êxodo rural.

No terceiro capítulo, tratamos da nova configuração da agricultura fortalecida pela modernização e impulsionada com e a partir da crise na cafeicultura. Primeiramente o café possibilitou a formação de uma burguesia e de um capital que por sua vez favoreceram o surgimento da indústria brasileira. Posteriormente, essa indústria passou a produzir os bens de produção e a estabelecer maiores e dependentes relações entre uma e outra. Contudo, a agricultura foi se tornando subordinada à indústria e no campo passou a predominar as lavouras mecanizadas altamente dependentes do capital nas regiões com condições de relevo e solo favoráveis, enquanto no noroeste paranaense e em particular em Cianorte onde se encontram solos arenosos, a pastagem assumiu a liderança.

A cafeicultura então que já vinha passando por crises de conjuntura econômica e política, mais as de ordem climática no norte paranaense e também de solo no noroeste, veio a ceder sua área para as culturas temporárias (soja, trigo, milho, mandioca e cana-de-açúcar) e para a pastagem, alterando assim a utilização do solo e conseqüentemente a paisagem.

Neste capítulo, abordamos a nova organização agropecuária que veio caracterizar a estrutura fundiária e a condição do produtor em particular em Cianorte, diante das novas possibilidades, incertezas e interesses, no momento que trouxe para esse município tão elevada porcentagem de área destinada à pastagem.

Na medida em que foi se desenhando a nova paisagem no campo e também na cidade, procuramos ainda no terceiro capítulo, identificar através dos indicadores da modernização da agricultura os aspectos que acentuaram tão fortemente a concentração da posse da terra agrícola, bem como passou a se apresentar a utilização do solo e as condições do produtor.

No quarto e último capítulo procuramos analisar a nova configuração do campo através das novas formas de uso das terras agrícolas. Novas formas não em termos mais abrangentes como se considerada toda a região norte paranaense, mas sim, considerando o noroeste e particularmente o município de Cianorte que somente na década de 1990 e mais especificamente em fins desta é que tem transformado suas pastagens em áreas para a cultura da soja e do milho principalmente.

A permanência de uma pastagem com característica tradicional sem gerar renda ao produtor e como atividade predominante por mais de duas décadas em Cianorte, nos instigou a pensar nas razões pela qual se mantinha a mesma, considerando o seu elevado valor de

comercialização. Buscou-se, assim, compreender tal realidade ao considerar uma especulação imobiliária pela não dependência desta atividade por parte dos proprietários rurais.

Buscamos também identificar a recente dinâmica da paisagem com a introdução da cultura da soja nas terras agrícolas cianortenses, sobretudo nas de condição arenosa, bem como a sua relevância em termos econômicos tanto ao produtor quanto ao município. Essa nova configuração da agricultura tem alterado a paisagem de um campo pouco produtivo e explorado, para outra em que as lavouras altamente mecanizadas estão se inserindo.

Nesse processo de desenvolvimento do município cianortense, enquanto a zona rural permaneceu opaca e pouco dinâmica por um período de cerca de vinte anos, foi o setor urbano/industrial que se mostrou com maior vigor, mas se despontando na década de 1990 e isso ocorre, sobretudo, com a maior diversificação de serviços prestados e com a ampliação do setor industrial.

É nas considerações finais, contudo, que se avalia o desenvolvimento cianortense ao longo do seu processo histórico e sócio-espacial. A partir de nossa problemática principal de que os impactos sócio-espaciais foram gerados em um contexto regional com o processo colonizador, mas que se acentuaram com a modernização da agricultura, é que se estabeleceu a análise das características particulares do lugar expressos na sua própria dinâmica e configuração.

I. OS PRIMEIROS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO E USO ECONÔMICO DA TERRA AGRÍCOLA NO NORTE PARANAENSE

O processo de ocupação do território brasileiro foi marcado pela dependência, sobretudo, por se produzir monoculturas e em particular a cana-de-açúcar e o café. Uma colonização impulsionada por ciclos econômicos voltados à exportação, subordinou assim durante séculos a economia brasileira de colonização portuguesa, às determinações e oscilações do mercado externo.

Neste processo de ocupação, mas já década de 1930 o norte central do Paraná constituiu uma particularidade não pela cultura, mas pela forma de apropriação que foi dirigida por uma empresa privada, a Companhia de Terras Norte do Paraná e sua sucessora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O destaque se deu na grandiosidade da área a ser colonizada, no planejado projeto empregado e fundamentalmente na estrutura fundiária e no sistema de comercialização das terras. A exploração destas foi quase que total, desde o momento que se desalojou a floresta para a cultura cafeeira associada às culturas de subsistência – o café era chamado por muitos de “ouro verde”. Assim, milhares de pessoas se sentiram atraídas e se direcionaram para o norte paranaense em busca de suas realizações.

1.1. Alguns aspectos da colonização brasileira

Muito embora, não seja objeto desse trabalho apresentar um arcabouço aprofundamento histórico sobre toda a colonização brasileira, considera-se minimamente necessário abordar alguns fatores para melhor compreender, no entanto, o processo de colonização⁵ paranaense. Sendo assim, faz-se necessário um breve comentário do avanço da colonização em nosso país, não no intuito de recontar a história, mas apenas apresentar alguns fatores importantes e que se encaixam no processo de ocupação e povoamento do Estado do Paraná, sobretudo, com relação à transferência da forma pública para a forma privada de acesso a terra e as manobras do Estado.

Assim, no país, historicamente tudo começou quando o fora “brutalmente” ocupado e explorado conforme os interesses “daqueles lusitanos”, conquistadores vindos de além-mar e que aqui tiveram “um bravo ato histórico” de colonizar a então floresta habitada por “selvagens”, fazendo dessa terra desconhecida do “mundo civilizado”, sua colônia. Quando poderia suspeitar os habitantes dessas terras de pau-brasil que “pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada?”⁶

Segundo Guimarães (1977), a missão confiada aos colonizadores foi a de submeter a população indígena, apropriar-se de suas terras e bens, impor-lhes suas concepções e transformá-las em agentes dóceis conforme os objetivos de domínio.

O Brasil surgiu no cenário mundial como uma colônia de exploração comercial que adotou o trabalho escravo, de acordo com os “objetivos essencialmente orientados pelas necessidades, diretas ou indiretas, da economia portuguesa”⁷. O trabalho escravo e a grande lavoura configuraram o sistema colonial de *plantation*.

A forma encontrada para colonizar foi dividir o território pouco conhecido em capitânicas hereditárias que foram criadas em 1534 e estas em sesmarias. Ambas as formas, tiveram o papel de organizar a colônia político e administrativamente e ainda consolidar a propriedade

⁵ Entendemos por colonização e de acordo com Raimundo Laranjeira (1983), um processo de ocupação do território que ainda tem curso entre nós e que o termo colonizar traz basicamente o sentido de ocupação territorial combinado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica. LARANJEIRA, R. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1983.

⁶ GUIMARÃES, G. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 4ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. p. 05.

⁷ LEITE, M. A. F. F. A construção da paisagem no Brasil (capítulo 6). In: *Destruição ou Desconstrução?* São Paulo. HUCITEC. 1994. p. 75.

privada da terra, garantindo a posse com seriedade, através das atividades dos donatários e também pela ação do próprio governo lusitano: ambos encarregados de trazer população para cá. Contudo, “o Brasil se aproximou mais primeiramente de uma colônia de exploração do que de uma colônia de povoamento do solo”⁸.

O modelo de divisão do território para a colonização que foi adotado, não obteve êxito em todas as capitâneas em que se dividiu o país, (Santana, Santo Amaro, São Vicente, São Tomé, Espírito Santo, Porto Alegre, Ilhéus, Bahia de Todos os Santos, Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande, Ceará, Segundo do Maranhão e primeiro do Maranhão). Nesse sentido, “as governanças de cada uma dessas unidades cederam lugar a uma governadoria geral que se ramificou em governos locais, instalados nas mesmas capitâneas”⁹.

Essas capitâneas assistidas por uma governadoria geral tornaram-se províncias e depois com a República vieram a se tornar Estados da Federação. Com isso, tornou-se mais efetiva a política de desenvolvimento econômico, “a exploração colonial foi substituída pela exportação de excedentes; as determinações externas passaram a ser assumidas como determinações do Estado”¹⁰” o que também acentuou as diferenças nas classes sociais, ou seja, ocorreu nítido distanciamento entre as classes.

No campo consolidou-se uma burguesia rural que incentivou o sistema de *plantation*, com a cultura da cana-de-açúcar, seguida pela criação de gado. Com a riqueza privada que para a Coroa portuguesa era a única capaz de custear a produção nas vastas propriedades, “difundiram-se os latifúndios, base em que se firmou o sistema colonial, pelo aspecto fundiário”¹¹.

A consolidação do aspecto fundiário ocorreu de fato com o ciclo canavieiro, constituindo duas instituições sólidas nesse momento, a sesmaria e o engenho, denominados “os pilares da antiga sociedade medieval”¹².

Baseada em tais pilares a política mercantilista portuguesa estimulou os planos de colonização brasileira, principalmente pela grande produção para o comércio e o emprego do trabalho escravo. Tal processo desenvolveu-se basicamente no entorno do litoral brasileiro até meados do

⁸ LARANJEIRA. op. cit. p. 07.

⁹ Id. Ibid. p. 05.

¹⁰ LEITE. op. cit. p. 76.

¹¹ LARANJEIRA. op. cit. p. 06.

¹² GUIMARÃES. (1977). op. cit. p. 45.

século XIX, quando é abolido o trabalho e editada a Lei de Terras (Lei nº 601/1850)¹³ e também ocorre o estímulo para a vinda de imigrantes ao país, já com a abertura dos portos às “nações amigas” em 1808.

A vinda dos imigrantes para o país caracterizou a colonização de povoamento sendo os recém chegados empregados como mão-de-obra na cultura do café desenvolvida em grande extensão de Mata Atlântica nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo¹⁴, formou-se também a força de trabalho livre da qual se extraía a mais-valia, uma vez que havia sido abolida a escravatura.

Uma colonização impulsionada por ciclos econômicos voltados à exportação, subordinou durante séculos a economia brasileira de colonização portuguesa, às determinações e oscilações do mercado externo. Caracterizou assim, desde o “descobrimento”, uma dependência por se produzir monoculturas, tanto da cana-de-açúcar como a do café.

Leite (1994) ao abordar a colonização e a economia brasileira durante os períodos colonial e imperial, fundada na monocultura em várias regiões, destaca, que cada ciclo de exploração comercial produziu uma organização espacial específica, associada a uma rede urbana pobre, centrada em grandes e poucas cidades, sedes do controle administrativo do capital comercial. Tanto no campo como na cidade a organização espacial foi sendo envolvida e constituída pelo ciclo econômico que foi regulando tal dinâmica de organização.

A combinação do avanço da colonização com a exploração da terra implicou, como ainda implica, necessariamente, em ampliar a fronteira¹⁵, estendendo o limite da área que se

¹³ Para Moreira (1990) “Uma lei vem para anular a outra [Lei de Terras no lugar da Lei de Sesmarias]. Num anúncio público do fim do acesso à terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de Terras estabelece o mercado com regra do caminho. Doravante, só se adquire terra mediante compra. Por conseguinte, só a quem a pode comprar fica ela assim franqueada, excluindo-se desse acesso quem não tem recurso, o que quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho”. In: MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo. Brasiliense. 1990. p. 36.

¹⁴ Segundo o mapa “Os sete biomas” integrante da revista Galileu, n.108, com relação ao sentido amplo, ecológico, essa região pertence ao bioma denominado Mata Atlântica. Segundo este mesmo mapa a região norte e noroeste do estado do Paraná encontram-se também neste mesmo bioma e dessa forma é apontado também na referência de DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵ MARTINS (1997) ressalta que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. Para o autor a fronteira representa o lugar de encontro e portanto de conflito, onde os índios estão de um lado e os civilizados de outro, “um lugar de descoberta do outro e de desencontro”. MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. HUCITEC. 1997. p.150.

pretende “povoar com civilizados” e explorar economicamente a terra. Dessa forma, na medida em que as áreas cultivadas vão se esgotando, seja pelas condições do solo e/ou necessidades de expansão, avançam as fronteiras. Uma de fundamental importância para o entendimento do arranjo espacial da colonização do norte e noroeste do Paraná foi a expansão da fronteira agrícola com a cultura do café para a região. Outra situação e de exemplo atual é a expansão da fronteira na Amazônia, “a última grande fronteira”, apontada em nosso território.

É importante observar que qualquer que seja o avanço da fronteira, ela contempla a ação de uma frente¹⁶, que uma vez ocorrendo em períodos e em espaços de características diferentes, acabaram por incorporar a partir do regime de sesmarias, diferentes mecanismos de apropriação da terra, normalmente com muitos conflitos, de certa forma, refletindo as condições e os interesses políticos que prevaleceram e prevalecem nos momentos em que se dá a ocupação. Os conflitos pela posse da terra, portanto, não são características apenas do Brasil colônia, mas os são características de toda a história deste país até os dias mais recentes.

Mesmo a partir da legitimação da Lei de Terras em 1850 que significou o meio principal para “democratizar” o acesso à propriedade da terra por meio da compra e que também caracterizou a transferência da forma pública para a forma privada, inúmeros foram os impasses conflituosos nas frentes colonizadoras, pois, muitos eram os títulos duvidosos de posse.

Quando o processo de ocupação se estabelece no norte paranaense através da expansão da frente cafeeira paulista no início do século XX e na divisa entre estes Estados, as grandes posses permeadas por conflitos geravam um desconforto para o governo paranaense que se viu na obrigatoriedade de legitimar tal ocupação, uma vez que esta vinha se manifestando rápida e desordenadamente. O Estado preocupado com os problemas relativos à legalização da posse da terra e visando eliminar uma ocupação ilegal e predatória da floresta e também do

¹⁶ Abordaremos a concepção de frente não como um conceito, mais como uma forma de olhar e de compreender a região proposta para este estudo, considerando uma frente de expansão e outra, frente pioneira. No entanto, quando assinalado no texto a frente de expansão, estaremos considerando a presença da população indígena como um agente em espaço e tempo, de acordo com MARTINS (1997); e MURAMATSU, L. N. *As Revoltas do Capim (Movimentos Sociais-Agrários no Oeste Paulista) 1959-1970*. São Paulo: FFLCH – USP, 1984, Dissertação de Mestrado. Enquanto, ao assinalar a frente pioneira, teremos como referência o empresário no papel das companhias colonizadoras, o fazendeiro, o comerciante o pequeno agricultor moderno e empreendedor, atrelados ao processo de desenvolvimento econômico regional, de acordo com BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras”, no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 15, n.3, p.357,jul/set 1953; MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, n.22, p. 55-95, 1956, entre outras referências utilizadas ao longo do texto.

solo, sobretudo por posseiros, promoveu então a divisão em lotes e a venda por baixos preços, colocando-os à disposição para a ocupação permanente.

A política agrária adotada pelo governo do Paraná no início do século XX visava aumentar a arrecadação estadual, tanto pela comercialização de terras quanto pelo incremento da produção agrícola. O Estado procedeu, assim, o movimento ocupacional de duas formas principais: uma pela colonização oficial com a implantação de alguns núcleos urbanos e que coube ao governo tal execução bem como gerenciar esse processo e outra: a colonização empresarial privada, em geral reconhecida no papel desenvolvido pelas companhias colonizadoras que por meio de acordos realizados com o Estado desenvolveram seus projetos de colonização. Esta última de maior relevância para este trabalho é apresentada no item que segue.

1.2. O avanço da frente pioneira pela colonização empresarial privada

O norte¹⁷ e o noroeste¹⁸ do Paraná constituem regiões do Estado que instigam ainda hoje muitos estudos em diferentes áreas do conhecimento face aos seus atributos e as suas características, muitas, de ocupação territorial pelas frentes pioneiras. Nas palavras de Padis¹⁹ pode-se constatar que “poucas notícias existem de acontecimentos processados de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes que lhe sejam similares”.

Encontramos no Estado do Paraná, por exemplo, em um momento em que a União não havia efetivado claramente seus propósitos de colonização, áreas bastante conflituosas no norte e noroeste, seja pela grilagem de terras e concessões fraudulentas ou tomadas pelos posseiros e grandes fazendeiros.

Porém é importante relembrar que os territórios entre os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, onde estão assentadas as cidades paranaenses, como Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel e centenas de outras menores, nunca estiveram vazios, desde a sua humanização – chegada dos primeiros homens – há mais de dez mil anos. Também não eram ‘sertões desconhecidos’ como quer fazer acreditar certa

¹⁷ Quando referido no texto, o norte do Paraná representa duas mesorregiões geográficas, de acordo com a classificação do IBGE (1991), uma correspondente ao norte pioneiro e outra ao norte central paranaense. Porém, essas mesmas regiões foram denominadas de norte velho e norte novo, respectivamente, em se tratando da territorialização das frentes pioneiras e também da anterior classificação do IBGE de 1968.

¹⁸ Quando referido no texto, o noroeste do Paraná corresponde a mesorregião geográfica denominada de noroeste paranaense, de acordo com a classificação do IBGE (1991). Porém, tal região fora denominada de norte novíssimo, conforme a territorialização das frentes pioneiras e anterior classificação do IBGE de 1968.

¹⁹ PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. São Paulo. HUCITEC. 1981. p. 33.

historiografia. Desde o século XVI existem relatos sobre a região e seus habitantes indígenas. Nos séculos seguintes, várias expedições de exploração percorreram o interior e produziram relatos de vários de seus aspectos. Lendo esses relatos, verifica-se que as invasões e a conquista das terras indígenas sempre foram intencionadas pela violência, em contraste com a idéia que se quer passar ao grande público sobre sua ‘colonização pacífica e harmoniosa’²⁰.

Pode-se constatar assim, que anterior ao processo de colonização, o desenvolvido pelas companhias colonizadoras²¹ e mesmo a oficial implementada pelo Estado, havia no norte e também no noroeste uma densa e exuberante floresta latifoliada²² povoada por povos indígenas, ao contrário de uma ideologia que se construiu de um território desabitado e pronto para ser ocupado²³.

Durante séculos, efetivamente os antecedentes da ocupação moderna no norte e noroeste do Paraná, manifestam-se como agentes na história e integrantes dessa porção do território nacional, mas que bastou o homem branco “civilizado” adentrar por essas terras, para torná-las palco de guerra²⁴, iniciadas já “nas primeiras décadas do século XVI com as expedições portuguesas e espanholas que cruzaram a região em busca de metais, escravos, e de uma rota ao Paraguai e Peru”²⁵.

Somente a partir de meados do século XIX é que se processou de forma mais efetiva a colonização. Nesse sentido pode-se citar Müller²⁶ que apresenta a fundação da Colônia Militar de Jataí em 1855, hoje município de Jataizinho, na margem direita do rio Tibagi e também de outros dois núcleos: o de São Pedro de Alcantara e São Jerônimo da Serra, que

²⁰ MOTA e NOELLI. (capítulo I e II) In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (org), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá, EDUEM, 1999. p. 50.

²¹ “Parte da região Norte do Paraná, em especial a área *core* dos solos tipo *terra roxa*, resulta de uma ocupação sistematizada, empreendida por companhias colonizadoras como a *Brasil Tokushoku Kaisha* – Bratac, a *Nambeï Tochikushiri*, a Colonizadora Vale do Ivaí Ltda e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP” (ENDLICH, A. M. e MORO, D. A. 2003, p. 13).

²² Considerando a classificação de vegetação realizada pelo IBGE em 1993, a região norte e noroeste do Paraná encontram-se sobre o domínio da denominada Floresta Estacional Semi-decidual. Mapa de vegetação do Brasil, Escala 1:20.000.000, IBGE, 1993.

²³ Tal ideologia foi construída e fomentada com a ocupação e expansão capitalista no norte paranaense por diversos agentes: “desde a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 e 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades e por fim, os livros didáticos que, se utilizando dessas fontes repetem para milhares de estudantes do Estado a idéia de que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíam um imenso ‘vazio demográfico’ pronto para ser ocupado pelos pioneiros” (DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. 1999, p. 22).

²⁴ Referimo-nos à palco de guerra no sentido de conflitos pela permanência na terra, seja pelo homem branco e / ou pelas populações indígenas.

²⁵ MOTA. op. cit. p. 239.

²⁶ MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.22, p. 55-95, 1956. p. 71.

constituíram pontos de parada obrigatória para os viajantes²⁷. “Esses centros de povoamento, postos avançados de colonização num sertão ainda não desbravado, mantiveram-se como pequenos povoados até este século²⁸, quando sob impulso da colonização moderna, começaram a se desenvolver”²⁹. Vale ressaltar também que esses núcleos foram formados, sobretudo para assegurar um caminho ao Mato Grosso.

No correr desses acontecimentos que para Bernardes³⁰ “apesar da fundação da colônia militar de Jataí, permaneceu o norte do Paraná, até o último quartel do século XIX como sertão desconhecido e desabitado”, para Nicholls³¹ a importância está em marcar o início dessa nova região que seguia o percurso futuro da ferrovia São Paulo – Paraná, embora vindo alcançar o rio Tibagi somente em 1932.

O processo de ocupação das regiões norte e noroeste pela frente pioneira caracterizou a colonização do “Paraná moderno”, que se conclui com a também colonização do sudoeste. A ocupação pioneira teve início, no entanto, a partir de fins do século XIX com o avanço de uma frente, sobretudo de paulistas e mineiros, que acompanhavam o avanço da fronteira agrícola impulsionada por razões econômicas consolidadas na cultura do café.

Atrelados à frente pioneira nesse processo encontravam-se os denominados de “protagonistas”, que foram:

(...) a rede ferroviária e as companhias colonizadoras que receberam concessões de terras graças a contratos com o Governo Estadual de várias ferrovias (...). Em geral essas concessões de terra eram feitas em lugar de pagamentos em espécie, exigindo as companhias garantias por seus investimentos³².

Assim, na medida em que a ferrovia avançava alcançando uma nova cidade, a exuberante floresta latifoliada ia sendo varrida desse espaço, cedendo lugar a uma nova configuração da

²⁷ Os viajantes eram normalmente tropeiros que nesses locais realizavam suas paradas e pousos. Os povoados citados correspondiam ao caminho das tropas de muares e rebanhos bovinos vindos do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba / São Paulo e daí muitas vezes rumo ao estado de Minas Gerais.

²⁸ Deve ser lembrado que Muller faz esta observação em 1956, portanto, o século referido pelo autor corresponde ao século XX.

²⁹ MULLER. op. cit. p. 71.

³⁰ BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras”, no estado do Paraná. In : *Revista Brasileira de Geografia*, v. 15, n. 3, p. 357, jul/set, 1953. p. 358.

³¹ NICHOLLS, W. H. A fronteira Agrícola na História recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. N.26, p. 19-53, Curitiba, 1971. p. 32.

³² FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981. p. 125.

paisagem³³ regional, predominantemente vista como um “mar de café”.

Em geral, desde a colonização o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo do norte e noroeste paranaense basicamente fundamentados em uma atividade econômica vinculado ao setor primário ligado ao campo, incorporou extensas áreas de Mata Atlântica que ao dar lugar a cultura do café, fizera com que

(...) a floresta inteira era destruída na preparação para o plantio – salvo aqui e acolá, um pau-d’alho. Essas árvores eram poupadas porque eram consideradas o mais seguro de todos os padrões e, pois, exibidas para um comprador potencial da fazenda como prova da produtividade de seus cafezais³⁴.

A colonização que seguia sentido noroeste, fomentada pela frente pioneira desde as margens do rio Paranapanema, alimentou a esperança em milhares de pessoas de obter um lote e com a cultura do café obter grandes ganhos em solo de terra roxa, por ser o maior favorecedor do norte paranaense³⁵, por abranger uma área vastíssima, contínua, de extensão muito superior à das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. Ainda para a mesma autora, a terra roxa, de grande fertilidade valorizou o norte do Paraná e foi o chamariz para os milhares de indivíduos que por aí ocorreram desde o início do século passado.

Para autores como El-Khatib³⁶ e também Padis³⁷, vários foram os fatores que combinados levaram a esse fenômeno de colonização do norte e noroeste paranaense, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras, a situação econômica nacional no contexto internacional depois da “crise de 29”; a evolução da cafeicultura paulista neste período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 30.

Algumas referências destacam também a importância de determinados fatores climáticos e geológicas na composição da “grandiosa e exuberante” paisagem da mata pluvial tropical que chamava a atenção dos colonizadores e que a cobriam por cobrir fertilmente grande faixa de solo de terra roxa, considerada de maior qualidade para a cultura cafeeira.

³³ A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global – esboço metodológico. In: *Caderno de Ciências da Terra, n. 13: IGEO/USP*. São Paulo, 1972, p. 02.

³⁴ DEAN, W. *A ferro e fogo: a história de devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996. p. 197.

³⁵ BERNARDES. op. cit. p. 357.

³⁶ EL-KHATIB, F. *História do Paraná*. Vol. 1. Curitiba. GRAFIPAR. 1969. p. 83.

³⁷ PADIS. op. cit. p. 83.

Maack³⁸ observa: “A paisagem era uma expressão de vital fertilidade, porque estava em perfeito equilíbrio com as funções geográficas e biológicas, como sejam, temperatura, umidade, circulação da água e formação do solo”.

Para Padis³⁹

Como se sabe, a cultura do café exige uma combinação conveniente de solos e climas. Os solos do norte paranaense – em grande parte constituído de terras roxas, de excelente qualidade – não ofereciam barreiras ao cultivo da café. Com estações razoavelmente melhor delimitadas que em São Paulo, com verões mais quentes e invernos mais frios, a região cafeeira paranaense era (e ainda é) sujeita a risco de geadas pretas ou brancas.

Também Müller⁴⁰ compartilha dessa mesma observação e acrescenta:

De fato, tem o Norte do Paraná clima de transição entre o tipo subtropical, que caracteriza a maior parte do terceiro planalto, ao sul do Ivaí, e o tropical de altitude do oeste paulista; assim sendo, à medida que se caminha para o sul, a diminuição das temperaturas e a maior frequência e a intensidade de geadas vão se tornando impraticável a cultura do café.

Para os pioneiros, na realidade, mesmo sabendo do risco de se perder não só a produção do café, mais também os cafeeiros em decorrência do clima mais frio em determinadas regiões do Estado, foram impulsionados pelos altos preços pagos ao café, em alguns casos, a ultrapassar o limite climático, para a produção do café em região que ia além do norte e noroeste paranaense.

A expansão da fronteira agrícola do café paulista que teve início de forma espontânea no final do século XIX e embora ocupando inicialmente a região do norte pioneiro paranaense nos municípios de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista, fez da ocupação dessa região um fenômeno que tomou maior proporção a partir de 1920, em decorrência do aumento no preço do café (principal produto brasileiro de exportação) no mercado internacional a partir da Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Carmo⁴¹ (1981) as regiões produtoras de café do Estado de São Paulo não tinham condições de atender à crescente demanda, em virtude de doenças nos cafezais, como a “broca” e de em certas áreas os solos já se apresentarem esgotados, influenciando a queda

³⁸ MAACK, R. A modificação da paisagem natural pela colonização e suas conseqüências no norte do Paraná. In *Boletim Paranaense de geografia*. N. 2 e 3, jun. 1961. p. 30.

³⁹ PADIS. op. cit. p. 84.

⁴⁰ MULLER. op. cit. p. 57

⁴¹ CARMO, J. H. do. O Paraná, sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n. 76, p. 33-59, 1981.

na produtividade do café. Ainda mais, o rápido crescimento urbano decorrente do progresso econômico gerado pela atividade cafeeira de algumas cidades do interior paulista como Campinas e Ribeirão Preto, fizeram por aumentar a demanda por alimentos, bem como o preço das terras para o cultivo próximas a essas cidades.

O fluxo migratório no curso desses acontecimentos, ou seja, a frente povoadora que vinha, sobretudo, de São Paulo, Minas Gerais e de algumas localidades do nordeste e que ultrapassava o rio Paranapanema por volta de 1923, marcou o início da colonização das terras ao oeste do rio Tibagi, nos moldes da colonização dirigida pelas companhias colonizadoras privadas, em especial nesta região norte e noroeste paranaense pela Companhia de Terras Norte do Paraná⁴².

Contudo, essas regiões não eram absolutamente despovoadas se considerarmos a ocupação destas áreas por uma frente de expansão, anterior à denominada por alguns autores de frente pioneira, ou seja, tal espaço fora povoado por populações indígenas, populações pobres, posseiros e pequenos agricultores que praticavam uma agricultura de roça. De acordo com Muramatsu⁴³, nesse sentido, operava uma economia cuja dinâmica privilegiava primeiro a produção de produtos que serviam a subsistência e secundariamente para o mercado.

A frente pioneira, no entanto, impulsionada pelo fazendeiro, o comerciante e o pequeno produtor empreendedor, avançou nesta região por vezes de forma brutal. Como Monbeig⁴⁴ nos mostra: “a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial. Nada subsiste dos antigos habitantes, a não ser de modo muito indireto”. Monbeig comenta a esse respeito a moda que se tornou batizar as novas cidades com nomes tupis na zona pioneira no Brasil, sobretudo, no norte do Paraná. Essa ressurreição erudita da língua indígena, diz ele, comprova o que vem a ser o índio para o habitante de língua pioneira: uma recordação que entrou no domínio da legenda.

A chegada e o avanço da frente pioneira, fez a questão das terras, especificamente nas regiões norte e noroeste do Paraná desde o século XIX, estar sempre atrelada a transtornos referentes à posse / propriedade da terra.

⁴² A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), principal empresa colonizadora do norte do Paraná, era constituída por capitais ingleses. Porém, em decorrência da eclosão da Segunda guerra Mundial, esta obrigou-se à vendê-la a acionistas brasileiros. A partir de então, em 1951 a mesma passou a ser denominada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Sendo assim, no texto se apresentará as duas siglas, (CTNP) e (CMNP) conforme o período referido.

⁴³ MURAMATSU, L. N. *As revoltas do capim (Movimentos sociais-agrários do Oeste Paulista) 1959- 1970*. São Paulo: FFLCH – USP, 1984. Dissertação de Mestrado. p. 08.

⁴⁴ MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo. Polis. 1984. p. 132.

Para Tomazi⁴⁵:

Nesse período, existiam milhares de posseiros com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam desde há anos, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a “grilagem” de terras, bem como pistoleiros e “jagunços”) para manter os seus domínios. De sorte que muitos capítulos da história de (re)ocupação da terra do Paraná, neste capítulo foram escritos com fogo e sangue; basta lembrar os movimentos de posseiros que ocorreram em Jaguapitã e Porecatú, no início da década do estado do Paraná, portanto, não é uma questão pacífica como muitos querem afirmar.

Conforme Priori⁴⁶:

Pelo menos 20 grilos se tornaram famosos na história agrária do Estado do Paraná. Não só pela sua dimensão territorial, mas pelo processo pelo qual foram sendo formados: a prática organizada da grilagem de terras era realizada por “*espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade*”⁴⁷. (...) A maioria desses documentos falsos eram forjados, oficialmente, por cartorários inescrupulosos.(...) O objetivo da ação criminosa de falsificação de documentos era o de fugir dessa “legalização administrativa”, evocando o direito de posse anterior à legislação fundiária.

Fato como este permite demonstrar que os conflitos decorrentes dos movimentos expansionistas ocorridos na região, anteriores a 1930 vão marcar em sua fase inicial pela transferência da forma pública para a forma privada de acesso e apropriação da terra, por numerosas vezes de forma violenta, sendo a questão da propriedade privada constituída por um valor que não se discutia. Os conflitos determinavam a quem a terra iria pertencer a partir de então.

Enorme preocupação vinha se tornando para Estado a forma como as terras estavam sendo apropriadas, visto as correntes migratórias que se direcionavam principalmente de antigas regiões cafeeiras do país em direção ao norte paranaense. “De maneira geral, na época adquirir terras no Norte do Paraná não significava comprar, transacionar terras devolutas, mas

⁴⁵ TOMAZI, N. D. 1999. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (org), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá, EDUEM, 1999. p. 66-7.

⁴⁶ PRIORI, A. A. A revolta camponesa de Porecatú: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942 – 1952). Tese de doutorado. UNESP. Assis, São Paulo. 2000. p 85-9.

⁴⁷ WESTPHALEN. op. cit. p. 25. Referência citada por Priori.

simplesmente tomar posse e depois requerer, como nos tempos das sesmarias, o direito de propriedade junto ao Estado”⁴⁸.

Após 1930, comenta Serra⁴⁹, o Estado traça duas metas em relação a estrutura fundiária em andamento: uma na recuperação das terras desviadas basicamente pelos grileiros e concessões fraudulentas e, outra, estabelece o processo de colonização criando novas paisagens para o campo e para a cidade.

Ao retomar as terras desviadas ou mesmo legalizar, comenta o mesmo autor, o Estado, passou a ter condições de estabelecer nova ordem na ocupação do espaço, tendo a colonização como processo básico. A colonização oficial e empresarial a propósito é que marcaria a partir daí e até o esgotamento das frentes pioneiras em 1960, os processos de repartição e de apropriação da terra agrícola no Paraná, tendo como alicerce uma base econômica centrada na agricultura de mercado interno e externo que na colonização empresarial encontrou toda a base do processo.

O Estado procurou relacionar-se com grupos empresariais privados, nacionais e não nacionais, que se encarregaram de desenhar uma estrutura fundiária, sobretudo, de pequenas propriedades, bem como, no norte e noroeste se encarregaram também da estrutura urbana, configurando a organização espacial da região. No campo passou a vigorar as pequenas propriedades com intenso fomento em desenvolver a cafeicultura e na cidade a setorização de áreas (bairros destinados a fins específicos), o arranjo no traçado de praças e de ruas largas, dentre outras características⁵⁰.

Por volta de 1920 o governo paranaense realizou numerosas concessões de terras na região setentrional, pretendendo estimular a ocupação mercantil, voltada a comercialização das terras. No entanto, muitos dos favorecidos nada fizeram em contribuição para atrair população: limitaram-se segundo Dias e Gonçalves⁵¹ “a incorporar as terras aos seus patrimônios pessoais ou devolvê-las, alguns anos depois, alegando a falta de recursos para promover o povoamento”.

⁴⁸ SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. In: *Boletim de Geografia*, UEM – DGE, a.10, n 01, Maringá, 1992. p. 70.

⁴⁹ SERRA, E. Reflexões sobre a origem e a crise agrária no Norte do Paraná. In: *Boletim de Geografia DGE – UEM*, ano 19, n. 1, 2001.

⁵⁰ Sobre o planejamento elaborado para a estrutura fundiária e urbana das regiões norte e noroeste, ver COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, 1977.

⁵¹ DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (org), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá, EDUEM, 1999. p. 96.

Algumas concessões, no entanto, obtiveram enorme êxito, normalmente as engendradas pelas companhias de colonização empresarial privada. No norte paranaense, por volta de 1925 duas companhias colonizadoras de capitais japoneses, a YUGEN SEKININ BURAZIRU TAKUSYOKU KUMIAI conhecida por Bratac e a NAMBEI TOCHI KABUSHIKI KAIASHA – Cia. Produtora Nipo-Brasileira “compraram parte das terras da família Barbosa Ferraz, à retaguarda da frente pioneira, ainda não ocupadas, nas proximidades de Cornélio Procópio, que resultaram, respectivamente na formação das cidades de Assaí e Uraí”⁵². Uma outra companhia colonizadora e certamente a de maior expressão por se tratar da extensão em área loteada foi a Companhia de Terras Norte do Paraná.

1.3. A comercialização das terras no norte central e noroeste paranaense pela CTNP e a sua sucessora CMNP e as estratégias de ação empregadas

O maior destaque na comercialização de terras coube ao processo de colonização empregado pela companhia inglesa de terras, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP - subsidiária da Paraná Plantation Ltd of London). Sua origem encontra-se em grupos econômicos da Inglaterra que tiveram o interesse, de acordo com Padis (1981), de em outras áreas do mundo substituir ou complementar a matéria-prima do algodão, que era cultivado até então nas colônias inglesas da África para a indústria têxtil britânica. Assim, logo após a Primeira Guerra Mundial vieram ao Brasil a convite desse então Governo em missão de reconhecimento da região. Primeiramente, foram adquiridas duas glebas para a cultura do algodão, mas que diante do insucesso, se enviesaram num projeto imobiliário de colonização. Contudo,

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro, por motivos de segurança nacional, proibiu a propriedade de terras por estrangeiros, obrigando a venda da companhia inglesa a um grupo capitalista de São Paulo, já a ela intimamente vinculado, que levou a cabo, no mesmo sentido e com as mesmas características, o projeto inicial⁵³.

Dessa forma, a CTNP sendo adquirida por capitais nacionais passou a ser denominada por CMNP. Somaram a aquisição de 545.000 alqueires paulistas⁵⁴, sendo 450.000 alqueires

⁵² PADIS. op. cit. p. 90.

⁵³ PADIS. op. cit. p. 91.

⁵⁴ Um alqueire corresponde a 24.200 metros quadrados.

adquiridos diretamente do Governo do Estado do Paraná⁵⁵, em área contínua entre os anos de 1925 e 1927 e que tão rapidamente definiu a forma de colonização em parte da porção norte paranaense, constituída por uma das melhores em termos da qualidade do solo.

As terras compradas pela atual Companhia de Terras Norte do Paraná abrangem a melhor porção do norte do estado. De fato, a leste do Tibaji a *cuesta* triássica não está muito afastada do Paranapanema e o terceiro planalto, embora recoberto por terras roxas legítimas, acha-se dissecado pelos grandes afluentes daquele rio, como sejam rio das Cinzas, Laranjinha e o próprio Tibaji. A oeste deste rio, no entanto, o terceiro planalto apresenta enormes extensões de relevo suavemente ondulado que correspondem aos divisores entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema e também aos espigões que separam os vales de seus afluentes. Estes espigões, quase planos que continuam por encostas suaves, são recobertos em quase toda extensão dos terrenos da C.T.N.P. pela terra roxa legítima. Estas condições, aliadas, à altitude e ao clima próprios a lavoura cafeeira, favorecem extraordinariamente a Companhia de Terras Norte do Paraná que logo iniciou sua atividade colonizadora⁵⁶.

A Companhia, maravilhada com a vastidão das terras adquiridas a valores simbólicos, almejava tão logo obter representativos ganhos com o negócio de vendas dos lotes por ela cuidadosamente divididos⁵⁷ e que seriam repassados aos futuros compradores. Num primeiro momento “em junho de 1929 foi escolhido um ponto, distante 24 quilômetros de Jataí e situado em plena floresta, onde foi aberta uma clareira para aí se instalar a sede da Companhia. Foi esta a origem de ‘Londrina’ onde chegaram os primeiros colonos em 1931”⁵⁸.

Quando mencionamos os valores simbólicos, nos referimos ao valor pago ao Governo do Estado no ato de aquisição, onde o mesmo estabeleceu a colonização via a construção de infra-estrutura. Os valores altamente expressivos de venda aos compradores, compensariam o negócio realizado com o governo. Conforme o mencionado por Padis⁵⁹ :

A Companhia de Terras Norte do Paraná, adquiriu as suas glebas do governo do Estado, à razão de 20 mil-réis por alqueire paulista, em 1925. Quinze anos depois, em 1940, ela os vendia à razão de 500 mil-réis. Uma década depois, 1950, o preço por alqueire não ia além dos 10 mil cruzeiros, ou seja, cerca de quinze vezes o salário mínimo

⁵⁵ CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. 2^a edição 1977. p. 59.

⁵⁶ BERNARDES. op. cit. p. 364.

⁵⁷ O plano de divisão dos lotes empregado pela CTNP encontra-se representado na figura denominada de: visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras pela CMNP, p.122 de seu livro publicado em comemoração ao cinquentenário da empresa em 1975.

⁵⁸ BERNARDES. op. cit. p. 264.

⁵⁹ PADIS. op. cit. p. 106.

fixado para a região norte paranaense e oito vezes o estabelecido para a cidade de São Paulo.

À medida que a CMNP comercializava os lotes seus valores eram acrescidos de valorização. De acordo com Luz⁶⁰,

A valorização dos lotes pôde ser observada de ano para ano, ocorrendo variações apreciáveis no mesmo ano. Isto em virtude da melhor localização da gleba ou lote, de sua topografia, da procura verificada, etc. (...) Nas glebas que circundam os núcleos urbanos – os “patrimônios” –, o preço do alqueire de terras foi superior ao das demais, pois seus lotes foram bastante valorizados pela sua proximidade em relação à zona urbana. Atualmente, grande parte dos mesmos perdeu a sua característica rural, passando a ser tributados pelo Poder Público Municipal.

A colonização empresarial privada, realizada pela CTNP, após a aquisição das terras no norte do Estado, procedeu conforme a um plano de ação empenhadamente utilizado por esta. Mas ainda, era necessário para a viabilidade e o sucesso do empreendimento pretendido pela Companhia, que tais terras se ligassem as já ocupadas por uma rede rodo-ferroviária, daí, a aquisição da ferrovia São Paulo-Paraná, muito importante nesse processo de colonização. Assim,

Ao mesmo tempo em que eram construídas estradas que recortavam a área colonizada, cuidava-se da construção da rodovia em direção a São Paulo e, sobretudo, da aquisição, em 1928, da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná, cujos trilhos (...), em 1943, já atingiam Apucarana, a 269 quilômetros de Ourinhos. A estrada de ferro e a rodovia estendiam-se quase paralelamente, ao longo do espigão principal do Norte paranaense, entrelaçando numerosos núcleos urbanos que iam seguindo rapidamente, pouco distanciados uns dos outros⁶¹.

Adquirida a ferrovia, deu-se o sinal de partida para o reconhecimento e a repartição de todo o acervo de terras fertilíssimas pertencentes à Companhia de Terras Norte do Paraná, que a partir de então começariam a se integrar à economia agropastoril do Paraná e do Brasil⁶².

No caso do loteamento das terras realizado pela CTNP, uma estratégia bastante relevante foi adotada. A Companhia atribuiu para a comercialização de seus lotes dois momentos distintos de colonização a partir do Norte Velho: o Norte Novo e o Norte Novíssimo⁶³, compondo uma

⁶⁰ LUZ. F. *O fenômeno urbano numa zona pioneira; Maringá*. A Prefeitura de Maringá. Maringá. 1997. p. 55.

⁶¹ PADIS. op. cit. p. 91-2.

⁶² CMNP. op. cit. p. 61.

⁶³ Segundo a CMNP (1977, p. 35), “Essa região – definida pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri – abrange uma superfície de 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas distintas segundo a época e a origem da respectiva colonização: O *Norte Velho*, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o *Norte Novo*, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a Oeste, a linha traçada entre as

divisão regional do norte do Paraná, (Figura 1). Foi em parte dessas duas últimas regiões (denominadas em 1991 pelo IBGE de Norte Central e Noroeste, de acordo com a nova classificação) que tal planejado projeto colonizador se desenvolveu.

FIGURA 1. DIVISÃO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ



Fonte: IBGE, citado em MORO (1992, p. 58)

A mesma, prosseguiu assim, a disponibilidade dos lotes conforme a demanda e levando em conta a quase totalidade de vendas de uma região para dar início à outra. Dessa forma, a Companhia pode acompanhar com um planejamento de infra-estrutura cada uma das faixas de sua colonização.

“As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciadas de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades quanto nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes, de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para estrada de

idades de Terra Rica e Terra Boa: e o *Norte Novíssimo*, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri”. Essa mesma classificação foi adotada pelo IBGE em 1968 como sendo mesorregiões homogêneas.

acesso e fundos para o ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa, construiria sua casa, plantaria sua horta, criaria seus animais para consumo próprio, formaria seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café (...)"⁶⁴.

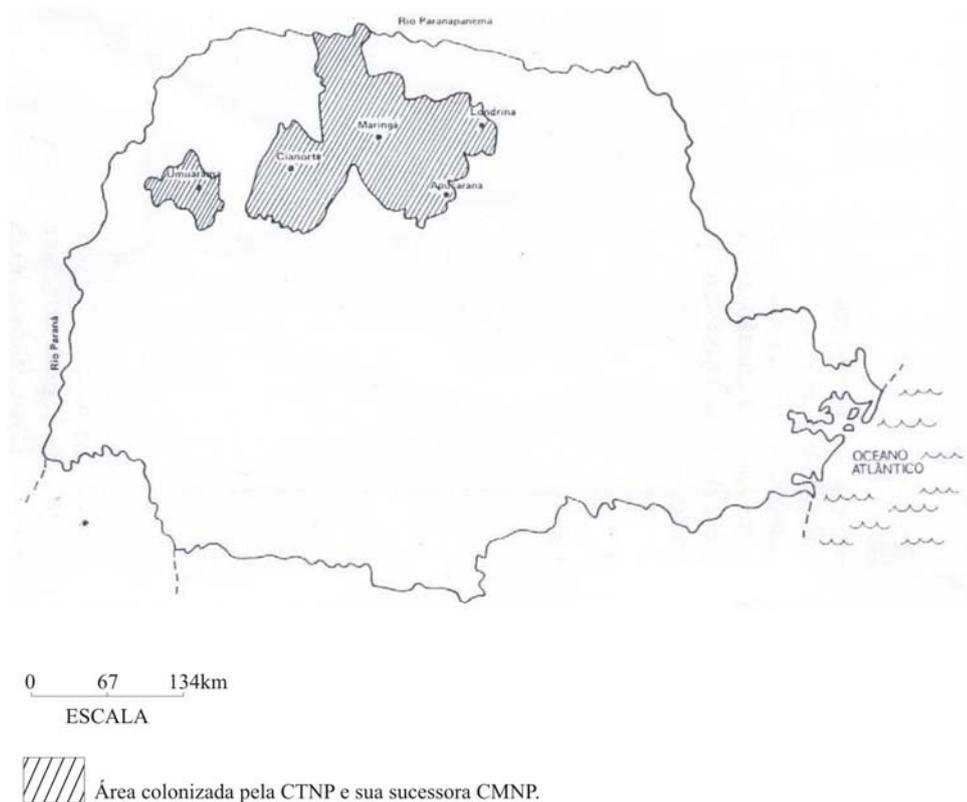
A forma como agia, possibilitando ao adquirente a garantia de acesso a terra pelo título da propriedade, assegurada pela sua idoneidade, garantia-lhe o sucesso na comercialização de terras. Aquele que adquirisse um lote da CMNP tinha a segurança de que poderia se instalar na sua propriedade com sua família e começar a cultivar. A localização por onde se estendeu a área colonizada pela CTNP e sua sucessora se encontra mais bem apresentada na figura 2.

Depois de constituída a sede da companhia em Londrina e após o planejamento de uma rede rodo-ferroviária, é orquestrada a venda das terras em sua grande maioria de pequenas propriedades, objetivando atingir um público alvo de colonos migrantes vindos, sobretudo, de antigas regiões cafeeiras. Chegaram assim em 1931 em Londrina, conforme Bernardes (1953), os primeiros colonos nacionais vindos de São Paulo, aos quais se seguiram alemães, italianos e japoneses.

Todos aqueles que chegavam nas terras que estavam sendo colonizadas pela CMNP vinham carregados de esperança de prosperar, de adquirir seu lote, de instalar seu estabelecimento comercial, enfim, vinham à procura de trabalho, mas de um trabalho que lhes possibilitasse as condições necessárias para realizar aquilo que não era possível ou que não tinham condições de realizar nas regiões de onde vinham.

⁶⁴ CMNP. op. cit. p.76-9.

FIGURA 2. ÁREA COLONIZADA PELA CTNP E SUA SUCESSORA CMNP



Elaboração: Wagner Alexandre Jonas
Adaptação: Telma Bataliotti

Fonte: LUZ, F. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá. A prefeitura de Maringá, 1997. p. 32.

A maneira implantada para a comercialização das terras foi fracioná-las em pequenos lotes (figura 3) em média de 15 alqueires e que contavam com prestações que se estendiam em até 48 meses. Ainda, a fim de facilitar as vendas e valorizar as suas terras, a colonizadora também assegurou condições de infra-estrutura que permitiam o escoamento da produção, bem como criou uma imagem de uma maior comodidade e segurança ao adquirente que, por sua vez, via na companhia a credibilidade para realizar o negócio.

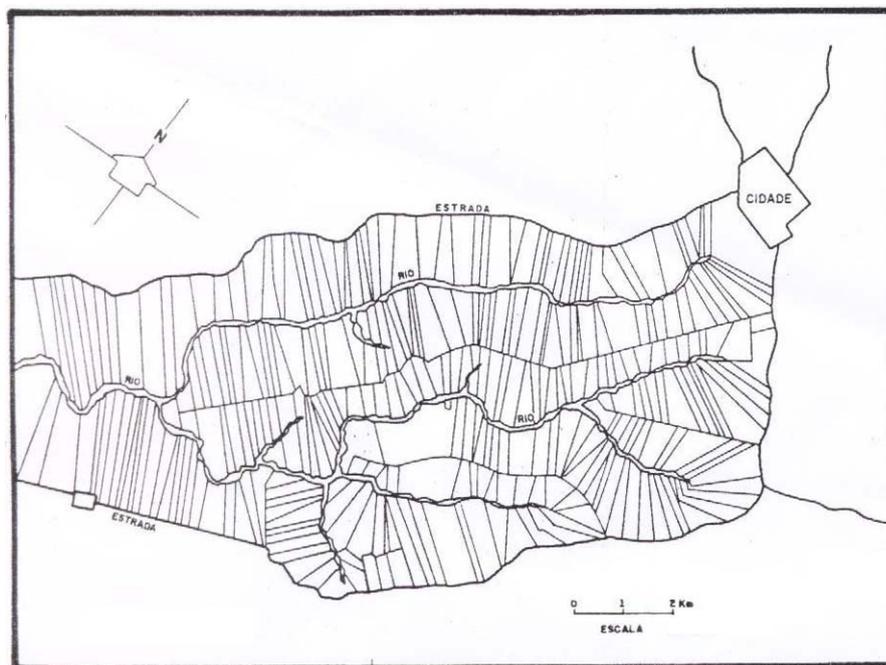
A partir daí, milhares de pessoas migraram para o norte paranaense, fundamentadas no sonho e na esperança de nesta terra próspera conseguirem adquirir um lote e lidar na sua grande

maioria com o café. Tais acontecimentos decorreram com espantosa rapidez, assim observadas nas palavras de Padis⁶⁵:

Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 36 por cento do território paranaense transformaram-se, de densa mata, absolutamente despovoada⁶⁶, em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843 mil habitantes (34 por cento da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável.

Como forma de atrair os potenciais compradores e a população a CTNP e sua sucessora CMNP fizeram da propaganda a alma do negócio, ou seja, utilizou-se da potencialidade retórica para divulgar a comercialização dos lotes com a idéia embutida de riqueza e felicidade àqueles que soubessem tirar proveito da oportunidade de trabalhar, atribuindo os bons resultados ao plano colonizador, que assegurava ao comprador do lote a tranqüilidade.

FIGURA 3. SISTEMA DE REPARTIÇÃO DAS TERRAS EMPREGADO PELA CTNP E PELA CMNP



Fonte: CMNP, 1977.

A Companhia passou a vender um imaginário, fortalecido por uma ideologia de que ser proprietário de terra seria possível. Nesse sentido, as pessoas alimentadas por este discurso

⁶⁵ PADIS. op. cit. p. 81.

⁶⁶ Vale lembrar que em estudos já apontados neste, tal região continha populações indígenas, populações pobres posseiros e pequenos agricultores que, no entanto, foram expulsas com a chegada da frente pioneira.

acabavam introduzidas neste sistema mercadológico que alimentava o caráter marcadamente capitalista de tal empresa colonizadora.

De acordo com Chauí⁶⁷, a simbologia e o imaginário, são representados pelo discurso ideológico. Sendo assim,

O campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido da irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. (...) esse aparecer não é uma “aparência” no sentido de que seria falso, mas é uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens.

Muitas características foram atribuídas ao norte do Paraná, as quais conferiram fundamentos para uma publicidade que amplamente propagou-se pelo país, tanto pela companhia colonizadora, quanto por outros corretores e agentes imobiliários. Expressões como “Nova Canaã”, “Eldorado”, “Terra da Promissão”, dentre outras expressões, foram utilizadas como frases/imagens, que evidenciavam as potencialidades da próspera região⁶⁸.

Como o fluxo de pessoas passou a corresponder à intensidade de negócios, a companhia promoveu as condições de acesso dos lotes por parte dos interessados. Aqueles que não dispunham das condições de dar uma entrada para assegurar a posse vinham dispostos a trabalhar em empreitadas de derrubada da floresta e no plantio do café, como afirma a esse respeito o então diretor da CTNP, o Sr. Hermann Moraes Barros:

Chegaram à região nos famigerados caminhões ‘paus de arara’ e logo se engajavam nas turmas de derrubada de mata para plantio de café. Neste trabalho que era rude mas de boa paga, conseguiam amealhar algumas economias, já com o objetivo de adquirir um lote da Companhia. Quando suas economias atingiam um certo valor, procuravam um dos escritórios de vendas da empresa colonizadora e manifestavam seu desejo de comprar terras. Visitavam as glebas disponíveis e escolhiam o seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia esta módica por ser o ano da

⁶⁷ CHAUI, M. *Cultura e democracia*. 8ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 2000. p. 19.

⁶⁸ Acerca da imagem publicitária, ver GONÇALVES, J. H. R., Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970, Capítulo IV. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R (org). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá, EDUEM, 1999.

abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não passavam de oito por cento ao ano⁶⁹.

Os resultados obtidos com tais estratégias empregadas pela Companhia, que levaram em conta muito mais que a simples comercialização das terras, ou seja, a associou com a atividade econômica da cultura cafeeira, os bons preços pagos a esse produto, bem como, um solo de alta qualidade e infra-estrutura necessária, fizera com que “até 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cerca de 117 mil alqueires. Dez anos depois, em 1953, haviam sido vendidos 400 mil alqueires, divididos em cerca de 26 mil lotes agrícolas, cuja área média era de 15 alqueires”⁷⁰.

Essa repartição das terras na fronteira agrícola trouxe para o norte paranaense uma quantidade de pessoas que assegurou ao Estado no período de 1940 a 1970 elevadas taxas de crescimento demográfico representadas pelo número efetivo da população, conforme tabela 1. A população do norte do Paraná nesse período se elevou 91,85% e a do Estado 82%. De acordo com Moro⁷¹, este foi considerado o período áureo de crescimento da população paranaense, sobremaneira de seu efetivo rural, como atestam os dados da tabela 1.

A população rural norte paranaense em 1940 representava 78,81% da população total dessa região e em 1970, essa taxa representava 68,65%. Para o Estado em 1940 sua população rural correspondia a 78,78% da do total e em 1970, esse dado representava 63,66%. Já em relação às taxas de crescimento da população rural entre o período de 1940 e 1970 tanto para o norte paranaense quanto para o Estado corresponderam a 829,26% e 348,75%, respectivamente.

TABELA 1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO NORTE PARANAENSE E DO ESTADO DO PARANÁ – 1940/2000

Ano	Norte paranaense			Estado do Paraná		
	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural
1940	304.453	64.534	275.929	1.236.276	302.272	974.004
1950	874.287	99.696	774.591	2.115.547	528.288	1.587.259
1960	2.427.768	597.615	1.830.153	4.277.763	1.305.927	2.962.312
1970	3.734.936	1.170.833	2.564.103	6.865.928	2.495.042	4.370.886
1980	3.192.462	1.767.013	1.425.449	7.629.392	4.472.561	3.156.831
1991	2.849.525	2.423.784	864.597	8.448.713	6.197.953	2.250.760
2000	3.018.342	2.524.620	493.722	9.558.126	7.782.005	1.776.121

Fonte: IBGE: Censos demográficos, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Organização: Telma Bataliotti.

A região colonizada pela CTNP e sua sucessora, que no período anterior a 1970 revelou um espaço de significado bastante diferente daquele do restante do país, ou seja, com uma

⁶⁹ CMNP. op. cit. p. 124.

⁷⁰ WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P. e BALHANA, A. P., Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná Moderno. (7): 1-52, *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba.1968. p. 19.

⁷¹ MORO, D. A. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. In: *Boletim de Geografia*. UEM – DGE, Maringá, 1998.

estrutura agrária de sinônimo contrário àquele até então empregado, o de concentração fundiária, pós 1970 essa mais uma vez se torna a principal característica no campo, acrescentada pela concentração de renda.

O modelo adotado pela Companhia, o de pequena propriedade, se por um lado amenizou a característica brasileira de concentração da posse da terra, por outro, trouxe características profundamente arrasadoras ao ecossistema ali existente. Derrubou-se a floresta para que as cidades sustentadas pela lavoura cafeeira pudessem surgir. Para Paula⁷², a Companhia ao adquirir as terras do Estado, assumiu em uma cláusula de contrato a responsabilidade de preservação de 10% da área, no entanto, ao vender as terras aos adquirentes, estes por conta própria não respeitavam a Lei, salvo raríssimas exceções e o Estado e a Companhia isentaram-se de fiscalizar tal comprometimento.

O pretendido, tanto para os colonizadores quanto para a população que chegava, aconteceria no momento que a floresta cedesse seu espaço para o campo cultivado e assim com o desenvolvimento estava a esperança de riqueza. Portanto, a existência de uma lei comprometida pelo descompromisso de fiscalização favoreceu a quase inexistência de reservas florestais, mesmo ao longo dos numerosos cursos d'água em todo norte paranaense. O resultado é percebido em relatos de pioneiros e na atual configuração da paisagem.

Dessa forma, prosseguiu a colonização até os anos de 1960, quando se esgota as últimas faixas de terra para o avanço da frente pioneira no norte novíssimo (noroeste paranaense), formando os núcleos básicos dessa colonização. É também o momento em que se encontram as três frentes de colonização do Estado, a do Paraná Tradicional, a do Norte e a do Sudoeste⁷³, completando a ocupação do mesmo.

A partir de 1970, porém, tanto a região norte paranaense como o Estado passou de receptor de população para expulsor, o norte paranaense perdeu população até o ano de 1991, chegando a quase um milhão de pessoas e diminuindo o efetivo da população rural constantemente como mostra a tabela 1 nos censos seguintes. Este fato foi marcado, principalmente no norte pela substituição da cultura cafeeira ocorrida pela combinação das culturas temporárias altamente

⁷² PAULA, Z. C. de. Verde que te quero ver-te, capítulo XLX. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (org), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá, EDUEM, 1999.

⁷³ Acerca das frentes de colonização do Estado, consultar SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. In: *Boletim de Geografia*, UEM – DGE, a.10, n 01, Maringá, 1992.

mecanizadas de soja e trigo e mais especificamente no noroeste pelas pastagens⁷⁴, resultando à região o êxodo rural e a presente concentração fundiária.

Baseada, sobretudo “em leis” é que a Companhia fundamentou sua ação, como nos revela Tomazi⁷⁵:

Para a Companhia existem “leis naturais, da sociedade e da economia” que são o direito da propriedade, a lei da oferta e da procura e a certeza do lucro, como também existem “anseios naturais do indivíduo” que são os desejos de posse, de acúmulo de riquezas, de progresso e bem estar, para si próprio, para seus familiares e descendentes.

Assim, se desencadeou a colonização empresarial privada da CTNP e sua sucessora, fundamentadas em seus próprios interesses, ou se podemos usar a expressão, em suas próprias leis, fazendo com que durante o processo de colonização a mesma obtivesse ganhos significativos. Nenhuma ação procedeu aleatoriamente, de forma que combinou o que se tinha – as terras; com o que se pretendia – comercializá-las; com a cultura da riqueza – o café, e o mais importante – o existente desejo da posse.

Convêm assinalar que as estratégias utilizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e a sua sucessora, de acordo com Tomazi (1989) naturalizaram a história, uma vez que a tornou um mito⁷⁶. Em seu discurso a Companhia eliminava as situações históricas anteriores à sua presença na região e isso formou uma memória coletiva de falácias, as quais as pessoas foram passando adiante o que ouviram e de certa forma o que viveram, repetindo sistematicamente. O mito e as falácias vão se “concretizar” na região, na medida em que os adquirentes de terra visualizaram e geralmente conseguiram pagar os lotes e ao mesmo tempo prosperar na atividade agrícola.

Para todo esse empreendimento realizado em parte do norte central paranaense e em seqüência em parte do noroeste já pela CMNP, a importância dada para as terras roxas não fora a mesma dada as do arenito, no entanto, em ambas a extração madeireira quase que total significou a radical transformação na paisagem para que houvesse a implantação da

⁷⁴ Tal abordagem encontra-se melhor apontada nos capítulos posteriores.

⁷⁵ TOMAZI, N. D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Dissertação de Mestrado. UNESP – Campus de Assis, Assis, 1989. p. 203.

⁷⁶ De acordo com Barthes (1975, p. 163), “Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, profundeza, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas para significar sozinhas, por elas próprias”. BARTHES, R. *A câmara clara*. 2.ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1984.

colonização da CMNP e o desenvolvimento econômico via cafeicultura, nesta porção do norte do Paraná.

1.4. A extração madeireira, a importância da terra roxa e os desafios do arenito

As terras do norte paranaense, assim como as de todo o restante do país se tornaram mercadoria, ou seja, objeto de comércio, a partir de 1850 com a vigência da Lei de Terras. Anterior a isso, tais terras não representavam produto de comercialização capitalista, as mesmas eram concedidas pelo poderio das governanças de acordo com a política de distribuição de terras de cada período histórico (sesmaria, grandes posses, colonização), no país e também das províncias. Nos tempos mais recentes a concessão era realizada no compromisso do adquirente fomentar a colonização como foi, por exemplo, no norte paranaense, o caso da CTNP. Sendo assim, como visto algumas concessões obtiveram êxito, enquanto outras não, conforme os interesses e objetivos priorizados.

A exuberante floresta, bem como as condições do solo no período de colonização empresarial privada como já visto, foram elementos de fundamental importância, utilizados inclusive como estratégias no discurso empregado pela CTNP e também pela CMNP para exercer atração sobre a população para a qual almejava comercializar os lotes.

A colonização que chega ao estado do Paraná da mesma forma como ocorria em todas as demais regiões já colonizadas se deu primeiramente pela exploração florestal e dos recursos naturais. Sendo assim, na ótica de Dean⁷⁷, “a história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição”. Em fins do século XX, sobretudo a partir da última década, o homem tem problematizado a questão dos recursos florestais, entre outros também ambientais, fazendo reduzir as sucessivas derrubadas e queimadas.

A extração madeireira sempre foi uma atividade econômica atrelada ao processo de colonização, tanto a brasileira quanto a do estado do Paraná e em especial a da região norte paranaense. A combinação principalmente do tipo de solo, relevo e o clima condicionam a paisagem vegetal e derivada desta potencialidade, o país conheceu seu primeiro ciclo econômico – a extração madeireira de intensa exploração.

No estado do Paraná para Carmo⁷⁸, a exportação de madeira toma incremento após a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, no final do século XIX, mais

⁷⁷ DEAN. op. cit. p. 23.

⁷⁸ CARMO. op. cit. p. 45.

precisamente em 1886 e ainda associado a este fato, segundo Padis (1980), somou-se à isenção de impostos provinciais e municipais e de taxas de barreiras sobre toda a madeira exportada, caracterizando um período de euforia para a atividade madeireira paranaense.

As serrarias tiveram papel fundamental, pois acompanharam de perto a marcha da exploração florestal, principalmente as serrarias leves que segundo Monbeig⁷⁹:

Elas correspondem um segundo nível, quando os “lavradores de madeira” sucederam aos madeireiros, não procurando mais as boas madeiras de lei e contentando-se com árvores de dimensões e qualidades inferiores, destinadas principalmente a fabricação de dormentes para a estrada de ferro. Elas preferem colocar suas instalações não ao lado dos trilhos ou dentro das maiores aglomerações, mas nos pequenos centros locais e nos loteamentos novos. Essas serrarias leves têm menor estabilidade e não permanecem no local mais do que uns poucos anos, acompanhando a marcha do povoamento.

Ainda para Monbeig (1984), no processo de desmatamento, observa-se a retirada primeiramente da madeira de lei, ou seja, a de maior qualidade e em seguida as árvores de qualidade média, para então ainda retirar num terceiro estágio de exploração, a lenha. O fogo entra em seguida para limpar definitivamente o terreno e o pioneiro para produzir.

A extração do pinho, entre outras espécies sendo madeira de lei, no denominado Paraná Antigo ou Tradicional⁸⁰, fomentou a indústria madeireira, sobretudo as serrarias, porém, a falta de uma tecnologia mais adequada implicava na dura concorrência com a madeira importada. Ainda, para que a madeira fosse bem aceita ela deveria estar em perfeito estado - comenta Padis (1981), citando uma carta recebida pela Serraria Roseira em 1887, dos seus agentes em Montevideu -, a madeira deveria estar limpa, sem nós, rachaduras e manchas, nem ser verde e que fosse bem serrada.

No norte do Paraná, aponta Monbeig (1984), as derrubadas intensivas arruinaram radicalmente a paisagem. A destruição foi tão rápida e completa que a própria frente pioneira sofreu, anos mais tarde a falta desse combustível, tanto para o consumo como para o abastecimento das locomotivas que ficou comprometido, tendo dificuldades para percorrer as estradas de ferro.

Seja a ferro com o uso de algumas máquinas ou a fogo com o uso do fósforo, a floresta experimentou um espetacular recuo, para não dizer, sua quase extinção. Tem-se que admitir,

⁷⁹ MONBEIG. op. cit. p. 245-6.

⁸⁰ Tal denominação é atribuída para identificar as frentes pioneiras de colonização, assim como a do Norte Paranaense e a do Sudoeste.

como nos chama a atenção Monbeig, que certamente tal recuo não tenha começado com a penetração pioneira moderna, mas com as atividades indígenas de culturas itinerantes em que utilizavam-se também de queimadas.

O norte e o noroeste de Paraná já fora coberto pela exuberante floresta latifoliada, mas isso anterior ao processo depredatório de colonização, sobretudo, da empresarial privada que causou profundos impactos no equilíbrio biológico de tal ecossistema⁸¹. Como visto, não houve uma preocupação e fiscalização tanto do Estado, quanto por parte das companhias colonizadoras em manter áreas de reserva florestal no ato de comercialização dos lotes, embora, existindo uma cláusula em contrato que estipulava a preservação de 10% da vegetação nativa.

A CMNP comercializava as terras de que detinha posse e repassava ao adquirente o compromisso da preservação. No entanto, na ausência da consciente fiscalização, fez com que aquele que comprava, na imediata necessidade de cultivar as terras, delegava as serrarias o compromisso para a derrubada da floresta, por vezes, em troca de madeira beneficiada suficiente para a construção de benfeitorias. Quando não, habitualmente, diz Monbeig⁸²:

(...) as grandes serrarias contentavam-se em comprar dos proprietários de terras as árvores de madeira de Lei, em pé, sendo sua atribuição o corte e o transporte dos troncos. Às vezes o proprietário prefere arrendar a floresta inteira ao madeireiro, por um contrato que estipula a duração estimada necessária para a sua exploração.

As serrarias, diante do negócio vantajoso favorecido pelo comércio de troca, realizavam a limpeza do lote e cediam parte da madeira beneficiada, mas com a madeira excedente obtinham ainda vantajosos ganhos. Para o proprietário do lote o negócio também era vantajoso, pois, com o terreno praticamente limpo, tão logo poderia produzir e assim, logo poderia quitar as parcelas restantes relativas à compra da terra. Quando não, o próprio proprietário realizava a limpeza do lote e vendia a madeira às serrarias.

Muita madeira, no entanto, foi desperdiçada decorrente da abundância existente, da dificuldade em explorar, da excessiva oferta e das dificuldades de transporte, tendo na medida que ocorre o distanciamento entre serraria e matéria-prima o elevado custo do frete. Para as grandes serrarias, principalmente, esse era um agravante, pois, a mesma representava grandes

⁸¹ Para Odum (1969), “Qualquer unidade que inclua todos os organismos (a “comunidade”) de uma determinada área interagindo com o meio físico de forma tal a organizar um fluxo de energia definindo claramente uma estrutura trófica, uma diversidade biótica e um ciclo de matérias (intercâmbio de matérias entre partes vivas e não vivas) dentro do sistema, constitui um sistema ecológico ou ecossistema”. In: BRANCO, S. M. e ROCHA, A. A. *Ecologia: educação ambiental: ciências do ambiente para universitários*, CETESB, São Paulo, 1980.

⁸² MONBEIG. op. cit. p. 246.

investimentos em estrutura física e maquinário, que a impedia de acompanhar o processo de desmatamento.

De acordo com Serra⁸³, “houve dois estágios bem definidos na ocupação inicial do Norte do Paraná: o primeiro foi a derrubada da mata virgem que cobria toda a região; o segundo foi o plantio de café. Não houve exceção nesta regra regional”. Assim, segundo o autor, era depois que o fogo passava que começava a surgir um outro verde no lugar daquele da mata virgem, o verde dos cafezais.

(...) acreditava-se que o café tinha de ser plantado em solo coberto por floresta ‘virgem’. O capital e o trabalho eram escassos demais para gastar no plantio em solos menos férteis. (...) A espessura da camada de húmus era encarada como sinal promissor: supunha-se que ela devia ser suficiente para um homem afundar nela até o meio da barriga da perna⁸⁴.

O norte paranaense em um período de pouco mais de 30 anos (1930/1960), transfigurou-se de densa floresta para uma região altamente povoada com o predomínio de uma única paisagem, melhor dizendo, um imenso “mar de café”. Conforme Serra⁸⁵, “Por onde passava com seu loteamento a Companhia plantava cidades; mas para que as cidades surgissem sustentadas por lavouras, basicamente lavouras de café, a mata teria que desaparecer”.

O que Serra aponta na citação acima o Sr. Antônio Padial Hernandez também nos conta:

Comprei um lote de terras da Companhia de oito alqueires, dei uma entrada de 40% e o restante em mais duas vezes de 30% cada, no fim de cada ano seguinte (...), a companhia facilitava a compra. Nesse lote eu derrubei um alqueire e meio de mata, (...) derruba e põe fogo, porque naquela época não é que nem hoje. Hoje a coisa é diferente, derruba com trator e já vai montuando e pronto. (...) Da madeira pouca coisa era vendida, só as de lei⁸⁶.

Para Dean⁸⁷, “o homem reduz o mundo natural à ‘paisagem’ – entornos domesticados, apurados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional”. O homem age ora como depredador, ora como competidor no ecossistema. Para o autor as intervenções humanas na natureza resultam, na maioria das vezes, em conseqüências negativas do ponto de vista ambiental, em decorrência da irracionalidade dos processos exploratórios.

⁸³ SERRA. 1989. op. cit. p. 18-9.

⁸⁴ DEAN. op. cit. p. 195-6.

⁸⁵ SERRA. 1989. op. cit. p. 17.

⁸⁶ Entrevista gravada no dia 13/06/2003 com o Sr. Antônio Padial Hernandez, pioneiro e ex agricultor de Cianorte.

⁸⁷ DEAN. op. cit. p. 24.

Na medida que o homem passa a intervir no ecossistema, neste caso o florestal, o mesmo provoca impactos que alteram as condições da hidrologia, dos solos, da biodiversidade, comprometendo inclusive a própria vida humana. Dessa maneira, os solos de terra roxa como os solos arenosos evoluem de forma mais rápida e mais perigosa, conforme a intensidade da ação humana e as propriedades de cada tipo de solo.

Em se tratando da CMNP, a maneira como desenvolveu a comercialização em pequenos lotes sob a forma de pagamento parcelado e com prazo de pagamento em quatro anos, para o adquirente tornou-se uma rápida necessidade a derrubada da floresta, seja para a construção de suas benfeitorias, seja para o pagamento das parcelas de compra do lote ou ainda para a tão necessária produção, a de sua subsistência e a de comercialização.

A Companhia, além de planejar a divisão dos lotes em poucos alqueires (em média de 15 alqueires), também planejou a divisão interna dos mesmos, ou seja, planejados de forma a incluírem uma parte de baixada e outra de espigão, tendo acesso tanto às estradas quanto a cursos d'água. Ainda, segundo a própria CMNP⁸⁸

Na parte de baixada o colono geralmente constrói sua casa, planta um pomar e uma horta, cerca um pasto, enfim, produz o necessário para a sua subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estende o seu cafezal, que constitui a sua principal fonte de renda.

Planejado de forma para aproveitar cada mínima área do interior do lote, a floresta minimamente permaneceu em uma estreita faixa ao longo dos cursos d'água na baixada dos lotes ou no alto do espigão. Conforme Monbeig, “por muito tempo, circula-se entre dois paredões de árvores e poder-se-ia acreditar que a estrada atravessa uma região virgem de qualquer povoamento. Mas, ao tomar um atalho, há a surpresa de descobrir que os vales já estão cultivados”⁸⁹. O proprietário ateu-se pura e simplesmente em utilizar cada porção de sua propriedade, retirando dela o máximo necessário para a sua subsistência, comercializando o excedente além do produzido e destinado a esse fim.

A ação humana através da prática agrícola promoveu a formação de uma paisagem agrícola, resultante das relações homem-meio, em que o homem atua como dominante ecológico, transformando a natureza segundo seus propósitos, interesses e em muitos casos destruindo-as. Os impactos provocados pela ação humana, nas áreas passíveis de serem agricultáveis, resultaram em grande medida de queimadas, derrubada de florestas para a conversão de áreas naturais em pastagens e roças.

⁸⁸ CMNP. op. cit. p. 114.

⁸⁹ MONBEIG. op. cit. p. 254.

Atreladas a exploração da madeira e a devastação da floresta na região colonizada pela CMNP se encontram as condições da qualidade do solo, sobre o qual se cultivou a principal cultura – o café. Portanto, quando falamos na importância da terra roxa neste item, procuramos evidenciar algo além das qualidades deste tipo de solo, ou melhor, queremos apregoar a ênfase que foi dada a ele no período de colonização norte paranaense. Falou-se tanto e tão bem até criar no imaginário das pessoas a idéia de que somente na terra roxa era possível se produzir café, em se tratando de quantidade e de qualidade que propiciaria o alcance da expectativa de riqueza e um novo “status”.

Até então, nas antigas regiões produtoras de café, essa cultura vinha sendo cultivada de forma predatória ao ecossistema, por meio de uma exploração de esgotamento do solo, ou seja, plantações velhas não eram replantadas e nenhum cuidado com o solo era tomado, os pés de café assim, começavam a decair em produção no “prazo de vinte anos de maturidade”, marcando o fim da vida produtiva do cafezal e naturalmente da própria fazenda. Simplesmente por não haver tipo algum de preocupação, tais plantações eram abandonadas e novas faixas de floresta primária eram derrubadas para manter a produção.

Quando um cafezal se tornava tão decadente que não valia a pena mais ser colhido, era eventualmente podado, o que eventualmente dava magros resultados. Na maioria das vezes, era deixado no lugar, as árvores arrendadas a comerciantes de lenha; o mato então invadia, seguido pelo gado, muitas vezes sob uma nova administração⁹⁰.

Quando sabido, então, da colonização norte paranaense, principalmente paulistas e mineiros, fazendeiros de café nesses estados, com seus solos exauridos de tempos já cultivados, tomam como medida também em alguns casos a divisão em pequenos lotes de suas fazendas para buscar no norte do Paraná a melhor e mais rentável fonte de renda. Acreditava-se que eram as terras virgens, cobertas pela floresta as ideais para a cultura cafeeira, contudo, associado também a um solo de alta qualidade como os de terra roxa do norte paranaense, certamente o sucesso estaria garantido, ou ao menos era uma das possibilidades mais promissoras.

Para Lopes⁹¹:

Os cafeicultores buscavam no Paraná as terras férteis, ainda em matas. Característica da cultura de café era o nomadismo. Como o produto exauria as terras por onde passava, baixando a produtividade, a alternativa econômica mais viável – naquela época em que os investimentos para a recuperação do solo não se colocavam - tornava-

⁹⁰ DEAN. op. cit. p. 202.

⁹¹ LOPES, A. Y. D. P. *Pioneiros do capital: A colonização do norte novo do Paraná*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 1982. p. 46-7.

se a abertura de novas fazendas nas zonas pioneiras. Estas, com fertilidade natural, desde que combinada a vias de escoamento acessíveis à exportação, passavam a ser um empreendimento altamente lucrativo.

As terras roxas, tão cobiçadas por apresentarem excelente fertilidade, se estendem em algumas regiões brasileiras, mas principalmente em São Paulo e Paraná. Segundo uma classificação geomorfológica e pedológica para o Estado do Paraná, é no Terceiro Planalto, que o solo denominado de terra roxa é encontrado ocupando grande extensão do norte paranaense. Contudo, no noroeste para onde a lavoura cafeeira também avançou, o solo arenoso é predominante.

A lavoura cafeeira chega no arenito somente na última fase de expansão da colonização empresarial privada, quando ocorre o esgotamento das terras roxas para a comercialização no Norte Novo. A CMNP ao adquirir terras no arenito para dar continuidade a seu empreendedor projeto de planejada colonização, atribui à cidade e também à infra-estrutura a sua maior publicidade, uma vez que as terras não eram tão atrativas, por se tratar de solo de terras mistas e arenosas.

Os solos de terra roxa como também os solos mistos e os arenosos, são provenientes do intemperismo⁹² químico, físico e biológico de diferentes tipos de rochas. Os diferentes tipos de basalto estão relacionados com os grandes derrames de lava ocorridos por volta do Cretáceo Inferior, há cerca de 180 milhões de anos e que propiciou muito tempo depois dessa ocorrência geológica, por volta de 10 ou 30 mil anos atrás, a formação do solo de terra roxa.

Os derrames basálticos em São Paulo e Norte do Paraná – como de resto todos os derrames da Bacia do Paraná – procederam-se por extravasamentos sucessivos, através de fissuras ou falhas de tração, de grande extensão, dando origem a estruturas subhorizontais de dezenas de metros de espessura, ora superposta entre si, ora intercaladas a arenitos da formação Botucatu⁹³.

Os solos arenosos do noroeste paranaense, são resultantes de rochas sedimentares (Formação Arenito Caiuá) e predominam amplamente em nossa área de estudo. Conforme as

⁹² Segundo a Sociedade Brasileira de Solo, o termo intemperismo é definido como: conjunto de processos físicos, químicos e biológicos, que atuam sobre as rochas e minerais expostos na interface litosfera – atmosfera, desintegrando-os e decompondo-os quimicamente. A alteração química provoca a lixiviação, em graus variados de seus constituintes, sendo o Al, Fe e Si, sob condições de boa drenagem, os menos removidos, o que promove a síntese de argilos minerais e oxidróxidos de Fe e Al, mais estáveis sob condições ambientais. A lixiviação é mais intensa para os seguintes elementos, relacionados em ordem crescente de remoção: K⁺, Mg²⁺, Na⁺, Ca²⁺, SO₄²⁻ e Cl⁻. A ação do intemperismo que propicia a formação do material de origem do solo prossegue durante todo o desenvolvimento do perfil do solo (CURI, N. [org], Vocabulário de ciência de solo. Campinas, 1993).

⁹³ CMNP. op. cit. p. 217.

características próprias dos solos arenosos, que possuem baixa sedimentação, são muito friáveis e altamente permeáveis, estes permitem uma lixiviação intensa, deixando-os quimicamente pobres, já que os principais minerais (potássio, cálcio, magnésio, fósforo, ferro, entre outros) são solubilizados e retirados do meio, provocando uma alta concentração de sílica.

Segundo Gasparetto e Carvalho⁹⁴:

A cobertura pedológica⁹⁵, formada basicamente por latossolos vermelhos, que recobre o Arenito Caiuá, na região noroeste do Paraná (...) é formada por solos arenosos, profundos, facilmente desagregáveis e muito suscetíveis à erosão de origem hídrica, o que proporciona o surgimento de formas erosivas, como sulcos, ravinas, voçorocas, e erosão laminar.

Ainda para tais autores acima citados, a partir de trabalhos desenvolvidos nos municípios de Cianorte, Paranavaí e Umuarama, revelou-se que:

(...) os principais problemas erosivos estão relacionados com a cobertura pedológica e não com o Arenito Caiuá (...). No Arenito Caiuá, a erosão não avança, ou progride de forma lenta, devido à presença de estrutura resistente e cimentação, enquanto que na cobertura o processo erosivo é acelerado e intenso, principalmente pela ausência de cimentação e pela alta friabilidade do material⁹⁶.

Por ambos os tipos de solo, tanto nos de terra roxa como nos de solo arenoso a fronteira agrícola norte paranaense avançou, acompanhada do processo de colonização. A cultura cafeeira serviu de base econômica para todo o processo, ocupando predominantemente toda a anterior paisagem de floresta, a mesma que fora essencial para se conhecer o solo, ou seja, identificá-lo no ato da compra.

O conhecer do solo esteve muito associado ao tipo de vegetação na fase de expansão da fronteira agrícola e colonização empresarial privada. Fazendo a associação do tipo de solo com a vegetação nele existente é que se distinguia o solo de terra roxa do solo arenoso. Assim sendo:

Na terra roxa, a mata latifoliada é constituída, no primeiro horizonte, por espécie de alto porte, de 25 a 30 metros de altura, como a figueira

⁹⁴ GASPARETTO, N. V. L. e CARVALHO, A. Origem e morfologia dos grãos quartzo da cobertura pedológica na região noroeste do Paraná – PR. In: *Pesquisas em Geociências*, v.28, n.2, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre / RS, 2001. p.197.

⁹⁵ Sobre cobertura pedológica no noroeste paranaense ver: GASPARETTO, N. V. L. *As formações superficiais do noroeste do Paraná e sua relação com o Arenito Caiuá*. Tese de Doutorado. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geoquímica e Geotectônica do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁹⁶ GASPARETTO e CARVALHO. op. cit. p. 197.

branca (*Ficus pholina* Mig.), o páu d'alho (*Gallezia* Vel. Mig.), o tamboril ou timbaúva (*Enterolobium ellipticum* Benth). O segundo andar é formado por espécies suscetíveis de atingir iguais dimensões das do andar superior se lhe forem dadas condições ecológicas favoráveis, tais como a canjerana ou canjarana (*Cabralea cangerana* Sald) e o cedro branco (*Cedrella fissis* Voll.). Vem a seguir o andar em que predominam as palmeiras (principalmente o palmito, *Elterpe edulis*) e as samambaias, e, finalmente, um andar herbáceo.

Nos solos arenosos, a mata latifoliada tem, no primeiro andar, a predominância da peroba (*Aspidosperma* sp.), do Jequetibá (*Cariniana excelsa*) e do cedro (*Cedrela* sp.). No segundo horizonte, aparecem o Jacarandá (*Machaerium* sp.), o faveiro (*Pterodon pubescens* Benth), a caviúna (*Dalbergia nigra* F. All.) e a aroeira (*Astronium uriduva* Fr. All.). Vem a seguir o andar das palmeiras (principalmente o jeribá, *Arecatum romanzoffianum*) e das taquaras e, por último, o andar herbáceo⁹⁷.

Aos olhos do comprador interessava ver muitos paus d'alho e de preferência não encontrar alguns tipos de palmeiras, por exemplo, o Jeribá. Quando isso acontecia, maravilhado com a floresta, o comprador logo remetia-se a pensar no potencial do solo que abaixo desta se assentava. Para a Companhia era negócio certo e para o proprietário, o acreditar de uma ascensão em seu "status".

Realizado o negócio com a companhia, devastada a floresta e em condições de solo fértil, tornava-se possível o cultivo da lavoura cafeeira e ao mesmo tempo o cultivo da lavoura de subsistência, esta que foi tão importante no momento inicial da colonização.

1.5. A importância econômica das primeiras lavouras

Logo após a devastação da floresta, momento em que o fogo queimava os últimos gravetos e o solo recoberto por cinzas com brasas ainda acesas dos troncos maiores e de madeiras mais resistente, ou seja, com a terra ainda quente, o pioneiro recém chegado com sua família tinha pressa de semear, sobretudo, as culturas de subsistência.

Ao adquirir o lote agrícola, o agricultor se tornava proprietário de modo seguro, amparado pelo poderio econômico-financeiro e político da Companhia, da qual comprara e era cliente. "Se eram duros os tempos de abertura da mata e das primeiras roças, trabalhavam, no entanto, em terra sua e não eram molestados por questões de posse e domínio da terra"⁹⁸.

⁹⁷ MULLER. (1956). op. cit. p. 61.

⁹⁸ EL-KHATIB. op. cit. p. 230.

O cultivador planta então um pouco de tudo e, entre grãos e tubérculos, todas as combinações são possíveis. Planta-se feijões, cebola, alho, abóboras, a cana-de-açúcar e, quando se pensa em ficar anos no local, também árvores frutíferas, principalmente bananeiras, laranjeiras e mesmo mangueiras (...). Essa policultura desordenada em que tudo é misturado no terreno, não consegue dissimular os dois cereais pioneiros, o milho e o arroz. Eles se encontram constantemente e por toda parte, na variedade da paisagem rural ⁹⁹.

Com tais características, formava-se o pomar em área reservada no lote e dessa mesma forma procedia-se com a horta e o canavial, geralmente próximos a moradia. As demais culturas de subsistência, como o feijão, o milho e o arroz, por serem temporárias e por não tomarem muito espaço, eram cultivadas entre meio as fileiras do cafezal, ou seja, como intercalares ao café.

As culturas de subsistência assumem importante relevância na economia familiar, uma vez que como culturas intercalares, complementam a renda pelo usufruto de uma mesma área com culturas diversas e em alternância da produção. Conforme Padis¹⁰⁰: “pode-se mesmo dizer que essas atividades passaram a integrar, normalmente, os contratos de trabalho com o colonato de café. (...) A produção desses bens, de forma intercalar, representa em grande parte, a parcela não-monetária da remuneração percebida pelo colonato”. Podemos acrescentar nesta parcela não-monetária que complementa a renda, a criação de alguns animais como suínos, aves, bovinos, entre outros.

Na fase inicial de colonização, logo em seguida ao devastamento da floresta, as culturas de subsistência que surgem com maior desenvoltura são as de milho e a do arroz. Para Monbeig¹⁰¹ a forma como o arroz assumiu importância deve-se à alta dos preços, conseqüência do consumo crescente, relacionado com o abastecimento das populações urbanas e com o aumento da exportação. “Assim, de cultura de manutenção, o arroz tornou-se, pelo menos em parte, uma cultura comercial”.

As culturas de milho e arroz, embora se destaquem como culturas de subsistência na paisagem agrícola, encontram-se associadas às culturas de feijão e mandioca, sendo ambas, mais as anteriores, de igual importância por participarem da alimentação doméstica e quando excedentes, também são comercializadas. Com exceções era possível notar unicamente na paisagem rural áreas destinadas exclusivamente a uma determinada cultura de subsistência como sendo destinada à lavoura comercial. O predomínio comercial quase total era sem

⁹⁹ MONBEIG. op. cit. p. 250-1.

¹⁰⁰ PADIS. op. cit. p. 109.

¹⁰¹ MONBEIG. op. cit. p. 251.

dúvida da lavoura cafeeira que se somou a outros ciclos econômicos paranaenses como uma nova atividade e que por algumas décadas se constituiu no principal produto de produção agrícola e também em geração de renda para o Estado.

As culturas de subsistência que no momento inicial da colonização obtiveram significativa relevância passam conforme Monbeig (1984), para um segundo plano e são subjugadas pelas destinadas à comercialização, quando o solo encontra-se preparado para o cultivo preferencialmente da cultura cafeeira.

A produção do algodão, por exemplo, no norte paranaense assume pouca expressividade, visto a preparação do solo para o imediato cultivo do café, pois este é o produto de grande valor comercial. Enquanto, a lavoura cafeeira não se forma e começa a produzir,

(...) o pequeno produtor, o “sitiente”, de finanças mais precárias que o fazendeiro, procura provêr a sua subsistência (...), em alguns casos, como garantia contra os riscos apresentados por um único produto para a venda, procura-se pôr a salvo das oscilações do mercado introduzindo um outro produto comercial, como o algodão¹⁰².

Ainda, como cultura complementar e de subsistência não podemos deixar de mencionar a cana-de-açúcar, que no lote contava com uma área específica para tal. Cultivada como as demais culturas de subsistência na época, ou seja, com técnicas rudimentares, a cana-de-açúcar complementava a alimentação principalmente de animais, como a do gado. A cana-de-açúcar era utilizada também na produção de açúcar mascavo, doces (rapadura) e aguardente.

Até a década de 1960 no norte central e noroeste paranaense, onde a colonização ocorreu sob uma estrutura fundiária predominante de pequenas propriedades, configurou-se o trabalho de mão-de-obra tipicamente familiar e a produção de subsistência. As relações comerciais campo/cidade eram de uma aproximação estreita em que o homem do campo pouco dependia da cidade, pois, praticamente tudo de que necessitava ele mesmo produzia. As relações comerciais que se mantinha com os patrimônios e cidades mais próximas eram mínimas, apenas as de necessidade e que no campo não se obtinha, como a aquisição de alguns mantimentos (sal, açúcar e querosene), tecidos, raramente um par de sapatos, serviços de saúde (eventualmente um médico e ou uma farmácia) e instrumentos de trabalho.

Ao contrário das relações comerciais que mantinha o pequeno produtor, o grande preferencialmente mantinha com centros urbanos maiores e mais distantes, de acordo com o volume de negócios e por estar atrelado aos melhores preços, muitas vezes por eliminar o

¹⁰² MULLER. op. cit. p. 82.

papel dos atravessadores. Tais situações vão inserir a região no contexto do complexo cafeeiro, modelo econômico que caracterizava no período as intensas articulações do setor agrícola.

Na década de 1970, como consequência da modernização da agricultura, as culturas de subsistência e a lavoura cafeeira cederam potencial parte de suas áreas para as culturas temporárias e a pastagem, acrescentando uma variedade a paisagem agrícola.

Em 1970, o Norte do Paraná assemelhava-se a uma colcha de retalhos, com lavouras diversificadas e pastagens ao lado do café em algumas áreas, em outras apenas café ou café e lavouras temporárias, em outras ainda, apenas lavouras temporárias; não estavam ausentes nem a “monocultura do gado”, nem a do café ¹⁰³.

No noroeste, onde se acreditava ser o solo com maiores limitações devido a sua baixa resistência aos processos erosivos e a menor qualidade em nutrientes, houve uma maior presença das pastagens com a substituição da cultura cafeeira, como ainda é possível verificar nos Censos Agropecuários mais recentes. Assim, tomamos como exemplo uma unidade da região noroeste, o município de Cianorte (por se tratar de nosso objeto de estudo e se encontrar sobre o arenito), no objetivo de identificarmos o uso do solo (os principais ramos da atividade agropecuária), a partir do Censo Agrícola (1960) e dos Agropecuários de 1970 a 1995/6. Tabela 2.

TABELA 2. O USO DO SOLO EM HECTARES NO MUNICÍPIO DE CIANORTE

Formas de uso solo	1960	1970	1975	1980	1985	1990 ¹	1995-6
Café	16.479	2.949	19.156	11.356	10.110	7.500	2.050
Algodão	3.579	2.163	151	224	930	1.200	350
Milho	16.761	5.730	3.269	2.356	2.540	4.000	3.600
Soja	*	2.871	2.737	2.415	4.091	4.000	4.000
Trigo	4	229	263	981	1.956	1.500	1.500
Cana-de-açúcar	*	27	5	23	1.190	709	1.742
Amendoim	*	789	125	170	32	nc	100
Arroz	8.017	4.431	3.229	1.341	542	nc	250
Feijão	7.182	995	324	628	458	500	150
Mandioca	*	1.057	1.549	1.650	3.050	4.500	4.500
Pastagens	10.037	20.440	36.660	44.713	44.942	nc	57.165
Total	62.059	41.681	67.468	65.857	69.841	23.909	75.407

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6

*Neste Censo Agropecuário consta apenas os valores em toneladas.

¹Consta em CIOFFI, 1995, p.118.

nc. Não consta

Organização: Telma Batalioti.

Como nos mostra a tabela 2, a pastagem no município de Cianorte a partir de 1975 se tornou predominante com superioridade a 50% dos hectares cultivados evidenciando as dificuldades e menor rentabilidade em cultivar no arenito. A cultura cafeeira aparece em seguida com forte

¹⁰³ PADIS. op. cit. p. 140.

presença até o ano de 1975, mas decaindo progressivamente nos censos seguintes. No ano de 1970 ocorreu a redução de hectares cultivados com o café como é representado na tabela 2, contudo, esse dado indica apenas a área colhida enquanto milhares de novos pés de café continuavam a serem cultivados. Já as culturas de subsistência em especial o arroz e o feijão reduziram Censo após Censo, devido principalmente por serem culturas intercalares ao café que passou a ser erradicado e também aos baixos preços pagos a essas culturas. Assim nos conta em entrevista o Sr. Gedo Ribeiro: “os cereais, não compensava plantar, não tinha preço, era muito baixo. Se produzia jogava no corgo ou enterrava”¹⁰⁴.

Dessa forma, a importância econômica que assumiu as lavouras de subsistência não foi além da complementação da parcela não-monetária, tais lavouras respondiam na cozinha pelo sustento da família, enquanto a lavoura comercial do café dirigia-se para o mercado como mercadoria comercial, que atribui valor ao trabalho através do produto.

Na agricultura de subsistência, a qual é cultivada como intercalar do café, além de dar origem a renda não-monetária, a mesma produz o que Foweraker (1982) citando Martins (1971) chama de terra e trabalho, que estariam de outra maneira sendo usados na agricultura de subsistência, por reunir e combinar a mão-de-obra e o espaço de produção.

Com a mão-de-obra familiar e a experiência na atividade agrícola, os lotes eram adquiridos e a migração era realizada na intenção de continuar a sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas. Tinha-se a agricultura de subsistência como a necessidade principal da atividade dos agricultores familiares. Os produtos cultivados em grande parte não se transformavam em mercadoria, tinham apenas valor de uso. Eventualmente o excedente era comercializado, primeiramente entre os vizinhos e secundariamente com comerciantes de lugares próximos.

O cultivo das primeiras lavouras (arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca) como sendo agricultura de subsistência, tem por finalidade, portanto, assegurar a alimentação do agregado familiar e esta se faz sem a utilização de implementos de produção adquiridos no mercado e sem a preocupação da adequação da planta ao meio para o controle da qualidade. Foi desta forma, que durante milhares de anos a sociedade encarou a agricultura, como uma atividade de subsistência, cujo objetivo primário foi à produção de alimentos para o autoconsumo.

Mesmo com toda a importância dada às primeiras lavouras nos primeiros anos da colonização, estas foram tomando seu papel secundário na medida em que foram sendo

¹⁰⁴ Entrevista gravada no dia 14/06/2003 com o Sr. Gedo Ribeiro, pioneiro e ex maquinista em Cianorte.

colhidas as primeiras safras do café. Ainda mais, devido à superioridade da população se concentrar no campo e por produzirem quase que integralmente a subsistência, no mercado havia a pouca expressividade das culturas alimentares e isso não estimulava essa produção que obtinha pouca remuneração. Era o café a “onda” do momento.

II. AS LAVOURAS DE CAFÉ E A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO

Neste capítulo, abordamos a importância da cultura cafeeira no processo de colonização e a sua dominante presença enquanto cultura comercial na paisagem regional, levando em conta a estrutura fundiária sob a qual se organizou e as relações de trabalho empregadas.

As lavouras de café que impulsionaram a colonização norte paranaense, atrelada às condições de solo, a infra-estrutura implantada e ainda as condições de comercialização das terras possibilitadas pela CTNP-CMNP, trouxeram a esta região milhares de pessoas, vindas de diversos lugares com o sonho e a esperança de em seu pedaço de chão, através da agricultura e de seu trabalho e de sua família, poder viver e realizar um projeto de vida.

Um tecer de cidades, distritos e vilas, todos interligados iam se formando graças a um planejamento e ao trabalho de um formigueiro de pessoas que nesta região chegaram, vislumbrados com o que viam e intencionavam. Assim, a paisagem uniforme da floresta recuou e quase desapareceu para dar lugar a retalhada paisagem humana, mesmo que ainda uniforme pela cultura cafeeira. È neste contexto que o município de Cianorte é fundado.

2.1.O café como desenvolvimento econômico e a viabilidade da pequena propriedade

Com o objetivo de analisar a potencialidade do modelo de colonização empregado pela CMNP e que repercutiu fortemente em toda a região por ela colonizada, considera-se aqui imprescindível abordar um elemento muito importante nesse processo de formação histórico-econômica e espacial – a cultura cafeeira. Esse elemento que diz respeito à expansão da cafeicultura paulista ao norte paranaense, incorporou a região ao processo de acumulação capitalista irradiado a partir de São Paulo.

O café simbolizou por mais de um século o principal produto de exportação e desenvolvimento econômico do país, além de fomentar o processo colonizador. Não há, no entanto, como falar em uma data exata da chegada do café ao Brasil, mas sua importância é significativa para a economia brasileira e em particular para a do norte paranaense. Em período anterior as grandes lavouras destinadas à exportação, no século XVIII o café percorreu um itinerário litorâneo em chácaras e quintais, apenas para satisfazer um hábito da reduzidíssima classe mais abastada, para que o tivessem à mesa como sofisticação imitativa do que ia pela Europa (CMNP, 1977).

O café, ou *coffea arabica*, uma pequena árvore da família das rubiáceas, nativa do sub-bosque da floresta do sudoeste do planalto da Etiópia, gerava as sementes carregadas de cafeína tão apreciadas pelos moradores urbanos da Europa. Seu oportuno surgimento resolveria de modo brilhante a busca de um produto que o novo império poderia trocar pelas manufaturas e luxo e luxos da Europa. Tal como o século XVIII havia sido para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café¹⁰⁵.

Cultivado tradicionalmente em grandes propriedades, o café se configurou como monocultura de exportação, assim como a cana-de-açúcar o fora anteriormente. Utilizando-se da mão-de-obra escrava anterior a vinda dos imigrantes em fins do século XIX, somou-se a isso a já instituída Lei de Terras e a libertação dos escravos e tais fatores resultantes dos acontecimentos que compõe a história, configuraram a estrutura fundiária em grandes propriedades, também para a produção de café.

A cultura do café passou a ser a cultura das grandes fazendas que foram doadas como sesmarias e se tornou o grande negócio de comércio para o império. Inicialmente cultivado ao

¹⁰⁵ DEAN. op. cit. p. 193.

longo do litoral na província do Rio de Janeiro, como nos descreve Dean (1996), o café pode ter sofrido um pouco com os ventos salinos oceânicos, mas a medida que era transferido para o planalto obtinha melhores temperaturas, de 20° a 24°C, embora, encontrava ainda dificuldades para o cultivo nos solos rasos das encostas de “mares de morros”, característica da paisagem física regional.

O café por ser uma planta perene e por apresentar uma vida útil por cerca de quatro décadas, uma vez implantado significaria um período agrícola temporalmente duradouro, mas, no entanto, na medida que a lavoura não mais correspondia a expectativa de produção por alegar ser uma plantação velha, a mesma não era replantada, mas abandonada e assim, novas áreas de floresta eram limpas para manter a produção. Segundo Dean¹⁰⁶: “O café avançou, portanto, pelas terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas”.

Tal cultura estendeu-se pelo vale do rio Paraíba e em seguida expandiu-se para a Província de São Paulo, onde encontrou na região de Campinas por volta de 1830 as primeiras manchas de terra roxa. “Os índices de produção por pé de café chegam a representar o dobro ou o triplo daqueles obtidos nos demais tipos de solo”¹⁰⁷.

A expansão da cafeicultura, em pouco tempo transformava a paisagem nas áreas recém ocupadas, integrando-se às demandas da formação capitalista. Tal integração, comenta Martins¹⁰⁸, resultou de uma dupla relação: uma, onde ocorria a absorção do excedente demográfico que não podia ser contido dentro da fronteira econômica; e outra, tinha-se a produção de excedentes, no caso o café, como sendo mercadoria na economia de mercado. Nesse momento extinguiu-se as sesmarias em 1822 e se estabeleceu a nova forma de acesso à terra.

Historicamente no Brasil, a propriedade jurídica da terra é imprescindível para a atividade agrícola e portanto, limitou o acesso a classe mais abastada durante séculos, o que favoreceu as grandes propriedades. O ciclo da cafeicultura brasileira se desenvolveu sob os moldes da grande propriedade como monocultura de exportação em que utilizou a escravatura e dessa forma, se estabeleceu juntamente com a população predominantemente rural. Com a abolição dos escravos, a Lei de Terras e a imigração estrangeira, tais moldes foram sendo sobrepostos

¹⁰⁶ DEAN. op. cit. p. 196.

¹⁰⁷ CMNP. op. cit. p. 17.

¹⁰⁸ MARTINS, J. de S. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo. A Pioneira. 1975. p. 46.

por novos modelos, tanto da estrutura fundiária como das relações de trabalho, embora, sem com isso apagar totalmente as marcas originais.

A cultura cafeeira durante décadas foi cultivada com tais características, de cultura itinerante¹⁰⁹, formada pelas grandes lavouras que empregou em fase inicial de expansão a mão-de-obra escrava. Assumiu importância comercial nos arredores do Rio de Janeiro, deslocando-se progressivamente para a província de São Paulo. Com a itinerância do café que avançava para novos espaços, novas zonas pioneiras eram abertas e povoadas e cidades eram erguidas. Quando o café as deixava, nova economia se procurava, por vezes não lembrando de que ali, um dia existiu café¹¹⁰.

Com a Lei de Terras, a terra passou a ter o valor de troca e não mais apenas o valor de uso, a comercialização destas assumiram proporções de interesses capitalistas. Objetivou-se desse modo, através de elevados valores para a comercialização, impossibilitar o imigrante recém chegado à aquisição das mesmas para o seu trabalho e o de sua família. O velho sonho que trazia e que lhe fora anunciado antes de partir para esta terra, estaria adiado no momento que se tornara mão-de-obra nas lavouras cafeeiras. Sendo assim:

[...] a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberação do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir o bloqueio ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas¹¹¹.

Somando-se a essa leitura, Guimarães¹¹² acrescenta:

“Para assegurar reservas de braços disponíveis, convinha aos senhores, portanto, estabelecer um preço ‘suficientemente alto’ a fim de que a terra não pudesse ser adquirida com facilidade pelos pobres do campo.” Aos escravos que estavam sendo libertos, posseiros e sobretudo àqueles que buscavam na imigração tornar-se agricultores independentes, “grandes dificuldades foram colocadas no caminho (...), o trabalho independente foi, nesse processo, transformado num sonho básico do trabalhador”¹¹³.

Com a imigração maciça em fins do século XIX, conforme Martins (1986), se forma um mercado de trabalho suficiente para atender a demanda da cafeicultura em moldes capitalistas.

¹⁰⁹ MARTINS. (1986). op. cit.

¹¹⁰ MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas. Pontes. 1990.

¹¹¹ MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia e história lenta*. 2. ed. São Paulo. HUCITEC. 1999. p. 76.

¹¹² GUIMARÃES. op. cit. p. 111.

¹¹³ MARTINS. 1986. op. cit. p. 129.

Esta ao sul do país requeria não só o avanço da fronteira, mas um maior número de trabalhadores. É o momento que se desencadeou o apogeu da economia cafeeira, considerado pelos fazendeiros como “o ouro verde”.

O estímulo por produzir atraiu tanto períodos de altos ganhos como períodos de crises causadas por uma superprodução. Estava produzindo-se mais do que o absorvido pela demanda. Com a crise de 1929 e a quebra da Bolsa de Nova York, que repercutiram de forma negativa no mercado mundial, deixaram o Brasil sem para quem exportar o seu principal produto (o café) e a economia fragilizou-se. A partir desse momento o governo brasileiro tomou medidas mais sérias no sentido de proteger sua economia e amenizar os impactos das oscilações e crises do mercado mundial. Comenta Saes¹¹⁴:

(...) até 1929 a política regulatória brasileira teve um caráter circunstancial, agindo em momentos de crise; de 1930 até o final da década de 1940, a política caracterizou-se pelo intervencionismo consciente, destacando a implantação do DNC (Departamento Nacional do Café); de 1951 a 1989, marcado pela coordenação do estado no sistema cafeeiro nacional, com a criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e a regulamentação internacional.

Mesmo com o governo tomando certas medidas para amenizar as situações de crise, algumas outras iam se processando paralelamente tomadas pelos próprios fazendeiros produtores de café. Estas medidas compreendiam desde o retalhamento das propriedades para a venda, o abandono temporário, a opção por novas formas de trabalho e a maior exploração do agricultor. Lamarche¹¹⁵, acrescenta:

Nos períodos de crise das grandes culturas, os grandes proprietários fundiários – os latifundiários – abandonam total ou parcialmente a direção do empreendimento agrícola e deixam a terra aos cuidados dos pequenos agricultores, dos quais exigem um pagamento sob diversas formas. A fragilidade dos agricultores “dependentes” manifesta-se claramente à época em que é preciso reassumir a atividade principal: pela expulsão pura e simples de seus ocupantes, o proprietário restabelece a administração única e centralizada do empreendimento e retoma a exploração das culturas que abandonara.

Medidas como estas temporalmente demoram a se extinguir, mas enquanto isso, outras vão surgindo e sendo incorporadas no meio rural brasileiro, abrindo margem inclusive para a pequena propriedade.

¹¹⁴ SAES, M. S. M. *A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro do Café*. São Paulo. ANNABLUME. 1997. p. 45.

¹¹⁵ LAMARCHE, H. (coord.). *A Agricultura Familiar: comparação internacional*. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas. Editora da UNICAMP. 1993. p. 181.

Quando ocorre a expansão da cafeicultura para o interior do estado de São Paulo e sobretudo para o norte do Paraná, ou seja, quando ocorre a migração da cultura do café¹¹⁶ para essas regiões é que a pequena propriedade encontra a maior oportunidade de se estruturar, nesta última, associada ao processo de colonização empresarial privada no final da década de 1920 e início da de 1930. Nesse período, muitas fazendas em especial no estado de São Paulo, vinham sendo também fragmentadas para a comercialização, por vezes com os próprios colonos. Esse fato desencadeou-se em grande parte pela crise de 1929 e a Depressão dos anos de 1930, em que a economia foi desestabilizada com a queda dos preços do café. Esse período de crise não só fez aumentar o número de pequenas propriedades como também durante e depois deste, houve o avanço para as terras da fronteira agrícola, “conduzido pelos especuladores imobiliários de forma a atender uma aguda demanda de pequenas propriedades agrícolas que já vinha dos anos vinte”¹¹⁷. Fragmentar a grande propriedade, comercializar e depois migrar para o norte do Paraná tornou-se uma alternativa para onde o avanço da fronteira se encaminhou.

Embora, o momento de crise tenha afetado os produtores, acreditava-se que passada a crise o café continuaria sendo um bom negócio como de fato o fora, por isso, migrar para a frente de expansão cafeeira, desbravar a floresta, formar o cafeeiro para depois colher, seria o tempo suficiente para a crise acabar, embora novas crises tenham sucedido tempos depois. A cafeicultura é submetida assim, a um processo natural de substituição dos cafezais, ora pelo plantio de uma nova parcela e ora pela erradicação ou o abandono da outra, constituindo um processo dinâmico que depende basicamente dos preços vigorantes¹¹⁸ e de políticas de financiamentos.

Nesta região priorizaram-se os pequenos lotes, como visto no capítulo anterior, por visar uma população potencial de compradores, ou seja, principalmente famílias de colonos e imigrantes das até então regiões produtoras de café no país nos estados do RJ, MG e SP, que a anos e gerações aguardavam a oportunidade de serem proprietários e que para isso faziam suas economias, também o fato de que na pequena propriedade com o trabalho familiar e “uns

¹¹⁶ A migração da produção do café, ocorre em decorrência dos problemas regionais, seja das condições do cafezal ou do solo, das condições e interesses dos produtores em revigorar os plantios já existentes ou buscar novas terras, preferencialmente virgens cobertas por florestas. Ainda em decorrência de crises causadas por problemas econômicos, como a redução dos preços ocasionados pelas oscilações no mercado mundial. Mais sobre esse assunto ver SOBRINHO, A. M. A civilização do Café (1820 –1920). Editora Brasiliense, 2 edição, s/d São Paulo.

¹¹⁷ MARTINS.1986. op. cit. p. 132.

¹¹⁸ É fato que a variação no preço do café é decorrente de inúmeros fatores, tendo como principal regulador a oferta e a demanda, ou seja, quanto maior for a oferta do produto, menor será o preço de venda, em períodos de grande safra.

poucos empregados, podia o pequeno produtor operar em condições de baixa rentabilidade”

¹¹⁹ Assim, o sistema de colonização efetuado pela CMNP no norte paranaense em que ressaltou principalmente a adoção do regime da pequena propriedade, estimulou a explosão demográfica e a total transformação da paisagem regional com as plantações de café.

Na economia mercantil do café produzir mais representava transformar a paisagem conforme a incorporação de mais terras somadas ao maior volume de força de trabalho. Contudo,

(...) esta constante procura por novas terras não se devia apenas ao processo de expansão cafeeira. Fatores inerentes à natureza do produto – seu caráter permanente, período de maturação e seu poder de esgotar o solo – exigiam para a manutenção ou ampliação da produtividade, uma renovação contínua do fator terra.¹²⁰

O título de posse de uma pequena propriedade se tornou o anseio, o desejo de conquista para aqueles de gerações exploradas nas grandes fazendas e o norte do Paraná representava a possibilidade do sonho realizar-se. Para os produtores a importância pela qual se reveste o título de propriedade da terra está na própria sobrevivência de sua unidade familiar, cujo resultado do produto do trabalho é apropriado diretamente pelo coletivo familiar. Marx¹²¹ a esse aspecto salientou:

(...) a posse do solo é uma condição para a propriedade do trabalhador sobre o produto de seu próprio trabalho em que o camponês, quer seja proprietário livre ou não, tem de sempre produzir, com sua família para si mesmo seus meios de subsistência, enquanto trabalhador autônomo isolado. A propriedade do solo é tão necessária para o pleno desenvolvimento desse modo de empreendimento quanto a propriedade do instrumento o é para o livre desenvolvimento do artesanato. Isso constituiu aqui a base para o desenvolvimento da autonomia pessoal.

O acesso a terra propiciará o resultado do trabalho familiar que irá variar conforme as condições de produção como a localização da unidade em relação ao mercado, a situação do mercado, a disponibilidade de capital e dos instrumentos de trabalho, a qualidade da terra, entre outras¹²²

A estrutura fundiária organizada em pequenas propriedades com o uso econômico da terra voltado para a cultura cafeeira, viabilizados por um empreendimento imobiliário de

¹¹⁹ TRINTIN, J. G. *A economia paranaense: 1985-1998*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas. 2001. p. 62.

¹²⁰ MARTINS. 1986. op. cit. p. 36.

¹²¹ MARX, K. *O capital: Crítica da economia política*. Os economistas. 3 ed. São Paulo. Nova Cultural. 1988. p. 246.

¹²² ANTONELLO, I. T. *A metamorfose do trabalho – e a mutação do campesinato*. Tese de Doutorado. UNESP, Rio Claro, 1999. p. 31.

colonização empresarial privada, aproveitou racionalmente as condições topográficas do Terceiro Planalto. Essas condições influenciaram na formação de pequenas e médias propriedades aproveitando as baixadas dos lotes para outras atividades e onde a maior incidência de geadas não é propícia ao plantio do café.

Em verdade, o que fez foi um grande projeto imobiliário, sendo essa a maneira encontrada pela companhia para viabilizar a venda de suas terras, visto que o país atravessava uma conjuntura de extremas dificuldades, o que inibia o dispêndio de capital na aquisição de terras ainda inexploradas ¹²³.

Tal procedimento atraiu milhares de pessoas (colonos) ao norte paranaense tornando-o, o maior produtor de café a partir de meados da década de 1940 e início da de 1950 quando as lavouras já estão formadas, superando o estado de São Paulo, até então o maior produtor. Tabela 3.

O avanço da cultura cafeeira pelo norte paranaense fez produzir aproximadamente o dobro de café que se produzia em São Paulo. Nesse solo que fora recém retirado a vegetação a presença de húmus possibilitou o excelente desempenho da planta e os altos preços pagos ao produto estimulava ainda mais a produzir, enquanto o solo paulista encontrava-se exaurido de tempos já cultivados. Também os efeitos causados pela Depressão dos anos de 1930 sobre a produção de café em São Paulo causaram de acordo com Cancian¹²⁴, o desestímulo pelos preços baixos que “forçou grande parte dos produtores paulistas, especialmente das áreas cafeeiras mais velhas e pouco produtivas, ao abandono e erradicação. Já na década de 1930 e 1940 muitos deles haviam se deslocado para o Paraná em busca de terras férteis e virgens”.

Como mostra a tabela 3, o norte do Paraná atingiu uma produtividade singular a partir de meados da década de 1940 e na década de 1950, mesmo período que o preço do café no mercado internacional teve elevação, chegando a obter em 1954 conforme acrescenta Cancian¹²⁵, “o maior preço médio absoluto do período”. Com isso, a busca por mais terras virgens para o plantio se direcionou em sentido noroeste do Paraná mantendo as características do plano colonizador, de predominantemente pequenas propriedades. Fundou-se assim, mais dois municípios de grande importância regional, Cianorte em 1953 e Umuarama em seguida, em 1955.

TABELA 3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE CAFÉ NO NORTE DO PARANÁ E EM SÃO PAULO ENTRE 1947 E 1951

¹²³ TRINTIN. op. cit. p. 63.

¹²⁴ CANCIAN. op. cit.. p. 90-2.

¹²⁵ Id. Ibid. p. 45.

Ano	Em kg / ha		Em kg / 1000 pés	
	N. Paraná	São Paulo	N. Paraná	São Paulo
1947	586	338	929	440
1948	538	423	923	552
1949	621	369	992	480
1950	758	334	1.202	432
1951	594	337	948	442

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, 1952. (citado por Serra, 1992, p. 71)

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a economia paranaense tomou impulso e o Estado tornou-se o maior produtor de café do Brasil, atingindo um percentual de “14,2% na safra de 1949/50 do total nacional”¹²⁶. Alguns fatores conjugaram para que a produção cafeeira paranaense se tornasse uma das mais importantes nesse período.

Dentre eles, destacam-se as geadas ocorridas no período e a instabilidade do mercado que levaram muitos produtores a abandonar a produção nas regiões mais antigas e de baixa produtividade, devido ao desgaste dos solos e as efeitos das geadas sobre os cafeeiros, além de uma conjuntura de preços baixos para o setor. Igualmente importante é o fato de que os produtores paulistas passaram a investir em outros setores, dada a maior oportunidade de novos investimentos que a economia de São Paulo já oferecia no período, notadamente no setor urbano-industrial. Isso levou o governo federal a modificar as diretrizes de sua política de controle da oferta e a suspender a destruição do produto em 1944. Posteriormente, com o término da guerra, o governo passou a liberar a expansão da produção¹²⁷.

A economia cafeeira norte paranaense se implantou e desenvolveu-se, ora estimulada pelas condições de uma política protecionista em defesa e valorização do café, ora pelas iniciativas públicas e privadas através dos projetos de colonização e ora pelos preços pagos ao produto no mercado com o término do segundo conflito mundial.

As relações estabelecidas entre as regiões cafeeiras de São Paulo e norte paranaense levaram até o início da década de 1960, a maior parte da produção proveniente da região norte do Paraná a ser exportada através do porto de Santos, cuja ligação rodoviária e ferroviária mostrava-se mais eficiente que a direcionada ao porto de Paranaguá. Segundo Padis (1980) somente com a construção da “rodovia do café” em 1961 é que tal situação se inverte.

Toda a infraestrutura dada à colonização realizada pela CMNP no norte central se estendeu posteriormente com o avanço desta para o noroeste. Assim, na medida que a colonização avançava em sentido noroeste nas terras arenosas e enquanto a cultura cafeeira permanecia em ascensão, o mesmo modelo colonizador e de devastação da floresta vigorou. No entanto, com o predomínio da pequena propriedade, com raras exceções, uma pequena porção da floresta

¹²⁶ TRINTIN. op. cit. p. 66.

¹²⁷ Id. Ibid, p.66.

subsistia. Com o passar dos anos, assim como havia ocorrido nas outras e anteriores regiões produtoras de café a floresta foi recuando ainda mais e o solo foi se exaurindo, tendo o solo arenoso um agravante, por ser mais suscetível aos processos erosivos – enquanto na terra roxa, a perda de nutrientes, por não ser continuamente fértil.

Ao contrário do que se podia imaginar, produziu-se tanto café no solo arenoso recém preparado do noroeste / Norte Novíssimo (destacamos Cianorte), quanto na terra roxa do Norte Novo (destacamos Londrina e Maringá), como podemos ver em comparação feita a partir de cinco Censos Agropecuários, mais os dados do IPARDES para o ano de 1999 mostrados na tabela 4. Porém, esse foi um período mais curto dado a colonização no noroeste anos depois (10 a 20 anos) da iniciada no restante do norte paranaense.

Contudo, é importante destacar que a produção de café nas três localidades apontadas apresentam reduções significativas conforme dois Censos Agropecuários, sendo o de 1970 e 1980. Estes tiveram alguns fatores como responsáveis pela redução, ou seja, em ambos os casos as fortes geadas ocorridas em 1969 e depois em 1975 afetaram as colheitas dos anos seguintes, considerando o efetivo das plantações em idade produtiva. Ainda, as transformações que se processavam no campo pós 1970, sobretudo com a modernização da agricultura, propiciaram cada vez mais a desvalorização do café e sua conseqüente erradicação.

TABELA 4. PRODUÇÃO DE CAFÉ EM TONELADAS E HECTARES EM LONDRINA, MARINGÁ E EM CIANORTE

Ano	Londrina		Maringá		Cianorte	
	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)
1960	57.726	39.060	65.441	56.254	24.102	16.479
1970	2.678	12.210	107	640	495	2.949
1975	30.455	24.308	14.665	9.881	23.486	19.156
1980	7.278	12.210	2.983	4.662	8.707	11.356
1985	11.120	10.096	3.458	2.479	14.937	10.110
1995-6	11.292	4.750	720	600	1.672	2.050
1999 ¹	22.284	6.190	831	835	3.246	2.130

Fonte: IBGE: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE. 1970/1995-6 e dados do IPARDES para 1999.

¹ Dados obtidos através do site www.ipardes.gov.br

Organização: Telma Batalioti.

No Censo Agropecuário de 1975 mostra Cianorte produzindo o dobro de café em relação à Maringá e aproximadamente dois terços em relação à Londrina. Também no censo de 1980 verifica-se uma redução no número de hectares plantados com o café para os três municípios analisados, fato que se deve aos fatores de ordem climática, preço do produto e ao processo de substituição de culturas via modernização da agricultura. Cianorte, por exemplo, plantou

aproximadamente mil hectares a menos comparados à Londrina e, no entanto, produziu acima de mil toneladas a mais. Tal fato se explica, sobretudo, por ser o cafezal cianortense mais novo e ainda pela utilização das novas técnicas de cultivo. O ocorrido conforme os dados do Censo Agropecuário de 1980 equipara-se ao de 1985 e ainda. Cianorte ao contrário de nossa hipótese inicial, deixa de produzir café significativamente somente pós-meados da década de 1975 e não com a introdução da modernização da agricultura no início da década de 1970, embora tenha reduzido sua produção censo a censo.

A partir de 1975, a redução no número de hectares cultivados com a lavoura cafeeira apresenta queda constante para as três localidades indicadas na tabela 4. Contudo, em Londrina a partir de 1985 sua produção em toneladas tem crescido, já Maringá foi o município que mais reduziu tal produção, bem como Cianorte não ficou atrás. Para cada uma dessas localidades alguns fatores contribuíram para essas realidades. Em Londrina a renovação da lavoura cafeeira com novas técnicas de cultivo, concedeu-lhe o acréscimo na produção mesmo reduzindo a área. Em Maringá as condições de solo e relevo compõem uma excelente região para a mecanização favorecendo as lavouras altamente mecanizadas advindas da modernização da agricultura. No caso de Cianorte com um solo mais arenoso foi condicionada a pastagem.

A produção cafeeira em cada uma das localidades apresentadas na tabela 4 esteve relacionada às condições de se produzir, ou seja, àquelas condizentes ao mercado e conseqüentemente ao preço do produto. As condições edafo-climáticas somaram-se a essas condições.

No arenito, em especial no município de Cianorte, em período posterior a modernização da agricultura a produção de café esteve mais ligada a uma resistência dos produtores em permanecer com a cafeicultura do que optar pelas novas culturas mecanizadas. Contribuiu para isso o receio dos produtores em mecanizar um solo mais propenso à erosão e quimicamente mais pobre em nutrientes o que levou a permanência da cafeicultura mesmo com um elevado custo de produção por fatores do custo de insumos e baixos preços do produto. Muitos dos produtores que diante de tal situação não apresentavam condições de permanência no campo optaram pela pastagem, arrendamento e/ou mesmo comercializando a propriedade.

A importância que se construiu em torno das terras roxas como sendo somente estas possíveis de serem agricultáveis para o café, tornou-se uma inverdade quando os resultados das primeiras safras de café no arenito começaram a ser colhidas. Porém, com o advento da modernização da agricultura, não se produziu grãos como se produzira na terra roxa,

permanecendo por anos no arenito as pastagens, o que confirma tal importância atribuída ao solo de terra roxa.

Os fatores de condição do solo somados a outros como, a política de erradicação dos cafezais incentivada pelo programa de modernização da agricultura; a doença (nematóide); a desvalorização do preço do café no mercado; a forte geada de 1975, entre outros, conduziram a partir de 1970 a modernização da agricultura na terra roxa (com a soja e o trigo) e no arenito (com as pastagens).

Desde o momento do passo inicial no processo de colonização e ainda hoje, as condições de solo assumem destaque, no que tange os negócios e principalmente no que se refere ao produto deste. Ora, se o solo tornou-se mercadoria e este não se reproduz, tem-se na lei da oferta e da procura o mecanismo de regulação no mercado de compra e venda. O projeto de colonização realizado pela CMNP também regulou a disponibilidade e o preço desse bem – a terra.

A cultura cafeeira e sua expansão junto às frentes de colonização esteve envolta por variadas situações, algumas já apresentadas e outras ainda por se apresentar nesse trabalho. Nesse sentido, também na medida em que ocorreu a migração do café para as áreas colonizadas pela CMNP sobre nova estrutura fundiária (pequena propriedade), significou em alterações nas relações de trabalho que implicaram na adaptação do colono comumente explorado. Essa exploração ocorre quando é operacionalizado o custo da mão-de-obra pelo proprietário, que se apropria da mais-valia, do produto do trabalho do produtor rural e o de sua unidade familiar, enquanto agregados, para somar maior lucro¹²⁸. Diferentemente e inversamente essa situação iria ocorrer se o produtor como trabalhador rural estivesse na condição de proprietário. Esta questão será abordada no item que segue, das novas relações de trabalho.

2.2. O trabalho familiar e outras relações de trabalho

No Brasil, durante séculos utilizou-se como forma de trabalho a mão-de-obra escrava, a qual acompanhou parte do ciclo cafeeiro até o momento da substituição pelas novas relações de trabalho com a imigração dos trabalhadores europeus. Conforme Martins¹²⁹, vieram “não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso

¹²⁸ A mais-valia aparecia sob a forma de lucro comercial, como fruto do capital e não como fruto do trabalho, o lucro era operacionalizado na comercialização. “A mais-valia expressava todo o trabalho pretérito não pago desde a formação do cafezal” (MARTINS, 1986, p. 80).

¹²⁹ MARTINS. 1986. op. cit. p. 22.

para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão”.

As novas relações de produção baseadas no trabalho livre (no trabalho familiar¹³⁰) se firmaram com a crise do escravismo no final do século XIX. Havia uma preocupação em substituir o trabalho escravo, pois este estava com os dias contados visto a proibição do tráfico em 1850. Embora a escravidão tenha continuado até 1888, outra era também a preocupação dos fazendeiros – “a de como organizar e controlar eficientemente o trabalho livre”¹³¹.

O período de 1850 - 1930, foi marcado por significativas mudanças nas relações de trabalho como aponta Spindel¹³², ocorre “a passagem de uma economia estruturada com base no trabalho servil para a organização econômica baseada no trabalho livre.” As novas relações de trabalho que foram emergindo e no colonato a primeira delas, houve “uma complexa combinação de formas não-capitalistas e capitalistas”, caracterizada pela transição, ou seja, “a mesma relação entre o colono e o fazendeiro envolvia elementos não-capitalistas (a produção dos meios diretos de vida) e elementos capitalistas (a produção da mercadoria para exportação sob pagamento de salário)”¹³³.

O colonato como regime de trabalho foi muito empregado nas lavouras cafeeiras e também nas canavieiras. Para Spindel¹³⁴, “uma relação de trabalho livre, mas gerada e sustentada em bases ainda não puramente capitalistas”. Segundo Martins (1986) esse regime não pode ser

¹³⁰ Por trabalho familiar considera-se aquele que tem por objetivo a reprodução da família. Compreende toda a unidade familiar. Não entramos neste, no mérito da discussão teórica entre o campesinato e agricultura familiar, visto que esta é peculiar do século XX e mais recente aos dias atuais. No entanto, o aparecimento do trabalho familiar como sinônimo de produção familiar e agricultura familiar, não é capaz de se distanciar, por definitivo, das formas de produção camponesa, mas, ao contrário, resguarda componentes essenciais desta e incorpora preceitos da produção moderna e insere-se definitivamente ao mercado da mais-valia. Então, temos uma produção tipicamente camponesa, porém, com quesitos da produção capitalista incorporados ao seu âmago. Assim, a produção familiar não corresponde no mesmo sentido à produção camponesa. Mais sobre esse assunto consultar: SILVA, E. P. da. *Agricultura Familiar: Um todo indivisível?* - Comunicação ao IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales sob o tema central "la multifuncionalidad de los espacios rurales e la Península Ibérica", 07 e 08 de junho de 2001, Santiago de Compostela - Galiza (Estado Español).

¹³¹ STOLCKE, V. *Caféicultura. Homens, mulheres e capital (1950-1980)*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986. p. 18.

¹³² SPINDEL, C. R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979. p. 21.

¹³³ MARTINS. 1986. op. cit. p. 130.

¹³⁴ SPINDEL. op. cit. p. 22.

dessa forma definido como um sendo de trabalho assalariado¹³⁵, pois o salário no processo capitalista de produção é a única forma de remuneração da força de trabalho. Sendo assim, o mesmo autor acrescenta:

(...) o colonato se caracterizou pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meio de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar¹³⁶.

No colonato utilizava-se do trabalho familiar e empregava a mão-de-obra de toda a família colona, do modo o mais eficiente e lucrativo pela “apropriação do trabalho excedente das famílias contratadas”¹³⁷. “O colonato estava baseado em uma elevada exploração da mão-de-obra familiar”¹³⁸. Nesse sistema não há uma remuneração em particular para cada membro específico do grupo familiar, o pagamento era realizado de uma a duas vezes no ano ao “chefe da família” e ao fim do ano agrícola do principal produto, no caso o café, quando do período de comercialização. Além de que, “ao ceder a terra para as culturas de subsistência, a empresa capitalista encontra a forma de, através do produto do mais-trabalho do colono neste segmento, manter baixos os salários pagos pelo trabalho no cafezal”¹³⁹.

O endividamento que ocorria por conta disso, mais as dívidas contraídas no período da imigração, comprometia a renda anual do colono que não conseguia quitar os seus débitos com o fazendeiro e por isso tinha que servir a este até o momento da liquidação, o que normalmente levava alguns anos. Numa tentativa do colono reduzir esse prazo, o mesmo e os membros de seu grupo familiar intensificavam o grau de auto-exploração assumindo mais trabalho, pois,

Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas haverá disposição a um grande sacrifício em trabalho embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão à penosidade do trabalho¹⁴⁰.

O trabalho familiar excedente embutido no colonato não previa remuneração, ou seja, no cálculo de remuneração era computado somente o trabalho dos adultos, sendo que as crianças e as mulheres também participavam do trabalho no campo (na carpa, na colheita, na cultura de

¹³⁵ No trabalho assalariado inclui-se trabalhadores temporários e permanentes.

¹³⁶ MARTINS, 1986. op. cit. p. 19.

¹³⁷ STOLCKE. op. cit. p. 184.

¹³⁸ SPINDEL. op. cit. p. 123.

¹³⁹ Id. Ibid. p. 110.

¹⁴⁰ ABROMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, São Paulo. HUCITEC. 1992. p. 91.

subsistência) e mais nos afazeres domésticos, contribuindo “diretamente na reprodução do capital cafeeiro”¹⁴¹. O colonato foi dessa forma, algo rentável ao fazendeiro durante décadas e criou dentro do processo capitalista de produção a produção não capitalista voltada para a subsistência.

Os contratos de trabalho somavam vários anos, previam um acordo (parceria) entre a família colona e o fazendeiro que estipulava a participação desta em todos os setores da produção, com formas de remuneração monetárias e não monetárias e isso nem sempre causava a satisfação do colono que se manifestava através de greves, ou abandono do trato no cafezal. Ocorria, por vezes, a migração destes à outras fazendas, quando liberados pelo fazendeiro conforme a oferta de mão-de-obra.

Esse sistema de relação de trabalho que teve seu auge no período da imigração em massa e propiciou oferta de mão-de-obra aos fazendeiros, também entrou em decadência por volta de 1960. Conforme a maior configuração e estruturação do capitalismo na sociedade, somando-se a outros fatores (períodos de crise do preço do café, a proliferação de pequenas propriedades e a expansão da cultura cafeeira para novas regiões, mais a industrialização e urbanização das cidades), contribuíram para o surgimento de outras formas de relação de trabalho, que foram desenvolvendo formas de defesa para continuar a produzir e reproduzir-se no campo, principalmente quando a economia de base industrial passou a somar com a agrário-exportadora. É nesse período que “generalizou-se o trabalho assalariado”¹⁴².

Decorrente dessas mudanças comenta Spindel¹⁴³:

Uma das maiores contribuições do capital cafeeiro à nascente indústria foi a transferência, para as cidades, dos excedentes da mão-de-obra produzida para o café em quantidades sempre superabundantes, criando dessa forma as condições para o deslanche da acumulação urbano-industrial.

Com todas as mudanças que vinham ocorrendo, havia a necessidade de diversificar a economia brasileira com outros produtos, para que as crises no mercado mundial não atingisse tão fortemente, pois, embora o café fosse cultivado predominantemente em São Paulo e no Paraná, o problema era no todo brasileiro, já que tal cultura assumia na pauta das exportações o predomínio.

¹⁴¹ SPINDEL. op. cit. p. 106.

¹⁴² STOLCKE. op. cit. p. 54.

¹⁴³ SPINDEL. op. cit. p. 127.

No correr das transformações que se operam constantemente na sociedade, mais principalmente no campo, a unidade de produção agrícola, composta por uma tríade indissociável (propriedade, trabalho e a família) manteve-se, mas levou-a a uma inserção social maior a nível regional e global e fez da exploração familiar a base da formação do que chamamos de “trabalho familiar”.

As mudanças ocorridas nos novos contratos de trabalho que previam a parceria, o meeiro arrendamento e o assalariamento, foram aos poucos acrescidas de “benefícios”, ou se podemos chamar de “melhorias”, que já não implicavam mais no trabalho coercitivo do período inicial da imigração. A necessidade de tais mudanças impulsionadas pelo sistema capitalista de produção, representava e representa hoje o seu próprio meio de reprodução enquanto sistema.

Quando da itinerância do café em direção ao norte paranaense, as relações de trabalho entre empregados e patrões já previam um acordo fixado em contrato sem débitos à parte contratada, diferentemente dos contratos de colonato das antigas regiões cafeeiras. O colonato que também prevê relações de parceria, não deixou de existir, mais assumiu novas relações nos contratos onde o sistema de parceria continua a empregar a mão-de-obra familiar. Assim no norte paranaense diferentemente do que acontecera no estado de São Paulo, o colonato não se extinguiu, mas evoluiu para novas relações de parceria. O predomínio da pequena propriedade gerenciada por uma ou duas famílias, mais a do patrão desconfigurou o aspecto de colônia das antigas regiões cafeeiras, embora nestas mais recentes regiões, dado o plano colonizador, as casas mantiveram-se alinhadas ao fundo do vale. Agora separadamente não pertenciam mais ao “mando” do mesmo patrão.

O sistema de colonato é administrado sempre por um contrato de parceria entre patrão e empregado, mas a relação inversa nem sempre corresponde, embora ambos utilizam-se do trabalho familiar. O que queremos evidenciar aqui não se trata de uma conceituação de nomenclaturas, mas sim das especificidades que cada uma delas compõem por deter o mesmo tipo de mão-de-obra. Sendo assim, no campo, nas mais diversas culturas e conforme a necessidade de tais, o trabalho familiar estará presente e isso resultará em contratos de trabalho diferenciados.

Finalmente, as maiores alterações nos contratos de trabalho foram estabelecidas com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963. Neste as leis trabalhistas prescreviam os mesmos direitos para o agricultor (empregado rural) aos do trabalhador urbano, no que se refere a férias, 13º salário, horas extras, entre outros benefícios. Porém o maior implicativo desta lei para os patrões foi o seu aspecto retroativo, ou seja, os mesmos direitos também válidos para anos anteriores à lei.

O ETR que transformou o trabalhador rural em empregado rural, contemplando o trabalhador permanente e ao mesmo tempo deixando sem proteção os trabalhadores eventuais, quando substituído pela Lei n.º 5.889 em 1973 “ao invés de eliminar algumas das deficiências observadas no Estatuto em relação ao estatuto legal dos trabalhadores eventuais, a nova lei simplesmente excluía da proteção legal essa categoria crescente de trabalhadores de modo ainda mais eficaz”¹⁴⁴.

A preferência por trabalhadores assalariados (o bóia-fria, o diarista e o volante) a partir de então, cresceu numerosamente no campo rompendo-se antigas formas de trabalho e configurando-se outras, sobretudo também com a nova fase da agricultura que incorporava a modernização independentemente da (ou pouca) mão-de-obra familiar, principalmente no cultivo de culturas temporárias e pastagens. Como nos mostra Stolcke¹⁴⁵,

Os proprietários rurais (...) optaram nos anos 60 por transformar o sistema de exploração do trabalho, para se assegurarem de seus direitos de propriedade. (...) os proprietários rurais dos anos 60 começaram a demitir os trabalhadores permanentes prescindíveis, contratando em seu lugar trabalhadores eventuais. Alguns optaram por novos usos de sua terra, tal como pecuária ou culturas temporárias altamente mecanizadas que precisavam de pouca mão-de-obra. Em conseqüência, houve um aumento constante de trabalhadores rurais eventuais na agricultura brasileira.

No noroeste paranaense que fora colonizado a partir de 1950, o período mais curto no predomínio da lavoura cafeeira em relação a demais região norte, associado a menor qualidade do solo em nutrientes, as leis trabalhistas dentre outros fatores, contribuíram para elevado êxodo rural, tanto do campo para as cidades quanto destas para outras de outras regiões e Estados. No campo passou a configurar outras culturas com o predomínio das pastagens, culturas mecanizadas e com o emprego da mão-de-obra assalariada, seja a permanente ou a eventual.

O trabalho familiar em sua unidade, foi predominante enquanto prevaleceu a lavoura cafeeira. Com a ascensão do trabalho assalariado e a diversificação de culturas no processo de modernização da agricultura, o mesmo perde espaço para o bóia-fria. O trabalho familiar não deixa de existir, contudo assume as novas relações do modo de produção capitalista.

Tais ocorrências verificadas após o ETR, geraram tanta insatisfação à ambas as partes (patrão e empregado) que as conseqüências eclodiram. Entre a primeira categoria o descontentamento encontrava-se no ônus em capital para o acerto dos direitos trabalhistas, chegando a casos em

¹⁴⁴ STOLCKE. op. cit. p. 233.

¹⁴⁵ Id. Ibid. p. 233-4.

que a venda da propriedade fazia-se necessária para a liquidação dos encargos sociais. Para a categoria dos empregados rurais a queixa em relação ao ETR centrava-se no rompimento de contratos, quando não, o proprietário passou a cobrar destes todo tipo de assistência (casa, lenha, leite), inclusive reduzindo a área destinada à cultura de subsistência. (STOLCKE, 1986).

Conforme nossa pesquisa de campo, no município de Cianorte verificamos que o sistema de parceria foi o mais utilizado como forma de trabalho nas lavouras cafeeiras conforme nos conta em entrevista o Sr. Antônio Padial Hernandez:

Enquanto estive na lavoura, sempre trabalhei com a parceria, sempre 40%, 40% para o empregado e 60% para o proprietário. O parceiro podia plantar sua roça de cereais para o gasto, 40% era só do café, o resto tudo que ele podia plantar era dele (parceiro) e se quisesse podia vender. Eu sempre trabalhei nesse sistema de parceria, era o mais usado¹⁴⁶.

Em razão das especificidades históricas do próprio modelo colonizador impulsionado pela CMNP, as relações de trabalho que iriam se estabelecer já estavam evidenciadas. Assim, no ano de 1953 quando o município de Cianorte foi fundado, vieram para este as pessoas que esperam por um pedaço de terra, àquelas que trabalhariam como parceiros e ainda os diaristas, volantes, dentre outros que empregariam sua mão-de-obra assalariada. Milhares de pessoas chegaram em Cianorte e foram se estabelecendo predominantemente na zona rural.

2.3. A afirmação do município de Cianorte no contexto da colonização e a euforia da expansão econômica

Até os anos 50 a colonização já havia proporcionado o surgimento de cidades pólos regionais como Londrina e Maringá, seguindo os moldes empregados pela CMNP. Entre estas duas cidades, um eixo de aproximadamente 100 Km, contendo cidades menores entre elas e alinhadas pela orientação da ferrovia e rodovia principal. A partir de Maringá, três eixos direcionais surgem e são colonizados no pós-guerra: Maringá/Paranavaí; Maringá/Campo Mourão e Maringá/Cianorte/Umuarama.

Cianorte compõe um dos núcleos básicos na rede de cidades estabelecidas pela CMNP, distanciadas cerca de cem quilômetros umas das outras e destinadas a serem grandes centros. Quando se deu o início da colonização de Cianorte, a exemplo do que vinha ocorrendo nas áreas colonizadas pela CMNP, aplicou-se o mesmo modelo até então implantado. Firmando a orientação para apoiar toda a iniciativa privada que pudesse beneficiar direta ou indiretamente a

¹⁴⁶ Entrevista gravada no dia 13/06/2003 com o Sr. Antônio Padial Hernandez, pioneiro de Cianorte e ex-agricultor.

coletividade local, gozaria de condições especiais para a compra de lotes urbanos àqueles que desejassem instalar indústrias, escolas e hospitais.

Conforme o Plano Diretor de Planejamento Urbano de Cianorte (1995),

São expressivas nos primeiros anos da formação da cidade as atividades dos compradores de café e cereais, intermediários exportadores de produtos agrícolas, casas de utilidades domésticas, hospital (1954) e outros serviços de saúde, telefonia, jornais (1954), rede bancária, correio (1956), rádio (1959), escola (1955) e o aparelho administrativo estadual após 1955. Muitos deles organizados e dirigidos, senão direta ou indiretamente, pela ação da CMNP¹⁴⁷.

O nome que recebeu o município, como sendo “Cianorte”, compreende a abreviação do endereço telegráfico da CMNP. Com o objetivo de reduzir o custo no envio de mensagens a esta empresa por tal recurso, pois, se cobrava por palavra, tomou-se como medida a abreviação do nome da Companhia e assim, as correspondências endereçadas a “Cianorte” era sabido que pertenciam a CMNP.

O município de Cianorte (Figura 4), pertencente a mesorregião geográfica¹⁴⁸ noroeste paranaense, engloba o mesmo processo de colonização empregado pela CMNP. Este apresentou algumas particularidades em decorrência de fatores como: o tipo de solo (com característica mais arenosa); uma colonização mais tardia na década de 1950 em um momento já não mais tão favorável à cultura do café; as fortes geadas; dentre outros que combinados culminaram em revelar ao município uma nova configuração sócio-espacial. Cianorte, que tem sua data de fundação em 26 de julho de 1953, tem revelado numa relação espaço/tempo muitas mudanças, denominadas neste, de impactos pela expressão assumida.

Em Cianorte repetiu-se o fenômeno das frentes pioneiras do norte paranaense. O café, a qualidade das terras e a idoneidade da CMNP que ofertava a venda dos lotes formavam a simbiose para o progresso e a atração para a vinda dos colonos. Dessa forma, como acontecera com outros municípios (Londrina e Maringá), a euforia da expansão econômica também se centrou na cultura cafeeira e na continuidade da ferrovia.

Conta o pioneiro Celso Antonio Broetto:

¹⁴⁷ PLANO DIRETOR DE CIANORTE. *Prefeitura Municipal de Cianorte*. 1995.

¹⁴⁸ [...] uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, citado por HESPANHOL, 1996, p. 67).

A gente teve notícias de Cianorte no escritório da Companhia Melhoramentos em Maringá, que estava anunciando o lançamento desta nova cidade. Ela seria ‘a menina dos olhos’ da Companhia. Eles iriam lançar mão de todos os recursos da engenharia no planejamento da cidade porque queriam fazer uma cidade modelo, ou em outras palavras, a cidade mais bem projetada de todas as que haviam sido lançadas pela Companhia ...¹⁴⁹

Assim, a colonização dirigida pela CMNP, no entanto, não permaneceu apenas sobre as áreas de terra roxa, mas avançou levando a cultura cafeeira para solos arenosos no norte novíssimo (noroeste paranaense), formando nessa região cidades importantes como é também Umuarama. Cidades que surgiram pautadas na economia cafeeira, mas que diante dos fatores de desestruturação desse modelo, consolidaram novas alternativas tanto no campo como na cidade.

O município de Cianorte nasceu com suas raízes no capital agrário, mas ao longo dos anos foi se consolidando como “locus” do capital comercial e de serviços permitindo, de um lado, promover as condições de comercialização dos produtos, e de outro, fornecendo as condições mínimas da reprodução da força de trabalho. O Município foi se consolidando como sede da sua microrregião na medida em que novos municípios foram sendo criados e assim, foi se formando um mercado regional de consumo.

Deste contexto de plano de ocupação regional idealizado e que mantinha os mesmos princípios é que nasceu Cianorte. Fundada em 1953, foi elevada à categoria de município em 1955 dada a dinâmica econômica e social que alcançou já nos primeiros anos. As décadas que se seguiram permitiram ao município experimentar importantes transformações na sua estrutura social e econômica que exigiam novos rumos, sobretudo no setor econômico.

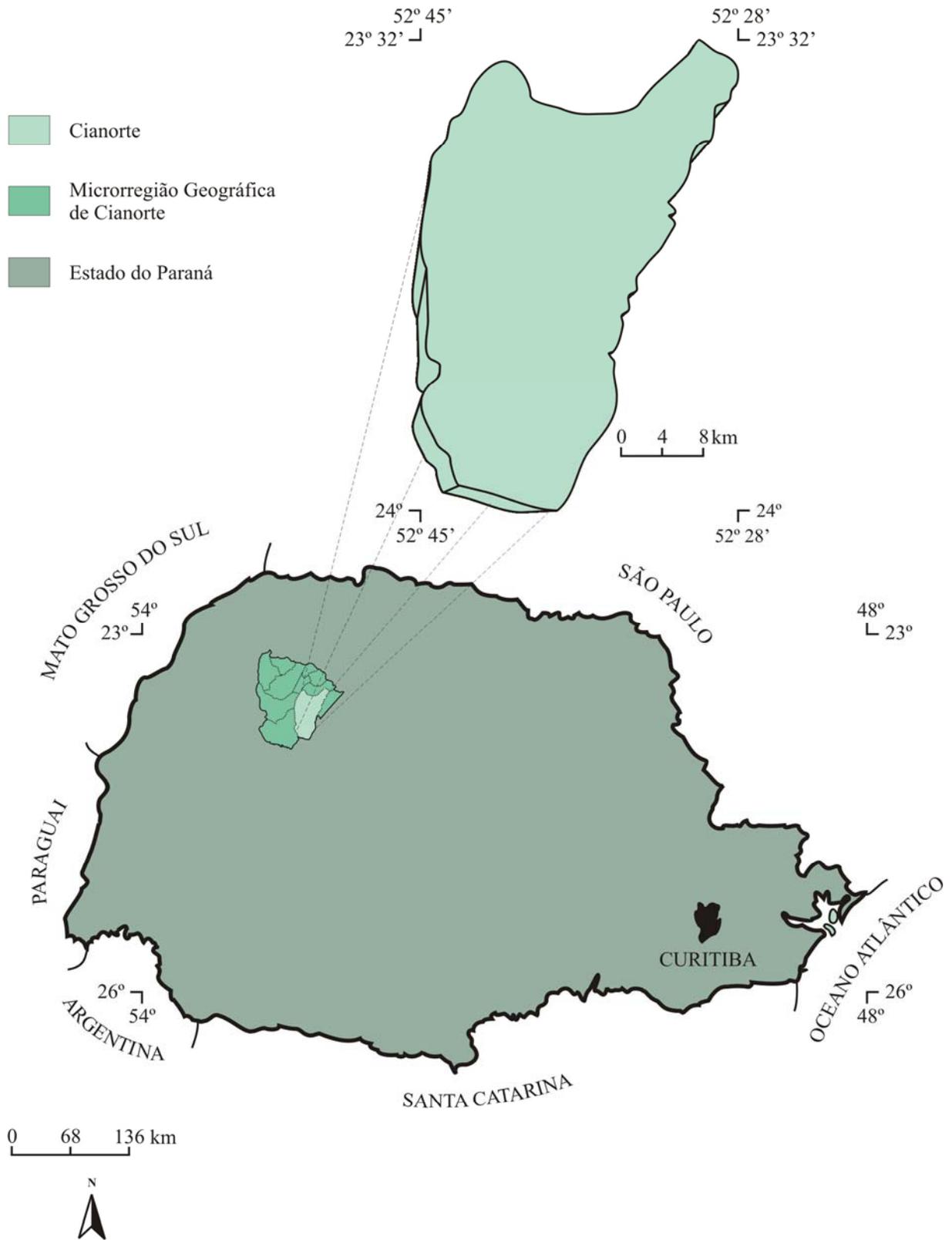
Desde a sua fundação e a partir daí por aproximadamente duas décadas e meia, Cianorte pautou-se economicamente na cultura cafeeira já atrelada às pastagens. No campo essa era a paisagem que predominava, ora o café, ora o pasto. Contudo, com a introdução da modernização da agricultura o café fora perdendo espaço e o cedendo às pastagens. As culturas mecanizadas em especial a da soja, do trigo e milho, somente se inserem nesse espaço com maior expressividade em fins da década de 1990.

Quando o período áureo do café se extingue, economicamente o município buscou uma nova alternativa que o mantivesse, bem como, a sua população que migrava nos idos da década de 1980. Assim, Cianorte, possibilitou reunir as condições de pólo centralizador de atividades de

¹⁴⁹ CIOFFI, H. *et al.* *Cianorte: sua história contada pelos pioneiros*. Editora Gráfica Ideal. Cianorte. 1995. p. 84.

sua microrregião geográfica, tendo no ramo da confecção o destaque como pólo do Estado e que foi e tem sido a alternativa de maior empenho.

Figura 4. Localização da área de estudo: Município de Cianorte



Fonte: IBGE 1991 e <http://www.pr.gov.br/sedu/mapas7.shtml>
Adaptação: Telma Bataliotti
Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Porém, foram os momentos de crise econômica pelas quais o município passou anterior a essa categoria de pólo regional que o constitui como tal. Em 1955 dois anos após a fundação do município ocorreu uma forte geada que levou os cafeeiros ao tronco retardando a produção por mais alguns anos como nos conta o pioneiro Maurício Cossich:

Houve uma geada em 1955 que atrasou bastante o crescimento de Cianorte porque quando o café começou a querer produzir, a geada de 55 levou tudo no chão. Tudo na cova de novo e a cidade deu uma paralisada até o café voltar a produzir. Em 1963 teve outra geada, mas a geada e seca violentas foram em 1975...¹⁵⁰.

A crise ocasionada pelas geadas afetava não só a zona rural como também as atividades da zona urbana. O comércio se ressentia e os poderes públicos paralisavam obras por falta de recursos; o clima de insegurança atingia a todos, principalmente aos ligados a produção de café. Porém, passado o período difícil e voltando os cafezais a produzir, o entusiasmo retomava, pelo menos em parte¹⁵¹.

A variação do preço do café ocorria em função das circunstâncias econômicas pelas quais passava o café, da lei da oferta e da procura e também dos fatores climáticos como os presenciados nas citações acima, que ocasionavam ou não a redução de estoques de café. As geadas que prejudicavam as safras cafeeiras nesse período e retardavam conseqüentemente o desenvolvimento econômico, revelavam também para a safra seguinte uma elevação nos preços pagos ao café, uma vez que a procura era superior a demanda, como assim nos conta em entrevista o Sr. Gedo Ribeiro:

Em Cianorte se produzia muito café, era muito..., armazenava no IBC, mais era pouco ia mais para Paranaguá, era caminhão atrás de caminhão todo dia, carregado. Com o tempo foi parando de produzir porque a geada foi acabando com o café, uns foi se aborrecendo, foi largando, tornava plantar, a giada vinha mata (...), o café foi ficando cada vez mais caro de produzir por causa das praga. Em 1963, teve uma geada muito grande, ah, teve umas três geadas grandes, depois teve umas geadinhas pequenas que se cortava o café ele brotava. (...) A geada prejudicava as planta, mais fazia o café subi de preço¹⁵².

O problema da doença no cafezal, a nematóide, foi bastante prejudicial para tal cultura, fato esse contado também pelo Sr. Antônio Padiál Hernandes: “Com a nematóide o cafezal não produzia mais, não dava mais café, então ranquei 10.000 pés de café e plantei a mandioca”¹⁵³. Embora, o café respondesse por uma significativa porcentagem em área cultivada no município de Cianorte, ainda respondia por um terço do que representava a área destinada para as pastagens e

¹⁵⁰ CIOFFI. op. cit. p. 36.

¹⁵¹ LUZ. op. cit. p. 123.

¹⁵² Entrevista gravada no dia 14/06/2003 com o Sr. Gedo Ribeiro, pioneiro de Cianorte e ex maquinista.

¹⁵³ Entrevista gravada no dia 13/06/2003 com o Sr. Antônio Padiál Hernandes, pioneiro de Cianorte e ex agricultor.

ao longo dos anos enquanto a cultura cafeeira era progressivamente substituída e perdia espaço para outras, sobretudo as mecanizadas, as áreas destinadas à pecuária cresciam de forma a manter a superioridade de 50% nos hectares cultivados, como visto na tabela 3 no capítulo anterior.

A euforia da expansão econômica esteve mais no discurso da CMNP e no empenho dos pioneiros em fazer prosperar esse município que propriamente nos resultados. As condições edafo-climáticas, ou seja, o solo com menor qualidade em nutrientes por se tratar em parte proveniente do arenito Caiuá e as fortes geadas, mais a política econômica voltada para as culturas mecanizadas de exportação, configuraram situações mais difíceis de serem enfrentadas por Cianorte que a outros municípios anteriormente colonizados e portanto, mais estabilizados economicamente como Londrina e Maringá.

O período de duração do ciclo cafeeiro em Cianorte fora bastante importante, embora, tenha permanecido menor tempo nesse município do que em outros colonizados anteriormente também pela CMNP. O café que fora o principal produto, foi perdendo importância devido a uma conjuntura de fatores, mas com destaque à modernização da agricultura que se intensificou a partir de meados da década de 1970. Desse modo, ocorreu uma diversificação na produção agrícola de Cianorte e do noroeste paranaense (Tabela 5) que acompanharam o norte do Paraná, esta que é uma das principais regiões produtoras do Estado.

Com a decadência da lavoura cafeeira e a seqüente modernização da agricultura, algumas culturas obtiveram maior destaque em produção no noroeste, dentre elas o binômio soja-trigo pela tecnificação intensiva de capital e a cana-de-açúcar pelas políticas do Governo Federal, via PROÁLCOOL - Programa Nacional de Alcool que financiou e estimulou a distribuição de destilarias nesta região.

Em Cianorte pós 1980, destacaram-se em particular as culturas de cana-de-açúcar, milho, mandioca e soja e igualmente para a região noroeste. Nesta região a ação de indústrias beneficiadoras desses produtos estimulou a produção. As usinas de álcool, a proliferação de granjas e a industrialização da mandioca e da soja potencializou as relações entre a agricultura e a indústria em Cianorte e região, justificando o aumento dessas culturas em relação as outras como o arroz e o feijão, mais sensíveis aos preços de mercado.

TABELA 5. PRODUÇÃO EM TONELADAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS EM CIANORTE E NOROESTE PARANAENSE

Ano	Algodão	Arroz	Café	Cana	Feijão	Milho	Mandioca	Soja	Trigo
Cianorte									
1960	1.956	5.719	24.102	-	2.896	15.746	80	16	2
1970	1.521	3.734	495	520	574	8.234	9.011	3.119	168
1975	111	3.930	23.486	199	198	5.139	16.142	4.690	293
1880	251	839	8.707	403	290	4.423	25.709	4.976	1.162
1985	1.240	310	14.937	112.289	372	3.964	44.053	8.815	3.866
1995-6	466	59	1.672	171.125	42	9.800	81.000	10.800	1.800
Noroeste									
1960	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970	112.989	39.739	14.157	10.927	40.194	183.464	59.356	43.069	3.246
1975	52.907	37.877	454.508	7.209	25.173	148.680	74.058	115.726	5.792
1980	53.667	23.665	170.222	95.905	23.531	113.334	91.669	89.573	27.463
1985	125.253	30.565	301.915	1.927.983	15.554	116.352	322.916	84.781	56.387
1995-6	76.866	26.969	34.361	7.329.217	6.079	147.722	668.120	81.786	25.317

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.

- Dados não disponíveis

Organização: Telma Batalioti

Pós 1970, no intuito da exportação estimulada pelo governo para a diversificação da economia nacional o momento era o de modernizar a agricultura, porém, em Cianorte houve o receio quanto a essa transformação, tendo as condições do solo muitas influências na imediata substituição da cultura cafeeira por outras em Cianorte e no noroeste. Assim, a opção foi pela pastagem dentro do que se considera uma característica regional. Isso revelou a seguinte situação para os agricultores: que o arenito serve para pastagem e a terra roxa para outras culturas.

Tomando como ilustração o relato do Sr. Paulo de Moraes Barros Neto, podemos ver bem isso, além de também verificar somando-se aos dados dos Censos Agropecuários do IBGE pós 1975 que com a retirada do café tais áreas se tornaram de fato destinadas as pastagens, sendo assim o Sr. Paulo diz:

Cianorte tem uma área expressiva que se presta bem para a criação de gado, uma zona de arenito, mas que também tem café porque era uma atividade mais remunerada naquela época. Com o desestímulo dos cafeicultores, essa área passou quase que diretamente do café para a pecuária porque é o tipo de solo conveniente para o cultivo de colômbio e outras gramíneas, ideais para a criação de gado ¹⁵⁴.

Diante da marcada presença da pastagem acompanhada da modernização da agricultura que ocorreu em Cianorte e de forma semelhante em todo o noroeste, com exceção das áreas onde ocorrem as pastagens, as demais culturas não somam 50% dos hectares, conforme indicam os dados em hectares da tabela 2. Isso se tornou um sério problema, revelado pelo êxodo rural, uma vez que a pecuária requer um número mínimo de pessoas ocupadas em uma extensa área.

O município de Cianorte acompanhou essas transformações e ao mesmo tempo em que buscava diversificar sua produção agrícola, também buscava nova alternativa de crescimento econômico e assim, direcionou os incentivos municipais ao setor industrial, em especial ao ramo de confecção.

O ramo de atividade direcionado a confecção iniciou-se na década de 1980, mas consolidou-se mesmo na década de 1990. Foi revelada como nova atividade econômica municipal e que encontrou farta mão-de-obra feminina. Por outro lado, aos homens faltavam trabalhos, resultando na migração da mão-de-obra masculina para outras regiões.

A importância do setor comercial e de serviços muito se deve à dinâmica sócio-econômica da região que imprimiu velocidade aos atos e permitiu a Cianorte logo assumir sua independência político-administrativa. De tal sorte que, quando houve os desmembramentos de municípios

¹⁵⁴ CIOFFI. op. cit. p. 118.

como São Tomé (1960) e distrito de Aparecida do Oeste (1960), a cidade de Cianorte já havia se consolidado como fornecedora e receptora de produtos, bens e serviços.

Evidentemente, a base de sustentação que permitia esta liderança foi formada pela acumulação de capital gerada pela cultura cafeeira. “O café era grande fonte de renda do município e responsável pelo desenvolvimento em todos os setores. Era ainda a cultura mais importante e empregava elevado número de pessoas na lavoura. Coube a ela a primazia na colonização das frentes pioneiras”¹⁵⁵. Cianorte e Umuarama foram fundadas sobre essa base e permaneceram com esta até a desestruturação da economia e do complexo cafeeiro, momento de grande incentivo dado à modernização da agricultura, numa tentativa de diversificação da economia nacional. “A mecanização da terra e a pecuária diminuíram a área da cafeicultura e provocaram o êxodo rural”¹⁵⁶. Tais fatos resultaram também em impactos ainda maiores aos solos, sobretudo no arenito, por ser mais suscetível aos processos erosivos.

O solo no noroeste paranaense e em especial no município de Cianorte, desde a fase inicial de colonização esteve atrelado a quatro fases principais de exploração, sendo: a primeira pela extração madeireira; a segunda pela cultura do café; a terceira pela pastagem e por último pela produção de grãos, principalmente de soja, trigo e milho.

É importante ressaltar ainda, que embora a pastagem em Cianorte seja predominante, as culturas de cana-de-açúcar e mandioca assumiram importância significativa nesta última fase, ou seja, o cultivo da cana-de-açúcar no período de 1970 a 1996 se elevou de 27 (ha) para 1.742 (ha) e em toneladas foi de 520 para 171.125. Com a mandioca a área cultivada aumentou entre o mesmo período de 1.057 (ha) para 4.500 (ha) e em toneladas 9.011 pra 81.000, conforme indicam os dados da tabela 2 e 5. Tem-se que considerar que todas estas fases subsistem e assumem importância em maior ou menor proporção, conforme a disponibilidade de matéria-prima e interesses econômicos.

Segundo Serra (1989), no norte e noroeste paranaense durante o processo de colonização algumas cidades ganharam mais enquanto outras ganharam menos com o café dependendo da época em que eram fundadas. Para este autor, as cidades que surgiram em épocas em que o café estava em alta no mercado, foram beneficiadas muito mais do que as surgidas em épocas em que o mercado não era tão favorável. Outro fator estava na dependência das condições das lavouras formadas.

¹⁵⁵ Id. Ibid. p. 110.

¹⁵⁶ Id. Ibid. p. 111.

2.4. A trajetória da população

O norte paranaense passou a ser centro de atração populacional no início do século XX, mais especificamente com a colonização empresarial privada e também a oficial dirigida pelo próprio Estado. Uma colonização que se fundamentou em derrubar a floresta para a atividade da cultura cafeeira, também exigiu numerosa mão-de-obra, resultando na corrente migratória direcionada a essa região. O adensamento populacional expressivamente no campo, imprimiu traços específicos à região no curto período de tempo de três décadas (1940-1970).

A dinâmica no processo de ocupação e povoamento se deve às proporções e à rapidez com que o diverso contingente populacional se dirigiu para o norte paranaense, caracterizando o elevado índice de crescimento demográfico em particular entre os anos de 1960 a 1970. A população que migrava nessa direção era composta por uma diversidade regional. Para o “eldorado” norte paranaense vieram paulistas, mineiros, nordestinos, além dos próprios paranaenses.

Da abertura da estrada a derrubada da floresta para a formação das lavouras cafeeiras, foi necessária abundante mão-de-obra. Esta deveria concentrar-se no campo pela necessidade em desempenhar tais atividades que o mesmo oferecia e desse modo a população rural superava a população urbana. Dos parceiros e empregados à maioria dos pequenos proprietários, tinham como endereço a zona rural. A dificuldade financeira da maioria dos pequenos proprietários, não lhes permitia contratar trabalhadores, resultando no emprego dos membros da família para o cultivo da lavoura.

O pequeno estabelecimento cafeeicultor, fazendo o uso intensivo de mão-de-obra, face às peculiaridades do trato cultural (ARAÚJO FILHO, 33-42) e do calendário agrícola da lavoura do café (MORO, 98) e, secundariamente, praticando outras atividades produtivas como a cotonicultura, culturas de subsistência, pastagem de fundo de vale, dentre outras, muito contribuiu para o povoamento rural da região com elevados índices de densidade demográfica, até meados da década de 70

¹⁵⁷

A cafeeicultura como a principal atividade econômica fomentou a ocupação humana de todo o norte paranaense. No setor primário encontrava-se absorvido a população rural, também no período de predomínio da lavoura e economia cafeeira, os estabelecimentos rurais eram auto-suficientes, uma vez que a grande parte do que se necessitava era promovido pelas atividades produtivas desenvolvidas no campo. As relações campo/cidade eram estreitas, embora a cidade também desenvolvesse baseada no capital gerado pela agricultura e que atraiu profissionais de diversos ramos de atividade.

¹⁵⁷ MORO. 1998. op. cit. p. 09.

A lavoura cafeeira não acarretou prosperidade apenas para a zona rural; estimulou, ao mesmo tempo, a criação de inúmeros núcleos urbanos, que serviam para integrar a área agrícola. Com o avanço dos cafezais, foi necessário que se abrissem estradas para possibilitar o escoamento desse produto em direção aos grandes centros e portos de exportação. Por outro lado, surgiram, nas vilas e cidades, máquinas de beneficiamento e firmas especializadas em exportação de café. A riqueza produzida por esse produto dinamizou os diversos setores da vida urbana, como o comércio e a prestação de serviços. Não só os setores ligados à produção, mas toda a comunidade, se beneficiava com os lucros auferidos na agricultura¹⁵⁸.

Na fase inicial da colonização e enquanto, a cultura cafeeira dominava a paisagem tendo as culturas de subsistência como intercalares, a população era predominantemente rural e mantinha restritas relações com o urbano, pois, quase tudo que o homem do campo necessitava, o campo poderia lhe oferecer, possibilitando a sua manutenção. No entanto, tal situação implica em alterações a partir do momento que a lavoura cafeeira não mais subsiste e as lavouras mecanizadas são introduzidas, e ainda com maior frequência no noroeste, as pastagens.

Quanto à espacialização da população é importante observar que a população rural permaneceu no campo enquanto a lavoura cafeeira também permaneceu, pois, esta implicava numa rotatividade do trabalho que necessitava constantemente de mão-de-obra. A cultura cafeeira associada às culturas de subsistência intercalares ao café asseguravam a permanência do homem no campo, bem como a sua sobrevivência e de sua família.

À medida que ocorre a penetração de capital na agricultura, entende-se que um processo de profundas transformações técnicas ocorreram ao nível de produção agrícola causando alterações nas mesmas, atraindo mudanças significativas nas relações de trabalho e provocando queda progressiva do contingente populacional que se ocupava no campo.

Dessa forma, no norte paranaense o ecossistema florestal cedeu lugar à paisagem agrícola produzida pelo homem num processo muito rápido. Como já assinalado, as culturas de subsistência somadas a cultura cafeeira passaram a configurar a nova paisagem regional e depois desta as culturas mecanizadas, com a modernização da agricultura. Ambas as situações, ou seja, as duas paisagens produzidas pelo homem, refletiram na espacialização e na densidade demográfica, ora para uma maior concentração da população no campo, ora na cidade e um recuo ainda maior da floresta.

¹⁵⁸ LUZ. op. cit. p. 121-2.

Como aponta Santos ¹⁵⁹:

“la région nord du Paraná, avec la plus grande population rurale, caractérisée par de terres de bonne qualité et un relief propice à la mécanisation, pendant la décennie 70, a été la région qui a le plus intensivement absorbé le processus de modernisation de l’agriculture, et s’est rendue responsable du plus de la moitié de l’exode rural dans l’État”. Ce processus a encore continué pendant la décennie suivante, malgré une réduction d’intensité.

Como nos mostra a tabela 06¹⁶⁰, o dinamismo da população e sua espacialização, foram marcados na década de 1960 pela boa fase da cafeicultura e na década de 1970 pelo desestímulo causado na mesma, acompanhado pela inserção da modernização da agricultura. Tais foram esses fatores que repercutiram diretamente, por vezes, no aumento e outras no declínio do efetivo da população rural e total em toda região. A trajetória da população que até a década de 1960 se direcionava e se estabelecia pelo norte paranaense, toma sentido inverso a partir de 1970 e com certa redução até a década de 1980.

TABELA 6. POPULAÇÃO, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO DO NOROESTE PARANAENSE, MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CIANORTE E CIANORTE

Anos	Noroeste paranaense			MRG de Cianorte			Cianorte		
	Popul.	Dens. D.	T. urb.	Popul.	Dens. D.	T. urb.	Popul.	Dens. D.	T.urb.
1960	496.595	20,02	22,62	95.356 ¹	54,31 ²	8,58 ³	31.987	39,40	12,40
1970	986.982	39,80	28,13	185.872	45,35	25,18	52.459	64,62	44,83
1980	774.294	31,22	48,46	134.879	30,61	45,35	48.797	60,10	59,01
1991	655.509	26,43	67,40	121.693	29,69	59,28	49.849	61,40	75,93
2000	641.084	25,66	77,26	125.122	30,53	70,31	57.390	70,70	86,46

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

¹ A população total compreende o conjunto de três municípios (Cianorte, Jussara e Rondon) e de dois distritos (Japurá e São Tomé).

² Esse valor representa o conjunto de três municípios (Cianorte, Jussara e Rondon) e de dois distritos (Japurá e São Tomé).

³ Esse valor representa o conjunto de três municípios (Cianorte, Jussara e Rondon).

Organização: Telma Batalioti.

¹⁵⁹ SANTOS, Anadalvaldo J. dos. *APPRCHE DESTINÉE À ANALYSER LA SITUATION FORESTIERE D’UNE RÉGION DONNÉE AU BRÉSIL: “Application au cas d’une région du Nort-Nord-Ouest de l’État du Paraná”*. Tese de doutoramento, especialidade em ciências naturais do L’ENGREF DE NANCY, Paris, 1993. p.33, citando Bega et al. 1991.

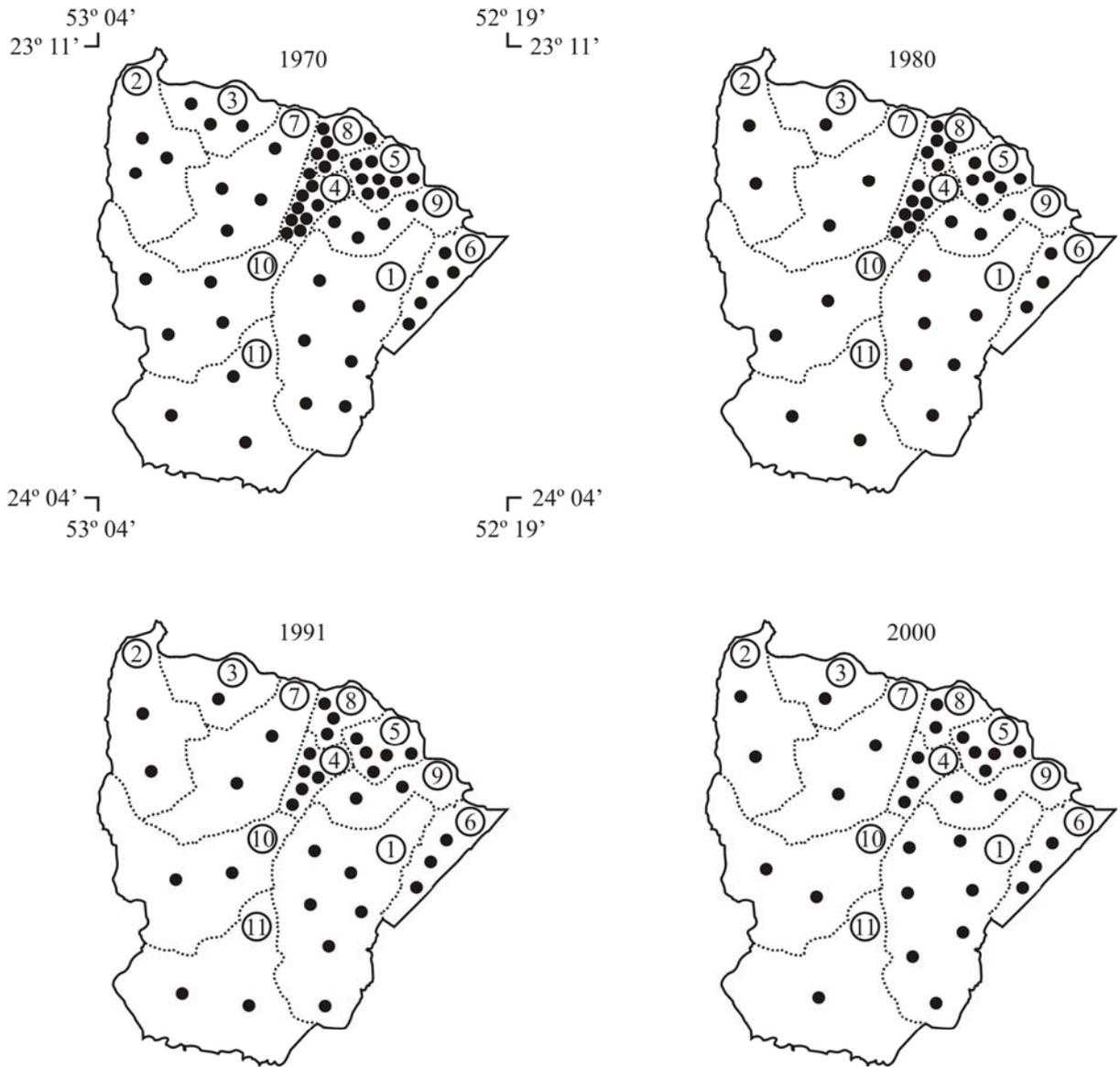
¹⁶⁰ Nesta tabela, para o ano de 1960 é importante compreender que: 1) Consideramos como região noroeste os municípios segundo a classificação do IBGE de 1991 de micro e mesorregiões geográficas, assim como para os demais Censos. No entanto, no Censo Demográfico de 1960 encontra-se a denominação de “Zonas Fisiográficas”, sendo que os municípios compreendidos no noroeste são encontrados como pertencentes à “Zona de Oeste”. 2) Pode-se observar através deste censo que as alterações de área no noroeste se deram nas divisas intermunicipais e também em relação a alguns distritos que se emanciparam tornando-se municípios.

Na microrregião geográfica de Cianorte pertencente à região noroeste, a densidade demográfica teve acréscimo até a década de 1970 conforme o demonstrado também na figura 5¹⁶¹, justamente até o período em que permaneceu na região a cultura cafeeira como sendo a principal cultura. A população total conforme o Censo Demográfico de 1970, mostra para a microrregião geográfica de Cianorte o maior número de habitantes já obtido, ou seja, 185.872. Esse número refletiu também na maior densidade demográfica, caindo e posteriormente se mantendo para os demais Censos. Ao contrário, para Cianorte a densidade demográfica mostrou-se com gradativo aumento, atingindo uma taxa de crescimento anual para o último censo de 2,27%, maior que a do próprio Estado que ficou em 1,50%.

A população que migrou do campo para a cidade e da região noroeste para outras regiões, nos mostra através dos dados uma particularidade com relação ao que ocorre com o município de Cianorte, ou seja, enquanto o noroeste e a microrregião geográfica de Cianorte perderam população até o Censo de 1991, Cianorte começou a elevar sua densidade demográfica já na década de 1980 se firmando como pólo receptor de população e serviços de sua microrregião, daí a sua importância regional.

¹⁶¹ Na figura 5, não são apresentados os dados para o Censo de 1960, pois, ainda as divisas intermunicipais compreendiam distritos e que somente a partir 1970 aparecem como municípios. A numeração apresentada para os municípios seguiu o critério de ordem alfabética, o mesmo utilizado pelo IBGE.

Figura 5. Evolução da densidade demográfica de Cianorte e sua microrregião geográfica



Localidades

- ① Cianorte
- ② Cidade Gaúcha
- ③ Guaporema
- ④ Indianópolis
- ⑤ Japurá
- ⑥ Jussara
- ⑦ Rondon
- ⑧ São Manuel do Paraná
- ⑨ São Tomé
- ⑩ Tapejara
- ⑪ Tuneiras do Oeste

Limites

- MRG de Cianorte
- ⋯ Intermunicipal

1 ponto - 10 hab./km²

0 8 12 km



Fonte: IBGE: 1970, 1980, 1991 e 2000
 Adaptação: Telma Bataliotti
 Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Com os novos rumos traçados para a agricultura brasileira via modernização, o café precariamente tinha condições de se manter, ou seja, associado havia o alto custo de sua manutenção, bem como, a população rural buscou nas cidades mais próximas e mesmo em outras regiões, melhores possibilidades de trabalho, aumentando a taxa de urbanização.

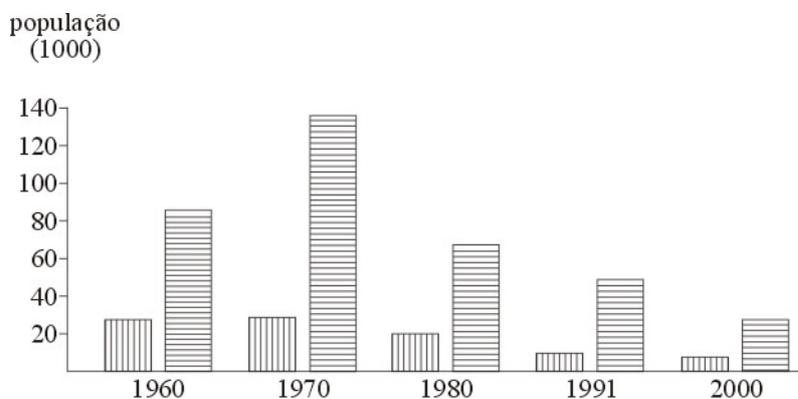
A partir do momento que o café sofreu uma perda relativa de seu prestígio, sobretudo, a partir da década de 1970, implicou também significativamente em sua substituição pelas culturas temporárias e pastagens e conseqüentemente refletiu na inversão populacional (campo/cidade) mostrados nos gráficos 01 e 02, respectivamente e na acelerada taxa de urbanização não só do município de Cianorte, como também de sua microrregião geográfica (Figura 06)¹⁶² que também acompanhou o processo de urbanização do noroeste e do Estado, bem como, a brasileira.

Por ser a cafeicultura a grande mantenedora da população rural, quando esta deixa de ser a principal cultura cedendo espaço para outras em que as máquinas realizam praticamente todo o trabalho humano, tem-se instaurado o sério problema do êxodo rural, mais a concentração da posse da terra e da renda. A inversão populacional, caracterizada nos gráficos abaixo relacionados, revelou para as cidades os denominados problemas urbanos (moradia, emprego, violência, entre outros). Ainda para alguns municípios do norte paranaense como é o caso de Cianorte, o êxodo rural provocou a perda no efetivo da população municipal entre os anos de 1970 e 1980, como visto na tabela anterior. A população não só migrou do campo para a cidade como também para outras regiões.

Sem perspectivas no campo e também na cidade de Cianorte durante toda a década de 1970, a população rural cianortense começou a se evadir deixando o município. Das cidades mais importantes colonizadas pela CMNP como Londrina, Maringá e Umuarama e entre estas Cianorte, tal situação foi específica de Cianorte. Ao passo que o efetivo populacional apresentou queda também passou a ocorrer uma concentração da população no setor urbano, enquanto nestas outras cidades o fenômeno foi o da urbanização.

¹⁶² Na figura 6, não são apresentados os dados para o Censo de 1960, pois, ainda as divisas intermunicipais compreendiam distritos e que somente a partir 1970 aparecem como municípios. A numeração apresentada para os municípios seguiu o critério de ordem alfabética, o mesmo utilizado pelo IBGE.

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE CIANORTE E SUA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

0,5cm - 20000 hab.



Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Adaptação: Telma Batalioti

No gráfico 1, podemos acompanhar quão séria foi a redução da população rural no município de Cianorte e em sua microrregião geográfica. Tomando como base os dados do Censo Demográfico de 1970 em que os números populacionais foram os maiores para ambos (Cianorte e MRG) e os dados do Censo Demográfica de 2000, último Censo publicado pelo IBGE, podemos verificar que a redução foi na ordem de cerca de 21.261 habitantes rurais ou 73,28 % para Cianorte e de 112.099 habitantes rurais ou 80,62 % para a sua microrregião.

“A decadência do cultivo do café com trabalho intensivo de mão-de-obra, a transformação de extensas áreas de criação de gado, extensiva em mão-de-obra e o alto grau de mecanização da agricultura levaram a um desemprego rural de dimensões catastróficas em grande parte do norte do Paraná”¹⁶³.

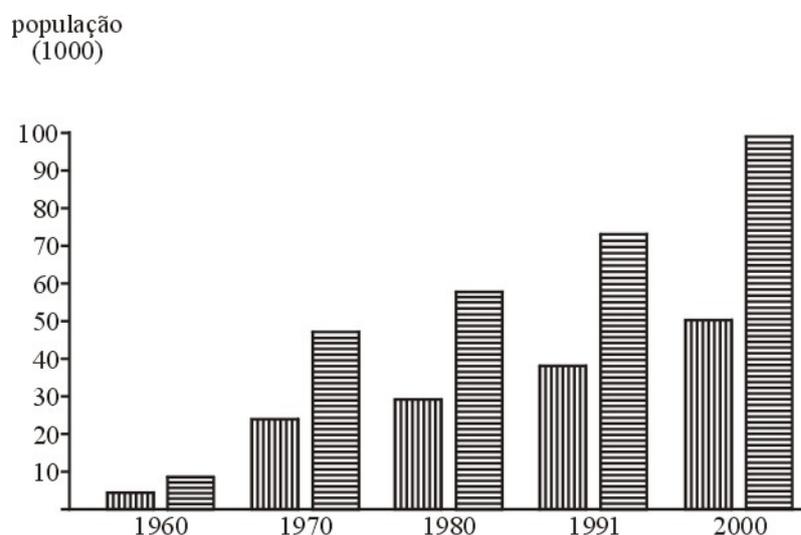
Assim, aconteceu também no noroeste e na Microrregião Geográfica de Cianorte, até então fortemente vinculada à cafeicultura. Essa população, no entanto não migrou somente e respectivamente para as suas cidades e mesmo região, seja micro ou meso, mas comumente para capitais como Curitiba e São Paulo e regiões metropolitanas. Nessa mudança de endereço e de

¹⁶³ KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. 53 (2), 1991. p.87.

paisagem o anseio maior foi de emprego, buscou também a escola para os filhos e o maior conforto da cidade.

Inversamente ao que aconteceu no campo, na cidade passou a se concentrar as pessoas. A urbanização da população passou de 4.000 pessoas em 1960 para 49.607 pessoas em 2000 para Cianorte e na sua microrregião os números foram de 8.185 pessoas em 1960 para 98.169 no ano de 2000. Ou seja, as taxas de urbanização foram de 91,94 % e de 81,67%, respectivamente. (Gráfico 2 e Figura 6).

GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE CIANORTE E SUA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

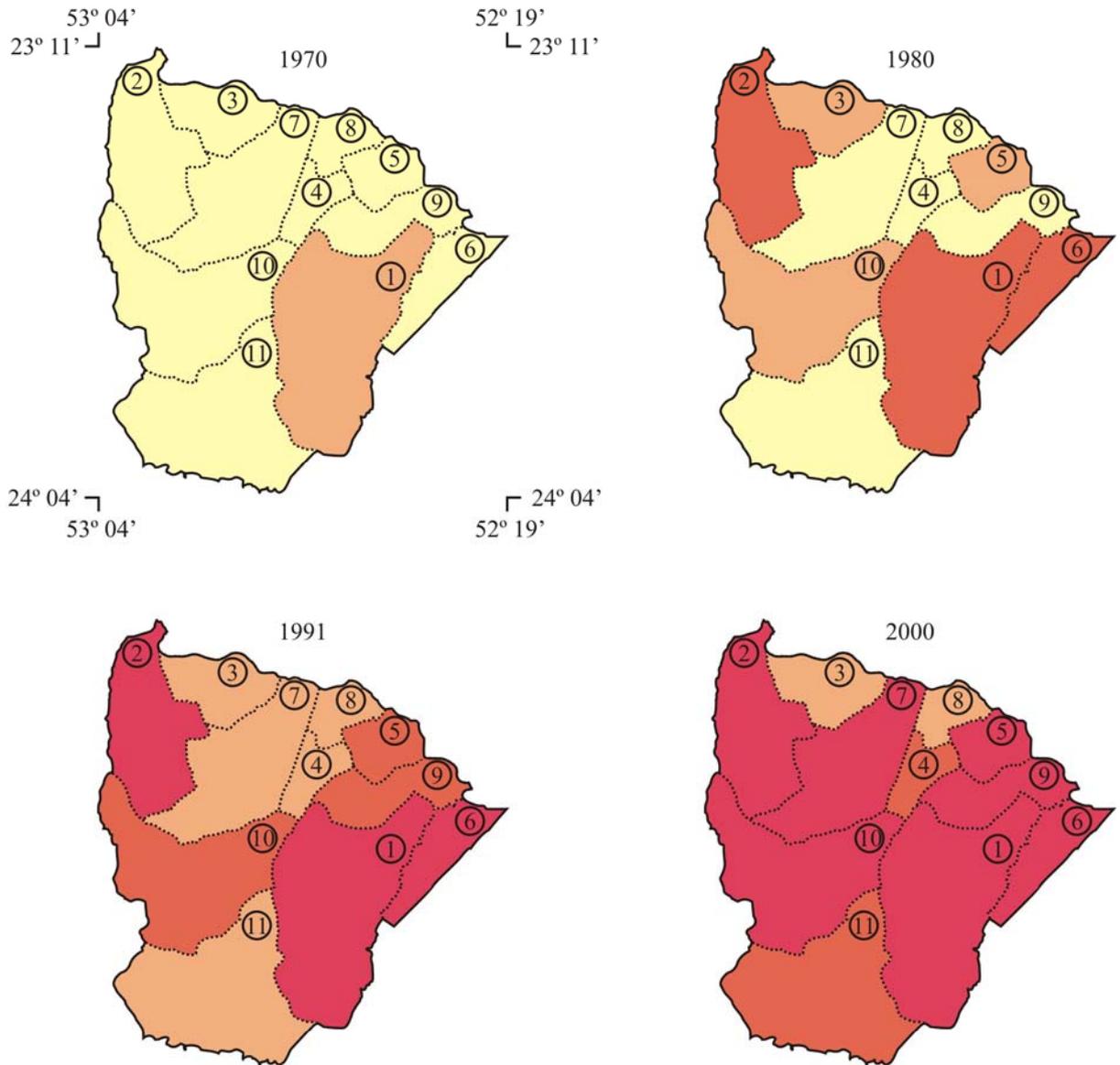
0,5cm - 10000 hab.

 Cianorte
 Microrregião Geográfica de Cianorte

Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Adaptação: Telma Batalioti

Figura 6. Evolução da taxa de urbanização de Cianorte e sua microrregião geográfica



Localidades	tx. de urb. %
① Cianorte	12,64 - 31,10
② Cidade Gaúcha	31,11 - 49,57
③ Guaporema	49,58 - 68,04
④ Indianópolis	68,05 - 86,51
⑤ Japurá	
⑥ Jussara	
⑦ Rondon	
⑧ São Manuel do Paraná	
⑨ São Tomé	
⑩ Tapejara	
⑪ Tuneiras do Oeste	

Limites	
	MRG de Cianorte
	Intermunicipal

0 8 12 km



Fonte: IBGE: 1970, 1980, 1991 e 2000
 Adaptação: Telma Bataliotti
 Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

As elevadas taxas de urbanização verificadas na figura 6 refletem as mudanças ocorridas no campo no decorrer da década de 1970 em diante. Até 1980, havia na microrregião de Cianorte 54,65% da população total vivendo no campo, enquanto que para Cianorte o número era de 40,99%, ou seja, cerca de 14% a mais da população cianortense em relação a sua microrregião já estava residindo na zona urbana. Conforme o censo de 1991, as taxas de urbanização são ainda maiores contando a microrregião com apenas 40,72% de população rural e Cianorte com ainda menos, 24,07%. Para o censo demográfico de 2000 os valores são de 29,69% e 13,54% de população rural para a microrregião e Cianorte, respectivamente.

Para todos os Censos analisados verificou-se que não houve regressão na taxa de urbanização para nenhum município, mas ao contrário, todos eles superam as taxas dos Censos anteriores. Podemos verificar ainda que enquanto houve a urbanização de toda a microrregião sem exceção para os municípios e com taxas sempre superiores as anteriores, ocorreu também uma decrescente densidade demográfica, voltando a crescer somente na década de 1990. Esse crescimento se deu por influência de Cianorte, sendo este o único a elevar o número absoluto de sua população total conforme os dados dos Censos analisados.

Ao estabelecermos uma comparação quanto à dinâmica de evolução da população total de Cianorte e sua microrregião (Tabela 7), verificamos que o ritmo de evolução¹⁶⁴ representou o crescimento populacional para Cianorte e a queda para sua microrregião (Gráfico 3). Outro fator relevante está no valor da porcentagem da população total que corresponde a Cianorte em relação ao número total de sua microrregião. Sendo assim, verificasse que a concentração populacional em Cianorte atingiu no último censo 45,86% do total da microrregião, acentuando a sua característica de pólo regional.

A característica de Cianorte como pólo regional se configurando em particular na última década do século passado, vem retomar e reafirmar os ideais do plano colonizador da CMNP que estruturou o Município para tal, como havia feito anteriormente com Londrina e Maringá. Embora, mais tardiamente, Cianorte chega em 2000 consolidado como pólo regional na prestação de serviços, hospitalares e de saúde, no comércio em geral e ainda com o *slogam* de “Capital do Vestuário”, visto os inúmeros investimentos neste setor e a qualidade do produto

¹⁶⁴ O ritmo é um fator que demonstra a dinâmica de evolução da população para mais ou para menos, considerando o primeiro ano de referência populacional como 1,00. A partir daí, divide-se sempre o número posterior pelo primeiro para se obter o dado de ritmo.

gerado. “A confecção de Cianorte é uma confecção bastante especializada. Cianorte, aliás, não faz mais confecção e sim moda devido ao alto padrão de qualidade que ela oferece”¹⁶⁵.

Mas não é só o setor de confecção que veio impulsionar o desenvolvimento do município de Cianorte, outros ramos industriais foram se estabelecendo.

(...) uma indústria alimentícia muito forte, principalmente a indústria que é ligada a mandioca, temos também destaque para o abate de frango, a indústria de doces e condimentos. A construção civil é também como setor econômico muito forte, espalhadas por toda a cidade estão às construções. O número de projetos que são aprovados no departamento de engenharia da prefeitura hoje é espantoso. Outra indústria forte de Cianorte e até recente é a de embalagens plásticas, mas isso é fruto de toda uma conscientização da população sobre a importância da reciclagem do lixo. (...) Cianorte hoje vende para várias regiões do Brasil, tanto o produto acabado quanto a matéria-prima para outras indústrias. A indústria moveleira também é significativa para a economia do município. Cianorte, assim, possui um campo industrial bastante diversificado¹⁶⁶.

TABELA 7. DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DE CIANORTE E SUA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA

Ano	MRG de Cianorte		Cianorte		(% da população Cne/MRG
	População	Ritmo	População	Ritmo	
1960	95.356	1,00	31.987	1,00	33,54
1970	185.182	1,94	52.535	1,64	28,36
1980	125.479	1,31	48.797	1,52	38,88
1991	121.693	1,27	49.849	1,55	40,96
2000	125.122	1,31	57.390	1,79	45,86
2003*	127.198	1,33	59.728	1,86	46,95

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Organização: Telma Batalioti.

*Os dados de 2003 representam uma estimativa da população total, publicada pela IBGE no Diário Oficial da União no dia 01/06/2003.

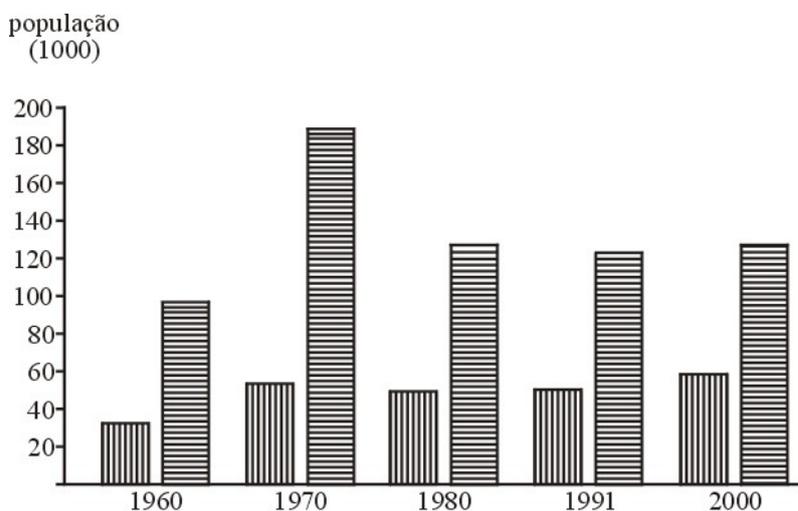
A importância dada para as atividades industriais a partir da década de 1990 no município de Cianorte em contrapartida com as dificuldades encontradas pela agricultura em que a pastagem se tornou predominante e com baixa utilização de mão-de-obra, propiciou condições para que Cianorte se urbanizasse e concentrasse mais de 40% da população total de toda a sua microrregião a partir de 1990, como visto na tabela 7. Enquanto, Cianorte configurou as condições de pólo regional, sua microrregião apenas se urbanizou e se estagnou no crescimento populacional.

¹⁶⁵ Entrevista gravada no dia 16/10/2003 com o secretário da Indústria e Comércio de Cianorte o Sr. Erico Bruno Cirilo.

¹⁶⁶ Idem.

No gráfico 3, percebemos o aumento da população total em aproximadamente 40% até 1970 para Cianorte e de quase 50% para sua MRG. Porém a década de 1970 significou o decréscimo para ambas com redução de 7,72% e de 32,35% respectivamente. A partir de então para os Censos seguintes passa-se a apresentar mais uma estabilização do que propriamente um aumento para ambas, não que esse aumento não ocorra, mas é significativamente baixo. A Microrregião Geográfica de Cianorte apresentou, contudo, queda no número total de habitantes para 1991 e voltando a elevar a população somente em 2000 quando consegue ultrapassar os dados populacionais de 1980. Cianorte, no entanto, tem apresentado crescimento desde 1980.

GRÁFICO 3. DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DE CIANORTE E SUA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

0,5cm - 20000 hab.



Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Adaptação: Telma Batalioti

A evolução da população total de Cianorte a uma porcentagem crescente revela-se no maior dinamismo deste em relação aos demais municípios de sua microrregião e que reflete diretamente na concentração de mais de 45% da população total para o ano de 2000. Ainda,

segundo dados do Diário Oficial da União (publicação do IBGE de 01/06/2003), revela para Cianorte uma população de aproximadamente 60.000 habitantes, ou seja, um crescimento de cerca de 4% em relação ao último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE.

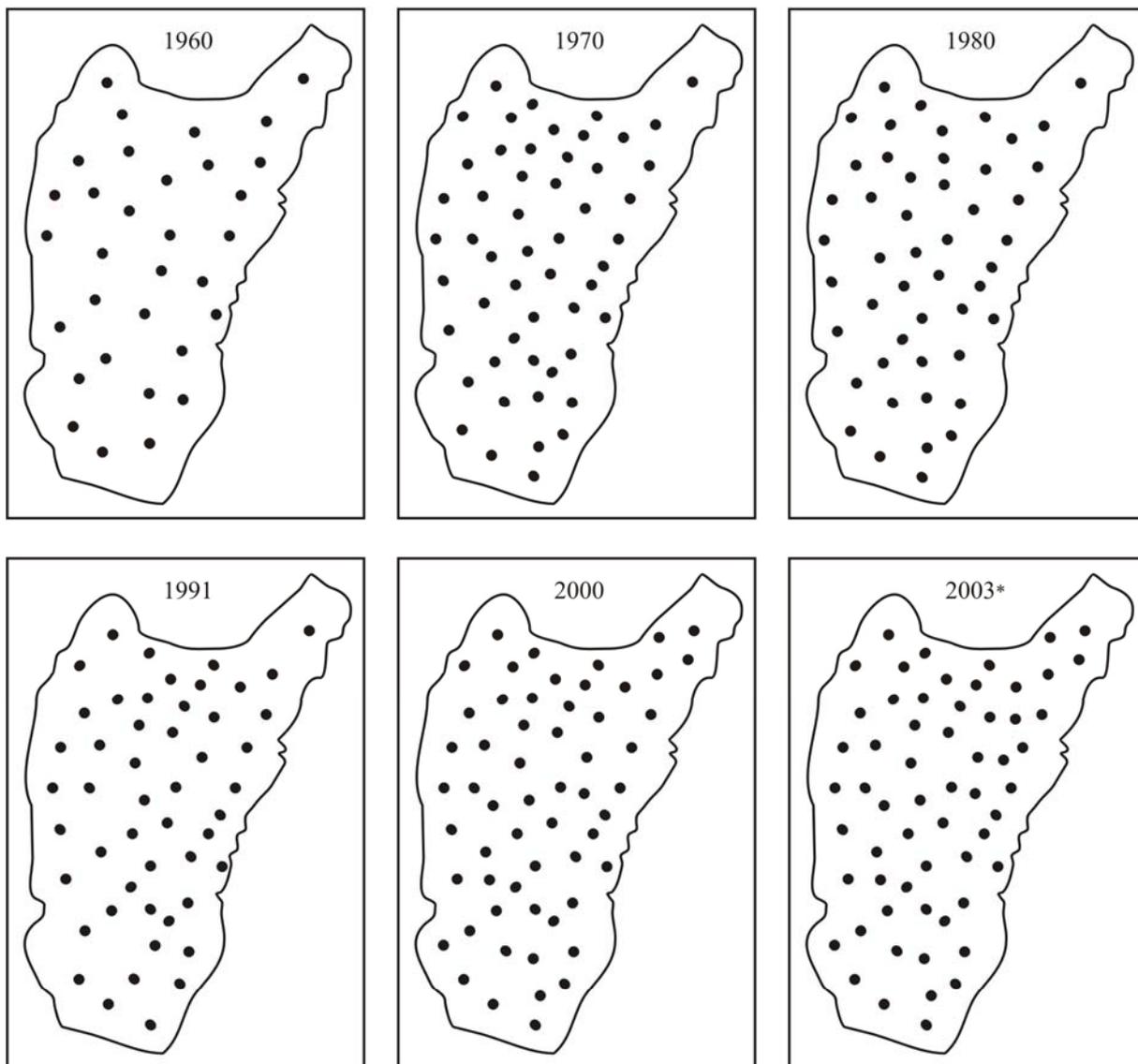
Com esses números, nota-se que o crescimento urbano-industrial que Cianorte tem engendrado em particular pós 1990 é que tem contribuído com possibilidades e ofertas de emprego no setor industrial (confeção e alimentício) e da construção civil e ao mesmo tempo tem exercido a retomada do crescimento econômico do município e conseqüentemente acrescido o seu efetivo populacional. A importância desses fatores somados a pouca expressividade que assume as atividades no campo em toda MRG de Cianorte é que tem possibilitado a Cianorte agregar quase 47% de toda a população de sua microrregião para o ano de 2003, conforme mostra a Tabela 7.

Na figura 7, observa-se uma constante da população de Cianorte que veio se mantendo ou mesmo se elevando a índices pequenos ao longo, sobretudo, dos censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, porém, para o censo de 2000 e conforme os dados aproximados do Diário Oficial da União/IBGE para 2003 o aumento populacional se fez notar com um crescimento de 4% caracterizando um impulso demográfico que encontrou no setor industrial e no comércio desse município seu principal fator de crescimento e atração populacional.

Mesmo apresentando taxas de crescimento constante, essas taxas são bastante discretas e isso tem permitido a Cianorte um acompanhamento infra-estrutural na urbanização, ou seja, na medida em que a cidade foi crescendo a prefeitura pode estar aplicando o planejamento urbano que inclui todos os setores urbanos.

O gráfico 4 compõe uma síntese da dinâmica de evolução da população total que temos neste trabalho apresentado.

FIGURA 7. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DE CIANORTE



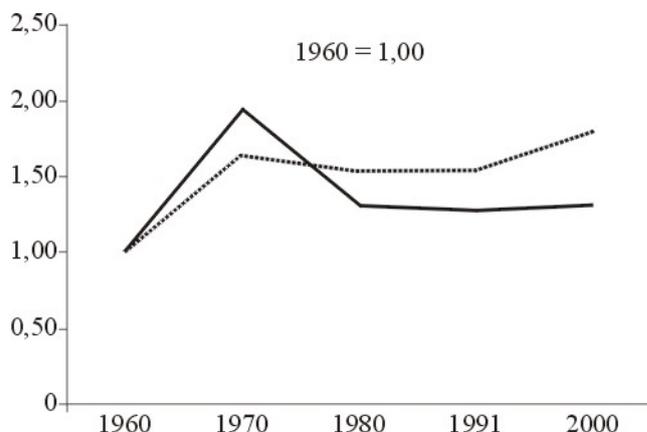
1 ponto - 1000 habitantes

0 4 8 km



Fonte: IBGE: 1991e <http://www.pr.gov.br/sedu/mapas7.shtml>
* Contagem da População: Diário Oficial da União 01/06/2003
Adaptação: Telma Bataliotti
Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

GRÁFICO 4. RITMO DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DE CIANORTE E SUA MICRORREGIÃO



Fonte: Censos Demográficos, IBGE: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.



Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Adaptação: Telma Batalioti

Nosso estudo centra-se agora a partir de 1970, momento em que o modelo voltado às pequenas propriedades entra em crise, motivada pelo processo de desarticulação da economia cafeeira regional, sendo assim, substituído por um novo modelo voltado à média e grande propriedade com uso do solo orientado a culturas mecanizadas altamente dependentes do fator capital e em especial pelas pastagens plantadas com baixo índice de desenvolvimento tecnológico e de pouca exploração econômica, como é o caso de Cianorte.

O processo de modernização da agricultura levou a uma diminuição da dependência econômica centrada em um único produto, no caso o café e ao mesmo tempo criou condições favoráveis ao desenvolvimento de outros setores da economia, especificamente no caso de Cianorte aos ligados à vida urbana. No entanto, os impactos sobre o campo e sobre a cidade foram muitos, principalmente aos ligados às questões sócio-espaciais, econômicas e ambientais.

III. A CRISE DO CAFÉ E O NOVO MODELO AGRÍCOLA

Com a cultura cafeeira, muitos avanços foram conquistados, sobretudo a consolidação da indústria, mas foi chegada a hora também do fim do triunfo cafeeiro. A crise pela qual vinha passando a cafeicultura e a emergência do País em substituí-la por outras culturas modernas se tornava uma necessidade crescente e o Estado contribuiu sendo um dos grandes incentivadores.

A nova configuração da agricultura através da modernização foi possibilitada pela indústria que outrora se fortaleceu com o café. A indústria, assim, cresceu, se fortaleceu e se diversificou. Nesse momento o café não mais subsistia e cedia sua área para as lavouras modernas. O café deixou o campo e o maior contingente da população rural também.

As transformações no campo foram muitas e intensas. A utilização do solo pela pastagem com uma pecuária extensiva e de baixa produtividade em Cianorte se tornou predominante. Uma estrutura fundiária concentrada, destinada à uma pecuária de moldes tradicionais e com pouca utilização de mão-de-obra são conseqüências da modernização da agricultura.

3.1. A desarticulação da economia e do complexo cafeeiro

Assim como a cana-de-açúcar fora importante para a economia brasileira no século XVIII, fora também o café que “cresceu muito rapidamente durante todo o século XIX”¹⁶⁷ e permanecendo em mais da metade do século XX. Em períodos distintos vários foram os produtos responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país, conforme seu histórico agroexportador. Entre os ciclos que mais tempo permaneceram nesta condição tem-se o do café, por um período de aproximadamente um século e meio.

A agricultura brasileira voltada para a subsistência e à exploração de um produto específico para a exportação, criou condições para a formação de um complexo rural¹⁶⁸ e este por sua vez, conforme o contexto histórico de colonização, voltado estritamente para a “fazenda”, pois é nela que praticamente tudo se produz e ainda associada a uma política (conjuntura) de preços favoráveis dinamizaria a produção do produto de exportação.

Concomitante ao complexo rural se formou o complexo cafeeiro que se estruturou na grande propriedade (na fazenda). Já nas décadas de 1820 e 1830, encontrava-se em Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo as grandes lavouras cafeeiras que empregavam a mão-de-obra escrava e mantinham uma agricultura de subsistência para efeito de amenizar as crises que eventualmente pudessem afetar o setor agro-exportador. No interior da fazenda produzia-se além do produto para a exportação, àqueles destinados a subsistência e ao usufruto interno da fazenda como algumas manufaturas necessárias, sendo equipamentos para a produção, transporte e habitação. “Atividades agrícolas e manufaturas encontravam-se indissolúvelmente vinculadas e a maior parte dos bens só possuía valor de uso para o próprio complexo”¹⁶⁹.

Contudo, na medida que ocorre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre com a suspensão efetiva do tráfico negreiro pós 1850 e também é instituída a Lei de Terras (1850), desencadeou-se a crise no complexo rural. Sendo assim,

O resultado final é a constituição de um novo complexo - o cafeeiro – que mantém ainda internalizada (em bases artesanais) a produção de meios de produção para as fazendas de café (casas, equipamentos, animais de trabalho, etc.) e de parte da força de trabalho (a roça de

¹⁶⁷ SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1976. p. 49.

¹⁶⁸ “Conjunto de atividades agrícolas e manufatureiras vinculadas e internalizadas nas fazendas, com mercado interno quase inexistente, de dinâmica simples determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior”. KAGEYAMA, A. et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial*. Mimeo. Campinas. 1987. p. 04.

¹⁶⁹ CORRÊA, W. K. *Transformações sócio-espaciais no Município de Tijuca (SC): O papel do Grupo USATI-PORTOBELLO*. Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. Rio Claro. 1996. p. 16.

subsistência do colono). Todavia algumas atividades já se separam do complexo cafeeiro, quebrando aquela rígida estrutura autárquica do complexo rural; cria-se um setor independente de formadores de fazendas de café; separam-se também alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais (principalmente aguardente) para abastecimento das cidades e vilas que se formavam; desenvolve-se a produção de algodão com base nas relações de parceria e articulada com a indústria têxtil, que já nasce como grande indústria em 1880, e criam-se atividades manufatureiras nas cidades (oficinas de reparo, manufaturas de louça, chapéus e outros bens de consumo não duráveis)¹⁷⁰.

A realidade produtiva econômica brasileira, sempre apresentou características de fornecedor de produtos primários para as economias desenvolvidas e com a cafeicultura continuava-se nessa condição. A produção brasileira de café era exportada *in-natura*, para os Estados Unidos e Europa e concorria com a produção de outros mercados no mundo, sobretudo, o africano. Este mercado era favorecido pela maior proximidade com os seus compradores (em geral os mesmos que compravam o café brasileiro), isso reduzia o custo da exportação influenciando diretamente no preço final do produto, sendo assim o café africano forte concorrente ao brasileiro.

Mesmo assim, na medida que foi se desenvolvendo uma infra-estrutura importante em transportes (rodo-ferroviário) nas áreas de expansão do café no Brasil, foi possível também um maior desenvolvimento do capitalismo nessas regiões cafeeiras elevando a participação brasileira na exportação mundial, sendo que a cada nova safra a produção de café superava a anterior. “O apoio brasileiro à construção de ferrovias, financiadas pelo capital inglês, permitiu o escoamento rápido do produto, rebaixamento dos custos de produção e transporte de pessoas, principalmente imigrantes para trabalharem na lavoura cafeeira”¹⁷¹.

O desenvolvimento da economia cafeeira favoreceu a formação de uma burguesia cafeeira que de acordo com Silva (1976), compreendia além dos líderes da marcha pioneira – os responsáveis por dirigir e organizar as plantações de café – mais também, os compradores da produção que funcionavam como banco, financiando as novas plantações ou a modernização de equipamentos. Essa burguesia compreendia ainda os comerciantes de terras, sendo assim, a burguesia cafeeira exercia múltiplas funções liderando tanto o capital cafeeiro quanto o capital comercial. Vale ressaltar, que foi durante o complexo cafeeiro que se estabeleceram as condições favoráveis ao surgimento da indústria. Estas foram, “gestadas no contexto de expansão do complexo cafeeiro,

¹⁷⁰ KAGEYAMA. op. cit. p. 4 -5.

¹⁷¹ TEIXEIRA, W. A. *O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião norte central paranaense*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Presidente Prudente / SP. 2002. p.22.

quando, então, se estabelece uma simbiose entre a agricultura e a indústria, através do café”¹⁷². “É na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira”¹⁷³.

O complexo rural assentado na cafeicultura possibilitou à economia brasileira a transição de um Capitalismo Comercial para um Capitalismo Industrial e ainda em especial após a Segunda Guerra Mundial para o Capitalismo Financeiro. Acompanhando tais mudanças no sistema capitalista de produção é que as indústrias brasileiras se formam e desenvolvem seu aprimoramento técnico, bem como suas capacidades produtivas.

No contexto do complexo rural centrado na atividade cafeeira, pode-se identificar três períodos distintos que culminaram na consolidação da indústria nacional¹⁷⁴, conforme se pode ver no Diagrama 1. Primeiramente a indústria ainda incipiente busca atender as necessidades básicas e uma delas está ligada a atividade do algodão e ao setor têxtil. Os estabelecimentos industriais eram pequenos de baixa produção, com poucos empregados e técnica quase artesanal. Em um segundo momento é que surgem as primeiras agroindústrias, “(...) quebrando a rígida estrutura autárquica que predominava no complexo rural, relativamente fechado do ponto de vista das relações intersetoriais e relativamente auto-suficiente”¹⁷⁵. A população crescia e recebia a influência do imigrante, adquirindo seus hábitos de consumo e aprendendo novos ofícios. Finalmente, ocorre a integração dos mercados nacionais que ao se constituir a indústria de base à agricultura se moderniza também. Enfim, o café permitiu a acumulação de capital e a dinâmica comercial necessária ao empreendimento manufatureiro e industrial.

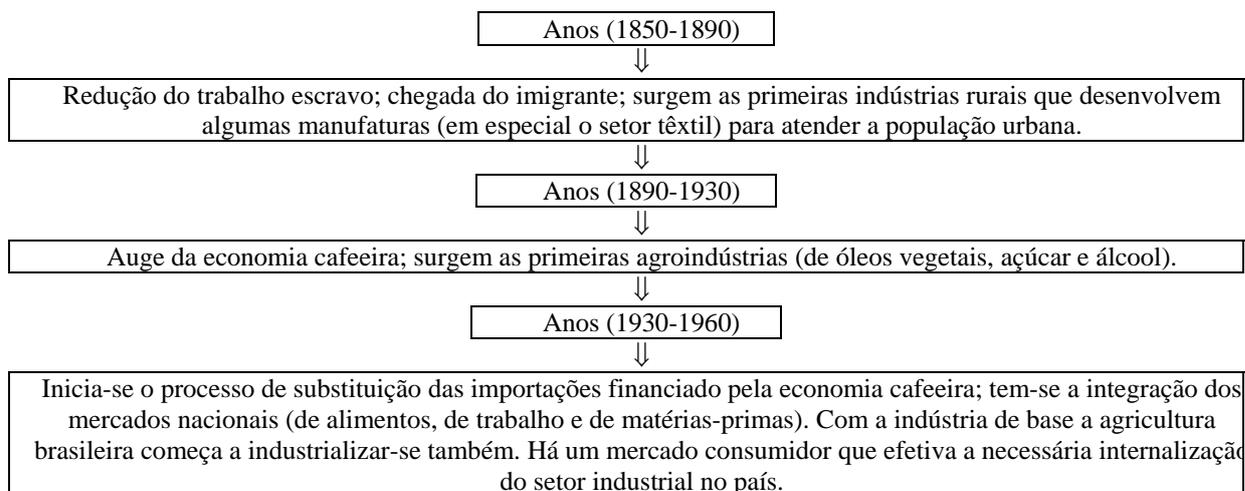
¹⁷² COSTA, V. M. H. M. A modernização da agricultura no contexto da Constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: *ANAIS – XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. UEM – DGE. Maringá, 1992. p. 03.

¹⁷³ SILVA. op. cit . p. 11.

¹⁷⁴ KAGEYAMA. op. cit. 05.

¹⁷⁵ CORRÊA, W. K. (1996). op. cit. p. 22.

DIAGRAMA 1. FASES DE CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL CENTRADA NO COMPLEXO CAFEIEIRO



Fonte: KAGEYAMA, A. et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial*. Mimeo. Campinas. 1987.

Adaptação e elaboração: Telma Batalioti.

Durante, no entanto, esse período (1820/30 a 1950/60) em que permaneceu o café liderando as exportações e a economia brasileira, o mercado cafeeiro passou por oscilações econômicas difíceis, mas foi no início do século XX que a cafeicultura enfrentou seus primeiros sinais de crise. Em 1906 por medidas de impedir a elevação do câmbio e restringir a oferta do produto, devido à superprodução e a queda dos preços no mercado fizeram com que o Estado mantivesse mais relações com a agricultura. Nesse momento a medida tomada foi à adesão ao Convênio de Taubaté¹⁷⁶, firmado entre os principais estados produtores de café nesse período, ou seja, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Mas foi com a crise econômica de 1929 na economia americana que os reflexos foram incisivos. Os estoques reguladores em São Paulo avolumavam-se somando 18 milhões de sacas em 1931 e ao final da safra de 1932 a disponibilidade era de 35,5 milhões de sacas. A situação tomou proporções de emergência e uma das medidas adotadas foi a redução dos estoques através de sua destruição física¹⁷⁷.

Por não haver ainda uma política de controle na quantidade e na qualidade do café brasileiro, ocorria que quando uma área de cafeicultura ia se esgotando uma nova ia surgido, o cafezal se renovava e ao mesmo tempo novas regiões eram incorporadas nesse processo produtivo. Por não

¹⁷⁶ Tal convênio teve como finalidade defender a rentabilidade do setor em crise proibindo o plantio de novos pés de café por 5 anos. Essa restrição em decorrência da prorrogação da lei durou dez anos.

¹⁷⁷ DUQUE, H. *A luta pela modernização da economia cafeeira*. São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1976. p. 31-2.

ocorrer a renovação por meio de recuperação dos antigos cafezais e sim através da incorporação de novas áreas, ocasionou em cada vez mais áreas produtoras.

Quando a cafeicultura norte paranaense entrou no mercado brasileiro, por volta da década de 1930, representou ainda mais a crescente oferta do produto, sendo um dos fatores principais da elevada produção e que contribuiu para um desequilíbrio entre oferta e procura. Para a configuração dessa situação alguns fatores foram importantes como: a) a fertilidade do solo que possibilitou os altos índices de produção; b) a colonização dirigida pelo Estado e por companhias colonizadoras que vendiam principalmente pequenos lotes dotados de acesso rodod-ferroviário e por meio de parcelamento do débito da compra de terras; c) os bons preços pagos ao produto que incentivou os produtores a essa monocultura; d) as condições climáticas propiciavam o avanço da cafeicultura para novas regiões como o noroeste e mesmo com o risco de geadas, os resultados mostravam-se na elevação do preço do produto.

A cafeicultura no norte do Paraná se estabeleceu com características diferentes das demais regiões produtoras, em particular da do estado de São Paulo – Estado este com o qual mais manteve vínculo, pela proximidade, migração e colonização. Enquanto, neste predominou a grande propriedade, a colônia, o sistema de colonato, tendo ainda a linha férrea no interior das principais fazendas para transportar a produção; no norte paranaense ocorreu a pequena propriedade, o sistema de parceria e uma relação de compra e venda do café feita diretamente nas máquinas de café nas cidades mais próximas.

Embora, com características diferentes, o bom desempenho da cafeicultura paranaense somou seus resultados com as das demais regiões e refletiu no excedente que coube ao IBC (Instituto Brasileiro do Café) absorver e isso “reduziu o nível de renda do setor café e transferiu recursos para subsidiar outros setores. Calcula-se que com a criação do Fundo de Defesa do Café, foi retida 50,0% da renda gerada pela exportação desse produto”¹⁷⁸.

Esse montante reverteu-se em parte ao programa nacional de erradicação dos cafezais mais antigos e com baixa produtividade, como o de áreas do estado de São Paulo onde “a renda gerada pelo café caía de 1.º para 5.º lugar. (...) Os cafezais velhos não eram substituídos por novos e sim por outras culturas e pastagens”¹⁷⁹.

Na década de 1950, outra parte da renda gerada pela exportação do café somado aos empréstimos do Banco Mundial, reverteram-se na macro-política de urbanização e

¹⁷⁸ CANCIAN. op. cit. p. 122.

¹⁷⁹ Id. Ibid. p. 122-3.

industrialização no governo de Jucelino Kubitschek (1956/61). O governo brasileiro assumiu o papel de condutor do desenvolvimento nacional, associando o setor agropecuário ao industrial, orientando medidas e políticas que visavam executar as mudanças implementadas.

Uma economia nacional sustentada pela monocultura cafeeira fragilizava o país que era dependente dos resultados da mesma e do setor externo, ou seja, enquanto o café representasse ganhos com a comercialização e exportação a economia brasileira era favorecida, ao contrário, ocorriam as perdas, pois, sofria as flutuações cíclicas próprias desta dependência. Com isso, a medida que a disparidade dos custos de produção vinha se tornando desfavorável para o produtor manter a cultura, obtinha-se com a comercialização o equivalente para cobrir apenas os custos da própria produção (insumos, defensivos e mão-de-obra).

No norte paranaense, portanto, a diversificação de culturas se dá mais em favor das alterações no custo de produção em razão do declínio dos preços e onde os cafeeiros eram mais velhos, do que propriamente em função do programa de erradicação dos cafezais. A boa qualidade do solo e em geral cafezais mais jovens que o de outras regiões do país, fazia com que os produtores resistissem por mais tempo com o café antes à substituição pelas culturas temporárias e a pastagem.

A tendência geral era ainda, em 1970, especialização em torno do café, porém, não da mesma maneira como na fase dos preços altos. As melhores terras roxas, de alta produtividade, ainda eram compensatórias à cafeicultura, especialmente porque os cafeeiros já estavam plantados, não exigindo grandes investimentos¹⁸⁰.

Embora houvesse uma resistência em optar pela erradicação de cafezais e pela modernização da agricultura, as alternativas no campo tendiam para essa diversificação de culturas temporárias, altamente mecanizadas e dependentes de capital, conforme o padrão tecnológico que passou a vigorar a partir de 1970.

A diversificação da estrutura agrícola brasileira nas regiões cafeeiras foi vinculada aos planos e projetos do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Este programa foi criado em 26 de outubro de 1961 pelo decreto nº 79, contando com a participação de diversos setores da administração pública ligados a essa atividade. Neste mesmo ano, também foi aprovada uma recomendação a ser incluída no Convênio Internacional do Café, “segundo o qual dever-se-ia promover a limitação do plantio e produção do café, paralelamente à

¹⁸⁰ Id. Ibid. p. 124.

criação de um fundo internacional destinado a financiar programas de diversificação econômica das regiões cafeeiras”¹⁸¹.

O plantio cafeeiro durante muitos anos e de maior importância no país, relegou para um segundo plano as culturas de subsistência e de demanda no mercado interno. Isso se tornava preocupante para o país, uma vez que o seu crescimento demográfico se elevava acentuadamente, sobretudo, também com elevadas taxas de urbanização a par de um surto industrial em ascensão fortalecido por um sistema comercial formado por casas de exportação e uma rede bancária.

Paralelamente, a economia cafeeira encontrava-se em situação anormal com os preços internacionais sendo pressionados pela desproporção da oferta. Os estoques acumulados, que já atingiam no fim da década de 1950 perto de 52 milhões de sacas, continuaram aumentando, obrigando gastos com a compra de excedentes e armazenagem, conseqüentemente agravando a situação econômica do país¹⁸².

Desse modo, o Plano Diretor do GERCA previu em sua primeira fase a erradicação de cafezais antieconômicos, ou seja, aqueles com baixos índices de rendimento e produtividade, gerados principalmente pelo esgotamento do solo, pela idade avançada dos cafezais e pelas falhas agrônômicas de plantio. Assim, a erradicação dos cafeeiros com baixa qualidade que são em geral provenientes das lavouras deficitárias, influenciaram diretamente na redução do volume da produção.

A execução do Plano de Racionalização da Cafeicultura compreendeu no Brasil “a erradicação de dois bilhões de pés de café antieconômicos, renovação de 500 milhões de cafeeiros e a diversificação das áreas liberadas”¹⁸³. Com isso houve uma melhora na qualidade média do café destinado à exportação, mantendo ainda uma posição estatística mais adequada ao mercado. Outro fato importante se encontra nas operações de beneficiamento da indústria cafeeira (indústria do café solúvel) que veio a se desenvolver pós 1930, mas com destaque posterior a Segunda Guerra Mundial, para também elevar o preço da produção e manter o produto com maior lucratividade sob a produção direcionada ao mercado externo.

A operacionalização do plano contava com a erradicação voluntária por parte dos proprietários de cafezais antieconômicos e ainda com uma política de desestímulos creditícios

¹⁸¹ INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura). *Racionalização da cafeicultura brasileira – Programa de renovação*. 1969. p. 01.

¹⁸² INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura). *Diversificação da estrutura agrícola das regiões cafeeiras – Plano Diretor*. 1962.

¹⁸³ Id. Ibid. p. 02.

que evitava o replantio, a não ser os especificamente financiados pelo plano. Na medida em que se desestimulavam os cafezais antieconômicos e de produção de baixa qualidade, controlando o replantio de novos cafezais, também ocorriam os estímulos subsidiando os agricultores no período que separava a erradicação do cafezal até a colheita da cultura substitutiva.

Esses fatores impulsionaram as transformações na paisagem do campo já na década de 1960 e a partir daí, com destaque para as regiões cafeeiras, sobretudo, no norte paranaense, por concentrar predominantemente em sua área, a cafeicultura, no entanto, essas transformações foram ocorrendo de forma gradual nas suas diferentes meso e microrregiões geográficas. Assim, a partir do momento que se estimulou a erradicação dos cafeeiros, que ocorreram os baixos níveis de preço para o café associado ao aparecimento da ferrugem e aos elementos climáticos (geadas), mais o impulso e o incentivo à modernização da agricultura, tem-se no país a desarticulação da economia e do complexo cafeeiro.

Outro fator que impulsionou a modernização da agricultura se dá no Pós-guerra com a acumulação industrial que ao revolucionar o comércio e as comunicações, acelerou também a dependência da agricultura em relação aos setores industriais¹⁸⁴. Em função disto, iniciou-se na década de 1950, o que se chama de “mudança na base técnica da agricultura”, viabilizada em

grande parte pela ação do Estado que adotou políticas e medidas nesse sentido e a essa mudança pode-se designar o termo modernização¹⁸⁵. “(...) a introdução do capital urbano-industrial na internalidade do Complexo Rural promoveria a transição para o Complexo Agroindustrial, que iria provocar modificações nas atividades do setor agropecuário do país”¹⁸⁶.

A cultura cafeeira não desapareceu, mas cedeu grande parte de sua área de cultivo para outras culturas temporárias (lavouras comerciais e de exportação) e a pastagem. Essa substituição de culturas resultou na conseqüente alteração na base técnica de produção e relações de trabalho com o sobressalto do assalariamento que passou a ser empregado com a abolição dos escravos, constantemente em maior intensidade.

Embora ocorra a desestruturação da economia e do complexo cafeeiro no país por volta da década de 1960, esse processo foi acontecendo em intensidade e em espaços diferenciados.

¹⁸⁴ MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo. Hucitec/Educ. 1989.

¹⁸⁵ PIERUCCINI. op. cit. p. 69.

¹⁸⁶ TEIXEIRA. op. cit. p. 39.

Como já abordado neste, no norte e noroeste paranaense, a erradicação cafeeira é implementada na década de 1970 e em particular no noroeste pós 1975 com a arrasadora geadas deste ano que levou ao tronco toda a plantação. Houve ainda no noroeste uma tendência com destaque, ou seja, o predomínio da pastagem que se aliou à resistência dos produtores nesse momento em mecanizar o solo para a agricultura.

De maneira geral, no noroeste paranaense a espacialização da pastagem se demonstrou predominante visto as condições do solo mais arenoso, com uma modernização mais no sentido da pecuária que propriamente da agricultura. Conforme dados do IBGE para o Censo Agropecuário de 1995-6, a área de pastagem chegou a 1.489.537 hectares, ou seja, cerca de 50% do total do norte do Paraná.

A modernização da agricultura permitiu um crescimento vertical da produção, seja na lavoura ou na pecuária. Contudo, esse processo de modernização tem provocado principalmente o desemprego com a redução da mão-de-obra rural e como consequência o êxodo rural – uma migração intensa no sentido campo-cidade, mostradas no capítulo anterior quando tratamos da trajetória da população. Além desse, ainda outros impactos foram resultantes do processo modernizador e serão abordados no item que segue.

3.2. A modernização da agricultura e a sua nova configuração

Como temos visto, as transformações na agricultura brasileira, sobretudo, por uma com maior infraestrutura e emprego de novas técnicas, já vem da década de 1950, chegando ao norte paranaense na década seguinte, mas se consolidando na década de 1970 e no noroeste pós a geadas “negra” de 1975. Gradualmente no campo foi ocorrendo a nova configuração da agricultura¹⁸⁷, mais moderna, mais produtiva, mais competitiva e com maior lucratividade. Porém, atrelado a todos esses benefícios vieram os impactos.

Essa nova agricultura veio concentrar a posse e conseqüentemente a renda da terra, contrariando o processo de colonização implantado pela CMNP, ou seja, o de pequena propriedade produtora de café e subsistência. Ocorreram, portanto, significativas transformações nas categorias de utilização das terras (lavouras permanentes, lavouras temporárias e pastagens). Atreladas a essas transformações somaram-se às ocorridas na estrutura fundiária que reduziu o número das pequenas propriedades.

¹⁸⁷ Entendemos por: a nova configuração da agricultura, aquela que se desenvolve posterior ao complexo cafeeiro e que se encontra fundamentada pelo processo modernizador e que veio constituir uma diversificação agropecuária.

A nova agricultura e também pecuária (agropecuária), ao passo que necessita cada vez mais de tecnologia, também necessita de menos mão-de-obra e ao homem do campo sem mais alternativa de trabalho, resta migrar para a cidade, pois, no campo é necessária uma mão-de-obra mais qualificada. Além da redução dos postos de trabalho, o homem do campo que migra para o urbano também fica a margem da sociedade, que com pouca ou nenhuma preparação escolar direciona-se ao trabalho braçal da construção civil ou se junta à categoria de bóias-frias e ou o que é pior, a de desempregados.

Nesse sentido, é necessário compreender a modernização da agricultura, o processo que a constituiu, bem como a sua difusão e estruturação em especial no norte e noroeste paranaense. Para tanto: “O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se às transformações capitalistas na base técnica da produção, ora à passagem de uma agricultura ‘natural’ para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente”¹⁸⁸.

Assim, quando propiciadas as condições favoráveis ao surgimento da indústria que foram gestadas no contexto do complexo e da economia cafeeira, foi quando então se estabeleceram as relações entre a agricultura e a indústria, através do café. Esse produto possibilitou tanto mercado para a indústria, quanto capacidade para importação de bens necessários para o crescimento e o fortalecimento industrial.

“Características diversas passa a apresentar a atividade agrícola em suas articulações com a atividade industrial, a partir da segunda metade da década de sessenta: a reprodução ampliada do capital aplicado na agricultura passa, de forma crescente, a depender do setor industrial”¹⁸⁹, ou seja, se estabelecem as relações e articulações entre a agricultura e a indústria, maiores dependentes uma da outra e sendo a primeira mais subordinada à segunda.

Para Fleischfresser (1988) a modernização da agricultura expressa as transformações agrícolas como consequência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial. A modernização tecnológica significa “que as alterações na base técnica da produção agrícola

¹⁸⁸ KAGEYAMA, A. et al. op. cit. p. 07. Neste trabalho a autora propõe o uso do termo modernização para (...) “designar o processo de transformação da base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade”.

¹⁸⁹ COSTA. op. cit. p. 04.

ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado”¹⁹⁰.

A agricultura ao estabelecer vínculos com o setor industrial e estimulada por uma política econômica de produção para o mercado externo viu-se cada vez mais dependente e subordinada a este setor, sendo a indústria o fator determinante da produção à colheita. Mas não é só, a indústria passou a operar no processamento e industrialização da matéria-prima e assim agregando valor. A integração agricultura-indústria direcionou-se tanto para uma horizontalização quanto para uma verticalização de suas atividades sob formas capitalistas.

Nesses termos, para Geraldo Muller, grande estudioso da modernização da agricultura brasileira, o padrão de articulação agricultura-indústria pós 1965 vem caracterizar o conceito de Complexo agroindustrial (CAI). A agricultura “passou a ser rapidamente incorporada à cadeia intersetorial da economia, chegando em 1980 a mostrar claras evidências de que a forma industrial de produzir predominava amplamente”¹⁹¹. Segundo Muller, o CAI representa o “conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais”¹⁹².

O complexo agroindustrial,

Abrange desde as atividades referentes à geração, ao beneficiamento/transformação e à produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas, até a armazenagem, transporte e distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda o financiamento, a pesquisa, a tecnologia, e a assistência técnica¹⁹³.

Nesse sentido, o papel das cooperativas se tornou fundamental, em particular no norte paranaense. As cooperativas nessa região foram constituídas inicialmente com características de armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas e em especial do café, para se obter um maior nível de renda no momento de comercialização ao evitar o papel dos atravessadores.

¹⁹⁰ FLEISCHFRESSER. op. cit. p. 11.

¹⁹¹ MULLER. G. op. cit. p. 31.

¹⁹² MULLER. G. op. cit. p. 45.

¹⁹³ COSTA. op. cit. p. 05.

Agindo no norte central e no noroeste, a COCAMAR¹⁹⁴ obteve o seu destaque como sendo uma cooperativa empreendedora entre outras cooperativas menores e que não ampliaram o seu ramo de atividades.

Contudo, para estarem em consonância com o novo padrão agrícola, as cooperativas alteraram sua forma de atuação.

Caso permanecessem adstritas às funções agromercantis, dificilmente fariam parte do pequeno núcleo que determina as condições de reprodução da cadeia industrial. Seu fortalecimento como integrantes do núcleo depende do êxito na criação de atividades agroindustriais e de canais mercantis relativamente autônomos das demais empresas nacionais e transnacionais. (...) A mudança de agência destinatária durante os anos 70 – de comerciantes e indústrias para cooperativas – favoreceu a ampliação da base de negociações destas últimas no núcleo do poder da cadeia agroindustrial-alimentar. O que vem reafirmar que o ingresso delas, e a sua participação neste núcleo, deveu-se ao fato de elas, de um lado, se terem convertido e, de outro em agentes industrializadores da produção agrícola.¹⁹⁵

Quando as cooperativas passaram a agregar funções, o processo produtivo se verticalizou e o processamento da matéria-prima se estendeu à elaboração de bens de consumo final. Esse padrão de desenvolvimento agrícola permitiu a integração de capitais entre a agricultura e a indústria vindo a compor os complexos agroindustriais, fortemente consolidados pela integração da indústria à montante com a produção agrícola e com a agroindústria processadora.

Essa agregação de funções não se estendeu para todas as cooperativas, algumas apenas se agroindustrializaram não chegando a formar um complexo agroindustrial completo que opera em todos os setores (desde a produção, industrialização e comercialização à especialização em técnicas e tecnologia).

Tamanha organização se consolidou a partir da modernização da agricultura que recebeu do Estado o seu grande estímulo através de medidas de política econômica, influenciadas em parte

¹⁹⁴ COCAMAR: Fundada em 27 de março de 1963 com a denominação de Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda., teve seu significado de denominação social alterado em 1984 para Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, devido a diversificação de culturas com que passou a atuar. Mais recentemente no ano de 2000 novamente sua denominação social foi modificada para Cooperativa Agroindustrial de Maringá, mas mantendo a mesma sigla. “A COCAMAR empreendeu uma trajetória contínua de desenvolvimento e escreveu uma história de sucessos com importantes realizações e conquistas, cujos benefícios são percebidos em praticamente todo o noroeste do Paraná. Ao oferecer sustentação à atividade agrícola, através da difusão de informações, abertura de novos horizontes em alternativas e tecnologia comercialização de bens de produção e garantia de aquisição de safras a cooperativa proporciona segurança e tranquilidade a milhares de produtores” (Disponível em: <http://www.cocamar.com.br>). Ainda, para saber mais sobre a COCAMAR, consultar SERRA (1989).

¹⁹⁵ MULLER. G. op. cit. p. 69 e 117.

pelas idéias advindas da Revolução Verde¹⁹⁶ e que propunham as transformações no setor agropecuário com a introdução de novas técnicas de produção, basicamente as de mecanização, utilização de sementes melhoradas, insumos e defensivos químicos. A partir de 1970, portanto, a tendência foi um conjunto de profundas transformações no campo e na cidade.

De outro lado e nesse mesmo momento a principal cultura brasileira (café) enfrentava numerosas crises as quais favoreceram a sua substituição pelas culturas temporárias altamente dependente de capital. A zona rural norte paranaense rapidamente tornou-se um expressivo mercado que abriu às cidades inúmeras novas possibilidades de atividades e inclusive a ampliação das já existentes.

Segundo Delgado (1997)¹⁹⁷, o que ocorreu foi um “pacto agrário modernizante e conservador” que permitiu a integração técnica da indústria com a agricultura, reafirmando as oligarquias rurais (latifundiários) e o capital comercial. Para isso o papel do Estado foi fundamental, ou seja, nessa disseminação e incorporação das modernas tecnologias pela agricultura brasileira, mais ainda com um projeto mais amplo que promoveu a urbanização e desenvolvimento industrial.

As políticas agrícolas, principalmente os incentivos do crédito rural subsidiando diretamente o setor agrícola durante toda a década de 1970, foi elemento determinante para a indústria. O financiamento dos grandes produtores e dos produtos de exportação aqueceu as indústrias de máquinas e de outros bens de produção, sustentando o desenvolvimento do setor industrial. Dessa forma, na medida que a agricultura paradoxalmente foi sustentando a indústria, também se tornou cada vez mais dependente desta.

A década de 1970 foi marcada pela ampliação de benefícios governamentais à agricultura, sobretudo com créditos subsidiados aos produtos de exportação. “Em alguns casos os estímulos se fizeram através da isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM; e do Imposto de Renda”¹⁹⁸.

A intensificação das relações entre a agricultura e a indústria favorecidas pelos incentivos governamentais também implicaram nas relações de produção associadas ao processo produtivo agrícola, principalmente no que se refere às relações de trabalho que sob a sociedade capitalista tende a ser um trabalho assalariado e que conseqüentemente foi ampliando as diferenças sociais

¹⁹⁶ A Revolução Verde, implantada primeiramente e principalmente nos países da Ásia também acentuou as disparidades de renda, provocou a reconcentração fundiária das propriedades e aumentou os índices de desemprego.

¹⁹⁷ DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECZÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (Orgs). História econômica do Brasil. São Paulo. HUCITEC. 1997.

¹⁹⁸ TEIXEIRA. op. cit. p. 39.

entre os membros da classe de trabalhadores (fornecedores de mão-de-obra) e a de produtores (fornecedores da tecnologia ou das técnicas produtivas e donos de terras). Essas diferenças se acentuam entre os próprios membros e as próprias classes e em diferentes aspectos, mas com relevância no poder aquisitivo.

Como conseqüência desse tipo de modernização, as desigualdades sócio-econômicas entre os produtores se acentuam, porque se antes já não dispunham de condições homogêneas de produção, com a introdução de técnicas produtivas externas ao meio rural as diferenças se intensificaram. Assim, as condições materiais, a própria localização física (relevo, fertilidade natural do solo e ou proximidade do mercado), bem como o tamanho da área apresentam-se para uns como oportunidade e para outros como barreira à introdução do progresso técnico e à apropriação de seus frutos¹⁹⁹.

Mas não foram apenas essas as implicações desencadeadas pela modernização da agricultura, conforme a sua forma de implantação. O conceito de modernização da agricultura de Graziano em nível nacional, mas sobretudo, no regional e ainda em particular em Cianorte se aplica muito bem. Segundo Graziano a modernização é considerada “parcial, conservadora e dolorosa”²⁰⁰.

Parcial porque se limitou a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária e por fim, dolorosa porque concorreu para expulsar do campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural²⁰¹.

A modernização da agricultura em Cianorte foi parcial na medida em que poucos produtores se modernizaram, sendo muito mais em função de uma pecuária tradicional e extensiva do que em função de outras culturas. Foi conservadora porque eliminou centenas de pequenas propriedades colaborando com o histórico no país da concentração fundiária e também dolorosa por eliminar do campo centenas de famílias que estavam anteriormente ligadas à cafeicultura e a agricultura de subsistência.

Em toda a região colonizada pela CMNP essas transformações que acompanharam em geral a do Estado e do próprio País, foram sendo implementadas. No entanto, na região colonizada pela Companhia que se estende de Londrina passando por Maringá e Cianorte até Umuarama, houve diferenças na intensidade e na velocidade de incorporação do novo modelo agropecuário. Ou seja, nas duas primeiras cidades onde o processo colonizador se deu primeiramente e onde o solo é a terra roxa, primeiramente também se erradicou o cafezal e se

¹⁹⁹ FLEISCHFRESSER. op. cit. p. 12.

²⁰⁰ SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982. p. 49.

²⁰¹ MORO. (1998). op. cit. p. 13.

implantou a modernização da agricultura. Em Umuarama, de colonização mais recente e sobre o solo arenoso, o destaque ficou com a pecuária extensiva. Já para Cianorte, foi a situação de transição entre o primeiro caso (Londrina e Maringá) e o de Umuarama que configurou algumas especificidades ao Município.

3.3. Os aspectos da modernização da agricultura em Cianorte

No desenvolvimento deste trabalho temos procurado apresentar as transformações e mesmo impactos ocorridos no campo, por meio das alterações nas relações de produção e nos tipos de produtos cultivados, marcados pela modernização da agricultura e representados em especial pela cafeicultura e sua substituição. No entanto, essas ocorrências que em algumas regiões se caracterizaram pelo rompimento de uma cultura (café) e implantação de outra(s) (trigo, soja e pastagem), em outras regiões o mesmo fato se constituiu em um processo de transição que agregou as duas situações, como é o caso de Cianorte que não incorporou imediatamente e de forma acentuada tal modernização.

A produção de café se mostrava com resistência até meados da década de 1980 mesmo com a política oficial de desestímulo à cafeicultura e em contra partida o estímulo às culturas modernas com destaque para a soja e o trigo. Ao passo que a cafeicultura resistia sua erradicação, tornava-se inevitável a penetração da modernização da agricultura em Cianorte, principalmente pela descapitalização financeira que atravessava os produtores de café. É nesse contexto que muitos produtores optaram pela pastagem, outros porém, passaram a arrendar suas propriedades, enquanto outros tantos a venderam-na.

As dificuldades encontradas pelos produtores que não intencionavam a modernização eram crescentes a cada dia, as dificuldades em produzir o café e ainda mais para comercializa-lo acabou com a resistência dos produtores que foram liberando tais propriedades à inserção da modernização da agricultura e com maior relevância à pastagem de baixa exploração econômica.

O município de Cianorte foi dessa forma conhecendo e absorvendo os indicadores dessa modernização da agricultura (tabela 8). O conjunto de elementos mostrado nesta tabela concorreu para eliminar centenas de postos de trabalho, acentuando a crise do emprego no campo que já havia tido certo impacto com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, o qual estendeu ao trabalhador rural os mesmos benefícios da legislação social que atendia o trabalhador urbano.

A grande maioria dos produtores rurais, sobretudo cafeicultores, não tendo condições e também com receio de não poderem cumprir com as obrigações sociais previstas no Estatuto do Trabalhador Rural, em vista da crise que afetava a cafeicultura, passaram a considerar as possibilidades de modernização de seus estabelecimentos. (...) Parte razoável dos proprietários de estabelecimentos agropecuários, (...) não só romperam inúmeros contratos de parceria e colonato, como também, despediram inúmeros empregados, liberando expressivo contingente de trabalhadores rurais²⁰².

As questões trabalhistas somadas ao processo de modernização da agricultura se estabeleceram como fortes aliados em eliminar postos de trabalho e conseqüentemente expulsar do campo famílias inteiras.

Na tabela 8 estão apenas alguns dos indicadores que de uma forma ou outra representam as transformações no campo cianortense.

TABALA 8. INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM CIANORTE

Indicadores da modernização da agricultur:	Anos				
	1970	1975	1980	1985	1995-6
Tratores	37	142	240	390	442
Arados – Tração animal	1.274	1.554	1.483	1.133	225
Arados – Tração mecânica	30	127	212	399	162
Consumo de energia elétrica - mil kwh	10	324	1.552	2.807	1.479
Consumo de óleo diesel - mil l.	76	396	695	1.159	956
Estab. com práticas de conservação do solc	-	1.844	2.390	2.695	-
Estab. com práticas de irrigação	11	8	14	24	72
Estab. com uso de fertilizantes	1.350	1.372	2.067	3.299	1.046
Estab. com uso de defensivos	-	1.945	2.781	2.754	621

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-6.

Organização: Telma Bataliotti

- Informação não disponível

A tabela 8 dá-nos a condição de acompanhar o processo da modernização da agricultura que ocorreu em Cianorte. Os indicadores embora não se elevaram em sua maioria, teve-se alguns destaques como, por exemplo, no caso do número de tratores que passou no período entre 1970 a 1995-6 de 37 para 442, significando em termos relativos um aumento de mais de 1.094 %. Ressalta-se aqui que o número de tratores se torna um bom indicador na medida que a indústria passou a produzir tais unidades cada vez mais potentes (HP). Outros indicadores também são importantes mesmo ao demonstrar redução como é o caso dos arados, bastante utilizados nas propriedades menores. Ao ocorrer essa redução temos o indicativo e a comprovação conforme nos mostrará as tabelas seguintes da então redução desses estabelecimentos seja em números

²⁰² MORO. (1998). op. cit. p. 29.

e/ou área. Dessa forma, a modernização da agricultura pôde ser percebida não somente pelos indicadores que se elevaram, mas ainda por aqueles que mostraram redução.

A redução de alguns indicadores como o número de estabelecimentos que se utilizavam de fertilizantes e de defensivos refletem na concentração da posse da terra como também indicam que a mecanização das mesmas conforme as condições de solo cianortense prestaram-se à pastagem muito mais que para a produção de grãos ou ainda, demonstram que a queda no consumo está associada ao tipo de cultura e aos diferentes setores produtivos. Tais fatores subtraíram a importância da agricultura de Cianorte que ao longo dos anos foi caracterizando uma pecuária extensiva de baixa exploração animal, concentração da posse da terra e que desencadeou elevado êxodo rural.

Em geral, no que diz respeito ao êxodo rural, a modernização da agricultura contribuiu para que as cidades no eixo de colonização da CMNP com a função de localidades centrais como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama – cidades pólos da região noroeste de suas microrregiões geográficas – tivessem a densidade demográfica elevada e com destaque na zona urbana, enquanto as cidades circunvizinhas geralmente de suas microrregiões conheceram a queda de seus números populacionais, tanto no urbano quanto no rural.

Cianorte, porém, embora estando nesse eixo das principais cidades, conheceu na década de 1970 o seu maior declínio populacional, justamente por suas dificuldades encontradas no campo e a sua falta de perspectiva nesse período para a zona urbana e que somando-se a sua microrregião alcançaram o maior déficit populacional, sendo 7,72% para Cianorte e de 32,35% para sua MRG.

Tal situação de subtração populacional se mostrava para todo o noroeste. Com isso, as cidades do eixo colonizador da CMNP buscaram nesse período de volumosas transformações no campo se especializarem em alguns serviços e dinamizarem sua economia direcionando-a a setores com características específicas e necessidades de sua região de abrangência.

Em Cianorte não ocorreu essa especialização imediata de atividades econômicas, como ocorrerá em Maringá, por exemplo. Maringá buscou diante da modernização da agricultura se especializar em estabelecimentos agropecuários, também por se estruturar nesse município um importante Complexo Agroindustrial representado pela COCAMAR. Já em Cianorte tanto a zona rural quanto a zona urbana se encontravam desestruturadas com a erradicação dos cafezais, uma vez que havia o receio dos produtores mecanizarem suas terras para o cultivo de grãos em função das condições do solo, um solo mais propício para a pastagem. Assim, com uma

agricultura enfraquecida e com uma pecuária extrativa, o comércio permaneceu sem perspectivas por quase duas décadas até serem revigorados os investimentos no setor industrial e também na própria agricultura.

Com as crises enfrentadas pela cafeicultura e a implantação do processo de modernização da agricultura as transformações quanto ao uso do solo e quanto à estrutura fundiária foram imediatas no município de Cianorte. Distante dos bons rendimentos com a agropecuária e a descapitalização do produtor, se estabeleceram as condições para a concentração fundiária das terras sem que houvesse a exploração econômica rendosa do solo.

3.3.1. A utilização do solo – a pastagem

A localização geográfica de transição do solo de terra roxa para o arenito permitiu a Cianorte a condição de acomodar tanto à cafeicultura quanto à pecuária (Tabela 9), sendo que na medida que a cafeicultura foi reduzindo sua área (ha) em cultivo, a pecuária ao contrário foi expandindo o seu domínio, assumindo em grande parte a área anteriormente tomada pelo café.

No histórico de Cianorte, assim que se retirou a floresta a maior porcentagem das terras foi tomada pelo café. Quando começou a crise do café por motivos de degradação do solo, das geadas, a de 1975 que foi a mais forte e o preço do café fizeram com que a produção caísse e com isso ele começou a ser substituído pela pastagem que por ser uma cultura menos exigente em fertilidade passou a predominar²⁰³.

O agricultor ao perder o interesse pelo café, ele passou a optar por uma cultura de mais segurança e menos riscos como é a pastagem. Então a pastagem foi se implantando fortemente e predominando hoje. Ao desistir do café o agricultor preferiu a pastagem por ser mais viável ao ter menos riscos²⁰⁴.

Ambas as entrevistas revelam a substituição do café pela pastagem e não por outra cultura, como aconteceu em outras localidades do norte do Paraná, em que a substituição se deu pela associação da soja e trigo.

As pastagens, porém, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram conduzidas de forma inadequada, levando-as a degradação, principalmente pela não reposição de nutrientes no solo

²⁰³ Entrevista gravada com o Engenheiro Agrônomo Anízio Menarim Filho, da Emater de Cianorte, no dia 18/09/2003.

²⁰⁴ Entrevista gravada com o Economista Fabio Borges Camargo, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Cianorte, no dia 18/09/2003.

(falta de correção e adubação) e o manejo inadequado das pastagens que foram conduzindo em muitos casos em todo o noroeste também à erosão do solo.

As condições das pastagens em Cianorte são bastante precárias, pois são poucas propriedades que trabalham a pastagem como uma cultura e que fazem uma adubação, uma manutenção. A maioria, eu diria aí pelo menos 80% das pastagens elas são tratadas de forma extrativa, tradicional. Isso tem levado a essa baixa produtividade de 1,50 u/a/ha (unidade animal por hectare), mesmo aumentando a área destinada à pastagem no Município, sendo que há a condição de se produzir até 8 u/a/ha, segundo experimentos do próprio IAPAR²⁰⁵.

A pecuária mesmo expandindo sua área, não elevou o número de bovinos mantendo uma média de 1,50 cabeça por hectare, conforme nos mostra também a tabela abaixo. Essa média se mantém muito abaixo das condições ideais, ou seja, de 4 a 5 cabeças por hectare. “A pecuária ocupa em Cianorte a maior área rural destinada às culturas, no entanto, não é a atividade que apresenta o percentual em função do maior valor econômico como renda para o Município. Outros produtos em Cianorte superam a pecuária em termos de importância como, o frango, o milho e a própria soja”²⁰⁶. Tal situação nos leva a supor uma possível especulação imobiliária, já que em Cianorte as terras possuem alto valor de compra e venda²⁰⁷.

TABELA 9. EVOLUÇÃO DA CAFEICULTURA (T/ha) E PECUÁRIA (N. DE CABEÇAS/ ha) EM CIANORTE

Ano	Cafeicultura			Pecuária	
	Toneladas	Hectares	N. de cabeças	Hectares	N. de cab. / ha
1960	24.102	16.479	11.971	10.037	1,19
1970	495	2.949	32.664	20.440	1,59
1975	23.486	19.156	59.957	36.660	1,63
1980	8.707	11.356	68.244	44.713	1,52
1985	14.937	10.110	74.841	44.942	1,66
1995-6	1.672	2.050	78.807	57.165	1,37

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.
Organização: Telma Bataliotti

A pecuária elevou constantemente os seus números, enquanto que com a cafeicultura ocorreram ciclicamente períodos de retomada e recaída do café, pelos vários fatores neste já enumerados e que implicaram na relação entre o custo da produção e do valor do produto. A cafeicultura que fora durante o período de colonização até meados da década 1970 a lavoura predominante,

²⁰⁵ Idem (Entrevista – Anízio Menarim Filho).

²⁰⁶ Idem (Entrevista – Fabio Borges Camargo)

²⁰⁷ Esse assunto será abordado no capítulo 4.

passou a se concentrar em período posterior ao redor da cidade e em áreas reduzidas com destaque para as pequenas propriedades. A pastagem, porém, foi assumindo a cada novo Censo Agropecuário de maneira geral em todo o noroeste e em particular em Cianorte, maior destaque na quantidade de hectares cultivados em relação aos demais tipos de cultura. Tabela 10.

Essa área de transição de solo em que se encontra Cianorte configurou para o município a seguinte situação: o predomínio da pastagem como forma de uso do solo na paisagem rural e assumindo a partir da década de 1970 uma porcentagem superior a 50% dos hectares cultivados e atingindo no último Censo Agropecuário uma porcentagem superior a 70%, como nos confirmam os dados da tabela que segue.

TABELA 10. TOTAL DE ÁREA CULTIVADA EM HECTARES E EM PORCENTAGEM DAS PRINCIPAIS CULTURAS²⁰⁸, CAFEICULTURA E PASTAGEM EM CIANORTE

Anos	Principais culturas		Cafeicultura		Pastagem	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
1960	35.543	57,27	16.479	26,55	10.037	16,17
1970	17.503	42,80	2.949	7,21	20.440	49,98
1975	11.527	16,08	19.156	32,76	36.660	51,14
1980	9.618	14,64	11.356	17,28	44.713	68,06
1985	14.757	21,13	10.110	14,48	44.942	64,37
1995-6	16.092	21,36	2.050	2,72	57.165	75,90

Fonte: Tabela 2

Organização: Telma Batalioti

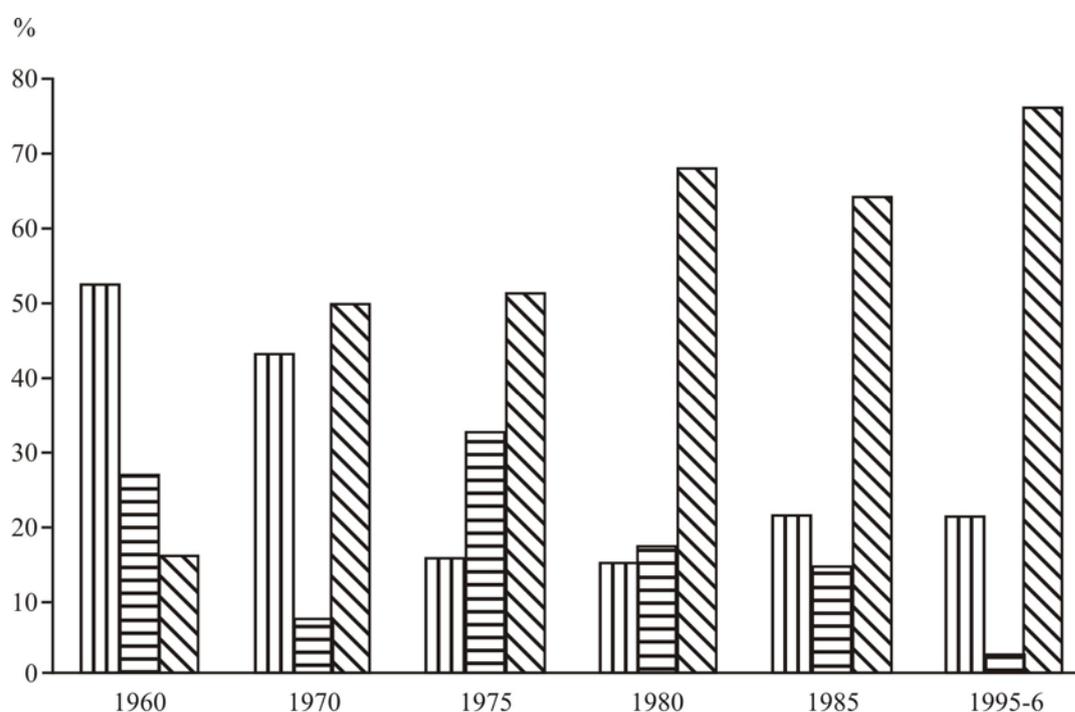
Enquanto na década de 1970, Londrina e Maringá modernizavam sua agricultura, diversificando-a ao substituir as lavouras cafeeiras e Umuarama dinamizava a sua pecuária, Cianorte, no entanto, continuou com as duas até meados da década de 1980 sem ao certo saber para qual direcionar maiores investimentos em capitais visto a conseqüente modernização. Tanto uma quanto a outra se tornaram economicamente insuficientes na geração de renda ao Município, a primeira (cafeicultura) pelos problemas de ordem econômica, política e de manutenção; a segunda (pecuária) pelos seus baixos índices de rendimento (indicadores de eficiência)²⁰⁹, mesmo crescendo potencialmente em área.

²⁰⁸ As culturas aqui somadas foram: algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca, soja e trigo. O cálculo desta tabela representa para o dado em 100%, a somatória das principais culturas, a cafeicultura e a pastagem e não a área total do município.

²⁰⁹ São cinco os indicadores de eficiência: 1) taxa de abate: é a relação entre o número de animais abatidos no ano e o total de animais do rebanho; 2) taxa de desfrute: é a relação entre o número de animais vendidos e o número total de animais; 3) taxa de crescimento: é o aumento anual em % de um rebanho em crescimento; 4) taxa de produção: compreende a somatória da taxa de desfrute e a de crescimento do rebanho e 5) produção de carne: é a produção de carne em Kg/ha/ano. Emater, 2003.

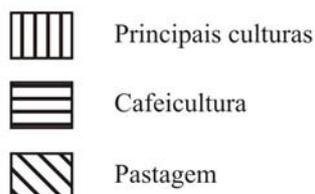
Na medida que foi ocorrendo a redução da área em hectares com a cafeicultura, sua substituição pela pastagem se tornava imediata e em 1970 se aproximava a 50% do total de hectares cultivados em Cianorte, sendo que em momento algum houve redução a partir de 1960. As principais culturas, no entanto, reduziram pela metade a sua área cultivada e assim se mantiveram até o Censo Agropecuário de 1995-6. Esses dados estão melhores representados no gráfico 5 onde a dinâmica pela qual assumiu o campo revela a expressividade da pastagem como atividade predominante. A apresentação do gráfico 5 tem como base os dados da tabela 10 que foi formulada com os dados dos Censos Agropecuários.

GRÁFICO 5. DINÂMICA DAS ÁREAS CULTIVADAS (%) NAS TERRAS AGRÍCOLAS DE CIANORTE



Fonte: IBGE: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários: 1970/1995-6

1cm - 10%



Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Adaptação: Telma Bataliotti

O fato de a pastagem incorporar censo após censo mais áreas não significou a sua igual proporção em todas as localidades geográficas do conjunto noroeste, ou seja, diferentemente o pasto assumiu proporções maiores ou menores partindo da região noroeste para uma unidade local de tal maneira que embora tenha ocorrido o aumento de áreas destinadas às pastagens representando uma tendência geral, esse aumento no caso da realidade cianortense foi maior que o da sua microrregião e o desta foi maior que o do noroeste. A incidência da pastagem em Cianorte em proporcionalidade representou o dobro da ocorrência no noroeste entre o período de 1970 a 1995-6. (Tabela 11).

Tomando como referência do geral para o particular, ou seja, verificando a presença da pastagem partindo do Noroeste para a Microrregião Geográfica de Cianorte e chegando a Cianorte, notou-se que a pastagem na unidade geográfica do lugar assumiu maior expressividade e caracterizou na paisagem rural uma maior uniformidade.

A incidência da pastagem no município de Cianorte se tornou tão expressiva que para melhor compreendermos a dinâmica pela qual ela evoluiu em hectares, tomamos os dados do IBGE para uma comparação entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1995-6 entre o Noroeste, a MRG de Cianorte e Cianorte. Sendo assim, temos na tabela 11 os seguintes dados:

TABELA 11. EVOLUÇÃO DA PASTAGEM EM HECTARES E EM PORCENTAGEM NO NOROESTE, NA MRG DE CIANORTE E CIANORTE

Localidades	1970	1995-6	%
Noroeste	1.001.708	1.489.359	48,68
MRG de Cianorte	144.850	241.558	66,76
Cianorte	20.440	57.165	179,67

Fonte: Censos Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.
Organização: Telma Batalioti

A tabela revela uma situação que somente não nos preocuparia se ao passo que ocorresse o aumento dos hectares destinados a pastagem, também houvesse o aumento no número de bovinos. No caso de Cianorte, por exemplo, a área aumentou 179,67 % enquanto o número de cabeças de gado para o mesmo período elevou 141,26 %, mantendo a média de 1,50 cabeça por hectare num período de 25 anos.

O cultivo da pastagem aumentou em todas as localidades mostradas na tabela anterior, indicando que com a introdução da modernização da agricultura, nova foi a configuração da paisagem rural em todo o noroeste marcado pelo predomínio da pastagem. Ainda, do total de hectares que compõe a MRG de Cianorte (410.770 ha), 58,80 % em 1995-6 compreendia a

pastagem e do total de hectares que possui Cianorte (81.370 ha), o resultado é mais significativo, contando com 70,25%²¹⁰.

A partir de 1970, enquanto na região de Londrina e Maringá a modernização da agricultura se fez com base na cultura da soja e do trigo, no noroeste e em especial em Cianorte ela se fez mais em termos de mecanizar o solo para a pastagem do que propriamente para elevar a produção da pecuária.

É no contexto da nova configuração da agricultura que as grandes categorias de utilização do solo passaram por importantes transformações, como apresenta a tabela 12.

Entre os anos de 1960 e 1995-6, as lavouras permanentes, representadas em especial pelo café, foram reduzidas em aproximadamente 91 %. Em contraposição, as lavouras temporárias, representadas em Cianorte, sobretudo pelo milho, a mandioca e a soja foram ampliadas em cerca de 83 %, mas é a pastagem que obteve a maior ampliação a partir de 1960, em torno de 469%. Na medida em que ocorreu a redução das lavouras permanentes e a não ampliação das lavouras temporárias na mesma proporção, essas áreas foram incorporadas pela pastagem. Esses números mostram a seriedade das mudanças que ocorreram no perfil de utilização do solo.

TABELA 12. UTILIZAÇÃO DO SOLO EM HECTARES POR CATEGORIAS EM CIANORTE

Categorias	Anos					
	1960	1970	1975	1980	1985	1995-6
L. Permanente	32.663	22.241	20.694	16.242	11.952	2.794
L. Temporária	13.406	10.045	9.058	12.326	15.714	24.573
Pastagem	10.037	20.440	36.660	44.713	44.942	57.165

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.

Organização: Telma Bataliotti.

“As conseqüências da dinâmica deste processo se projetam sobre a população rural, reduzindo de forma expressiva o nível de emprego e conseqüentemente, engrossando as fileiras do êxodo rural”²¹¹. É importante destacar que em todos esses casos a mão-de-obra deixou de ser necessária como era anteriormente para a cultura cafeeira. A cultura cafeeira com necessidade de elevada demanda por mão-de-obra durante todo o ano agrícola, teve sua área

²¹⁰ Para esse cálculo levou-se em conta a área total do município, diferentemente do dado da tabela 10 em que foram consideradas as áreas agricultáveis de maior relevância.

²¹¹ MORO (1998). op. cit. p. 17.

significativamente reduzida, enquanto que a pecuária apresentou forte crescimento, mas gerando pouco emprego.

De acordo com o último Censo Agropecuário (1995-6), o número de pessoal ocupado no campo no município de Cianorte foi de 6.878, sendo que as lavouras temporárias empregavam 2.520 pessoas, as lavouras permanentes 848 e a pecuária 2.898. Esta última, por sua vez, empregava relativamente um número maior de pessoas por também agregar a maior área (ha) cultivada. Porém, são nos grupos de áreas até 50 hectares a empregar o maior número de pessoas, cerca de 5.870, enquanto nos estabelecimentos maiores com mais de 50 hectares o número é de 1.008 pessoas empregadas.

Através desses números podemos obter outros referentes à porcentagem de pessoas ocupadas no campo por grupo de atividades e por hectare. Sendo assim, as lavouras temporárias empregavam uma pessoa para cada 1,10 hectare, as lavouras permanentes uma pessoa para cada 3,29 hectares e a pecuária detém a média mais acentuada de hectares por pessoa, 19,72. Embora, em números absolutos a pecuária seja o grupo de atividade que mais emprega pessoas, em números relativos por área (ha) é a que menos necessita, ou seja, aproximadamente 20 hectares por pessoa ocupada. Podemos entender então, que em Cianorte a concentração de terras associadas à pecuária contribuiu e tem contribuído fortemente com o êxodo rural no Município.

A mão-de-obra antes ocupada no campo, mesmo que em economia familiar, de produção mais de subsistência que propriamente para o comércio, tinha de onde retirar ao menos sua sobrevivência. No entanto, ao se direcionar para as cidades, essa tarefa torna-se um tanto mais difícil, pois, aumentam as despesas e diminuem os recursos. Ora, se no campo as desigualdades sócio-econômicas já existiam, na cidade elas se acentuaram ainda mais, principalmente as condições da subsistência dificultadas pela dependência do emprego tanto no setor urbano ou quanto na zona rural como “bóia-fria”.

Também, com a nova configuração da agricultura, alterou-se a estrutura fundiária e a condição do produtor em um novo arranjo sócio-espacial. O tipo de produto as técnicas de cultivo e a escala de produção necessárias para a modernização da agricultura influíram intensamente no anterior modelo encontrado no campo para um outro muito diferente.

3.3.2. A estrutura fundiária – condição do produtor

A estrutura fundiária²¹² na década de 1970, assim como a questão demográfica sofreu uma reversão de tendência, como observou Fleischfresser (1988) também para o estado do Paraná²¹³. Segundo a autora, ao analisar a modernização tecnológica da agricultura paranaense nesta década, ela verificou duas formas para este fenômeno, sendo a primeira em que os proprietários retomam terras anteriormente cedidas em arrendamento e/ou parceria e a segunda ocorre pela eliminação de produtores cujas propriedades não tinham tamanho e/ou qualidade de terras adequadas à escala de produção e às exigências da nova tecnologia²¹⁴.

No caso de Cianorte que herdou da cafeicultura no processo colonizador, uma estrutura fundiária com predomínio de pequenas propriedades, mas que na década de 1970 tornou-se mais concentrada, principalmente em função da substituição da cafeicultura pela pastagem, como demonstrado no item anterior, foi acompanhado também dos dois fatores apontados pela autora. No entanto, a concentração fundiária que se tem processado em Cianorte se dá primeiramente, mais em função da crise enfrentada pela cafeicultura e a conseqüente implantação da pastagem em moldes tradicionais de característica extrativa e posteriormente pela maior descapitalização desse produtor.

Pelo o que a gente vê, na época do café eram muito maiores o número de pequenas propriedades e elas, no caso, foram sendo anexadas nas maiores. No campo onde havia muita gente e a população rural era muito grande em torno dessa cultura o café, hoje é o contrário do que existia anteriormente e isso pode mostrar que realmente a estrutura fundiária sofreu alteração. O agricultor perdeu o interesse pelo café por conta das geadas e do mercado, ele passou a optar por uma cultura de maior segurança e menos riscos como é a pastagem que foi se implantando fortemente, embora hoje tem uma tendência de se reverter isso²¹⁵.

Ao optar pela pastagem o produtor mecanizou o solo, adicionou calcário e plantou o seu pasto, não realizando maiores investimentos. A pecuária cianortense, assim, foi se

²¹² A estrutura fundiária foi analisada conforme o critério de grupos estabelecidos pelo IBGE. No entanto, o grupo de 1 a 2 (há) foi somado ao de 5 e o grupo demais de 1000 9ha) ao de mais de 500.

²¹³ FLEISCHFRESSER. V. *Modernização tecnológica da agricultura*. Curitiba. Livraria do Chain. CONCITEC. IPARDES. 1988.

²¹⁴ FLEISCHFRESSER. V. *A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes e conseqüências sócio-econômicas*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1984.

²¹⁵ Entrevista gravada no dia 18/09/2003 com o Sr Fabio Borges Camargo. Economista responsável pelo DERAL da Secretaria de Estado da Agricultura de Cianorte.

consolidado e se expandindo horizontalmente - ao incorporar os estabelecimentos menores de até 20 hectares - sem a verticalização da produção que ao longo dos anos como confirma os dados dos Censos Agropecuários, vem mantendo a baixa produção de cabeças por hectare.

As maiores reduções do número de estabelecimentos por grupo de área ocorreram, portanto, nos extratos de até 20 hectares, tendo maior estabilidade o grupo entre 20 e 50 hectares e com aumento significativo os grupos seguintes, como mostra a tabela 13.

Embora, tenha ocorrido a redução no número de pequenas propriedades e o aumento das maiores como um processo geral de concentração da posse da terra desencadeado em todo o norte paranaense, o que diferencia o município de Cianorte e em especial a maior parte de sua microrregião é a utilização do solo com uma pecuária extrativa de pouca importância econômica.

TABELA 13. NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA (ha) EM CIANORTE

Anos	Grupos de área (ha)						
	- de 1 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 500	+ de 500
1970	999	1.609	1.303	386	73	35	2
1975	335	849	1.123	439	124	72	15
1980	566	817	997	449	116	73	8
1985	525	703	828	396	137	92	10
1995-6	458	520	564	371	124	99	11

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.
Organização: Telma Batalioti

Os grupos de área até 20 hectares tiveram uma redução de 2.369 estabelecimentos ou cerca de 60,58 %, ao passo que o grupo de 20 a 50 hectares reduziu minimamente com 15 estabelecimentos numa porcentagem de 3,89 %. Entretanto, os grupos de área acima de 50 hectares apresentaram a maior importância já que aumentou o número dos estabelecimentos sem que ocorresse a redução nesse período em nenhum dos grupos a partir de 1970. O aumento para esses grupos foi de 124 estabelecimentos o que equivale a 112,72 %.

Na tabela 14, a redução de área dos estabelecimentos até 20 hectares acompanhou a também redução no número de estabelecimentos mostrados na tabela anterior. Manteve para o grupo de área de 20 a 50 hectares a mesma estabilidade, crescendo em área apenas 1,93 %. Porém, novamente os grupos de área que estão acima de 50 hectares aumentaram de 13.828 hectares em 1970 para 60.037 em 1995-6 e isso representa 46.209 hectares ou aproximadamente 334%. Com destaque, o grupo de área (ha) acima de 500 hectares que em 1970 apresentava

1.827 hectares, em 1995-6 elevou para 31.784, ou seja, um aumento de cerca de 30.000 hectares ou 1.639%.

TABELA 14. NÚMERO DE HECTARES POR GRUPOS DE ÁREA (ha) EM CIANORTE

Anos	Grupos de área (ha)						
	- de 1 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 500	+ de 500
1970	3.012	12.083	17.763	11.323	5.101	6.900	1.827
1975	1.147	6.889	15.816	13.553	8.588	13.543	29.137
1980	1.604	6.346	14.017	13.724	8.092	15.546	28.822
1985	1.595	5.392	11.604	11.943	9.812	18.275	30.460
1995-6	1.509	3.983	7.830	11.542	8.937	19.316	31.784

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1960/1995-6.

Organização: Telma Batalioti

Na medida que ocorreu a redução de estabelecimentos por grupos de área de um lado e de outro o aumento em outros grupos, também ocorreu a redução por condição do produtor. Em 1970 havia 4.407 estabelecimentos entre proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes e em 1995-6 o número caiu para 2.147, ou seja, uma redução de mais de 50%, como se pode verificar na tabela 15. A concentração de área (ha) e de estabelecimentos, sobretudo destinados à atividade da pecuária de característica extrativa e tradicional levou principalmente a urbanização da população e ao quase vazio demográfico no campo. “O habitat rural, outrora denso e concentrado linearmente nos fundos de vale, desfaz-se, torna-se disperso, vazio, amorfo”²¹⁶.

A mobilidade espacial campo/cidade da população paranaense, sobretudo no norte e noroeste do Estado, trouxe consigo numerosas mudanças que implicaram também no modo de vida das pessoas, que deixaram os costumes do campo para incorporar os da vida urbana. Essas mudanças foram, portanto, muito além dos aspectos sócio-econômicos e espaciais, repercutiu nos hábitos e costumes mesmo daqueles que permaneceram no campo.

TABELA 15. EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR CONFORME O NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS EM CIANORTE

Condição do produtor	Número de estabelecimentos agropecuários				
	1970	1975	1980	1985	1995-6
Proprietário	2.324	2.615	2.733	2.424	1.861
Arrendatário	159	30	64	77	101
Parceiro	1.621	333	165	129	133
Ocupante	303	15	64	65	52

Fonte: Censos Agropecuários IBGE: 1970/1995-6.

Organização: Telma Batalioti

²¹⁶ MORO. (2003). op. cit. p. 59.

As alterações que ocorreram no campo e com maior “força” pós 1970 modificaram muito as relações sócio-espaciais do período colonizador e da então predominante cultura cafeeira. “A paisagem rural era repleta de habitações, apresentando grande densidade e articulação. Com os novos fatos o campo deixou de ser o lugar de moradia não só para aqueles que dele foram excluídos, como também dos médios e grandes proprietários que passaram a morar na cidade”²¹⁷.

O número de estabelecimentos rurais tiveram uma alteração bastante significativa, bem como relacionados também com a categoria de produção como mostra a tabela 16 para o município de Cianorte.

TABELA 16. NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INFORMANTES EM CIANORTE POR CATEGORIA DE PRODUÇÃO

Categorias	Número de estabelecimentos informantes					
	1960	1970	1975	1980	1985	1995-6
Lav. Permanente	4.213	3.195	2.257	1.845	1.530	460
Lav. Temporária	3.784	2.259	1.250	1.653	1.425	1.070
Pastagem	2.771	3.175	2.557	2.337	2.063	1.679
Total	10.768	8.629	6.064	5.835	5.063	3.209

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.
Organização: Telma Batalioti.

Esses dados evidenciam ainda de forma mais clara que mediante tais ocorrências de redução do número de estabelecimentos informantes associado à concentração da posse da terra e uma utilização predominante destinada para a pastagem ocasionou um período de dificuldades econômicas por cerca de duas décadas (1970 e 1980) aos munícipes cianortenses.

Na tabela 16 a redução contínua no número total de estabelecimentos informantes de 1960 para 1995-6 foi de 7.559 estabelecimentos ou em termos relativos foi de 70,20%. Em 1995-6 todas as categorias tiveram redução em estabelecimentos acompanhando a evolução desde 1960, no entanto, a pastagem atingiu no último Censo o maior número contrariando o Censo de 1960. Os estabelecimentos destinados às lavouras permanentes e temporárias reduziram no mesmo período respectivamente 89,09% e 71,73%.

O indicativo mais importante refere-se ao fato de que além de haver uma concentração da posse da terra ela se destinou em sua maioria a uma pecuária extrativa em grandes áreas e de pouca empregabilidade. A redução no número de estabelecimentos com a pastagem foi a

²¹⁷ Id. Ibid. op. cit. p. 33.

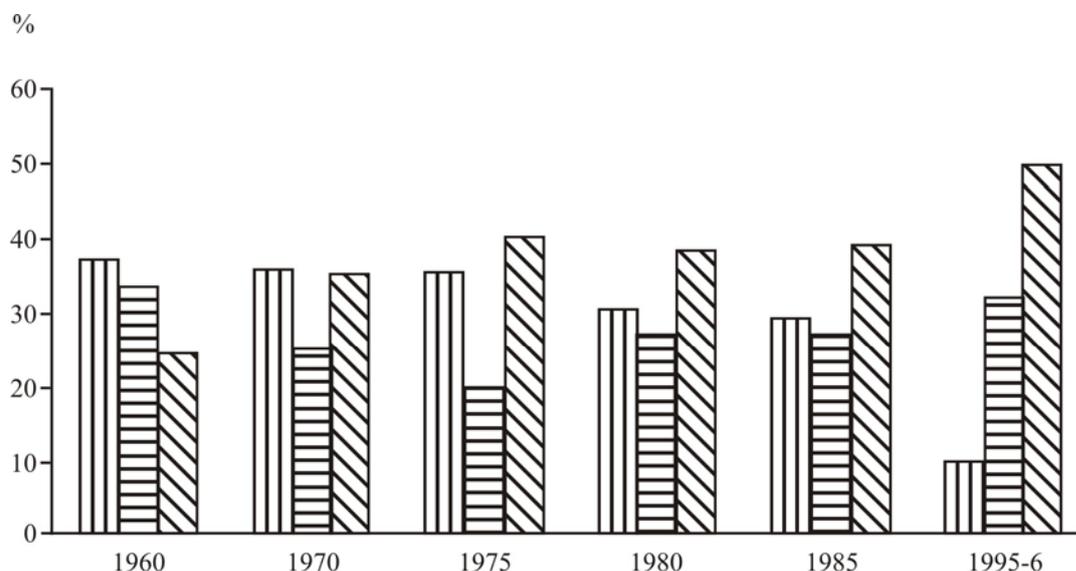
menor 39,41%, mas foi a que apresentou maior concentração de área em hectares, conforme tabela 12.

No gráfico 6 é possível acompanhar visualmente conforme cada Censo Agropecuário a evolução do número de estabelecimentos por categoria de produção. De tais alterações no campo, surgiram outras necessidades econômicas que foram sendo supridas pelo setor urbano. A partir da concentração das terras no campo e da população na cidade, o município cianortense se encontrou em situação de emergência para assegurar seu desenvolvimento e ao mesmo tempo também a população, de maneira a frear a migração e criar novas possibilidades de emprego.

O município cianortense buscou auxílios em nível de Estado para a implantação e desenvolvimento do setor industrial e dessa forma associar a mão-de-obra disponível com o já existente interesse empresarial pra o setor da confecção e alimentício.

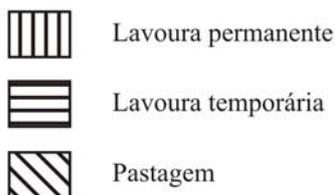
As atividades ligadas à agricultura deixaram de ser significativas primeiramente ao proprietário rural e em segunda instância ao município devido ao baixo retorno financeiro em contraposição aos investimentos necessários de serem empregados nesse setor. A pecuária, nesse sentido passou a ocupar a maior área correspondente à agricultura em Cianorte.

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTES POR CATEGORIA DE PRODUÇÃO EM CIANORTE



Fonte: IBGE: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários: 1970/1995-6

1cm - 10%



Elaboração: Wagner Alexandre Jonas

Adaptação: Telma Batalioti

O campo passa a ser visto, percebido e gerenciado pelo olhar urbano, de onde surgem as necessidades e de onde reside o proprietário. O proprietário do estabelecimento rural encontrou na cidade outras formas de capitalização ou renda e para isso buscou outras atividades econômicas que lhe possibilitasse o capital financeiro no setor urbano. Sendo assim, em Cianorte ampliou-se o setor imobiliário, comercial e industrial, bem como o de autônomo, como novas atividades de rentabilidade mais seguras que as do campo. Esses apontamentos se encontram mais bem fundamentados no capítulo 4.

IV. TERRA DE NEGÓCIO E O NEGÓCIO DA TERRA

No noroeste paranaense e em particular em Cianorte a modernização da agricultura se fez mais em função da pastagem que propriamente das culturas altamente mecanizadas de grãos. A pastagem consolidou uma realidade de quase abandono do campo com pouco ou nenhum retorno econômico para o proprietário e também ao município. As terras agrícolas cianortenses tomaram importância mais no sentido especulativo do que no produtivo. Contudo, baseado em uma tecnologia específica para a produção agrícola no solo de característica arenosa tem se processado a partir de meados da década de 1990 uma nova dinâmica para a produção rural.

A nova configuração da agricultura cianortense, associada à especulação imobiliária das terras agricultáveis em função da não dependência da renda por ela gerada, tem assumido transformações recentes aos fatores ligados a produção. A introdução da cultura da soja e do milho principalmente com resultados produtivos satisfatórios tem gerado renda e atraído os proprietários rurais para a “novidade” do setor agrícola.

4.1. O domínio das novas formas de uso da terra

O grande impulso dado para a modernização da agricultura pelas políticas agrícolas da União e dos Estados se dá no âmago do capitalismo mundial e está relacionado, portanto, com o mecanismo das políticas de exportações e geração de divisas. É importante nessas condições ampliar a produção agrícola e a industrial para exportar e minimizar a dívida. Em decorrência disso, nas últimas décadas, tem ocorrido uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas de exportação, quase sempre em detrimento dos produtos alimentares destinados ao consumo do mercado interno ²¹⁸.

As culturas de grãos (soja, trigo e milho) altamente mecanizáveis, neste contexto receberam os maiores incentivos para a produção e se estabeleceram muito bem no norte central paranaense, no noroeste e mais recentemente em terras arenosas do arenito caiuíá. Essas regiões que erradicavam os cafezais necessitavam de uma cultura que imediatamente o substituísse e para que a modernização da agricultura se estabelecesse.

O cultivo da soja, por exemplo, recebeu grande estímulo para a sua expansão em área (ha) e em exportação com o governo militar pós 1964, com a finalidade de ampliar o comércio internacional do Brasil com a Comunidade Econômica Européia e o Japão. Também a difusão desta e de seu principal produto o óleo se expandiu em hábito alimentar, ainda mais, acompanhado de campanhas publicitárias ressaltando sua importância em relação aos demais produtos do gênero. Tais campanhas acompanhavam além do interesse de ampliar o consumo de óleo de soja, o de ampliar as exportações de farelo deste produto por ser o principal ingrediente na produção de ração animal ²¹⁹.

Foi com a difusão e implantação da modernização e industrialização da agricultura, ou seja, aquela tipicamente capitalista, com maior impulso pós 1970 que as possibilidades se ampliaram para o cultivo mais diversificado entre as culturas mecanizáveis, com destaque para a soja. Como visto, porém, a modernização da agricultura foi parcial por não atingir todos os produtores nem todas as regiões, seja em nível do País e mesmo de Estado. Esta parcialidade pela qual se configurou a modernização encontra respaldo nas condições econômicas dos produtores, uma vez que para modernizar é necessário capital financeiro e que se justifica aplicar em grandes propriedades, além também de outras condições como as de solo e de relevo por indicarem a viabilidade da mecanização para o cultivo de grãos.

²¹⁸ ROSS, J. L. S. (Org). *Geografia do Brasil*. 2. ed. Editora EDUSP, São Paulo, 1998. p. 469.

²¹⁹ Id. Ibid. p. 469.

O norte paranaense com a substituição da lavoura cafeeira nos idos da década de 1970 se tornou uma região de grande potencial para a configuração do processo modernizador do campo, pois, associado à política de modernização desenvolveu-se a infra-estrutura e ainda com condições de relevo suavemente ondulado e um solo favorecido por nutrientes, se constituiu as condições necessárias que possibilitou se estabelecer as grandes lavouras de grãos. No noroeste, porém, uma dessas condições – o solo – em particular não favoreceu da mesma forma a modernização da agricultura como nas demais regiões norte paranaense.

Sendo assim, por essas e outras razões onde a modernização da agricultura não se fez pelas culturas de grãos (soja, trigo e milho) altamente dependentes de capital, ela abriu espaço para outras como a cana-de-açúcar e a mandioca, mas sobretudo para a afirmação do pasto, como é o caso da área do denominado arenito caiuí que estende-se

(...) por 3,2 milhões de hectares do noroeste do Paraná. (...) Dessa área total 2,3 milhões de hectares são de pecuária. (...) Levantamentos recentes apontam que 68% de todo esse território seriam considerados improdutivos – e sujeitos à desapropriação – se passassem pelo filtro dos técnicos do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) ²²⁰.

Com uma área tão expressiva de pastagem somando mais de dois terços dos solos agricultáveis do noroeste, a realidade no arenito se tornou preocupante para as autoridades municipais e estaduais no que tange a existência de conflitos fundiários dada a baixa lotação animal nos pastos desta região que quase chegam a ser improdutivas por manterem a média baixa de 1,50 unidade/animal por hectare. Ainda mais, essa situação passou a implicar na estagnação e decadência de diversos centros urbanos dessa região.

Parte significativa dos municípios da região noroeste do Paraná passou por tempos difíceis com o fim do ciclo do café. O processo migratório em muitas cidades conforme os dados demográficos do IBGE chegou a ser preocupante como foi o caso de Cianorte que na década de 1970 subtraiu sua população em 3.662 habitantes ou cerca de 7% do total. Cianorte passou assim, por um abalo econômico com a expansão da pastagem, as alterações na estrutura fundiária e o esvaziamento da população do campo, bem como a falta de perspectivas. Tais fatores e seus respectivos impactos não eram esperados na proporção que se constituíram, principalmente por Cianorte ser uma das cidades principais do eixo colonizador, contudo, entre estas foi a que economicamente mais se desestabilizou.

²²⁰ RECCO, R. Arenito paranaense: a nova fronteira agrícola. In: *Revista ACIM (Associação Comercial e Industrial de Maringá)*, ano 38, n. 402, março de 2001. p. 8-17, Maringá. 2001. p.08.

Após 1970, com a substituição da lavoura cafeeira pela pastagem no município de Cianorte e até o início do século XXI, o pasto se mostrou dominante na paisagem rural. Contudo, no campo e em especial para toda a área que compreende o arenito e mais especificamente naquelas áreas que abrangem e são gerenciadas pela COCAMAR²²¹, pesquisas foram realizadas e apoiadas na Universidade Estadual de Maringá e órgãos afins como EMATER, IAPAR e Secretarias da Agricultura, entre outros, como também a empresa multinacional Zeneca (da área de sementes e defensivos) que ofereceram maior respaldo a esse esforço, através da doação de recursos técnicos, profissionais e financeiros na finalidade de encontrar meios de se melhor utilizar tal solo para também se obter melhores níveis de produção e renda.

Com o desenvolvimento de uma tecnologia adequada possibilitada por interesses econômicos diversos o que se parecia impensável, ou seja, no lugar dos pastos degradados se ter a implementação de lavouras de grãos – soja principalmente – se tornou possível e tais lavouras começaram a ser cultivadas já em 1997, mas primeiramente como investigação dos estudos que vinham sendo realizados e a partir daí com grandes incentivos, sobretudo, com o lançamento do projeto “Arenito Nova Fronteira” no ano de 2000.

A importância da COCAMAR através do respaldo por ela oferecido ao produtor foi e tem sido muito significativa para Cianorte. Embora, a ação da COCAMAR neste Município tenha sido constante, vale ressaltar que durante a cafeicultura seu destaque foi maior. Quando se iniciou a modernização da agricultura em Cianorte, porém, no campo passou a predominar áreas de pastagem, enfraquecendo a importância dessa cooperativa neste município. Contudo, com a sua participação no recente e arrojado projeto para o arenito de integrar a pecuária à agricultura trazendo a soja para essas áreas, tem possibilitado uma nova dinâmica no campo cianortense e na novamente maior interação dos produtores com a COCAMAR.

²²¹ A COCAMAR que foi fundada com os princípios cooperativistas se viu cada vez mais enraizada em um capitalismo competitivo impregnado na sociedade e assim, teve que se adequar, funcionando mais como uma empresa do que como uma alternativa utópica de transformação da sociedade. Ao longo desses anos de sua existência a cooperativa passou por inúmeras mudanças e algumas crises que quase levaram a sua liquidação. A mesma, porém, buscou sempre inovar e se readaptar ao que a região e o mercado necessitavam e ao mesmo tempo em que a agricultura dinamizou-se ela também se inseriu nesse processo, industrializou-se para operar em todos os segmentos da produção, do campo ao supermercado. A COCAMAR hoje significa muito mais que uma cooperativa, ela enseja o desenvolvimento econômico e social de toda uma região, por agir direta ou indiretamente na vida das pessoas que nela vivem e ou mantêm seus negócios. A COCAMAR opera desde o fornecimento de insumos até a comercialização de seus produtos, de forma direta ao consumidor. A sua inserção ao CAI ainda que não total em seu conjunto, é em alguns segmentos ou em algumas de suas indústrias, completa. Conjugou, portanto, os princípios do cooperativismo com os empresariais.

No entanto, essa tecnologia não atingiu de uma única vez todo o noroeste, ela foi aos poucos ganhando a confiança dos produtores e incorporando ano a ano mais áreas. O projeto desenvolvido para a integração da agricultura com a pecuária foi experimentado primeiramente na região de Umuarama e mostrando seus primeiros resultados em sua fase embrionária no ano de 1997 através do Programa de Arrendamento de Terras (PATER) e a partir daí foi se ramificando para o restante do noroeste.

Implementar tal projeto no arenito teve três principais razões: Primeiro pela vastidão de terras envolvidas, o número de municípios e pessoas.

Cerca de 1,4 milhão de hectares ocupados por pastagens degradadas, de baixíssimo retorno econômico. Segundo, porque seria uma forma rápida e eficiente de fazer a reforma dos pastos degradados e sub-aproveitados que, por isso mesmo, estavam na mira do MST, o Movimento dos Sem-Terra, sujeitas, portanto, às invasões arbitrárias. E em terceiro lugar, não menos importante, a chance de reverter o processo de empobrecimento regional causado pelo predomínio da pecuária extensiva. A agricultura, afinal, seria capaz de trazer quase dez vezes mais renda e emprego aos municípios, além de fortalecer o comércio e ampliar a arrecadação de tributos.

Quase ninguém acreditava no potencial econômico dos solos arenosos do Noroeste paranaense, mas o que parecia improvável, aconteceu. Graças ao uso do plantio direto, agricultores da região de Umuarama mostraram, ainda que de forma incipiente, na safra 1996/97, que seria possível dominar o arenito. Atenta para a possibilidade de conjugar tecnologia de ponta e projetos agrícolas em solos arenosos, a Cocamar vislumbrou que tinha diante de si uma oportunidade histórica e não hesitou em mobilizar todos os esforços nessa direção, antecipando-se à própria pesquisa oficial. (...) Para surpresa de todos, a agricultura em solos do arenito revelou um potencial de produtividade igual ou superior a das melhores terras roxas do Norte do Paraná. Com a vantagem, ainda, de possibilitar tráfego de máquinas mesmo após uma chuva intensa. Através desse programa de integração com a agricultura, a pecuária ganharia em seguida com a recuperação da fertilidade das terras, permitindo aumentar sobremaneira a quantidade de animais nos pastos²²².

Para esse desenvolvimento da agricultura no arenito foi necessário o desenvolvimento de uma tecnologia que se aplicasse às condições edafo-climáticas dessa região. Contudo, ainda em 2003

(...) em vários municípios do noroeste onde pelo menos 25% das áreas plantadas com soja foram no sistema convencional tem levado os produtores a amargarem prejuízos. O plantio em solo desprotegido utilizando-se de arados e grades e em época errada, contrariando a

²²² www.cocamar.com.br. História: Quarta década - 1993/2003: Cocamar entra de corpo e alma no arenito caiuíá, acesso em 18/01/2004.

orientação dos técnicos, deixaram as lavouras desprotegidas muito mais propensas às fortes enxurradas comuns no período do verão²²³.

Em Cianorte é com as safras do ano de 2000 em diante que os resultados passaram a ser mais representativos ocasionados pelo aumento da área cultivada e em particular para a soja e o milho. (Tabela 17).

TABELA 17. CIANORTE: ÁREA CULTIVADA EM HECTARES – 1998/2003

Culturas	Safras (ha)				
	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Algodão	2	5	5	5	-
Amendoim	30	30	50	30	10
Arroz	165	180	220	140	110
Café	2.130	2.280	1.040	1.820	1.320
Cana	1.890	1.668	1.218	1.278	2.583
Feijão	220	130	300	270	350
Mandioca	6.500	6.500	5.100	3.936	2.900
Milho	4.000	4.700	5.200	4.500	7.400
Soja	3.300	4.000	4.400	7.400	10.500
Trigo	1.000	800	600	750	200

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – Núcleo Regional de Umuarama
Organização: Telma Batalioti.

Conforme os dados desses últimos anos de área cultivada em Cianorte, pode-se verificar que a tendência para o cultivo tem sido a da cultura da soja, seguida pela de milho. Cada uma delas cresceu continuamente nesses últimos cinco anos, tendo a soja no período mostrado na tabela 17, um crescimento de 7.200 hectares e o milho 3.400 hectares. Tais culturas são rotacionais e são cultivadas alternadamente, portanto, aumentam paralelamente. Tal fato, não significa que ocupam áreas distintas, mas sim, normalmente conciliam a mesma em períodos sazonais diferenciados e conforme a climatização de cada cultura.

O avanço da fronteira da soja para o arenito está, portanto, fundamentado em pesquisas que resultaram no lançamento do programa Arenito Nova Fronteira no ano de 2000, “cujo objetivo é justamente apoiar o avanço de integração agricultura-pecuária”²²⁴. Nesse sistema agrícola de integração lavoura e pecuária para a região do arenito têm-se buscado tecnologias de plantio direto, manejo e recuperação dos solos, rotação de culturas, zoneamento agrícola e a diversificação de culturas.

De acordo com Florindo Dalberto, diretor – presidente do IAPAR em 2001,

²²³ Informativo COCAMAR 1ª Quinzena de dezembro de 2003. Arenito: Chuvas pesadas castigam quem não protegeu o solo. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.

²²⁴ RECCO. op. cit. p. 10.

As tecnologias recomendadas para a região do arenito são uma síntese de tudo o que o Instituto já consolidou em termos de conhecimento, geração de tecnologia e recomendações técnicas ao longo de 30 anos de pesquisa. (...) É uma tecnologia própria adaptada ao clima, solo e condições socioeconômicas dos produtores rurais, que representa nada menos que 16% do território do Estado. Solucionar os problemas da região e tornar as terras mais produtivas, férteis e conservadas significa não apenas preservar os recursos naturais de toda uma região, mas tornar produtivas, rentáveis e competitivas as propriedades agrícolas²²⁵.

Anterior a implantação de qualquer exploração através de um sistema de produção agrícola é prudente e necessário realizar estudos da região, das condições do solo e suas características naturais, bem como, do comportamento climático e suas manifestações. Baseando-se nesse tipo de estudo outros tantos podem ser desenvolvidos como sementes mais resistentes, maquinários mais eficientes, enfim é possível uma série de benefícios inclusive para àqueles relacionados aos aspectos ambientais. Tais estudos para as regiões mais problemáticas são também potencialmente mais importantes.

As alternativas que estão sendo implantadas no noroeste de integrar a pecuária à agricultura surgem como uma forma de reverter o quadro do empobrecimento de uma pecuária insustentável e alavancar melhores condições de vida, através do maior giro de capital tanto no regional quanto no municipal. O conhecer da aptidão agrícola do solo, sobretudo para a mecanização possibilita ao produtor maiores garantias de produção e a viabilidade técnica ou não de qualquer projeto para a agricultura, principalmente tratando-se de atividades que apresentam um retorno econômico a médio e longo prazo.

Contudo, são as médias e grandes propriedades de pecuária as visadas pelo agricultor profissional que irá dispor o maquinário necessário para a produção de grãos em grande escala. Os pequenos proprietários com maiores dificuldades tanto em relação ao tamanho de suas propriedades quanto de capitais, porém, tem buscado a união de seus lotes agrícolas e ofertado tais terras em arrendamento²²⁶, como é o caso de um proprietário entrevistado em Cianorte e que diz: “Na região em que eu estou são todas pequenas propriedades de agricultores que trabalhando em associação torna-se mais rentável e fica mais fácil o trabalho. Comercializamos a produção diretamente com a COCAMAR”²²⁷.

²²⁵ Id. Ibid. p. 14.

²²⁶ As terras oferecidas em arrendamento têm como interessados os agricultores capitalistas, sobretudo, vindos de outros municípios e regiões. São agricultores providos de capital financeiro e maquinários necessários.

²²⁷ Entrevista gravada no dia 21/10/2003 com o Sr. Ailito Rossi. Agropecuarista e proprietário de comércio agropecuário em Cianorte.

Outros, porém, visando a valorização das terras com a penetração da soja nesta região tem aguardado o melhor momento para as lançarem no mercado imobiliário para a comercialização. Também, para os pequenos produtores uma alternativa que aparece ainda timidamente neste século como um ensaio e a exemplo do projeto Arenito Nova Fronteira é a fruticultura, esta vem sendo experimentada na região de Umuarama e compõe um projeto maior de expansão.

Os pequenos proprietários, contudo, por apresentarem esse quadro de maiores dificuldades, são também os menos favorecidos para a inserção no processo de modernização da agricultura. Conforme prescreve as condições pelas quais vem sendo implantado o programa Arenito Nova Fronteira de integração da agricultura com a pecuária, nota-se uma predisposição deste para a utilização das médias e maiores áreas para o cultivo de grãos. Dessa forma, os pequenos produtores menos oportunizados vêm tentando acompanhar - pela resistência em manter a pequena propriedade - o processo de modernização que não os inclui, mas os exclui por ser “parcial, conservador e doloroso”.

Buscando alternativas que os viabilizasse a manutenção, os pequenos proprietários rurais com melhores condições financeiras ou ainda com auxílios bancários, no caso cianortense, têm se enviesado por alternativas agrícolas que vêm ganhando destaque nos anos mais recentes, em geral pós 1990. São atividades como o turismo rural destinado ao lazer e que oferece aos clientes serviços diversificados; a produção orgânica de frutas, verduras e legumes para adicionar renda e que encontrou nas três feiras do produtor realizadas durante a semana e na entrega direta para alguns supermercados da cidade, o seu público consumidor. Neste caso, os produtores têm adicionado ao seu produto um diferencial, por exemplo, na embalagem e no pré-preparo dos produtos para o consumo. Também a transformação de algumas pequenas propriedades em chácaras de lazer constitui outra alternativa que normalmente apresentam uma área coberta para a churrasqueira, uma piscina e um campo de futebol, entre outras, também foram “transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural”

²²⁸

Os pequenos produtores agregando novas atividades às velhas estão buscando se inserir nos novos mercados locais que se abrem. “O importante é que criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e/ou atividades tradicionais que se mostravam decadentes” ²²⁹. Também se utilizam de formas mais

²²⁸ SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. Editora da UNICAMP. IE. Campinas, 1999. p.93.

²²⁹ Id. Ibid. p. 105.

diversificada da mão-de-obra familiar e empregada, pois, ao contrário da agricultura moderna e altamente mecanizada, esta mantém a mão-de-obra no meio rural. Outro fator importante é a relação de maior proximidade com o mercado consumidor de demanda específica e baseado na clientela e no tipo de produto oferecido.

Muito embora, tais atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais apresentem resultados positivos, são ainda apenas exemplos na realidade cianortense e que não englobam toda essa fatia de produtores. Nesse momento, veio ilustrar como sendo formas de exploração econômica diferentes de uso da terra e como diferentes da agricultura tradicional ainda predominante nesta categoria e que também resiste ao processo de concentração das terras.

Nesses últimos cinco anos, no entanto, o que chama a atenção no campo cianortense é a presença da soja associada ao milho incorporando as áreas de pastagens degradadas. Essa ocorrência incentivada pela COCAMAR trouxe para o município a valorização das terras acrescida pela exploração desses cultivos que em termos de valor econômico superam o da pecuária, principalmente por ser a pecuária cianortense predominantemente tradicional.

(...) a soja é o carro chefe e ela tem entrado no lugar das pastagens degradadas, onde o produtor estava descapitalizado e ele precisava de alguma forma melhorar esse solo. Normalmente são arrendatários. Eu vejo com bons olhos porque a cultura anual ela dá a condição do pecuarista reformar a pastagem dele com a melhora na qualidade do solo e então quando ele voltar para a pastagem ela será mais produtiva. Então essa estratégia técnica é interessante de se usar a cultura anual. Assim, nós estamos conseguindo produzir grãos e melhorar a pastagem. As nossas terras valorizaram muito e isso nós devemos a cultura de grãos. Quando a soja começou a entrar e o produtor começou a ver que em um alqueire ele pode produzir 150 sacas de soja a quase 40 reais a saca e por isso você não encontra terra barata ²³⁰.

Os bons preços da soja no mercado, somados aos estímulos da cooperativa e a importância dessa cultura na revitalização do solo, têm atraído cada vez mais produtores pecuaristas a estarem mudando a exploração econômica de seus solos, saindo assim, de uma pastagem empobrecida para uma lavoura com maiores vantagens e retornos econômicos.

Os pecuaristas têm visto os resultados que a soja proporciona no arenito, entrando como uma renda extra e permitindo a recuperação da pastagem. E isso os tem incentivado a destinar parte da área para o plantio de soja. A entrada da soja na região deve impulsionar na economia, além de aumentar a circulação de dinheiro na região, implementando o comércio

²³⁰ Entrevista gravada no dia 18/09/2003 com o Sr. Anísio Menarim Filho. Engenheiro agrônomo da EMATER de Cianorte.

e movimentando a economia. A soja deve contribuir para aumentar a arrecadação municipal²³¹.

Os bons resultados que estão sendo obtidos com a descoberta do arenito como nova fronteira agrícola para a soja e com a introdução desta e de outras culturas, tem permitido a utilização de solos que não eram bem aproveitados, ou seja, que eram exploradas de forma inadequada e que não apresentavam rendimentos satisfatórios ao produtor. Contudo, tais terras estão passando nesse momento mais recente por uma crescente valorização. O entusiasmo crescente entre os produtores os tem levado a aumentar a área com a “plantação de dólares” – termo utilizado pelos próprios produtores. “A soja é a solução para a nossa região, não só capitalizando o produtor, mas também valorizando a terra”²³².

A soja foi a segunda melhor aplicação de 2003 com valorização de 39%. (...) Com o ganho de 39%, a soja teve ganho real sobre a inflação de 8,7% medida pelo IGP-M. ‘Valeu mais a pena ter soja no armazém que dinheiro no banco. Pelo terceiro ano consecutivo a soja teve um aumento real’ – diz Renato Sayeg, diretor da Tetras Corretora. (...) ‘Nunca se ganhou tanto, criando um estímulo ao plantio da safra 2003/04’ – diz Odinéia Santos, da Consultoria Safras & Mercados. O grande destaque da pauta de exportações brasileira continuou sendo a soja. As vendas de soja em grão, farelo e óleo passaram de US\$ 6 bilhões em 2002 para US\$ 8,1 em 2003, um crescimento de 35%²³³.

A ação da COCAMAR centrada nas atividades agrícolas resultantes da modernização da agricultura favoreceu a consolidação das novas culturas que encontrou na empresa local o apoio necessário desde a preparação do solo até a comercialização do produto. Inclusive trouxe para o arenito as possibilidades de novos negócios com a terra, tanto no aspecto da dinâmica da paisagem rural quanto no do setor imobiliário.

4.2. Especulação, valorização e o grande negócio imobiliário

Buscamos aqui compreender primeiramente a valorização que foi sendo atribuída às terras colonizadas pela CMNP, incluídas as de Cianorte e tomando como ponto referencial as considerações do autor Padis (1981) quanto aos valores pagos em 1950 por alqueire²³⁴. Propomo-nos, assim, a comparar os valores estabelecidos por alqueire em 1950 e os em 2003,

²³¹ Informativo COCAMAR 1ª Quinzena de dezembro de 2003. Comentário feito por Juliano Fadoni (Gerente de Unidade da COCAMAR). <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.

²³² Jornal de serviço COCAMAR. 2ª Junho/2003, p. 04. Ano XXV, Número 509.

²³³ Informativo COCAMAR 1ª Quinzena de janeiro de 2004. Soja entre os melhores investimentos. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.

²³⁴ PADIS. op. cit. p. 106.

bem como realizar a sua conversão em reais, verificando e equiparando os valores pelo menos de três formas diferentes como segue:

- a) Conversão apenas pelo número de salários: Se em 1950 um alqueire correspondia a 10 mil cruzeiros ou, por exemplo, oito salários mínimos para a cidade de São Paulo, em 2003, isso representou (considerando o salário mínimo base nacional de 240 reais / vigência a partir de 01/04/2003) cerca de 1.920,00 reais o alqueire. Porém, com esse cálculo deve-se levar em consideração, que em 1950 o valor do salário mínimo base não correspondia o mesmo valor para todo o território nacional, variando conforme a região, ou seja, em 1950 o salário em São Paulo era de 1.250 cruzeiros e no norte paranaense de 666,66 cruzeiros.
- b) Conversão do cruzeiro em dólar: Para 1950 um alqueire que correspondia a 10 mil cruzeiros, representava na época 534 dólares, sendo um dólar igual a 18,72 cruzeiros; contudo, se atualizarmos o dólar para a média de 3,00 reais em 2003, teremos para o valor de um alqueire em 2003 o valor de 1.602,00 reais²³⁵.
- c) Conversão do cruzeiro em reais: 10 mil cruzeiros transformados em reais no corrente ano de 2003 aplicando o índice IPC – SP (FIPE), representariam 1.945,34 reais, ou seja, valor necessário para a aquisição de um alqueire em 2003 levando em conta apenas a conversão da moeda²³⁶.

As três formas acima propostas para essa análise implicam em algumas considerações: verifica-se que os valores obtidos em reais (1.920,00), (1.602,00) e (1.945,34) respectivamente, correspondem em valores semelhantes para a aquisição de um alqueire. Vale ressaltar, que foram levadas em consideração para a análise, apenas e simplesmente a conversão da moeda.

Se considerarmos, porém, a valorização das terras no período de 1950 a 2003 teremos os seguintes valores para um alqueire, embora, para a mesma região é feita uma discriminação de acordo com o tipo de solo e a incorporação de tecnologia: terra roxa mecanizada, 27.830,00 reais; terra mista mecanizada, 20.570,00 reais e a terra arenosa mecanizada, 14.000,00 reais²³⁷. É necessário examinar ainda no período de 1950 (período de parâmetro de nossos valores), que o alqueire vendido

²³⁵ Os dados de conversão de cruzeiros (1950) para dólar (1950) e expectativa para 2003, foram fornecidos pela agência do Banco Central do Brasil (Brasília – DF), pelo telefone 0800 992345 em 03/04/2003.

²³⁶ A conversão do cruzeiro (1950) em reais é possível através dos índices IGP – DI (FGV) e do IPC – SP (FIPE), entre outros, porém, para a correção da moeda relacionado ao mercado de terras o mais utilizado é o IPC – SP (FIPE). Tais dados de conversão podem ser obtidos através do site www.bcb.org.br, acessar atendimento ao público, entrar em calculadora do cidadão e selecionar correção de valores, escolher o índice e aplicar os valores. Os valores mencionados correspondem a média regional e foram obtidos no Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento / Núcleo Regional de Maringá. Tal discriminação de valores não era realizada em 1950.

²³⁷ Os valores mencionados correspondem a média regional e foram obtidos no Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento / Núcleo Regional de Maringá. Tal discriminação de valores não era realizada em 1950.

diretamente pela CTNP, não apresentava a agregação de valor pelo incremento de tecnologia, por se tratar de terras virgens cobertas pela vegetação nativa.

Por não levar em consideração um rigor científico, mas sim, estabelecendo propostas de análise, podemos supor que através da variação calculada pela média dos valores obtidos em reais para 1950 e os em vigor em abril de 2003, houve uma valorização no mercado de terras para o alqueire de 1.141% ou à razão de 11,41 vezes, num período de 53 anos. Melhor dizendo, isso significa que para o ano de 2003 seriam necessários cerca de 87 salários mínimos, ou 6.933 dólares ou ainda uma média de 20.800,00 reais para a aquisição de um alqueire no norte paranaense, tomando como referência a área colonizada pela CMNP.

Poderíamos agora nos perguntar: qual a relevância desta análise? Ora, se obtivemos um valor x em reais para a aquisição de um alqueire em 1950 e um valor y em 2003 para o mesmo fim, sendo a relação de x para y correspondente a valores significativamente desiguais, implicamos pensar que na região especialmente colonizada pela CTNP e sua sucessora, ocorreram profundas alterações, tendo claro também o transcorrer de 53 anos, ou seja, numa relação de espaço e tempo.

Nesse período os parâmetros utilizados para a comercialização de terras se alteraram e diferentemente do período em que a CMNP gerenciava toda essa ação, sobretudo com a introdução da modernização da agricultura outros atributos foram adicionados para a classificação das terras no processo de comercialização. Ou seja, além de dividir a terra em três categorias conforme sua qualidade e condições em nutrientes, sendo terras roxa, mista e arenosa considera-se também a sua condição de mecanização, a saber: mecanizada; mecanizável; não mecanizável e inaproveitáveis²³⁸. Ainda em fins da década de 1990 outro fator foi acrescentado e tem contribuído no sentido de especular e valorizar mesmo as terras com maiores déficits em nutrientes como as arenosas – foi a implantação da cultura da soja.

Dessa forma, consideramos também que os valores obtidos nas propostas analisadas não correspondem aos valores pagos no mercado de terras por estarmos trabalhando com valores correspondentes a média e por esses valores serem aqueles estabelecidos pelo Governo como base para tributos (impostos). Sendo assim, no mercado imobiliário os valores de terra chegam aproximadamente ao dobro, pois incorpora a especulação. Também, através do trabalho de campo observou-se uma nova proposta para o cálculo do alqueire que corresponde

²³⁸ Maiores informações sobre essas terminologias acessar www.seab.pr.gov.br.

ao valor da saca de soja considerada no momento a moeda do campo. Conforme entrevista realizada com o corretor Sr. Flávio Teixeira da Cruz de Cianorte, que confirma tal fato:

“A soja tem sim influenciado, eu mesmo não cheguei a fechar nenhum negócio com a soja como pagamento, mais conheço vários amigos que vendeu e também comprou tudo com o pagamento em soja. (...) Acredito eu que varia ai nessa faixa de 1000 a 1200, 1300 sacas de soja por alqueire. A terra no valor de 35.000 reais o alqueire e a soja na faixa de 35 reais a saca, ele vai cair nessa faixa de 1200 a 1300 sacas. (...) Se eu estiver vendendo um lote para comprar um outro maior ou menor ou só pra trocar de localidade de região, é... eu combino com o cidadão o seguinte: eu vou ti dar tantos sacos de soja por alqueire no ano que vem, e mais tanto daqui um ano ou dois anos. (...) A comercialização dessa forma é uma segurança tanto para quem vende como para quem compra, porque a soja ele é dolarizado... ele é considerado o café do Brasil hoje, ele tomou a frente do café. Então conforme ele é cotado pelo dólar você não perde²³⁹.”

Outra informação bastante peculiar nesse tipo de negócio é revelada pela COCAMAR, pois a própria tem incentivado, sobretudo com o programa Arenito Nova fronteira o cultivo da soja. Em seu jornal de publicação mensal, numerosas são as reportagens com enfoque ao “soja como moeda do campo”, como exemplo, a de 1º de fevereiro de 2003 em sua página 4. Nesta o sojicultor Edvaldo Zotto que com sua família cultiva 95 alqueires nos afirma: “a soja é a moeda do campo. Antes se falava assim no boi. Agora, tudo o que se negocia é em saca de soja²⁴⁰.”

Para tanto, tem-se utilizado para comercialização de terras no mercado imobiliário o montante de mil a mil e duzentas sacas de soja por alqueire e isso significa um valor aproximado de 36 mil reais, ou 150 salários mínimos de 240 reais, considerando o valor da saca de soja (60 Kg) em torno de 36 reais. Tomando esse valor como o mais próximo do real e tomando o ano de 2003 como referência sem, no entanto, considerarmos as flutuações de valores no mesmo, teremos uma valorização ainda maior que os valores obtidos pelo cálculo da média impossibilitando o acesso a um maior número de pessoas. Ou seja, o valor de um alqueire equivaleria a uma razão de 19,75 vezes e/ou uma valorização de 1.975%.

Quando falamos em comercialização de terras em nossa região de pesquisa (o noroeste), esse cálculo pelo valor da saca de soja, parece nos dar nesse momento uma dimensão mais real ou ao menos mais próxima da realidade. Tal procedimento se tornou uma prática devido a soja

²³⁹ Entrevista gravada no dia 14/06/2003, com o Sr. Flávio Teixeira da Cruz, corretor e morador de Cianorte.

²⁴⁰ COCAMAR. Jornal de serviço. Ano XXV, nº 500, 1º de fevereiro de 2003. Maringá 2003.

ser cotada em dólar e dessa forma o agricultor pode armazená-la e aguardar o melhor momento para realizar seus negócios.

Alguns trechos de nossas entrevistas revelam essa valorização com a entrada da soja e outras culturas em Cianorte, assim como as diferenças no pagamento e as facilidades e dificuldades encontradas entre o período de colonização e o mais recente para a aquisição de uma propriedade rural.

No preço da terra começou a influir mais o plantio da soja da mandioca, etc²⁴¹.

Considerando a dificuldade que é hoje de possuir um lote, se torna cara porque não é qualquer um que pode ter. Não se tem mais as condições de possuir terra que nós tinha antigamente, no caso, se comprasse da companhia que você dava uma entrada e ela esperava você formar a lavoura e ou colher a lavoura para depois pagar, se passava aí até 3 anos pagando lote para companhia, hoje é diferente o máximo que você consegue é uma entrada e mais um ou dois pagamentos, ninguém vende mais com tantas parcelas e prazos. (...) É mais influência do soja, da produção e do consumo que é muito grande. O soja é um cereal muito aceito, ele dá muitos produtos. O soja chegou a partir de 1975 e é bastante forte sua produção hoje. Mesmo na nossa região do arenito que era considerada só para a pastagem, hoje com essa nova tecnologia que a COCAMAR implantou em Cianorte você encontra uma região muito produtiva. (...) Eu digo para você que 60% é influência do soja. O restante é das demais culturas como o milho²⁴².

A produção agropecuária cianortense caracteriza diferentes usos a que a terra está submetida, embora com o predomínio da pastagem. Estes usos, por sua vez, podem aparecer como uma maquiagem sobre a real função que a terra tem. Tal maquiagem, por exemplo, que se encontra no processo de concentração da posse da terra está na distribuição do solo pelas atividades agropecuárias. Os dados do Censo Agropecuário de 1995-6 demonstram que ao se comparar a realidade do campo entre 1960 e 1995-6, verificar-se-á que em termos gerais Cianorte cresceu em mais de 469% de seus hectares cultivados com pastagem nesse período e chegando atingir em 1995-6 um percentual de 75,90% da área rural ocupada em relação as demais atividades agrícolas. (Tabela 10).

Tem sido comum a adoção dessa forma de uso da terra para “esconder” a terra mercadoria como reserva de valor à espera da especulação imobiliária. Esta evidência torna-se maior e mais verdadeira quando acompanhado do elevado percentual de hectares dominado pela

²⁴¹ Entrevista gravada no dia 14/06/2003 com o Sr. Gedo Ribeiro, pioneiro de Cianorte.

²⁴² Entrevista gravada no dia 14/06/2003 com o Sr. Flávio Teixeira da Cruz, corretor e morador de Cianorte.

pastagem não se eleva o percentual de cabeça animal/ha e então mantendo a mesma média de 1,50 cabeça por hectare desde 1960. (Tabela 9)

Esse traço característico da realidade agrícola cianortense e base da concentração fundiária do município que de certo modo caracteriza o campo como dominado pela pecuária extensiva, extrativa e de baixa produção animal, não condiz com os elevados valores de comercialização das terras. Sendo assim, a produção extraída da terra não compensa tal utilização e não potencializa a manutenção de terras semi-utilizáveis, senão pela especulação.

Outros fatores que possibilitam a especulação são as condições de infraestrutura oferecidas por Cianorte que se encontra envolta por outras cidades pólos próximas entre si por cerca de 80 a 100 quilômetros e que, portanto, está servida por centros de fornecimento de insumos e assistência técnica, malha viária, energia elétrica e estrutura para a captação das safras.

As condições reunidas por Cianorte possibilitam uma articulação de mercados e serviços pré-estabelecidos em seu plano colonizador e desenvolvidas ou aprimoradas ao longo dos seus 50 anos de história. Com uma localização geográfica privilegiada, com condições de terra agrícola diversificada, embora com maioria de solos menos favorecidos - no caso das terras arenosas (ver tabela 18) -, Cianorte manteve a valorização dessas terras mesmo com uso do solo por pastagens empobrecidas, inclusive com valores superiores daquelas em tais condições no município de Umuarama e que se originou em um mesmo processo histórico de colonização²⁴³.

TABELA 18. CONDIÇÃO DAS TERRAS AGRÍCOLAS EM CIANORTE

Condição	Área (ha)	Porcentual %
Terra Roxa	24.763	35
Terra Mista	14.150	20
Terra Arenosa	31.838	45
Total	70.751	100

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – DERAL/DEB, Núcleo Regional de Umuarama. Organização Telma Bataliotti.

No município de Cianorte do total de hectares das terras agrícolas (70.751), 45% são de terras arenosas. Esta quantidade de terras pouco exploradas economicamente, ou melhor, que mantêm baixos retornos econômicos começaram a despertar o interesse principalmente do

²⁴³ Por exemplo, a média do valor da terra agrícola para um hectare de característica arenosa em Cianorte no período entre 1997 a 2003 é de R\$ 2.601,13 e para Umuarama é de R\$ 2.458,70. Para o ano de 2003 o valor do hectare da terra arenosa foi de R\$ 6.170,00 para Cianorte e de R\$ 5.950,99 para Umuarama. Secretaria de Estado da Agricultura – DERAL/DEB, Núcleo Regional de Umuarama.

setor imobiliário, visto a potencialidade de produção anunciada pela COCAMAR e o seu interesse para que se tornassem produtivas.

Cianorte desenvolveu ao longo de sua história uma valorização para as suas terras que ao mesmo tempo em que independe das qualidades de seu solo, no sentido de que todas possuem valores adicionados ano a ano, estas também são mais valorizadas conforme suas condições de produção. Dessa maneira, podemos entender essa valorização de duas formas: uma é a chamada valorização através da terra/negócio e que ocorre por meio da especulação no mercado de terra. Chama-se de terra/negócio porque não necessariamente a terra produz, mas fica aguardando valorização no mercado imobiliário. A outra é onde “o valor de uso é a condição prévia do valor comercial”²⁴⁴ e que reside nos produtos dela obtido, ou seja, a conquista da renda da terra ocorre pela exploração ou pelo cultivo. Nesse caso para implementar a agricultura moderna é necessário capital financeiro que quando não é disponível pelo proprietário ou não o interessa o investimento, sua terra se destina ao primeiro caso – o da especulação, contrariando a valorização pela produção dela obtida e de se pagar mais no mercado imobiliário para a terra que melhor produz.

No entanto, no início desse século pode-se acompanhar em Cianorte uma valorização mais notória das terras arenosas pelo incremento de tecnologia destinada ao avanço da fronteira do cultivo de soja, acrescendo a valorização que já havia pela especulação. Cianorte cresceu às suas terras a “renda fundiária” como diferencial através da implantação de tecnologia e assim demonstrando que é compensatório explorar um solo de qualidade inferior, pois, com uma cultura altamente valorizada e com demanda crescente no mercado, impõe-se o cultivo de novas áreas e conseqüentemente a valorização destas. “(...) por isso mesmo as diferenças de fertilidade entre as diversas zonas cultivadas aumentam no curso da evolução econômica e, por conseguinte aumenta a renda fundiária”²⁴⁵.

Não são apenas as diferenças de fertilidade dos terrenos que constituem a renda fundiária, mas ainda as diferenças de situação, a distância do mercado. Quanto mais a população de um centro aumenta e faz aumentar, do mesmo passo, a procura de gêneros no mercado, tanto maiores serão as distâncias em que estes poderão ser encontrados. Mas os terrenos mais distantes só são lavrados para o mercado no momento em que os preços dos gêneros sobem a tal ponto que cobrem, além das despesas de produção, as despesas de

²⁴⁴ KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de C. IPEROIG. 3ª Edição. Proposta Editorial. 1980. p. 78.

²⁴⁵ Id. Ibid. p. 89.

transporte, dando lucro médio de capital. Disso resulta uma renda fundiária para os terrenos mais próximos do mercado²⁴⁶.

Tomando como referência a citação acima de Karl Kautsky e analisando-a no contexto mais recente, constatamos que a expansão da soja para o arenito é revelada pela necessidade de aumentar a fronteira agrícola com mais terras para serem cultivadas além das de terra roxa. Reunindo Cianorte as condições de centralidade e infraestrutura associada à tecnologia desenvolvida para a produção de grãos no arenito, o município se tornou um lugar ainda mais favorável para se especular com a renda fundiária.

A renda (e em conseqüência o valor da terra), para não falar senão da agricultura propriamente dita, desenvolve-se à medida que se desenvolve o mercado para os produtos do solo e que em conseqüência aumenta a população não-agrícola que reclama e procura seja alimentos, seja matérias-primas²⁴⁷.

A expansão da soja para o arenito decorre justamente da necessidade de ampliar a produção mediante a necessidade da demanda. Mas não é só, alguns outros fatores têm contribuído para a inserção, no caso, das terras arenosas de Cianorte nesse negócio mercadológico, dentre os quais o aspecto de infraestrutura já apontado, a proximidade com a COCAMAR (Cooperativa que realiza a captação das safras) e um sistema viário relativa que leva ao porto de Paranaguá – receptor da produção para a exportação. Outros fatores também como os bons preços pagos ao produto e a variedade de derivados ou sub-produtos oriundos desta matéria-prima elevaram as possibilidades de comercialização. Ainda com o esgotamento de terras roxas para o cultivo tornou-se necessário o desenvolvimento de tecnologia para a produção em terras com maiores déficits nutricionais. Sendo assim, mesmo as terras roxas produzindo no máximo de suas condições elas ainda não satisfazem a demanda, ao contrário, se elas suprissem a necessidade do mercado não haveria o porquê de terras arenosas serem incorporadas.

As diferenças das condições de solo regulam os valores de terra no mercado, geram especulação e determinam os valores da produção, pois, se acaso todas as terras mantivessem as mesmas características, estas poderiam produzir igualmente empregando os mesmos meios de produção. Dessa forma todos os produtores produziram em mesmas condições e quantidades proporcionais ao tamanho da propriedade e certamente ocasionariam a superprodução e conseqüentemente a redução de preços e renda. Também se a produção dos melhores solos fosse suficiente e não fosse preciso a complementação com a produção dos solos inferiores, este deixaria de ser regulador. Sendo assim, “o preço da produção do pior

²⁴⁶ Id. Ibid. p. 91.

²⁴⁷ MARX, K. *O capital*. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1969. p. 361.

terreno, não-produtor de renda, é sempre o preço regulador do mercado. (Somente quando os terrenos melhores produzem para além das necessidades é que o preço de produção do pior terreno deixa de ser regulador)”²⁴⁸. A valorização crescente dos preços das terras agrícolas está diretamente ligada a expansão da soja.

A demanda pelo consumo de soja na Ásia e pela produção biodiesel estão impulsionando a produção de grãos. Os produtores que já estão capitalizados investem na aquisição de terras e há uma pressão dos preços. (...) Além de elevar os preços, essa procura por espaço para novas lavouras de soja tem mudado a geografia rural (...). Áreas tradicionalmente de pastagem, têm se convertido em áreas de plantio de soja²⁴⁹.

Como a “onda” de influência nos preços de terra tem sido a soja, redimensionamos ainda nossos esforços para verificar a valorização das terras no caso cianortense nos últimos sete anos (1997/2003), uma vez que o cultivo desta cultura tem adicionado maior valorização desde os murmúrios de sua introdução no arenito em 1997, como temos visto neste capítulo. (Tabela 19)²⁵⁰. “A soja foi um salto que deu no preço das terras justamente nas que tinham pastagem, foi um aumento enorme que teve e espero que isso aí permaneça”²⁵¹. “Esse é um dos pontos positivos na nossa região. No arenito se fala em até 20 mil reais o alqueire o que antes não passava de 12 mil”²⁵².

TABELA 19. VALOR DA TERRA AGRÍCOLA (R\$/ha) E PORCENTAGEM DE VALORIZAÇÃO DO PERÍODO (1997/2003) EM CIANORTE

Anos	Terra Roxa	Terra Mista	Terra Arenosa
1997	2.725,04	1.835,00	1.515,00
1998	3.405,05	1.975,00	1.605,00
1999	3.680,01	2.200,00	1.619,99
2000	3.920,01	2.450,98	1.777,99
2001	4.830,02	3.164,98	2.659,99
2002	6.560,00	4.079,99	2.860,00
2003	12.388,01	7.485,02	6.170,00
% de valorização	345,59	307,90	307,26

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – DERAL/DEB, Núcleo Regional de Umuarama. Organização Telma Bataliotti.

²⁴⁸ Id. Ibid. p. 374.

²⁴⁹ CARDOSO, C. Corrida à soja infla preço da terra agrícola: Expansão do cultivo do grão eleva valor dos terrenos em até 400% e muda a geografia rural do país. In: *FOLHA DE S. PAULO*. Agrofolha. B12. Terça-feira, 20 de maio de 2003.

²⁵⁰ Os dados apontados na tabela 19 embora demonstrem valorização, eles não condizem com os comercializados no setor imobiliário. Os dados apresentados nesta tabela são oficiais e servem de base para a cobrança de impostos pelo Estado. Vale lembrar que para ambos os casos esses valores podem ser mantidos ou reajustados ano a ano.

²⁵¹ Entrevista gravada no dia 20/10/2003 com o Sr. Eugênio Carraro. Agropecuarista e proprietário de uma concessionária.

²⁵² Entrevista gravada no dia 21/10/2003 com o Sr. Antonio Rodrigues Bueno. Agropecuarista e empresário (indústria e comércio).

Podemos perceber que ao longo do período de 1997/2003 a porcentagem de valorização das terras agricultáveis de Cianorte ocorreu de forma bastante próxima, tendo a terra roxa valorizado apenas 38,36% a mais que a arenosa. Contudo, se considerarmos a valorização ocorrida entre os anos de 2002 e 2003 teremos 88,84% para a terra roxa; 83,45% para a terra mista e 115,73% para a terra arenosa. Neste caso a valorização da terra arenosa em relação a terra roxa foi superior, chegando a 26,89%.

O que nos mostra a tabela 19, são valores para efeito de tributação das terras agrícolas pelo Estado, contudo, se considerarmos os valores de terra no sentido de comercialização imobiliária, visto também que considerando nossas entrevistas realizadas junto aos proprietários rurais, tais terras demonstradas na tabela apresentam uma valorização ainda maior no setor imobiliário onde, por exemplo, o hectare da terra arenosa é comercializado por R\$ 10.416,66; o de terra mista R\$ 11.666,66 e o de terra roxa R\$ 14.583,33²⁵³.

É fato que as terras cianortenses têm valorizado e em especial as arenosas. Esse fato é acompanhado de uma situação que tem se tornado muito comum como vimos em nosso trabalho de campo, ou seja, a de arrendamento. Os proprietários de terras, tanto das maiores quanto das menores propriedades e, sobretudo, daquelas que estavam sendo precariamente exploradas com a pastagem e apresentando baixo retorno econômico, começaram a destinar suas propriedades para o cultivo da soja através do arrendamento. Dessa forma, mesmo com explorações de solo diferentes têm se mantido algumas características semelhantes de dinâmica agrícola entre a utilização do solo por culturas mecanizadas em relação com a pastagem, ou seja, de baixa oferta de postos de trabalho – mas com a necessidade de maior especialização -, de concentração da estrutura fundiária para ambas as formas e somando-se ainda a concentração da renda, mas alterando-se a paisagem rural.

Verificamos também em nosso trabalho de campo que os proprietários de propriedades menores e próximas umas das outras estão juntando-as, pois, com áreas maiores atraem os arrendatários que habitualmente são também os proprietários dos bens de produção e já conhecem e estão habituados a trabalhar com as culturas de grãos – estas que requerem grandes extensões de área para serem cultivadas.

O arrendamento tem proporcionado ao proprietário agrícola uma satisfação gerada pela renda da terra.

²⁵³ Valores disponibilizados no dia 22/01/2004 pela Imobiliária Brugin S/C Ltda, situada na R. Guararapes, 509, Centro. Cianorte/PR.

Na prática toma naturalmente forma de renda da terra tudo o que o arrendatário paga ao proprietário sob forma de aluguel, em troca da autorização de cultivar a terra. (...) É precisamente na renda da terra que se manifesta claramente que o montante da renda não é determinado pela intervenção de seu beneficiário, mas pela evolução, inteiramente independente dela, do trabalho social, do qual não participa²⁵⁴.

Com o arrendamento o proprietário rural passa ao arrendatário o ônus dos encargos trabalhistas, entre outros, atividades que necessitam seu acompanhamento, além de ter maior flexibilidade e liberdade para buscar em especial na zona urbana outras atividades geradoras de renda e que se somam à renda da terra. Como veremos no próximo item.

Contudo, o arrendamento de propriedades rurais também tem sido uma alternativa ainda estudada por seus proprietários em Cianorte que aos poucos vão transferido-as à agricultura moderna.

(...) para o agricultor decidir-se a uma transferência não basta, como foi dito, que seja maior a vantagem econômica da técnica moderna sobre a tradicional. É preciso que essa diferença seja suficientemente alta para dar a ele o estímulo necessário para romper as barreiras que o mantêm com o tradicionalismo e enfrentar as dificuldades que acompanham essa transferência²⁵⁵.

Alguns dos proprietários rurais entrevistados, mesmo reconhecendo as vantagens remuneradoras do cultivo da soja, ainda não se sentem seguros para mudarem as suas formas uso do solo por três razões principais identificadas. Alguns acreditam ser a soja uma “onda” passageira, outros revelam que o arrendamento nem sempre é uma alternativa segura e outros preferem ainda especular.

O arrendamento está sujeito certamente a numerosas possibilidades, positivas como negativas. Contudo, por haver cada vez mais a aderência de novos proprietários rurais optando por essa forma de exploração do solo, leva-nos a concluir que esta tem sido uma possibilidade muito mais positiva também considerando a tecnologia de plantio desenvolvida para essa região do arenito e que tem revigorado o solo e gerado renda.

Um exemplo de bom desempenho da soja na região se encontra em uma propriedade rural entre os municípios de Araruna e Cianorte de 490 alqueires de um tradicional pecuarista, o Sr. José Pereira Granja que a arrendou. A fazenda foi toda transformada. Tinha barrancos enormes e em algumas estradas, mal passava um carro. Depois de 30 anos de pastagem, o solo estava degradado, com erosões, e em alguns

²⁵⁴ MARX. (1961). op. cit. p. 358 e 361.

²⁵⁵ PAIVA, R. M. *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura*. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 1. Dezembro de 1971. p. 174.

lugares a quizaça cobria o trator. O arrendamento não só dobrou o valor da terra, mas valorizou todas as áreas vizinhas onde há pasto²⁵⁶.

A própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sediada em Cianorte até o ano de 2000, pretendeu acrescentar, para além dos já 3 mil alqueires cultivados na região noroeste, mais 800 alqueires ao programa de integração pecuária/agricultura, situados na Fazenda Água do Índio, município de Cianorte, inteiramente em solos do arenito. Por essa iniciativa é realizada a reforma de pastagens degradadas através da agricultura de grãos²⁵⁷.

As perspectivas geradas em torno da integração da agricultura com a pecuária têm revelado uma nova dinâmica, sobretudo sócio-econômica e espacial para Cianorte e sua região. A paisagem rural antes adormecida começa a despertar para uma vitalidade de negócios e para um potencial desenvolvimento.

Ao longo dos 50 anos com que se encontra Cianorte, suas terras agrícolas foram sendo agregadas de valor desde e a partir do projeto colonizador empreendido pela CMNP no período de expansão da fronteira agrícola. Após esse momento, com a desarticulação da economia cafeeira passou a revelar uma valorização de sentido especulativo no mercado imobiliário, marcado pela concentração da posse da terra e a sua baixa exploração econômica. E recentemente essa valorização se acentuou ainda mais com a implantação das culturas de soja/milho principalmente, concentrando também a renda. A(s) razão(ões) que levaram a essa especulação e valorização podem ser também entendidas no item que segue.

4.3. Pés na terra e cabeça na cidade

Curiosamente em Cianorte nos chama a atenção o fato das terras agrícolas estarem constantemente apresentado valorização, mesmo com solos em condição arenosa e precariamente explorados. Essa realidade trouxe-nos a possibilidade de constatar através de nossas investigações no campo as razões de tal circunstância.

Compreender o porquê das terras agrícolas cianortenses apresentarem valorização mesmo sendo estas em maior parte de condição arenosa pouco exploradas com pastagens degradadas, nos levou a pensar que a explicação não se encontra apenas em fatores que aqui estarão melhor exemplificados como de colonização, localização geográfica e condições de

²⁵⁶ Informativo COCAMAR 2^a Quinzena de setembro de 2002. Noroeste: Arrendamento valorizou fazenda e áreas vizinhas. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.

²⁵⁷ Informativo COCAMAR 1^a Quinzena de abril de 2000. Soja: Companhia vai ampliar reforma de pastos no arenito. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.

infraestrutura, mas em algo que se encontra além disso e que caracteriza um dado a mais em relação a outras localidades com características históricas semelhantes de sua região noroeste, ou seja a não dependência da renda da terra.

Historicamente o município que foi colonizado com uma estrutura fundiária de pequenas propriedades destinadas à lavoura cafeeira, por diversos fatores nesse processo fez com que o café deixasse de ser viável ao produtor. “A partir de geadas constantes e o valor de mercado em queda para o café, a própria fertilidade do solo foi decaindo e o custo para a produção do café aumentou, o produtor optou pela pastagem pelo risco menor que ela representa e que então foi assumindo as áreas do café”²⁵⁸.

Com o desestímulo causado em torno da cultura cafeeira e a forte dependência dos proprietários rurais na renda gerada por esse grão, muitos foram os danos e também desastrosos para a grande parte da população que encontrava na terra cotidianamente a sua sobrevivência. A descapitalização mais generalizada na categoria dos pequenos produtores os levou a desfazer de seus estabelecimentos. Com isso, o cenário na agricultura transformou-se radicalmente na erradicação de milhares de cafeeiros e configurou uma situação definitivamente comprometedor para permanência do homem no campo.

Diante dessa situação, os produtores e também proprietários rurais sem saber o que cultivar no lugar do café e descapitalizados, mas que não se dispuseram de seus lotes encontraram na pastagem a alternativa para a ocupação do solo. Na medida em que foi ocorrendo essa alteração na forma pela qual passou a ser utilizado o solo e que não foi acompanhado de uma exploração econômica como até então se mantinha com a lavoura cafeeira, foi se estabelecendo outra situação que passou a caracterizar a paisagem rural, ou seja, a de concentração da estrutura fundiária associada à redução da renda da terra.

Os produtores rurais que permaneceram no campo procuraram investir na aquisição de terras do que propriamente na utilização e exploração destas. Com isso, a concentração da posse aumentou fortemente ampliando a situação - neste trabalho já apontada - de pastagens degradadas e de baixíssimo retorno econômico. Fato importante é que essas terras se tornaram meio de especulação por produtores que não necessariamente dependam da renda por ela gerada.

²⁵⁸ Entrevista gravada no dia 18/09/2003 com o Sr. Fabio Borges Camargo. Economista do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura de Cianorte.

Queremos apontar com isso que tais proprietários rurais possuem como fonte de renda mantenedora outras atividades ligadas ao setor urbano, são empresários, comerciantes, profissionais liberais, funcionários de órgãos públicos, revelados em nossas entrevistas, entre outros. Por isso, esse item foi intitulado de “Pés na terra e cabeça na cidade”. Vejamos os seguintes relatos:

A pecuária a princípio é porque a gente não é bem um agricultor a gente é um proprietário de imóvel e a pecuária exige menos dedicação, menos presença física do proprietário e por isso partimos para a pecuária. Isso porque a gente quer conciliar o trabalho da gente e ter uma exploração agrícola²⁵⁹.

Também uma boa parte dos produtores eles tem outras atividades além da própria atividade rural e eles sobrevivem no caso com essa outra e até mesmo por conta disso, eles permaneçam com a pecuária, pois eles não dependem disso pra viver. (...) O que a gente observa os valores de terra está em função da própria estrutura que a região oferece, infra-estrutura de rodovias, ferrovias portos e até mesmo o que se oferece para as pessoas em termos de saúde, então tudo isso influi nos valores de terra, tornando uma questão muito complexa. Enfim, uma boa parte das pessoas aplicam em terra até por uma segurança de ter um valor ali fixo que ele possa usar no caso de uma mudança muito drástica da política econômica. Ter a terra é ter um valor econômico aplicado²⁶⁰.

O fato de especular a terra agrícola por não depender dela economicamente agrava a situação do trabalhador rural que se encontra nesse caso sem perspectiva de trabalho. Nos casos que identificamos, a presença de um caseiro é suficiente, pois, não há muito que fazer em uma área mesmo grande com pastagem degradada e poucas cabeças de gado.

Um exemplo de escassa utilização de mão-de-obra foi relatado por um de nossos entrevistados que possui uma propriedade de 35 alqueires com pecuária. Ele diz: “Eu mantenho uma família, mas quem trabalha é só o chefe da família que faz o serviço e é assalariado. É muito diferente de quando tinha café. Nessa mesma propriedade quando era café eu cheguei a ter 8 famílias com 52 pessoas e hoje são 3 pessoas, o campeiro, a mulher e um filho”²⁶¹.

Quando o campo passa a sediar a lavoura da soja associada ao milho por meio de arrendamento e com alto grau de mecanização, a presença fixa de mão-de-obra na lavoura se torna quase nula, para não se dizer inexistente. Aqui também foram inibidas novas

²⁵⁹ Entrevista gravada no dia 16/10/2003 com o Sr. Antonio Maioli. Funcionário público federal como agente de estatística do IBGE em Cianorte e agropecuarista.

²⁶⁰ Idem. (Entrevista com Fabio Borges Camargo).

²⁶¹ Idem. (Entrevista com Antonio Maioli).

oportunidades de emprego. Contudo, a inserção da lavoura de soja na região também denota importância na geração de novos empregos, mas não necessariamente àqueles ligados ao campo e como mão-de-obra fixa, ou seja, as ofertas de emprego surgem mais com características temporárias e predominantemente no setor de prestação de serviços (concertos de maquinários agrícolas e transportes) nos períodos de colheita de safras.

O município de Cianorte ressentiu-se muito com o desprestígio que atingiu a cafeicultura a partir da década de 1970, pois, sua economia se ligava intensamente a essa atividade. Cianorte possuía ainda um parque industrial limitado deixando o desenvolvimento econômico do município comprometido. Contudo, a partir de meados da década de 1980 o município foi se encaminhando para um desenvolvimento do setor urbano-industrial na geração de emprego e renda, em especial liderada pela indústria de confecção²⁶². “Com certeza, a indústria de confecção absorveu grande parte do êxodo rural. A confecção foi o principal meio de absorção dessa mão-de-obra”²⁶³.

Até o ano de 1993 havia em Cianorte no ramo de confecções 126 indústrias, mas até o ano de 2003 foram cadastradas pela Prefeitura Municipal mais 224 indústrias somando um total de 350 em situação formal. O crescimento nesses dez anos foi de 177% no número total de novas empresas neste ramo que direta ou indiretamente estão empregando em torno de 10 mil pessoas²⁶⁴.

Fazendo parte da dinâmica econômica de Cianorte incluem-se outros ramos e setores empresariais como:

(...) uma indústria alimentícia muito forte, principalmente a indústria que é ligada a mandioca, temos também destaque para o abate de frango, a indústria de doces e condimentos. A construção civil é também como setor econômico muito forte, espalhadas por toda a cidade estão às construções. O número de projetos que são aprovados

²⁶² “A indústria de confecção começou em Cianorte em meados da década de 1970. Cianorte era uma cidade eminentemente rural com grande produção de café, na época em grande parte incentivada pela CMNP. (...) Começou assim mais de forma artesanal. Porém, na medida que as pessoas começaram a sair da área rural e buscar alternativas na área urbana é que essa alternativa começou a se desenvolver. Veio de forma acanhada até a década de 1980, quando a indústria da confecção teve um impulso mais forte, sobretudo, com a EXPOVEST no ano de 1989. (...) Atualmente nós temos aproximadamente um parque industrial com 350 indústrias de confecção. Mas por trabalhos que nós temos realizado aqui na prefeitura considerando também as indústrias informais esse número se aproxima de 500 a 550, sendo na maioria de fábricas e ainda as denominadas de fábricas de ‘fundo de quintal’ que se proliferaram muito principalmente nos bairros onde se concentra a mão-de-obra como os Seis Conjuntos, Zona 07 e Vila Operária. (...) A grande movimentação econômica do município é no setor urbano com as atividades industriais”. Entrevista gravada no dia 16/10/2003 com o Sr. Erico Bruno Cirilo. Secretário Municipal da Indústria e Comércio de Cianorte

²⁶³ Idem. (Entrevista com Erico Bruno Cirilo).

²⁶⁴ Dados disponibilizados pela Secretaria de Indústria e Comércio do município de Cianorte em outubro de 2003.

no departamento de engenharia da prefeitura hoje é espantoso. Outra indústria forte de Cianorte e até recente é a de embalagens plásticas. (...) A indústria moveleira também é significativa para a economia do município. Cianorte, assim, possui um campo industrial bastante diversificado²⁶⁵.

Por cerca de vinte anos (1970/1990) Cianorte se encontrou sem perspectivas com as atividades na agricultura o que a levou a diversificação no setor urbano-industrial. Essa diversificação foi se implantando através de incentivos municipais, interesses políticos-econômicos e pelas necessidades da população por emprego e renda.

À medida que as expectativas na zona urbana aumentavam, os proprietários rurais buscaram na cidade a renda que no campo não mais se obtinha, seja diversificando suas atividades com o setor empresarial, transferência residencial ou ainda para se tornarem empregados urbanos. Essa diversificação foi à alternativa encontrada para driblar e passar os momentos econômicos mais difíceis.

Não dependente unicamente de um setor, a resistência nos períodos de crise é proporcionada por uma das atividades que acaba por compensar a outra. Como a agropecuária possibilita um giro financeiro mais demorado e geralmente não mais que duas vezes no ano, a opção também pelas atividades urbanas se mostrou em um capital mais imediato e constante. No entanto, conforme nossas entrevistas um desses setores se tornou preferencial entre os entrevistados por justamente garantir o maior montante financeiro como podemos acompanhar no relato abaixo:

O comércio sempre foi mais satisfatório que a agricultura e a pecuária. O comércio é o lugar que você faz negócio todo dia e na agropecuária é semestral ou anual e se não for bem naquele ano você perdeu o ano, enquanto no comércio e na indústria você pode ir bem o ano todo, todo dia você está vendo resultado. Eu acho ainda que as terras, a agricultura e a pecuária seriam mais uma segurança um investimento²⁶⁶.

Essa segurança como sendo um investimento a qual se refere o entrevistado é que caracteriza o seu vínculo com a terra, mas não necessariamente a sua dependência financeira dela. Proprietário rural e dependente econômico urbano, também é morador da cidade de onde administra as duas situações. Embora, não há como generalizar este caso como sendo regra para o que acontece com todos os outros, são casos como este e tantos mais que assumem a

²⁶⁵ Idem. (Entrevista com Erico Bruno Cirilo).

²⁶⁶ Entrevista gravada no dia 21/10/2003 com o Sr. Antônio Rodrigues Bueno. Empresário (indústria e comércio) do ramo de móveis para lojas e escritórios. Agropecuarista.

concentração fundiária, o desemprego na agricultura e a especulação dessas terras no município de Cianorte e sendo assim, não geram emprego e renda no campo.

A não dependência do campo, em especial por manterem pastagens degradadas e que não comportam mais que 1,50 cabeça/animal por hectare não compensa em termos de renda para o médio e grande proprietário rural,

(...) porque se for analisar o valor da terra hoje e o custo de produção mesmo que mínimo em manutenção, dificilmente vai ser remunerador. A única coisa é que ele vai manter o capital dele, o capital de terra dele continua, mas a princípio ele não está tendo retorno financeiro do capital que ele tem em tais condições de pastagem²⁶⁷.

Essa situação comumente encontrada em Cianorte ocorre porque em se tratando da categoria de proprietários rurais, com exceções, são os pequenos e dependentes de sua agricultura (a de subsistência e horti-fruti) ou pecuária (a leiteira) que continuam residindo no campo com suas famílias, sendo muitas delas com a ausência de alguns membros como os filhos que na cidade encontram o estudo e o trabalho. Quanto aos maiores proprietários estes se deixaram mais ocupar e se preocupar com o que há para ser feito na zona urbana. Assim, para ambos possuir a terra significa possuir um capital, porém, para os menores dela prove a maior fonte de renda.

Na medida em que no município de Cianorte na zona rural foi se estabelecendo uma uniformidade da paisagem marcada pelo predomínio das pastagens, na zona urbana em contrapartida se processou um dinamismo destacado pelo comércio e pela indústria, em especial por aquela (a de confecção) que concedeu para a cidade o marketing de cidade “capital do vestuário”.

Depois de duas décadas de estagnação no campo e pouco desenvolvimento urbano, a década de 1990 simbolizou o desenvolvimento urbano, assim como parece ser essa primeira década deste século para o campo. Embora, as expectativas para a agricultura cianortense sejam boas nos próximos anos com a importância que a soja vem assumido, revela-nos também que diferentemente do período de colonização em que predominava a cultura da cafeeira, “o campo não é mais o lugar de moradia dos trabalhadores rurais”.

O campo não absorve mais as pessoas com a necessidade de sua permanência constante, ou seja, pela fixação de moradia nesse tempo da intensa tecnificação do mesmo. Em particular, em Cianorte o proprietário rural não tem como manter em sua propriedade um contingente de

²⁶⁷ Entrevista gravada no dia 18/09/2003 com o Sr. Fabio Borges Camargo. Economista do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura de Cianorte.

peças que lhe atribuam encargos sociais se há pouco ou nenhum trabalho para ser realizado. Mesmo naquelas propriedades que estão produzindo ainda em sistema tradicional como também nas destinadas as culturas mecanizadas, o mais usual tem sido a contratação temporária da mão-de-obra, os chamados “bóias-frias”. Estes (patrão e empregado) se encontram residindo na cidade.

Outra situação e de certa forma semelhante, é o que vem ocorrendo com o setor industrial. Na medida em que a indústria procura ao mesmo tempo gerar renda e reduzir as despesas, ela procura de duas formas principais ser mais lucrativa: Uma é pela incrementação de tecnologia que inibe a contratação de novos trabalhadores e ainda reduz muitos postos de trabalho dependentes da mão-de-obra. Melhor dizendo, a substitui conforme vai implantando um maquinário mais moderno. Outra é a transferência de encargos sociais através da terceirização de alguns setores produtivos e também no caso das indústrias de confecção de Cianorte o que ocorre é o repasse de serviços de costura e bordado para os faccionistas²⁶⁸.

Dessa forma, com a modernização seja do campo como a de alguns setores urbanos, tem causado cada vez menos a dependência da massa trabalhadora – homens e mulheres – ao mesmo tempo em que também cria a necessidade de pessoal mais especializado para ocupar determinadas funções. O trabalhador rural quanto o urbano, seja mão-de-obra especializada ou não se encontram distribuídos no perímetro urbano e a dicotomia entre campo e cidade encontra-se no olhar sobre a paisagem, mas ambas administradas pelo olhar urbano.

Esse modelo de desenvolvimento tem colocado o comando das atividades do campo não dependentes mais do homem do campo, mas do homem urbano. As diretrizes estabelecidas para a utilização das terras agricultáveis se dão em função da necessidade do mercado, preços e a viabilidade da produção.

Ainda, no caso cianortense, o perfil conservador dos proprietários rurais fez com os mesmos investissem na aquisição de terras, como sendo maior vantagem especulá-la do que produzir nela e somente no início deste século é que voltaram a pensar na situação inversa, por estar sendo a cultura da soja mais rendosa. O que ocorre é a concentração da renda vinculada ao já existente monopólio dos meios de produção, neste caso materializado na concentração fundiária das terras agrícolas cianortenses.

²⁶⁸ Pessoas ou grupo de pessoas que normalmente trabalham na informalidade e com seus próprios recursos como terceirizadores de atividades industriais.

Dada a persistência de permanecer com a pastagem degradada por um período longo de cerca de 20 anos (desde a desestruturação do período favorável da cultura cafeeira), configurou em Cianorte um padrão de distribuição da terra e da renda gerada pela especulação altamente concentrado, mantido no início deste século pelo cultivo da soja, mas somando-se agora a renda também pela exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise precedente vem nos mostrar que desde a fase inicial de colonização empreendida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, as transformações sócio-espaciais da paisagem foram muitas e impactantes. A forma como foi desenvolvida a colonização empresarial privada pela CMNP vislumbrou o desenvolvimento e o progresso de toda uma região, porém, sem considerar a floresta e os precedentes históricos de populações anteriormente instaladas nessa região, em particular das populações indígenas.

A presença de uma frente de expansão de forma muito semelhante com o que ocorrera no processo de expansão da colonização brasileira, ela foi negada e por vezes dizimada com a finalidade clara de não problematizar os planos colonizadores. No entanto, a historiografia referente à colonização empresarial realizada pela CMNP em sua maior parte (com exceções), parece ter deixado passar despercebido essa fatalidade com tais populações, mas que não nos cabe aqui julgar o por quê? Criou-se assim, uma imagem ideológica passada para as novas gerações que tais terras estavam desabitadas e prontas para serem ocupadas. Sendo assim, apenas não foi aceito neste trabalho a continuidade dessa “verdade” que nos deixa dúvidas e que por mais uma vez permanecesse adormecida parte da história dessa região, não divulgada por interesses da frente pioneira empreendida pela CMNP.

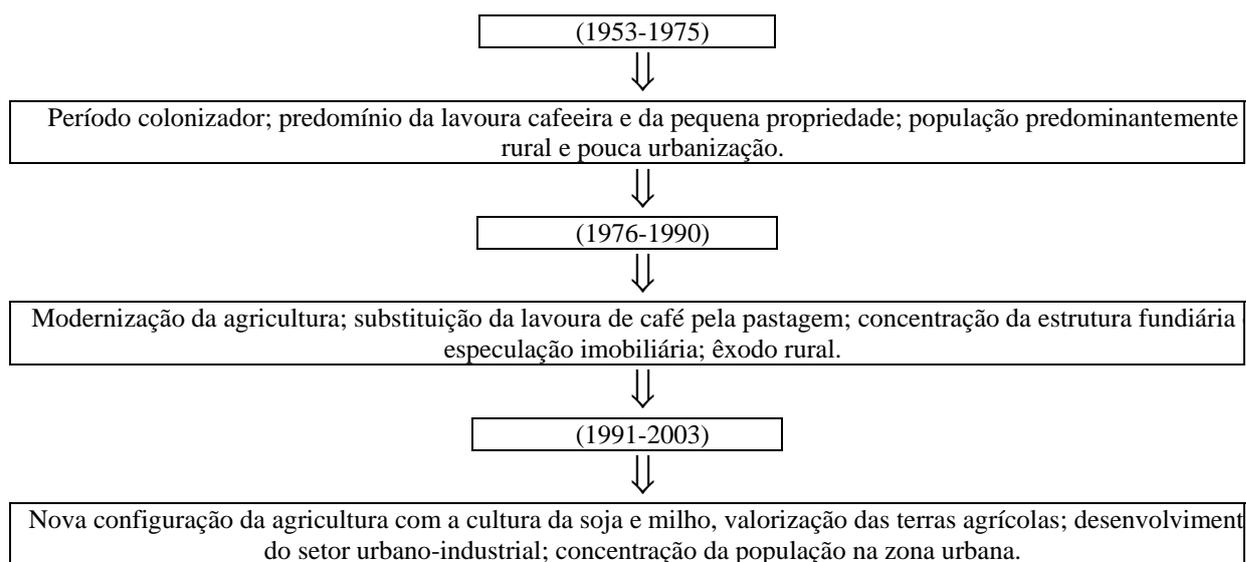
O que essa empresa colonizadora objetivou nas áreas por ela colonizadas, foi muito além do espírito desbravador e da busca de desenvolver essa região cedida pelo governo do Estado a valores simbólicos. A “alma do negócio” concentrava-se em obter vantajosos lucros com a comercialização de terras por ela cuidadosamente divididas e no seu tempo certo disponibilizados para a comercialização. No compreendido eixo que se origina em Londrina e se conclui em Umuarama, no sentido noroeste paranaense, é que foi desenvolvido o planejado projeto colonizador e que fundou o município de Cianorte no ano de 1953.

O estudo proposto no tema deste trabalho, portanto, possui merecida importância porque se buscou demonstrar no decorrer do processo de ocupação e conseqüente colonização, as transformações ocorridas no contexto tempo/espço, sendo algumas impactantes e de repercussão preocupante e que foram sendo configuradas na composição da estrutura regional e local. Por toda a área em que atuou a CMNP esteve presente a característica de um sistema mercadológico marcadamente capitalista, que além de minimizar uma população antecedente também “varreu” a floresta para alojar a cafeicultura, atendendo assim, as suas estratégias de

ação. Assim, em âmbito regional a CMNP fundamentada em suas próprias leis fez com que nenhuma de suas ações procedesse aleatoriamente, de forma que combinou o que se tinha – as terras; com o que se pretendia – comercializá-las; com a cultura da riqueza – o café, e o mais importante – o existente desejo da posse.

Em especial quanto ao local neste destacado, o município de Cianorte, ao longo dos seus 50 anos tem acompanhado a dinâmica de sua paisagem e acomodado ao seu próprio modo o desenvolvimento. Desenvolvimento esse entendido nesse trabalho como um processo e que por nós foi distinguido nessa fase conclusiva em três períodos (1953/1975; 1976/1990 e 1991/2003). Ver Diagrama 2.

DIAGRAMA 2. O DESENVOLVIMENTO CIANORTENSE EM PERÍODOS



Organização: Telma Bataliotti.

Dessa forma o primeiro período, englobou na sua fase de implantação o entusiasmo daqueles que o planejaram e o empreenderam, das pessoas que neste chegaram prontos para o trabalho e com a esperança de prosperar. Esse período se estendeu até meados da década de 1970 onde no campo predominou a lavoura cafeeira, uma população rural com o maior percentual dos habitantes do município (Tabela 06) e uma estrutura fundiária composta por propriedades rurais em média de 10 a 15 alqueires paulistas.

Cianorte incorporou-se ao cenário planejado pela companhia no noroeste paranaense, ou seja, o de cidades planejadas. Devido uma localização geográfica privilegiada e condições edafo-

climáticas favoráveis, Cianorte incorporou de forma bastante rápida e intensa as novidades propostas pelo modelo colonizador adotado pela CMNP, tanto para a zona rural voltadas para a cultura e economia cafeeira, quanto para o zoneamento urbano.

O segundo período, entendido no seu momento de estagnação ocorreu com a desarticulação da economia cafeeira no cenário nacional e que localmente foi acompanhada da erradicação dessa cultura e a sua substituição pela pastagem. Nesse momento o entusiasmo foi embora com a expulsão do trabalhador rural e de centenas de famílias que ficaram sem trabalho. O êxodo rural da microrregião geográfica de Cianorte representou déficit significativo de pessoas no número total de habitantes entre a década de 1970 e 1980 (Tabela 06). População essa que no ano de 2003 ainda não havia sido recuperada em termos de microrregião, e em Cianorte somente no ano de 2000 foi que ultrapassou o número populacional que tinha no ano de 1970.

A agricultura cianortense deixou de ser expressiva em termos econômicos, pois suas terras agricultáveis acomodaram uma concentração da estrutura fundiária voltada para a exploração de uma pecuária tradicional com característica extrativa, sem possibilitar renda ao município e ao proprietário. O quadro gerado reduziu a mão-de-obra no campo e assumiu o predomínio da paisagem, mas não foi só, por não produzir e conseqüentemente não gerar renda, se tornou comum a adoção dessa forma de uso da terra para “esconder” a terra mercadoria como reserva de valor à espera da especulação imobiliária. Nesse sentido, quanto a modernização da agricultura, nesse momento, ela surge apenas com a finalidade de mecanizar o solo cianortense para o plantio da pastagem, esta que intensamente assumiu o predomínio das terras agricultáveis no município, conforme mostra a tabela 10 para o Censo Agropecuário de 1995/6.

Embora, os dados agropecuários mais recentes nos mostram esse predomínio até 1995/6, verificamos que tal realidade vem apresentando alterações a partir do ano de 2000, ano este em que a tecnologia para o cultivo de grãos como a soja começou a se inserir nos solos arenosos cianortenses. O que se sabe é que a paisagem agrícola, conforme nos revelou as entrevistas e os dados da tabela 17 têm novamente passado por transformações, depois de um longo período em que o pasto parecia ser a única alternativa de ocupação do solo arenoso. No entanto, falta-nos saber qual é a proporção que vem reduzindo a área de pastagem para sediar a soja e o milho principalmente. Isso certamente será possível com um novo Censo Agropecuário devido a sua abrangência mais completa.

O terceiro período de transformações no desenvolvimento de Cianorte foi identificado nesse estudo como sendo referente aos anos pós 1990 em que a estagnação campo/cidade se encerra marcado, sobretudo, pelo dinamismo urbano/industrial no início da década e do campo pós 1997 com a agricultura mecanizada sendo inserida.

Nesse período Cianorte começou a experimentar um fenômeno de desenvolvimento econômico semelhante ao período cafeeiro, em que o vigor da cidade, o crédito das pessoas, o crescimento urbano e populacional se dinamizaram e isso significou uma maior concentração populacional e de serviços prestados, colocando o município entre as cidades pólos da região noroeste. Cianorte com isso, no ano de 2003 chegou a concentrar quase a metade de toda a população de sua microrregião geográfica, conforme mostrou a tabela 7.

No campo, com a nova configuração da agricultura cianortense a partir de meados da década de 1990, a estrutura fundiária e a condição do produtor não representaram alterações, pois tais características também pertencem às lavouras com alto grau de mecanização como a cultura da soja e do milho, por exemplo. Culturas essas que estão se inserindo no cenário agrícola cianortense e que estão apenas alterando a paisagem pela utilização do solo. Outra característica que aparece com essa nova utilização das terras agricultáveis é o arrendamento das propriedades, mas em especial das menores que se somando a outras se tornaram também potenciais para a produção de grãos.

A então já existente especulação imobiliária das terras como reserva de valor, devido também pela pouca exploração e não dependência da produção por ela gerada assumiu nesse terceiro período de desenvolvimento cianortense outra característica bastante recente não imaginada na fase inicial deste trabalho. Portanto, fomos além do que almejamos ao identificar outro fator que se soma a valorização das terras agricultáveis de Cianorte, ou seja, é a penetração da cultura da soja com tecnologia desenvolvida para os solos arenosos. Assim, nossa hipótese principal de valorização das terras por especulação e não pelo uso foi acrescida da incorporação do cultivo da soja nas terras arenosas com rentabilidade compensatória. A paisagem novamente está sendo alterada desde o ano de 2000 fazendo a renda somar-se à especulação.

A terra que é um bem natural e que, portanto, não pode ser criada pelo homem, no sistema capitalista se torna uma mercadoria cobiçada, um produto de comercialização. Vale lembrar, que ao preço pago pela terra se inclui outros fatores como condição do solo, do relevo, infraestrutura/acessibilidade, o avanço da fronteira agrícola enfim, fatores que determinam o que pode ser produzido, o maior ou menor preço da terra no comércio e a renda gerada.

Nas terras cianortenses a soja tem sido o carro chefe das transformações ocorridas neste novo século, despontando para uma valorização das terras agrícolas acrescida pelas condições de produção com renda compensatória. Essa “novidade” do setor agrícola tem proporcionado a supremacia da soja em relação ao gado que passou a ser secundarizado em termos de valor econômico e de agregação de valor.

Nesse momento, embora, nós não nos tenhamos atido com a merecida profundidade nesta questão da valorização das terras na região colonizada pela CMNP, pode-se verificar a terra embutida de especulação desde o período inicial da colonização até o momento mais recente com o cultivo da soja. Fica, portanto, uma sugestão também para nossos e outros estudos futuros.

As relações do “homem do campo” com a zona rural vem sendo mediada por novos instrumentos de trabalho altamente tecnificados. A adoção de uma tecnologia mais avançada e moderna, aplicada à produção agrícola tem promovido novas relações de trabalho e produção para o produtor e/ou também proprietário, seja da terra ou dos meios de produção, diferentes daquelas até então estabelecidas pela pecuária tradicional. Surgiram novas modalidades de trabalho, sobretudo àquelas que necessitam de serviços especializados, enquanto se extinguíram outras. Com isso, surgiram novas decorrências sociais que vão desde a completa inversão populacional quanto ao local de moradia, ao surgimento de um novo perfil profissional demandado pela novidade do setor agrícola.

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa, o de analisar as transformações ocorridas ao longo do processo de desenvolvimento do município de Cianorte, em especial àquelas desencadeadas com a introdução da modernização da agricultura e a sua nova configuração, foi atingido. Em consequência deste também outros objetivos foram sendo alcançados, como o de identificar a valorização das terras agrícolas correlacionando ao setor urbano/industrial. Assim, os objetivos foram sendo verificados na medida em que cada um dos três períodos identificados nesta pesquisa foram compondo os capítulos propostos. No quarto e último capítulo, contudo, fomos felizes ao identificar para além do que havíamos proposto, ou seja, a valorização das terras agrícolas baseada na renda gerada pela produção.

No entanto, não se pode considerar o encerramento da pesquisa, pois, existem outros direcionamentos e enfoques para a sua continuação, tanto no campo da ciência geográfica, quanto de outras ciências. Esta pesquisa poderá somar-se a outras com novas perspectivas de estudo a partir das considerações realizadas por este.

Para que os objetivos fossem contemplados foi necessária uma metodologia que somasse fontes diversas para a análise. Assim, a utilização de referenciais bibliográficos referentes à temática, juntamente com a coleta e utilização de dados fornecidos pelo IBGE, Secretaria de Estado e Agricultura, entre outras informações pertinentes adquiridas junto a Prefeitura Municipal de Cianorte, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além das entrevistas realizadas junto aos pioneiros, empresários e proprietários rurais agropecuaristas, foram primordiais para a compreensão e análise desenvolvidas nesta pesquisa.

Contudo, também surgiram dificuldades na operacionalização e encaminhamento da pesquisa. A utilização de dados estatísticos mais recentes, tanto os agropecuários do IBGE, quanto os dados de cadastro referente à situação da pecuária em área (ha) por produtor, além ainda da dificuldade de compreensão em valorizar o trabalho de pesquisa, por pessoas responsáveis em diversos setores de órgãos públicos e empresariais, dificultaram ou mesmo não colaboraram com a pesquisa, de maneira a atrasar ou não fornecer as informações pertinentes.

Em resumo, mesmo com falhas e limitações, espera-se que este estudo possa contribuir para com o conhecimento do processo organizacional de desenvolvimento sócio-espacial cianortense no contexto regional, no tocante às suas relações entre o campo e a cidade, bem como, na abrangência de seus serviços prestados no contexto regional e que concederam ao município um destaque regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, São Paulo: HUCITEC. 1992.
- ANTONELLO, I. T. *A metamorfose do trabalho – e a mutação do campesinato*. Tese de Doutorado. UNESP, Rio Claro. 1999.
- ARAÚJO FILHO, J.R. de. O café, riqueza paulista. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo. n. 23, 1956.
- ASSUMPÇÃO, A. G. de. et al. *Expansão agroindustrial e transformações agrícolas na região de Maringá*. Centro de Estudos Sócio-Econômicos. Departamento de Economia. UEM. Maringá. 1991.
- BARTHES, R. *A câmera clara*. 2. ed., Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1984.
- BATALIOTI, T. *Primeiros processos de apropriação e uso econômico da terra agrícola: o caso de Cianorte/PR*. Monografia. (Especialização em História e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2003.
- BATALIOTI, T e SERRA, E. Reflexões sobre conflitos sociais e a crise agrária no norte do Paraná. In: *Anais V Encontro Nacional da ANPEGE / I Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em Geografia / Fórum Nacional de Estudantes de Pós-graduação em Geografia. Gestão do território e do ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa no ensino superior*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.
- BATALIOTI, T e SERRA, E. Aspectos sócio-espaciais do processo de modernização da agrícola no município de Cianorte - PR. In: *Anais XIII Encontro Nacional de Geógrafos: Por uma Geografia nova na construção do Brasil*. João Pessoa. 2002.
- BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras”, no estado do Paraná. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 15, n. 3, p. 357, jul/set. 1953.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global – esboço metodológico. In: *Caderno de Ciências da Terra: IGEO/USP*. São Paulo. 1972.
- BRANCO, S. M. e ROCHA, A. A. *Ecologia: educação ambiental: ciências do ambiente para universitários*. CETESB. São Paulo. 1980.
- CANCIAN, N. A. *Cafecultura paranaense – 1900/1970*. Curitiba. GRAFIPAR. 1981.
- CARDOSO, C. Corrida à soja infla preço da terra agrícola: Expansão do cultivo do grão eleva valor dos terrenos em até 400% e muda a geografia rural do país. In: *FOLHA DE S. PAULO*. Agrofolha. B12. Terça-feira, 20 de maio de 2003.
- CARMO, J. H. do. O Paraná, sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n. 76, p. 33-59. 1981.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. 8ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 2000.
- CIOFFI, H. et al. *Cianorte: sua história contada pelos pioneiros*. Cianorte. Editora Gráfica Ideal. 1995.
- COCAMAR. *Jornal de serviço*. Ano XXV, nº 500, 1º de fevereiro de 2003. Maringá. 2003.
- COCAMAR. *Jornal de serviço*. Ano XXV, nº 509. 2ª Junho/2003, p. 04. Maringá. 2003.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2ª edição. São Paulo. 1977.

COMUNICAÇÃO ORAL. Proferida em sala de aula pelo Prof. Silvio Bandeira de Mello e Silva no curso de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, no primeiro semestre de 2002.

CORRÊA, W. K. *Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): O papel do grupo USATI-PORTOBELO*. Tese de Doutorado. IGCE-Cp de Rio Claro. UNESP, Rio Claro. 1996.

COSTA, V. M. H. M. A modernização da agricultura no contexto da Constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: *ANAIS – XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. UEM – DGE. Maringá. 1992.

CURI, N. (Org). *Vocabulário de ciência de solo*. Campinas. 1993.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história de devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.

DIAS, E. dos S. *Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis. 1998.

DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (Orgs), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá, EDUEM. 1999.

DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSZÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (Orgs). *História econômica do Brasil*. São Paulo. HUCITEC. 1997.

DUQUE, H. *A luta pela modernização da economia cafeeira*. São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1976.

EL-KHATIB, F. et al. (Org). *História do Paraná*. Vol. 1. Curitiba, GRAFIPAR. 1969.

FLEISCHFRESSER. V. *Modernização tecnológica da agricultura*. Curitiba. Livraria do Chain. CONCITEC. IPARDES. 1988.

FLEISCHFRESSER. V. *A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes e conseqüências sócio-econômicas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1984.

FLEURY, M. T. L. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Global Editora. 1983.

FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1981.

GASPARETTO, N. V. L. e CARVALHO, A. Origem e morfologia dos grãos quartzo da cobertura pedológica na região noroeste do Paraná – PR. In: *Pesquisas em Geociências*, v.28, n.2, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre / RS. 2001.

GASPARETTO, N. V. L. *As formações superficiais do noroeste do Paraná e sua relação com o Arenito Caiuá*. Tese de Doutorado. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geoquímica e Geotectônica do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

GONÇALVES, J. H. R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (Orgs), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá, EDUEM. 1999.

- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo. Edições Loyola. 1993.
- HESPANHOL, N. A. *Dinâmica agroindustrial, intervenção estadual e a questão do desenvolvimento na região de Andradina*. Tese de doutorado em Organização do Espaço: IGCE – CP / UNESP. Rio Claro. 1996.
- IBGE. *Censos Agropecuários do Paraná*. 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.
- IBGE. *Censos Demográficos do Paraná*. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- INFORMATIVO COCAMAR 1ª Quinzena de janeiro de 2004. Soja entre os melhores investimentos. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.
- INFORMATIVO COCAMAR 1ª Quinzena de dezembro de 2003. Arenito: Chuvas pesadas castigam quem não protegeu o solo. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.
- INFORMATIVO COCAMAR 1ª Quinzena de dezembro de 2003. Comentário feito por Juliano Fadoni (Gerente de Unidade da COCAMAR). <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.
- INFORMATIVO COCAMAR 2ª Quinzena de setembro de 2002. Noroeste: Arrendamento valorizou fazenda e áreas vizinhas. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.
- INFORMATIVO COCAMAR 1ª Quinzena de abril de 2000. Soja: Companhia vai ampliar reforma de pastos no arenito. <http://www.cocamar.com.br/novidades/informativo.htm>, acesso em 18/01/2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura). *Racionalização da cafeicultura brasileira – Programa de renovação*. 1969.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura). *Diversificação da estrutura agrícola das regiões cafeeiras – Plano Diretor*. 1962.
- KAGEYAMA, A. et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial*. Mimeo. Campinas. 1987.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de C. IPEROIG. 3ª Edição. Proposta Editorial. 1980.
- KOHLHEPP, Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. 53 (2). 1991.
- LAMARCHE, H. (Coord.), *A Agricultura Familiar: comparação internacional*. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas. Editora da UNICAMP. 1993.
- LABADESSA, A. S. *As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Cedro – Noroeste Paranaense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá. 2003.
- LOPES, A. Y. D. P. *Pioneiros do capital: A colonização do norte novo do Paraná*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo. 1982.
- LUZ, F. *O fenômeno urbano numa zona pioneira; Maringá*. Maringá. A Prefeitura de Maringá. 1997.

- MAACK, R. *Geografia física do Estado do Paraná*. 2ª edição. Rio de Janeiro. José Olympio. 1981.
- MAACK, R. A modificação da paisagem natural pela colonização e suas conseqüências no norte do Paraná. In *Boletim Paranaense de geografia*. N. 2 e 3, jun. 1961.
- MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. HUCITEC. 1997.
- MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 3ª edição. São Paulo. HUCITEC. 1986.
- MARTINS, J. de S. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo. A Pioneira. 1975.
- MARX, K. *O capital: Crítica da economia política*. Os economistas. 3 ed. São Paulo. Nova Cultural. 1988.
- MARX, K. *O capital*. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1969.
- MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas. Pontes. 1990
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo. Polis. 1984.
- MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo. Brasiliense. 1990.
- MORO, D. A. (Org). *Maringá espaço e tempo: ensaio de geografia urbana*. UEM – PGE. Maringá. 2003.
- MORO, D. A. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. In: *Boletim de Geografia*. UEM – DGE. Maringá. 1998.
- MORO, D. A. Aspectos da dinâmica espacial da população norte-paranaense, durante o processo de modernização da agricultura regional. In: *ANAIS – XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. UEM – DGE. Maringá. 1992.
- MORO, D. A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná*. Tese de Doutorado. UNESP. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio claro. 1991.
- MOTA e NOELLI. (capítulo I e II) In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (Orgs), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá. EDUEM. 1999.
- MULLER. G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo. HUCITEC/EDUC. 1989.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.22, p. 55-95. 1956.
- MURAMATSU, L. N. *As revoltas do capim (Movimentos sociais-agrírios do Oeste Paulista) 1959- 1970*. São Paulo: FFLCH – USP, 1984. Dissertação de Mestrado. 1984.
- NICHOLLS, W. H. A fronteira Agrícola na História recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n.º.26, p. 19-53. Curitiba. 1971.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. São Paulo. Editora HUCITEC. 1981.
- PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 1. Dezembro de 1971. p. 171-234. 1971.

- PAULA, Z. C. de. Verde que te quero ver-te, capítulo XIX. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (Orgs), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá. EDUEM. 1999.
- PIERUCCINI, M. A.. O processo de constituição do complexo agroindustrial na região oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado. UEM – Departamento de Economia. Maringá. 1998.
- PLANO DIRETOR DE CIANORTE. *Prefeitura Municipal de Cianorte*. 1995.
- PRIOI, A. A. *A revolta camponesa de Porecatú: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942 – 1952)*. Tese de Doutorado. UNESP. Assis, São Paulo. 2000.
- RECCO, R. Arenito paranaense: a nova fronteira agrícola. In: *Revista ACIM (Associação Comercial e Industrial de Maringá)*, ano 38, n. 402, março de 2001. p. 8-17. Maringá. 2001.
- ROSS, J. L. S. (Org). *Geografia do Brasil*. 2. ed. São Paulo. Editora EDUSP. 1998.
- SAES, M. S. M. *A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro do Café*. São Paulo. ANNABLUME. 1997.
- SANTOS, A. J. dos. *APPRCHE DESTINÉE À ANALYSER LA SITUATION FORESTIERE D'UNE RÉGION DONNÉE AU BRÉSIL: "Application au cas d'une région du Nort-Nord-Ouest de l'État du Paraná"*. Tese de Doutorado, especialidade em ciências naturais do l'ENGREF DE NANCY. Paris. 1993.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro – São Paulo. Record. 2000.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo. HUCITEC. 1988.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo. Nobel. 1985.
- SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis. Vozes. 1979.
- SERRA, E. Reflexões sobre a origem e a crise agrária no Norte do Paraná. In: *Boletim de Geografia DGE – UEM*, ano 19, n. 1. 2001.
- SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. In: *Boletim de Geografia, UEM – DGE*, a.10, n 01. Maringá. 1992.
- SERRA, E. *COCAMAR: sua história, sua gente*. Maringá. 1989.
- SILVA, E. P. da. *Agricultura Familiar: Um todo indivisível?* - Comunicação ao IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales sob o tema central "la multifuncionalidad de los espacios rurales e la Península Ibérica", 07 e 08 de junho de 2001, Santiago de Compostela - Galiza (Estado Español). 2001.
- SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. Editora da UNICAMP. IE. Campinas. 1999.
- SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1976.
- SOBRINHO, A. M. *A civilização do Café (1820 –1920)*. Editora Brasliense, 2ª edição, s/d São Paulo.
- SPINDEL, C. R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.
- STOLCKE, V. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1950-1980)*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.

TEIXEIRA, W. A. *O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião norte central paranaense*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Presidente Prudente / SP. 2002.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B. e GONÇALVES, J. H. R. (Orgs), *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*: Maringá. EDUEM. 1999.

TOMAZI, N. D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Dissertação de Mestrado. UNESP – Campus de Assis. Assis. 1989.

TRINTIN, J. G. *A economia paranaense: 1985-1998*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas. 2001.

WESTPHALEN, C. M., MACHADO, B. P. e BALHANA, A. P., Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná Moderno. (7): 1-52, *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba.1968.

www.bcb.gov.br

www.cocamar.com.br. História: Quarta década - 1993/2003: Cocamar entra de corpo e alma no arenito caiuíá. Acesso em 18/01/2004.

www.ibge.gov.br

www.ipardes.gov.br

www.pr.gov.br/sedu/mapas7.shtml

ANEXO

Transcrição das entrevistas gravadas durante a realização do trabalho de campo no município de Cianorte.

Entrevistadora: Telma Bataliotti.

Obs:

P. (pergunta).

R. (resposta).

1. Data: 13/06/2003

Entrevistado: Antonio Padial Hernandez

Profissão: Agricultor. Aposentado e pioneiro de Cianorte.

P. Quando o senhor veio para Cianorte?

R. Bem, eu vim de Mandaguari, meu sogro vendeu o sítio lá e viemos para cá e cheguei em Cianorte em 1960 e fui morar no patrimônio de Vidigal, em 1967 é que vim para Cianorte.

P. Como era essa região nessa época?

R. Ah, já tinha muito café plantado, mais ainda tinha muito mato. Houve uma geada em 1955 que atrasou bastante o crescimento de cianorte porque quando o café começou a querer produzir, a geada de 55 levou tudo no chão. Tudo na cova de novo e a cidade deu uma paralisada até o café voltar a produzir. Em 1963 teve outra geada, mas a geada e seca violentas foram as de 1975 (...). Eu comprei um sítio, mais achei que estava muito na baixada perto do rio Ligeiro e então eu vendi e comprei outro mais pra cima de 5 alqueire com Lavoura já formada e um alqueire e meio de mata que eu mesmo derrubei. Também comprei outro em Cruzeiro de 8 alqueires.

P. Como foi a derrubada da mata?

R. Ah, derruba e põe fogo, naquela época era só fogo não é igual hoje. Hoje a coisa é diferente, derruba com o trator vai montuando e pronto. Naquela época pouca madeira era vendida, pouca coisa. Quando eu e minha família mudamos para cá eu mesmo construí a casa porque eu também já trabalhava de carpinteiro, comprei madeira na serraria São João que naquele tempo existia.

P. O senhor nunca teve empregados? Como era o sistema de trabalho?

R. Enquanto estive na lavoura sempre trabalhei com a parceria. Naquela época nunca teve o colono, o diarista, sempre teve o parceiro, sempre 40%, 40% para o empregado e 60% para o proprietário. O parceiro podia plantar sua roça de cereais para o gasto. 40% era só do café, o resto tudo que ele podia plantar era dele (parceiro) e se quisesse podia vender. Eu sempre trabalhei nesse sistema de parceria, era o mais usado, eu nunca toquei assim de volante.

P. O que tinha na cidade quando senhor veio para cá?

R. Quando eu vim em 1960 já tinha bastante coisa, mas em 1950-1951, quando a gente vinha ver terreno para comprar, a igreja matriz ali não tinha nada, só tinha umas 4 ou 5 casas. Só a companhia vendia terra e eu comprei o lote de terras da companhia de oito alqueires, dei uma entrada de 40% e o restante em mais duas vezes de 30% caca, no fim de cada ano seguinte..., a companhia facilitava a compra.

P. O senhor se lembra quanto era o alqueire vendido pela Companhia?

R. Era 25 mil cruzeiros o alqueire.

P. Hoje o senhor ainda tem propriedade?

R. Não, eu vendi, não dava certo para mim. Eu fiquei doente e não pude trabalhar mais daí primeiro eu arrendei. Em 1990 eu ranquei 10 mil pés de café por causa da doença da nematóide e então como não produzia mais eu ranquei e com a parceria toquei por dois anos a mandioca mais depois eu arrendei por três anos mas não chegava dar mil reais de renda e pensando achei melhor vender o sítio.

P. O senhor acha que compensou vender a terra?

R. Olha eu vendi seis alqueires em 1998 na época mais baixa de lote, vendi por 38 mil. Depois de 1998 começou a subir, mais...eu apliquei o dinheiro porque eu também não podia trabalhar.

P. Por que o senhor acha que começou a subir o preço da terra?

R. No preço da terra começou a influir mais o plantio da soja da mandioca, etc

P. Era vantajoso cultiva o café?

R. Olha não sei se posso explicar, mas eu tocava sítio de porcentagem eu era porcentageiro quando eu casei e com a porcentagem eu comprei sítio. Então depois eu vim no sítio meu, trabalhava no sítio meu e não consegui comprar outro.

P. O senhor é filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

R. Sim e continuo pagando a mensalidade direto.

P. Qual é a vantagem?

R. Desconto em medicamento e consulta médica. O benefício é para o casal

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Autorizo. Qualquer coisa estamos aí.

2. Data: 13/06/2003

Entrevistada: Iracema dos Santos de Oliveira

Profissão: Tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte. Também exerce a função de Coordenadora Regional e Municipal do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais. É pioneira de Cianorte.

P. Como a senhora chegou em Cianorte?

R. Cheguei em Cianorte no ano de 1965 no mês de julho.

P. O que havia em Cianorte naquela época?

R. Tinha pouca coisa em Cianorte, a cidade não era asfaltada, era tudo de chão, tinha muito mato e onde é o bairro do cianortinho era uma mata fechada.

P. De onde a senhora veio?

R. Vim juntamente com a minha família da cidade de Osvaldo Cruz do Estado de São Paulo.

P. Por que vocês vieram para cá?

R. Porque aqui no Paraná os terrenos eram mais novos, então viemos tentar a sorte. Os cafezais produziam bem e os de lá não tinham a potência como tinham os daqui de Cianorte.

P. Quando a sua família chegou em Cianorte eles adquiriram uma propriedade ou foram empregados em algum sistema de trabalho?

R. A gente tocava café no sistema de parceria. No fim da colheita era repartido 40% para a gente e 60% para o patrão. A gente plantava também plantações no meio do café como arroz, feijão, milho e a renda dessas plantações era tudo pra gente, não tinha renda para o patrão. O que a gente não consumia a gente podia vender. A gente vendia um pouco de milho, galinha.

P. A senhora também participa do movimento das mulheres trabalhadoras rurais e como surgiu isso e quando a senhora começou?

R. No ano de 1986 o pessoal começou a se preparar para constituinte porque ia ser criada a nova constituição, então as mulheres resolveram também se organizar. Assim, no ano de 1986 a gente se reuniu com as mulheres e fizemos um preparatório para o congresso que ia ter em São Paulo. Esse Congresso teve a participação de 4080 mulheres de todas as classes trabalhadoras e a mulher trabalhadora rural também estava lá. De Cianorte fomos em seis mulheres.

P. Qual é a função de uma Coordenadora?

R. É colher todas as informações dos direitos das trabalhadoras com o pessoal que está na direção das leis e depois repassar para elas, seus direitos, documentação, processo de aposentadoria, salário maternidade, auxílio doença e assim todos os direitos.

P. Como é passado isso para as mulheres?

R. Quando nós realizamos a reunião do sindicato nós convidamos todas as mulheres e a gente repassa para elas. Existe toda uma organização da coordenação desde a nacional, estadual, regional e municipal que vão transmitindo as informações até chegar as mulheres trabalhadoras.

P. Quanto tempo faz que a senhora trabalha no sindicato?

R. Bem, eu sou membro do sindicato já a uns 15 anos. Primeiro eu fui secretária e na penúltima eleição eu passei a ocupar a função de tesoureira.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhora autoriza essa utilização?

R. Se for de utilidade, sim.

3. Data: 14/06/2003

Entrevistado: Gedo Ribeiro.

Profissão: Maquinista (Operador e mecânico de máquinas de beneficiamento de café). Também é pioneiro de Cianorte e aposentado.

P. Quando o senhor chegou em Cianorte?

R. Cheguei no ano de 1959 e hoje tenho 82 anos.

P. Por que o senhor veio para esta cidade?

R. Antes de vir para cá eu estava em Maringá e o meu patrão de lá é que me trouxe para cá. Aqui precisava de um maquinista que soubesse operar e também concertar as máquinas de café, então eu vim.

P. Quando o senhor chegou em Cianorte o que tinha na cidade?

R. A cidade era toda de chão e cheia de buraco, não tinha prefeito ainda, só em 1960 entrou um que trabalhava na companhia mesmo. Em volta da cidade todinha tinha muito mato de madeira boa e muito café.

P. Quem fazia a vendas das terras em Cianorte?

R. Só a companhia. Ela vendia a prestação, tinha que dar uma entrada mais era fácil de pagar, eu mesmo paguei em cinco anos. Comprei com mato e a derrubada foi feita a machado e foice e ainda depois tocava fogo. Depois alinhava as covas de café e plantava o café em semente.

P. O que era feito com a madeira?

R. Era vendida. A serraria comprava mais não pagava bem, era quase de graça.

P. Em Cianorte se produzia muito café?

R. Sim, em Cianorte se produzia muito café, era muito (...) produzia tanto que não cabia nos armazéns e até empilhava na rua e colocava guarda para olhar. Os armazéns do IBC sempre ficavam lotados, mais era pouco, ia mais para Paranaguá. Mais ia tudo embora, ia para o porto de Paranaguá e para São Paulo, mais era mais para Paranaguá, era caminhão atrás de caminhão todo dia, carregado.

P. Por que Cianorte foi deixando de produzir café?

R. Com o tempo foi parando porque a geada foi aumentando e acabando com o café, foi aborrecendo o agricultor que plantava, plantava e a geada vinha e matava (...) foi aborrecendo. Para produzir foi ficando caro cada vez mais, foi dando praga e aí o pessoal foi largando de plantar. Teve uma geada muito grande em 1963, ah e mais umas duas forte que não me lembro quando e depois umas geadinhas pequenas que se cortava o café ele brotava. (...) A geada prejudicava a planta, mais fazia o café subi de preço.

P. Compensava produzir café naquela época?

R. Compensava, porque os cereais não valiam nada, não tinha pra quem vende. Ia vende para o estado de São Paulo mais ele produzia também e se comprava era de Londrina pra lá. Os cereais, não compensava plantar, não tinha preço, era muito baixo. Se produzia jogava no corgo ou enterrava.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Autorizo.

4. Data: 14/06/2003

Entrevistado: Flávio Teixeira da Cruz

Profissão: Corretor e vigilante. Também é pioneiro do norte paranaense.

P. Quando o senhor chegou ao norte do Paraná?

R. Eu vim em 1963. Vim do estado de Minas e cheguei primeiramente em Astorga.

P. Como era o norte do Paraná naquela época?

R. Bem diferente do que é hoje porque naquela época predominava a lavoura de café e cereais, pecuária era muito pouco. Naquela época a cafeicultura era muito forte e havia muita mata ainda. Eu mesmo ajudei a derrubar mato, a plantar e formar café.

P. Como era realizada a derrubada da mata?

R. A derrubada naquela época era tudo no braço, era serviço braçal, usava do machado e do fogo. Depois da derrubada e feita a retirada da madeira de lei e a que precisava o patrão assim que dava uma secada já colocava o fogo e quando não queimava bem as vezes ele mandava a gente repicar novamente a madeira. Naquela época não tinha a tecnologia que se tem hoje. Primeiro se roçava o mato, depois a derrubada das árvores mais grossa, retirava a madeira de lei e levava para a serraria quando precisava e o que sobrava ficava no meio da roça.

P. O que fazia com a madeira que ficava?

R. Ficava ali, muito na época não era aproveitado porque tinha muita madeira, todo mundo fazia derrubada então todo mundo tinha madeira para construção principalmente das casas e tulhas. Aquela que não era aproveitada e não era vendida para a serraria, muitas vezes apodrecia e acabava ali.

P. Como era o sistema de trabalho?

R. Existia os contratos de trabalho. Nem todos os fazendeiros, nem todos os patrões usavam o mesmo sistema de trabalho. Mas falando da minha pessoa existia um contrato de trabalho. Por exemplo, se era formador de café no contrato estava por empreita ou por conta até a lavoura pronta própria. Assim, o patrão colocava lá o que era combinado com a gente. Por exemplo, eu pegava o mato – 1 alqueire de mato para derrubar e dar o café formado para o patrão – geralmente nós plantávamos mil a mil e quinhentas pés por alqueire. Ele pagava “x” por alqueire para derrubar o mato, depois ela pagava “x” por mil pés de café para mim formar. Era plantado com a semente – o café em coco - uma semente especial para o plantio, de uma secagem diferente. A gente então fazia as cova de mais ou menos 25 centímetros e plantava.

P. Depois da derrubada da mata o que primeiramente se plantava?

R. Já plantava o café e também cereais. O formador de café tinha o direito de plantar cereais para ele.

P. Quando o senhor chegou em Cianorte?

R. Cheguei em Cianorte no dia 10/06/1973. Viemos para cá porque em Astorga a gente trabalhava de empregado e o meu finado pai conseguiu fazer uma economiazinha e aí ele conseguiu comprar uma propriedade aqui com a lavoura de café já formada. Nessa região onde meu pai comprou tinha muito café, mas em Cianorte havia muita mata ainda.

P. O senhor sabe como a CMNP vendia os lotes em Cianorte?

R. Sim sei, inclusive a gente chegou a entrar em contato com a companhia, mais não deu certo, então a gente comprou uma lavoura já formada. A companhia tinha várias propostas de venda de acordo com a condição do cidadão. Ela vendia a vista mais barato e também em parcelas. Era fácil comprar, ela tinha lotes diferenciados para a produção de café e de cereais. Terra para produzir cereal era mais barato e menos parcela.

P. Havia uma preocupação quando se comprava o lote da companhia em preservar a reserva de mata?

R. No começo não. Dos anos de 1975 pra cá eles começaram a exigir, mais era uma exigência assim que não era (...) tinha lei mais não era cumprida, cumpria que queria. Então, você

comprava o lote e você derrubava exageradamente até a beira de água e não deixava uma árvore se quer. Quando muito se preservava as cabeceiras de água, as nascentes, mais as beira de rios era tudo devastado como você hoje e que não tem reserva natural nenhuma, o que tem foi reflorestado depois.

P. Como era realizado o plantio nesses lotes? Qual o lugar no lote de cada coisa?

R. Geralmente o café era plantado nas cabeceiras de cima para baixo, porque em cima era mais livre das geadas, depois deixava a reserva embaixo para o pasto para as criação e a residência ficava ali na proximidade do pasto e do café, também para poder facilitar o acesso a nascente de água para a família e as criação.

P. Qual era o destino da produção de café de Cianorte?

R. Em Cianorte se produzia muito café. Geralmente a gente vendia nas máquinas que beneficiava o café e estocava no IBC que tinha os armazéns lotados para espera preço. Naquela época não tinha aqui a COCAMAR, então as máquinas compravam e passavam para a frente, para o porto de Paranaguá que não vencia e também para o porto de Santos.

P. O café passou por crise?

R. A maior crise do café foi nos anos de 1985-1987, no governo do Sarney, no plano do Funaro o café chegou vir a gero. Nessa época já tinha a cooperativa nós depositamos o café lá e ficamos pagando armazenagem esperando valorização e ele não valorizo, foi caindo, caindo e chegou o ponto que ninguém quis comprar e lê veio a zero. Surgiu um desanimo ainda maior para continuar a produção, o café não tinha preço, mais as doença (nematóide, ferrugem) exigindo do produtor muita despesa com insumo (...) foi um desanimo total.

P. E as geadas?

R. A geada é o seguinte: ela não prejudica a cafeicultura em matéria de preço, porque geralmente quando eu faço uma safra de café e gí e no próximo ano eu não tenho colheita o café sobe de preço então eu faço duas safras em uma, então eu tenho nessa valorização do café compensa cuidar da lavoura um ou dois anos seguintes. Agora o que derrubou mesmo o produtor de café foi a doença que não tem um controle assim 100%.

P. O senhor também é corretor. O senhor poderia me dizer o valor de terras aqui em Cianorte?

R. Dependendo da região e se é na terra roxa ou no arenito. Existe uma diferença entre a terra roxa que é mais apropriada para a soja e o arenito mais apropriado para o pasto. Assim, se pegar um lote de terra roxa o alqueire ta uma média de 25 a 30 mil reais o alqueire. Se for para pasto se pega aí no valor de 18 a 25 mil reais o alqueire dependendo da região. Esse é o valor na nossa região.

P. O senhor considera esses valores altos?

R. Considerando a dificuldade que é hoje de possuir um lote, se torna cara porque não é qualquer um que pode ter. Não se tem mais as condições de possuir terra que nós tinha antigamente no caso se comprasse da companhia que você dava uma entrada e ela esperava você formar a lavoura e ou colher a lavoura para depois pagar, se passava aí até 3 anos pagando lote para companhia, hoje é diferente o máximo que você consegue é uma entrada e mais um ou dois pagamentos, ninguém vende mais com tantas parcelas e prazos.

P. Qual a razão desses valores de terra em Cianorte?

R. É mais influência do soja, da produção e do consumo que é muito grande. O soja é um cereal muito aceito, ele dá muitos produtos. O soja chegou a partir de 1975 e é bastante forte sua produção hoje. Mesmo na nossa região do arenito que era considerada só para a pastagem,

hoje com essa nova tecnologia que a COCAMAR implantou em Cianorte você encontra em uma região muito produtiva.

R. Na opinião do senhor a soja tem influenciado no preço da terra?

R. Eu digo para você que 60% é influência do soja. O restante é das demais culturas como o milho.

P. Pelo o que senhor tem acompanhado tem se produzido bem a soja em Cianorte, no arenito?

R. Não tanto quanto na terra roxa, mais tem compensado para quem já tem seu maquinário e que já esta na área de sojicultor. Não se produz igual, mais se produz muito bem.

P. A soja tem influenciado como moeda na comercialização de terras em Cianorte?

R. A soja tem sim influenciado, eu mesmo não cheguei a fechar nenhum negócio com a soja como pagamento, mas conheço vários amigos que vendeu e também comprou tudo com o pagamento em soja. (...) Acredito eu que varia aí nessa faixa de 1000 a 1200, 1300 sacas de soja por alqueire. A terra no valor de 35 mil reais o alqueire e o soja na faixa de 35 reais a saca, ele vai caí nessa faixa de 1000 a 1300 sacas. (...) Se estiver vendendo um lote para comprar um outro maior ou menor ou só pra trocar de localidade de região, é (...) eu combino com o cidadão o seguinte: eu vou ti dar tantos sacos de soja por alqueire no ano que vem, e mais tanto daqui um ano ou dois anos. (...) A comercialização dessa forma é uma segurança tanto para quem vende como para quem compra, porque o soja ele é dolarizado(...) ele é considerado o café do Brasil hoje, ele tomou a frente do café. Então conforme ele é cotado pelo dólar você não perde.

P. O senhor hoje já não é mais agricultor, mas o senhor continua vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

R. Sim, quando agricultor eu era associado e saí da agricultura mais continuo associado e aqui em Cianorte sou associado desde 1973.

P. Quais as vantagens de ser associado?

R. Tem a vantagem da gente ta atualizado com todas as informações necessárias referente à agricultura e também dos direitos trabalhistas que de uma forma e de outra eu sou um trabalhador e o sindicato é isso aí favorece a gente nesse sentido de estar sempre passando para a gente as mudanças nas leis trabalhistas e com isso agente se torna atualizado e sabendo quais os meus direitos e meu dever e assim por diante.

P. Quais são os outros serviços que o sindicato oferece?

R. Assistência odontológica com dois dentistas, assistência jurídica para as causas trabalhistas e descontos em exames de laboratório e medicamentos como uma forma de reverter para o associado também parte daquilo que ele contribui.

P. Como o senhor participa do sindicato?

R. Eu faço parte da diretoria. Eu sou secretário suplente.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim, com muito prazer.

5. Data: 25/07/2003

Entrevistado: Luis Carlos Gavioli

Profissão: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte.

P. Comente um pouco sobre o histórico do Sindicato.

R. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte foi fundado no ano de 1963. Na época por um grupo de pioneiros de Cianorte, entre os quais o primeiro presidente foi o senhor Manuel Pina. Depois com a Revolução de 1964 esse Sindicato foi queimado assim como muitos sindicatos no país que foram destruídos. Depois no ano de 1967 ele foi reativado novamente com a participação da igreja católica. Na época tínhamos em Cianorte o ex-padre Nelson Prendim, o padre Nato, o padre Luis e eles foram então os grandes incentivadores da reabertura do Sindicato, portanto em 1967 esse sindicato foi novamente reativado e está até hoje de portas abertas lutando em defesa dos trabalhadores rurais de Cianorte.

P. O Prédio é próprio e sempre esteve nesse endereço?

R. Não. Primeiramente não era cede própria e se localizava na rua Travessa Vera Cruz. Depois em 1967 quando houve a reativação desse sindicato foi alugada uma sala Na antiga Congregação Mariana e ali funcionou por muitos anos. Depois de 1973 que então o Sindicato comprou esse terreno e iniciou-se a construção e que terminou no ano de 1976.

P. Hoje são quantos associados?

R. Hoje inscritos no quadro de associados mais de 12 mil trabalhadores, mas representados por esse sindicato independente de ser associado ou não aproximadamente 16 mil trabalhadores rurais em Cianorte. O Sindicato representa a todos mas nem todos contribuem porque segundo a Constituição de 1988 em seu artigo oitavo diz que ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato, não tem como o sindicato obrigar que todos paguem as suas mensalidades. Hoje temos um número aproximadamente entre os aposentados e não aposentados que ainda contribuem ativamente cerca de 700 trabalhadores que pagam ativamente suas mensalidades.

P. Quais são os serviços prestados pelo sindicato?

R. A função principal do sindicato segundo o seu estatuto é a defesa, coordenação dos direitos dos trabalhadores rurais. O sindicato luta, briga, reivindica em nome de todos os trabalhadores que ele representa no município, na organização dessa categoria e defesa dela própria. Nós temos um serviço de orientação no processo de aposentadoria e a organização da documentação, temos convênios ambulatoriais, com médicos, raios-x, farmácias, dentro do sindicato temos um gabinete odontológico para atender nossos associados.

P. Há quanto tempo você esta na presidência do sindicato?

R. Eu assumi a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte em 23/08/1975, portanto neste ano completarei 28 anos de presidente desse Sindicato. Evidentemente que tem as eleições, antes da promulgação da Constituição o prazo era de a cada três anos e posterior a Constituição esse prazo passou para a cada cinco anos. Nesse tempo todo nós nunca tivemos uma chapa concorrente, mas independente disso é feita a eleição.

P. Como é realizada as eleições e quem pode participar da votação?

R. Somente quem é associado do sindicato e que estão em dia com as suas mensalidades. Para se realizar a eleição montasse a chapa com os seguintes membros: a nossa chapa compõe o número máximo que são 14 membros. 1 presidente, 1 secretário, 1 tesoureiro, 3 suplentes

desses cargos, 3 cargos de conselho fiscal, mais 3 suplentes para esses cargos, 2 representantes junto ao federativo.

P. Na história do sindicato houve iniciativas para defender a categoria?

R. Sim, com certeza. Havia muita exploração de alguns empregadores com os nossos pequenos produtores no que diz respeito aos contratos de parceria, o assalariado por exemplo não tinha a garantia de um piso salarial e eles ao tinham para quem reclamar as irregularidades. O sindicato então passou a representá-los.

P. Qual é o número de presidentes desse sindicato/

R. O saudoso e falecido Manuel Pina, depois o saudoso Gabriel Nani que faleceu recentemente, posteriormente o senhor Rafael Nani e depois coube a mim a incumbência de presidir esse sindicato, portanto, com o meu conhecimento eu sou o quarto presidente desse sindicato.

P. Qual é o perfil dos associados, são pequenos produtores?

R. São apenas trabalhadores rurais e são apenas os mini e pequenos produtores que são os parceiros, arrendatários, meeiros. O pequeno proprietário é aquele que possui a sua propriedade e trabalha com o seu conjunto familiar e os assalariados que trabalham como mensalistas nas lavouras, no caso das fazendas, no corte de cana, enfim os diaristas, os “bóias-frias”. (...) Pela legislação é enquadrado trabalhador rural aquele proprietário que até dois módulos rurais, mais se ele tem uma área acima e ele trabalha em regime de economia familiar ele ainda é enquadrado para efeito de representação. Se acaso utilizar de mão-de-obra de terceiro ele já é considerado empregador rural.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Você não só está autorizada, como quero te parabenizar por este trabalho.

Data: 18/09/2003

Entrevistado: Fabio Borges Camargo

Profissão: Economista do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura de Cianorte.

P. Qual é a área de abrangência que a Secretaria da Agricultura de Cianorte presta serviço?

R. No caso de Cianorte, a secretaria presta atendimento a 12 municípios, os da Microrregião Geográfica mais Terra Boa.

P. Quais são os serviços prestados?

R. Nós não damos assistência direto ao produtor, nós trabalhamos mais em obter informações e repassar para a cede em Curitiba e assim lá baseado nas nossas informações de campo eles podem tomar medidas da política agrícola necessárias se for possível para resolver os entraves e problemas que existem ou possam existir na agricultura. Procuramos antecipar uma previsão da produção para ser viabilizado armazéns possíveis, realizamos também estudos de mercado agrícola, onde a gente analisa as tendências de mercado em função de custo que o produtor tem.

P. Qual é a cultura que predomina em Cianorte?

R. Em termos de área tem sido a pastagem, ela ocupa aí uma área relativamente maior que todas as outras culturas, mas em função de valor econômico em Cianorte nós temos outros produtos que superam em termos de importância, por exemplo, o frango, a mandioca, a soja, que em termo de valor econômico superam a produção da pecuária.

P. Como a pastagem foi se incorporando e chegando assumir tão vasta área?

R. As terras aqui depois de retiradas as matas foram cultivadas com o café e cereais. Mas a partir de geadas constantes e valor de mercado em queda para o café, a própria fertilidade do solo foi decaindo e o custo para a produção do café aumentou, o produtor optou pela pastagem pelo risco menor que ela representa e que então foi assumindo as áreas do café e ainda até por questões trabalhistas.

P. Houve alteração de área na estrutura fundiária?

R. Pelo o que a gente vê, na época do café eram muito maiores o número de pequenas propriedades e elas, no caso, foram sendo anexadas nas maiores. No campo onde havia muita gente e a população rural era muito grande em torno dessa cultura o café, hoje é o contrário do que existia anteriormente e isso pode mostrar que realmente a estrutura fundiária sofreu alteração. O agricultor perdeu o interesse pelo café por conta das geadas e do mercado, ele passou a optar por uma cultura de maior segurança e menos riscos como é a pastagem que foi se implantando fortemente, embora hoje tem uma tendência de se reverter isso.

P. O que tem levado a reverter essa situação da pastagem predominante?

R. As novas tecnologias na área da agricultura principalmente com o plantio direto que no arenito possibilita o plantio de culturas que ofereçam uma rentabilidade maior do que a pastagem no caso, por estarem bem degradadas. A capacidade dela era irrisória no número de cabeça/animal por hectare.

P. Qual é a média que se vê hoje em Cianorte de cabeça/animal por hectare?

R. A média hoje gira em torno de 1,3 e 1,4, contudo com essa entrada da soja em rotação com o milho safrinha e outras culturas revigorando o solo e que depois volta para o pasto talvez tenha superado um pouco para 1,7.

P. Essa média de cabeças/animal por hectare é suficiente ou poderia ser maior?

R. Poderia ser maior se fosse adotado as técnicas de melhoria de pastagem com as reformas adequadas. Poderia se aumentar bastante essa capacidade, até mais que dobrar, mas desde que adotasse a tecnologia necessária para isso, o que o produtor não faz, ele simplesmente tomba a terra e coloca um calcário e acha que reformou. No entanto precisa uma reforma muito mais apurada que isso para melhorar essa capacidade.

P. É viável para o produtor manter 1,5 cabeça/animal por hectare?

R. Provavelmente não, porque se for analisar o valor da terra hoje e o custo de produção mesmo que mínimo em manutenção, dificilmente vai ser remunerador. A única coisa é que ele vai manter o capital dele, o capital de terra dele continua, mas a princípio ele não está tendo retorno financeiro do capital que ele tem em tais condições de pastagem.

P. O que justifica esses produtores estarem insistindo na permanência de cabeças por hectare?

R. A falta de informação no cálculo de remuneração financeira do capital que ele tem empregado ali do próprio gado e da própria terra. Também uma boa parte dos produtores eles tem outras atividades além da própria atividade rural e eles sobrevivem no caso com essa outra e até mesmo por conta disso, eles permaneçam com a pecuária, pois eles não dependem disso pra viver.

P. Você como economista acredita estar ocorrendo uma especulação imobiliária das terras?

R. A especulação imobiliária é uma questão de mercado, mas pelo o que a gente observa os valores de terra está em função da própria estrutura que a região oferece, infraestrutura de rodovias, ferrovias portos e até mesmo o que se oferece para as pessoas em termos de saúde, então tudo isso influi nos valores de terra, tornando uma questão muito complexa. Enfim, uma boa parte das pessoas aplicam em terra até por uma segurança de ter um valor ali fixo que ele possa usar no caso de uma mudança muito drástica da política econômica. Ter a terra é ter um valor econômico aplicado.

P. Qual é a condição das pastagens em Cianorte?

R. Anteriormente ela vinha assim muito degradadas, mas agora com essa nova tecnologia de plantiu direto que tem possibilitado um plantiu de agricultura nessas áreas de arenito, possibilita depois uma pastagem muito melhor. (...) Agora, existe uma diferença com a pastagem se é para uma pecuária leiteira ou de corte. O pessoal que produz leite eles tem uma preocupação maior porque eles dependem disso e eles diariamente vêem o resultado deles não ter uma pastagem boa. Com a pecuária de corte já são um pouco mais degradadas e necessitam um pouco mais de recuperação. Aqui em Cianorte predomina a pastagem extensiva, sem o manejo da pastagem. A complementação alimentar, são poucos produtores que fazem, normalmente no período de inverno e é mais comum na pecuária leiteira.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim.

7. Data: 18/09/2003.

Entrevistado: Anísio Menarim Filho.

Profissão: Engenheiro Agrônomo da EMATER de Cianorte.

P. Qual é a área de abrangência que a EMATER de Cianorte presta serviço?

R. A EMATER de Cianorte presta serviço somente para Cianorte. A EMATER é um órgão estadual e se encontra com um escritório em praticamente todos os municípios do estado.

P. Qual é a categoria de produtores atendidos?

R. O foco da EMATER seria os produtores da agricultura familiar, então grosseiramente poderia dizer que seria os pequenos, só que nós atendemos os grandes também dependendo do projeto que estamos trabalhando.

P. Qual é a porcentagem de pequenos produtores assistidos em Cianorte?

R. Passa de 80%, de uma maneira ou de outra eles são assistidos, com um curso, uma palestra, uma análise de solo.

P. Como é realizado o atendimento?

R. Antigamente, a 10 anos atrás aqui no município de Cianorte nós éramos em 5 técnicos em um escritório, então nós tínhamos condições de dar uma assistência técnica mais personalizada de ir na propriedade. Hoje nós estamos em dois e essa realidade é no estado todo. Então nós estamos contornando isso trabalhando mais com métodos grupais. Trabalho

mais com curso, palestras e excursão. Nós não temos mais estrutura para a assistência Técnica personalizada.

P. Onde são realizados os atendimentos em Grupo?

R. Depende do projeto e do objetivo, às vezes a gente faz um dia de campo e então a gente escolhe uma propriedade de referência que nós temos por aqui e vamos para lá mostrar alguma coisa. Às vezes é uma palestra técnica que não é necessário ir pro campo e se aqui na própria EMATER.

P. Pelo o seu conhecer da realidade do campo cianortense, qual a cultura que tem predominado?

R. No histórico de Cianorte, assim que se retirou a floresta a maior porcentagem das terras foi tomada pelo café. Quando começou a crise do café por motivos de degradação do solo, das geadas, a de 1975 que foi a mais forte e o preço do café, fizeram com que a produção caísse e com isso ele começou a ser substituído pela pastagem que por ser uma cultura menos exigente em fertilidade passou a predominar. Se bem que hoje nós temos a cultura da mandioca que é bastante grande e que se está substituindo a pastagem.

P. Quais os motivos que implantaram a pastagem tão fortemente em Cianorte?

R. As pastagens assumiram as áreas do café. Essa é uma região que tem a vocação para a pecuária, nós temos um clima bom e a pastagem se desenvolve bem aqui. Agora o principal motivo foi o café ter entrado em crise.

P. Qual é a média de cabeças/animal por hectare encontrada em Cianorte?

R. Não difere da região, é de 1,5 cab./animal por hectare e essa é uma média muito baixa, uma lotação muito baixa. Mas existem experimentos do próprio IAPAR que com adubações e capins de alta qualidade chega até 8 cab./animal por hectare. Não sei se isso seria o ideal porque envolve as condições econômicas, mais pelo menos umas 5 daria para ser implantado e com lucratividade.

P. Essa média de cabeças/animal por hectare é viável?

R. Não, não é viável e é por isso que o nosso produtor está descapitalizado. Essa quantidade não paga os custos. Porém, os grandes pecuaristas não só pecuaristas, geralmente eles tem uma outra atividade e a pecuária é um segundo plano.

P. Qual é a condição que se encontra o pasto?

R. Bem precária. São poucos os produtores que trabalham a pecuária como uma cultura, que faz uma adubação, que faz uma manutenção. Eu diria que cerca de 80% das pastagens elas são tratadas de forma extrativa, é o pasto e nada pra ele, é uma pecuária tradicional. Pensa-se que pasto não precisa adubar, fazer o manejo e é por isso que temos tão baixa produtividade.

P. Como é a pecuária cianortense?

R. É uma pecuária extensiva de moldes tradicionais. Temos a pecuária de corte que desenvolvida que em médias e grandes propriedades onde predomina a raça nelore, com piquetes grandes e onde o pasto não é rotacionado. Temos também a pecuária de leite em pequenas propriedades, onde o produtor investe um pouco mais em pastagem e em alguma alimentação de inverno, mas também de maneira bastante precária.

P. Anísio, eu não sei se você tem acompanhado, a COCAMAR tem um projeto de trazer a soja para o arenito. Como você tem visto isso? A soja tem realmente entrado em Cianorte e que áreas ela tem ocupado?

R. Bom, a lavoura não só de soja, de milho, de trigo (...) a soja é o carro chefe e ela tem entrado no lugar das pastagens degradadas, onde o produtor estava descapitalizado e ele precisava de alguma forma melhorar esse solo. Normalmente são arrendatários. Eu vejo com bons olhos porque a cultura anual ela dá a condição do pecuarista reformar a pastagem dele com a melhora na qualidade do solo e então quando ele voltar para a pastagem ela será mais produtiva, Então essa estratégia técnica é interessante de se usar a cultura anual. Assim nós estamos conseguindo produzir grãos e melhorar a pastagem. As nossas terras valorizaram muito e isso nós devemos a cultura de grãos. Quando a soja começou a entrar e o produtor começou a ver que em um alqueire ele pode produzir 150 sacas de soja a quase 40 reais a saca e por isso você não encontra terra barata.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim, com certeza.

8. Data: 16/10/2003

Entrevistado: Mauro Bertoncelo

Profissão: Pecuarista e proprietário de financiadora

P. Há quanto tempo o senhor reside em Cianorte?

R. 35 anos.

P. O senhor sempre trabalhou com a atividade da pecuária?

R. Não, primeiramente eu trabalhava no comércio eu era proprietário de uma máquina de café, eu trabalhava com a compra e a venda de café. Depois eu fui comprando propriedades e comecei a plantar cana, soja e pecuária. No começo a pecuária era o mais certo até 1990 a 1995, depois entrou outras culturas mais rentáveis como a cana e a soja.

P. Qual é a área das propriedades que o senhor possui?

R. Tenho uma propriedade com eucalipto de 80 alqueires, uma de pecuária de 250 alqueires, uma de soja de 150 e uma propriedade de cana que é 430 alqueires.

P. Quantas cabeças de gado o senhor possui?

R. 1000 cabeças. Para a área é o que comporta. Tenho gado de engorda e cria no sistema de criação extensiva. Não realizo complementação alimentar.

P. Quantos funcionários são mantidos para a atividade da pecuária.

R. Tenho 5 funcionários e todos são assalariados.

P. O senhor possui atividade no comércio?

R. Tenho a Factoring (Financiadora), mas quem toma conta é o eu filho.

P. De onde provem sua maior fonte de renda?

R. Das atividades que tenho no campo.

P. O senhor pretende mudar a sua atividade de pecuária para outras culturas.

R. Não. A tendência das pessoas é mudar para a soja principalmente porque é mais rendosa, mas daqui um ano não se sabe. Eu tinha uma propriedade de 150 alqueires que pastagem e esse ano eu já fiz o contrato e arrendei para plantar a soja.

P. O senhor acha viável manter essa propriedade com o gado?

R. Não, não compensa, a soja e a cana são melhor hoje. O gado é mais prazeroso, porque você chega e vê ele só que não está compensando por questão de preço de comercialização.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim, sem problema nenhum.

9. Data: 16/10/2003

Entrevistado: Antonio Maioli

Profissão: Funcionário público federal como agente de estatística do IBGE e agropecuarista. Também é pioneiro de Cianorte.

P. Há quantos anos você reside em Cianorte?

R. Desde agosto de 1955. Sou um pioneiro e tenho até um diploma.

P. No campo você sempre atuou com a pecuária?

R. Essa propriedade eu recebi como herança em 1975 e ela foi de café até 1980, depois então é que passei a lidar com a pecuária.

P. Por que essa mudança de cultura para a pastagem?

R. As doenças nos cafezais, o problema do frio, o desgaste da lavoura, o preço não compensava, havia a incidência da nematóide, junto tudo e optei por eliminar a cultura e passar para a pecuária. A pecuária a princípio é porque a gente não é bem um agricultor a gente é um proprietário de imóvel e a pecuária exige menos dedicação, menos presença física do proprietário e por isso partimos para a pecuária. Isso porque a gente quer conciliar o trabalho da gente e ter uma exploração agrícola.

P. Qual é a área da sua propriedade e o número de cabeças de gado?

R. Possuo 35 alqueires paulistas. Hoje eu estou em reforma de pasto porque já está bem degradada e então eu estou com 155 cabeças.

P. É viável manter esse número de cabeças de gado ou em sua propriedade comportaria um número maior?

R. Não é viável, mas eu teria que ter uma pastagem bem adaptada para comportar de 250 até 300 cabeças.

P. O senhor pretende manter tal atividade ou mudar para uma outra?

R. Não pretendo mudar e até por isso estou reformando a minha pastagem, apesar das vantagens tentadoras com a entrada da soja na região.

P. Com a reforma do pasto o senhor pretende aumentar a criação de gado?

R. Sim, assim que estiver reformado.

P. Como é a sua pecuária?

R. Bem eu trabalho, tenho o meu salário, mas se eu fosse tirar também para a manutenção de um campeiro, o meu salário seria pouco, então encontramos uma alternativa de ter um dinheiro mensal com a pecuária leiteira. Tenho na minha propriedade uma atividade mista, tenho uma certa quantia de gado de corte e outra quantia de gado leiteiro. Minha pecuária é extensiva porque hoje se você for pensar em tratar do gado, a gente vai comprar ração mais cara do que o leite que é vendido. Realizo uma complementação alimentar com ração apenas na época do inverno quando as pastagens estão bem secas.

P. O senhor acredita que com a soja se instalando no arenito tem feito os pecuaristas repensar suas pastagens com outras alternativas?

R. Em tudo é o dinheiro que conta. A soja é uma cultura rápida, dá para a pessoa entrar e se for necessário sair dela, então é um plantio que você planta e com seis meses você está colhendo. O gado já é diferente demorando cerca de quatro anos. Então pelo lucro rápido com o beneficiamento do dinheiro rápido leva a tentação de se pensar na soja. Por outro lado é muito repensado porque você não tem maquinário tendo que expor sua propriedade a um terceiro sobre a forma de arrendamento.

P. O senhor mantém empregados em sua propriedade ou é mão-de-obra contratada?

R. Eu mantenho uma família, mas quem trabalha é só o chefe da família que faz o serviço e é assalariado. É muito diferente de quando tinha café. Nessa mesma propriedade quando era café eu cheguei a ter 8 famílias com 52 pessoas e hoje são 3 pessoas, o campeiro, a mulher e um filho.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Está totalmente autorizada.

10. Data:16/10/2003

Entrevistado: Wilsom Backer

Profissão: Empresário do ramo de confecção e Pecuárta.

P. Há quanto tempo o senhor reside em Cianorte?

R. Desde 1969.

P. Primeiramente eu era engenheiro agrônomo depois em 1979 larguei essa minha profissão e passei para a indústria e depois adquirei uma propriedade na qual mantenho a pecuária mais ou menos uns 15 anos.

P. Qual é o tamanho da propriedade?

R. É de 39,5 alqueires ou 95,59 hectares.

P. Quantas cabeças de gado o senhor mantém e esse número é suficiente para essa área?

R. Cerca de 150 cabeças do gado nelore. É uma pecuária de cria e considero um suporte alto por hectare. (...) Utilizo de piquetes e sais minerais somente.

P. Em atividade na agricultura o senhor além da pecuária mantém outra cultura?

R. Tenho um pouco de café também.

P. Possui empregados?

R. Sim dois, são assalariados e se mantém na propriedade.

P. Como empresário também, o senhor vê com maiores perspectivas de lucro o comércio ou a agricultura?

R. O comércio. Tenho uma empresa no ramo da confecção e emprego só na indústria 147 funcionários.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Tudo bem.

11. Data: 16/10/2003

Entrevistado Sidnei Ruiz

Profissão: Advogado e agropecuarista.

P. Quanto tempo o senhor reside no município e se dedica a pecuária?

R. Resido aqui há 25 anos e me dedico a pecuária uns 20 anos.

P. Porque a pecuária?

R. A pecuária foi uma segunda alternativa. Antes de ser pecuarista eu era proprietário de posto de gasolina que troquei para nesse lote e que na época consentiu em já ser de pecuária.

P. Qual é a área da propriedade e quantas cabeças de gado possui?

R. Possui 44 alqueires com 150 cabeças, sendo 100 matrizes. Minha pecuária é no sistema tradicional e nessa região até 3 cabeças por alqueire é o normal, as condições de solo não comportam mais que isso, o solo é fraco e capim demora mais para crescer.

P. O senhor realiza uma complementação alimentar para o gado?

R. Essa complementação é feita mais na época da seca com a cana e sais minerais, mas passou essa época aí é o pasto mesmo.

P. O senhor pensa em mudar da pecuária para outra atividade?

R. Penso em mudar para a soja, principalmente porque na região onde eu estou quase todo mundo já é soja. O futuro para nossa região é a soja, os pequenos pecuaristas com menos de 100 alqueires vai sumir tudo. A tendência é daqui a 8 ou 10 anos isso aqui tudo ser soja e cana-de-açúcar. Eu só não mudei ainda pelo amor que eu tenho nos meus animais, mas economicamente falando é muito mais rentável a soja.

P. O senhor possui funcionários em sua propriedade?

R. Sim, uma família e quando é necessária mais mão-de-obra eu contrato diarista.

P. Como o senhor vê a vinda da soja para Cianorte e região?

R. Eu acho importante. É uma outra porta que se abriu para essa região que estava esquecida. E a gente tinha na cabeça que o arenito só dava pasto e agora se descobriu que no arenito tem várias possibilidades de se plantar, soja, milho (...) igual na terra roxa. Chovendo com regularidade e preparando o solo certinho é só plantar que produz.

P. Hoje para o senhor é viável manter a pecuária?

R. Não. É inviável praticamente manter uma propriedade como a minha, ainda por manter uma família. Tudo é muito caro, os custos (cercas, vacinas, reforma de pasto, empregados) são elevados e o gado é barato.

P. De onde provem a sua maior fonte de renda?

R. Da minha profissão de advogado.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim.

12. Data: 16/10/2003

Entrevistado: Erico Bruno Cirilo

Profissão: Secretário Municipal da Indústria e Comércio de Cianorte

P. Comente sobre a importância da indústria de confecção para Cianorte e quando ela chega no município.

R. A indústria de confecção começou em Cianorte em meados da década de 1970. Cianorte era uma cidade eminentemente rural com grande produção de café, na época em grande parte incentivada pela CMNP, mas que devido a uma geada muito forte que aconteceu na década de 1970, os cafezais da região foram fortemente devastados por essa geada e a economia de Cianorte que dependia muito dessa economia rural acabou se vendo em dificuldades. Foi então que aqueles que possuíam maior poder aquisitivo começaram a investir em outras alternativas. Em particular a família Nabhan de origem libanesa que já trabalhavam com a confecção, mas ainda de forma pequena passou a produzir em maior escala. Começou assim mais de forma artesanal. Porém, na medida que as pessoas começaram a sair da área rural e buscar alternativas na área urbana é que essa alternativa começou a se desenvolver. Veio de forma acanhada até a década de 1980, quando a indústria da confecção teve um impulso mais forte, sobretudo, com a EXPOVEST no ano de 1989.

P. Pode considerar a indústria de confecção como uma alternativa para estar empregando essa mão-de-obra vinda do campo?

R. Com certeza, a indústria de confecção absorveu grande parte do êxodo rural. A confecção foi o principal meio de absorção dessa mão-de-obra.

P. A EXPOVEST surge por iniciativa do próprio grupo empresarial da confecção ou ela também recebeu incentivos municipais dentre outros?

R. Quando a confecção em Cianorte já estava com uma boa estrutura no fim da década de 1980 e começo da de 1990, começou há existir um clamor desses empresários para que a prefeitura fornecesse um suporte maior para essas indústrias. Na primeira gestão do prefeito Jorge Moreira em 1986 foi elaborada uma lei de incentivo à indústria (Lei 975/86) e é a mesma que utilizamos até hoje, não é específica para a confecção, mas acaba atendendo e muito os anseios da confecção. No mandato do prefeito Edno Guimarães houve então a iniciativa junto a associação comercial, das indústrias de confecção do município e da própria prefeitura a idéia de no aniversário da Cidade realizar uma exposição das indústrias do município e como a maioria das indústrias era da confecção denominou-se a exposição de EXPOVEST. Ela foi realizada nas proximidades do Ginásio de Exportes e inicialmente cobertas com lonas e foi o marco inicial desse trabalho que é realizado até hoje.

P. Qual é a importância da EXPOVEST para Cianorte?

R. Bem, para se falar da EXPOVEST é necessário traçar o seu perfil ao longo dos anos. A EXPOVEST no começo dos anos de 1990 foi muito forte e no fim desta mesma década ela deu uma reduzida na sua importância, alguns confeccionistas acabaram perdendo um pouco do interesse na feira que inicialmente era projetada apenas para exposição e não para venda do produto, então, tinha-se que montar um stander, contratar modelos, enfim, as vezes o retorno que se tinha desta exposição não era vantajoso. De 1999 a 2000 houve uma mudança na estrutura da EXPOVEST, na verdade essa mudança começou no ano de 1997, quando se separou a EXPOVEST do aniversário da cidade e a prefeitura deixou de administrar e a administração passou para os próprios confeccionistas. De 1997 a 2000 embora separada do aniversário de Cianorte ela continuou como feira de exposição e de 2001 para cá ela passou a ser uma feira de pronta entrega e em 2003 ela foi desmembrada em duas sendo uma de outono/inverno e outra de primavera/verão. A EXPOVEST é o carro chefe da confecção em Cianorte, ela gera recursos para que o confeccionista possa se manter ao longo de seis meses.

P. Qual é o destino da produção?

R. A grande maioria é destinada ao consumo nacional. As empresas maiores que já estão mais estruturadas e há mais tempo no mercado, elas trabalham hoje com as lojas no município, nos shoppings atacadistas deste, mas as grandes vendas se dão por representantes comerciais. As maiores grifes de Cianorte destinam 90% da produção para outros Estados da Federação. Também essas mesmas indústrias maiores estão começando a exportar para os países do Mercosul, países da Europa e América do Norte. As indústrias menores essas sim, elas dependem quase que exclusivamente das vendas no município, compradores de outros estados vêm até o município realizam suas compras aqui e depois revendem em seus estados. Então, as vendas para fora do Estado são bastante elevadas.

P. Atualmente são quantas indústrias de confecção em Cianorte?

R. Nós temos aproximadamente um parque industrial com 350 indústrias de confecção. Mas por trabalhos que nós temos realizado aqui na prefeitura considerando também as indústrias informais esse número se aproxima de 500 a 550, sendo na maioria de fábricas e ainda as denominadas de fábricas de “fundo de quintal” que se proliferam muito principalmente nos bairros onde se concentra a mão-de-obra como os Seis Conjuntos, Zona 07 e Vila Operária.

P. O que a Prefeitura tem feito por estas fábricas que estão na informalidade?

R. Por estarem justamente na informalidade fica difícil destinar a elas os incentivos do município. Agora o município possui dois projetos buscando tirar essas pequenas fábricas da informalidade e trazê-las para a formalidade. Um é a sessão de barracões industriais para essas fábricas. É de conhecimento notório da população o projeto que nós temos nos barracões do IBC, nós temos uma área coberta de 30 mil metros quadrados, sendo 17 mil já utilizados por indústrias. Além disso, a prefeitura tem um projeto que já está em fase final de estudos que é a construção de mais 20 módulos de aproximadamente 200 metros quadrados cada para abrigar justamente essas fábricas de fundo de quintal que poderão se regularizar. Essas fábricas poderão permanecer nesse espaço gratuitamente por um prazo ainda não definido e então produzir. Terão gratuidade na utilização do barracão, no IPTU por 5 anos, a isenção do Alvará de funcionamento também por 5 anos e a isenção do ISS que por ventura essas empresas venham a recolher por prestação de serviços também por 5 anos.

P. De onde vem a matéria-prima para a confecção?

R. No geral são três empresas de maior porte que fornecem a matéria-prima (jeans, malha, tecido de forro e todo tecido necessário). São empresas de São Paulo e Santa Catarina, porque no Paraná não tecelagens que atendam o nível de tecido que Cianorte exige hoje. A confecção de Cianorte é uma confecção bastante especializada. Cianorte, aliás, não faz mais confecção e

sim moda devido ao alto padrão de qualidade que ela oferece. Agora em contrapartida nós não temos tecelagem em Cianorte e nem no Paraná, as maiores lavanderias que é outra parte importante na cadeia produtiva, estão no Paraná e em Cianorte, inclusive a maior lavanderia da América Latina está em Cianorte que é a Lavinorte.

P. Em Cianorte existe outro ramo industrial importante?

R. Cianorte possui uma indústria alimentícia muito forte, principalmente a indústria que é ligada a mandioca, temos também destaque para o abate de frango, a indústria de doces e condimentos. A construção civil é também como setor econômico muito forte, espalhadas por toda a cidade estão às construções. O número de projetos que são aprovados no departamento de engenharia da prefeitura hoje é espantoso. Outra indústria forte de Cianorte e até recente é a de embalagens plásticas, mas isso é fruto de toda uma conscientização da população sobre a importância da reciclagem do lixo. Pega-se o plástico a ser reciclado, pets e plásticos em geral e transforma em embalagens plásticas. Cianorte hoje vende para várias regiões do Brasil, tanto o produto acabado quanto a matéria-prima para outras indústrias. A indústria moveleira também é significativa para a economia do município. Cianorte, assim, possui um campo industrial bastante diversificado.

P. A importância econômica de Cianorte hoje esta vinculada mais ao setor urbano ou ao setor rural?

R. A grande movimentação econômica do município é no setor urbano com as atividades industriais, embora, o que Cianorte é hoje se deve também a agricultura e a pecuária. A pecuária, no entanto tem reduzido muito, dia a dia. Porque Cianorte sempre foi conhecida como tendo um solo não muito propício para a agricultura, um solo pobre, mas com a tecnologia desenvolvida pelo projeto do Arenito Caiuá isso vem mudando e o cultivo da soja vem crescendo absurdamente.

P. O que tem incentivado a agricultura em Cianorte?

R. É justamente o projeto Arenito Caiuá, porque essa área foi esquecida da agricultura e o pasto tomou conta e hoje é diferente, não só com a vinda da soja, mas do milho, da mandioca e até o café que por um longo período de tempo foi visto como a “ovelha negra” da agricultura cianortense devido o trauma dos agricultores. Com as novas técnicas de plantio e o papel que a COCAMAR vem exercendo nesse contexto viu-se que o solo que antes não era propício para o cultivo hoje se tornou.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Autorizo, sim.

13. Data: 20/10/2003

Entrevistado: Eugênio Carraro

Profissão: Empresário. Proprietário de uma concessionária. Agropecuarista.

P. Quanto tempo o senhor reside em Cianorte?

R. 30 anos.

P. Qual é a atividade que o senhor mantém no campo?

R. Atividades no campo e exerço há 25 anos. Tenho agricultura e pecuária. Na agricultura tenho plantiu de soja, milho trigo que somam 200 e poucos alqueires. Na pecuária tenho mais uns 130 alqueires com vacas de cria e comercializo bezerros. Assim que eu fui adquirindo as propriedades eu fui erradicando o café, porque o meu pai perdeu muito com isso então eu erradicava com o maior prazer.

P. Como é a pecuária do senhor?

R. E tenho a pecuária mais para aproveitamento de terra, é mais assim tradicional, o gado come mesmo só o que sai do pasto. Tenho mais ou menos 300 cabeças.

P. Na sua propriedade comportaria mais gado?

R. Se fosse fazer um estudo e um planejamento para se dedicar tinha condições de dobrar o número, mas me falta tempo. A pecuária também não é lucrativa, realmente hoje é a agricultura que está em alta, a soja o trigo e o milho.

P. Há quanto tempo o senhor também é empresário?

R. 30 anos.

P. Em termos de lucratividade para o senhor é mais vantajoso a agricultura ou o comércio?

R. A agricultura.

P. O senhor acredita que a vinda da soja para Cianorte tem valorizado as terras.

R. Sim, sem dúvida alguma. Foi um salto que deu no preço das terras justamente nas que tinham pastagem, foi um aumento enorme que teve e espero que isso aí permaneça.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim, sem problema.

14. Data: 20/10/2003

Entrevistado: Otávio Beluco

Profissão: Empresário no ramo metalúrgico. Pecuárta.

P. Há quanto tempo o senhor reside em Cianorte?

R. Vim para Cianorte em 1960.

P. Qual é a atividade que o senhor mantém no campo?

R. Na verdade nós somos em três irmãos e até 1996 quem cuidava das atividades agropecuárias era o meu irmão mais velho Oraci. Em 1996 fizemos uma divisão das propriedades onde eu passei a tomar conta de duas áreas de pecuária de vaca criadeira, mas eu mexo com soja, cana e mandioca no sistema de rotação de culturas.

P. Quais são as características da sua pecuária?

R. É aperfeiçoada, a gente procura fazer piquetes, para o maior aproveitamento de pastagem. O que o gado não encontra no pasto ele busca no cocho, então procuro oferecer sal de boa qualidade, bem vitaminado. Se bem que nós não sabemos até quando nós vamos conseguir tocar isso daí, porque hoje está muito difícil mexer nessa área, infelizmente, porque quem tira

o país do sufoco ainda é quem produz, é agricultura. Eu já experimentei de tudo que é raça, mais a que mais se adapto na nossa região foi o nelore.

P. A sua produção na pecuária é destinada para que localidades?

R. Como eu não engordo eu só crio eu comercializo aqui na região mesmo. Vendo os bezerros para o meu irmão, para os meus vizinhos e fica por aqui mesmo.

P. Qual é a área que se destina com a pecuária?

R. Devo ter mais ou menos uns 500 alqueires e mais uns 300 alqueires com soja, mandioca.

P. Quantas cabeças de gado o senhor possui nessa área de pecuária?

R. Eu devo ter aí em torno de 1400 vagas criando.

P. E a área com a soja?

R. A soja eu passei para arrendatário por meio de contrato registrado no qual eu recebo um percentual por alqueire. Esses contratos variam de 3 a 5 anos, mas no nosso caso foi feito de 5 anos. Depois que vencer o contrato vou fazer um balanço para ver o que compensa mais se é voltar para a pecuária ou manter com a soja. Hoje eu sinto que a soja é o que está bem.

P. O senhor pensa em alterar da pastagem para a soja na área de pastagem?

R. Nas pastagens degradadas eu pretendo sim, porque em vez de eu gastar porque não passar para alguém que já é do ramo? A soja só vem beneficiar a terra, quando a terra de pasto é transformada em plantio de soja ela valoriza até 30% no valor da terra e assim de uma certa forma é lucrativo você ter essa rotatividade.

P. O senhor acredita que a soja veio beneficiar Cianorte?

R. A partir do momento que você planta alguma coisa que é alimentação é sempre bem vindo, porque a fome no país é enorme e tem que produzir. Eu acho até que a soja deveria ter vindo antes para Cianorte, sem sombra de dúvida a soja na nossa região de Cianorte tem sido muito importante.

P. O senhor possui funcionário na pecuária?

R. Tenho 4 funcionários campeiros e um tratorista registrados com salário fixo. Todos residem na propriedade e tem o direito deles criarem animais para o consumo e plantar a subsistência.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim faço questão.

15. Data: 21/10/2003

Entrevistado: Ailito Rossi.

Profissão: Veterinário. Proprietário de um comércio de produtos agropecuários. Pecuárta.

P. Há quanto tempo o senhor reside no município de Cianorte?

R. Desde o ano de 1955.

P. Qual é a atividade agrícola que o senhor mantém no campo?

R. Eu tenho uma propriedade de 14 hectares que planta-se soja e outra de 70 hectares que mexo com gado de corte da raça nelore. A propriedade que hoje planto soja na década de 1960 era de café, mas que com os transtornos na cafeicultura do Paraná, foi erradicado o café pelas doenças e também pelo baixo rendimento que dava tendo em vista o alto investimento em adubo, manutenção, fungicida, herbicida e controle de pragas. A pecuária tornou-se mais conveniente aos nossos auxílios.

P. Porque a soja em uma propriedade relativamente pequena?

R. Na região em que eu estou são todas pequenas propriedades de agricultores que trabalhando em associação torna-se mais rentável e fica mais fácil o trabalho. Comercializamos a produção diretamente com a COCAMAR.

P. Essa propriedade de pecuária será mantida?

R. Para o tratamento da terra nada melhor que o plantio de soja, é uma cultura que trata da terra, nivela a terra, aduba a terra passando a ser mais produtiva, mas no mento essa minha propriedade está preparada para a pecuária e não pretendo mudar tão rapidamente, mas se for o mais conveniente futuramente quem sabe?

P. Qual é quantidade de cabeças de gado que o senhor mantém?

R. Umas 130 cabeças, ou seja, uma média de 2 cabeças por hectare no sistema extensivo porque não há incentivo governamental.

P. O senhor acredita que a vinda da soja para Cianorte tem sido positivo?

R. No Brasil tudo se faz em torno de dinheiro (...). Vendo a necessidade de uma renovação, no arenito o pasto estando cansado a melhor forma de você reconstituir a matéria orgânica é através da agricultura e como a soja dá em qualquer lugar tendo uma terra com nutrientes, torna-se mais fácil depois de 3 ou 4 anos voltar para a pastagem, mas dependendo do preço da soja a pessoa poderá voltar ou não para a pecuária com um maior número de cabeça por hectare. Para qualquer lugar desde que haja uma produtividade rentável é positivo, só é necessário no arenito um maior controle da erosão, porque o solo não possui uma textura compatível com o período sazonal do plantio que pode ocorrer uma lixiviação do terreno.

P. Por que a sua permanência com a pecuária?

R. A pecuária é um trabalho mais fácil de atuação, não há tanto a necessidade de funcionários que no meu caso é uma pecuária de corte e extensiva. Parte da produção é para o abate e parte é leiloada. Meu gado está pronto com 30 a 32 meses.

P. É realizado algum tipo de complementação alimentar?

R. Sim, alimentação não necessariamente, mas seriam os tratos complementares como as vacinações, vermifugações, sais minerais.

P. Qual é o número de funcionários?

R. Para uma propriedade como a minha de 70 hectares com criação de gado no sistema extensivo 1 ou 2 pessoas são suficientes. Eles residem na propriedade e se necessário contrato a o trabalho eventual.

P. O que é mais rentável para o senhor hoje em termos de rendimento financeiro?

R. Há momentos que o comércio é melhor e há momentos que é a lavoura, a gente não pode ficar restrito a somente um tipo de investimento onde cai um e você fica passando necessidade. É necessário que você diversifique porque se perder de um lado ganha-se de outro. Hoje o mais rendoso é o comércio.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Se utilizado para fins de utilidade cultural, sim.

16. Data: 21/10/2003

Entrevistado: Antônio Rodrigues Bueno

Profissão: Empresário (indústria e comércio) do ramo de móveis para lojas e escritórios. Agropecuarista.

P. Há quando tempo o senhor reside em Cianorte?

R. Cheguei criança em Cianorte. Nós mudamos para cá em 1959.

P. Que atividade o senhor mantém no campo e há quanto tempo?

R. De 1975 a 1985 eu plantei soja na minha fazenda no Mato Grosso do Sul. Vendendo esta minha fazenda em 1985 passei em Cianorte para o ramo da pecuária a qual estou até hoje com gado de cria e recria em 91 alqueires que compõem mais ou menos 200 e poucos hectares e tenho 250 cabeças entre matrizes e desmame.

P. Como é a pecuária do senhor, as características?

R. Nessa região onde tenho a minha propriedade não comporta mais de 3 ou 4 cabeças por alqueire, porque tem o período do inverno, mesmo tendo investimento. Que nem a minha propriedade é toda piquetada com água e tenho a reserva com cana, napie, cilagem pronta e um pouco de milho para nesse período tratarmos do gado mais é de julho a outubro com esse tratamento confinado de pastagem e cocho. Tenho as raças nelore (fêmeas) e tabapuã (machos).

P. O senhor vê vantagens em estar investindo em pecuária?

R. Olha é um problema que estamos passando que cianorte não é mais um setor de pecuária, porque o investimento que estamos fazendo já é para a soja, mandioca e cana no arenito. Então praticamente quase todos os meus amigos que eram pecuaristas, hoje por motivo de não ser mais algo rendoso então preferindo a soja e estão arrendando também para a mandioca e para a cana. Pecuária na nossa região é dos piores ramos, não existem compradores e nem incentivo. A pecuária é um negócio não rendoso mais é seguro.

P. A soja tem possibilitado a valorização das terras em Cianorte?

R. Esse é um dos pontos positivos na nossa região. No arenito se fala em até 20 mil reais o alqueire o que antes não passava de 12 mil.

P. Para o senhor investir no comércio é mais compensatório que investir na agricultura?

R. O comércio sempre foi mais satisfatório que a agricultura e a pecuária. O comércio é o lugar que você faz negócio todo dia e na agropecuária é semestral ou anual e se não for bem naquele ano você perdeu o ano, enquanto no comércio e na indústria você pode ir bem o ano todo, todo dia você está vendo resultado. Eu acho ainda que as terras, a agricultura e a pecuária seria mais uma segurança um investimento.

Essa entrevista consiste em um documento que poderá ser utilizado de forma parcial ou integral na minha dissertação de mestrado. A senhor autoriza essa utilização?

R. Sim, você está fazendo um trabalho de pesquisa e pesquisa deve ser divulgada.